SAMIR PÉREZ MORTADA

MEMÓRIA E POLÍTICA:
UM ESTUDO DE PSICOLOGIA SOCIAL A
PARTIR DO DEPOIMENTO DE MILITANTES
ESTUDANTIS

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São
Paulo como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
Psicologia.

São Paulo
2002

SAMIR PÉREZ MORTADA

MEMÓRIA E POLÍTICA:
UM ESTUDO DE PSICOLOGIA SOCIAL A PARTIR
DO DEPOIMENTO DE MILITANTES ESTUDANTIS

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho

São Paulo
2002

**Ficha Catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca
e Documentação do Instituto de Psicologia da USP**

Mortada, S. P.

Memória e política: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis. / Samir Pérez Mortada. – São Paulo: s.n., 2002. – 303p.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Orientador: José Moura Gonçalves Filho.

1. Movimento estudantil 2. Universidade de São Paulo – Instituto de Psicologia 3. Universidades 4. Psicologia social 5. Entrevistas I. Título.

**MEMÓRIA E POLÍTICA:
UM ESTUDO DE PSICOLOGIA SOCIAL A PARTIR
DO DEPOIMENTO DE MILITANTES ESTUDANTIS**

SAMIR PÉREZ MORTADA

BANCA EXAMINADORA

(Nome e assinatura)

(Nome e assinatura)

(Nome e assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____

A todos os militantes, destes e de outros tempos.

AGRADECIMENTOS

Ao amigo e companheiro Zeca, mais do que orientador, exemplo que levarei comigo durante todo meu percurso.

À professora Ecléa Bosi, cuja co-orientação, conselhos e proximidade em momentos cruciais da pesquisa fizeram toda a diferença.

À professora e militante Malu, pela militância dentro do IPUSP, pelas contribuições durante o exame de qualificação.

Aos amigos Alexandra, Rafael, Duda, Mário, Luís e Fernando, desde longa data cúmplices, mesmo sem o saberem, das motivações originais desta pesquisa.

Aos queridos amigos João e Cybelle, casal companheiro, que esteve e está comigo em todos os momentos.

A Marquinho, Cássia e Bolinho, militantes da minha época, ontem companheiros de Executiva Nacional e hoje amigos tão presentes, apesar da distância.

Aos militantes atuais do NAC (Núcleo de Ação pela Cidadania do IPUSP), do CAII (Centro Acadêmico Iara Iavelberg, dos estudantes do IPUSP), do DCE (Diretório Central dos Estudantes da USP) e do CONEP (Conselho Nacional de Entidades de Psicologia), pela persistência. Graças a vocês esta pesquisa tem algum sentido.

Aos depoentes Luisão e Simone, amigos veteranos, que continuam militando. Militem sempre!

Aos meus pais, Samir e Ción, e à minha irmã Papícia, pelo apoio, pelo amor e pela paciência com esse filho e irmão meio maluco.

Aos meus queridos tios, Manolo e Alzira, com todo o amor que eles merecem. Muito obrigado pelo apoio em todas as horas que precisei.

Aos meus também queridos tios e prima Néelson, Tânia e Alessandra, e à minha priminha Carol. Ela, tenho certeza, ainda vai ler esta dissertação - depois, é claro, do jardim de infância, da primeira série, etc.

À Lygia, minha esposa e companheira. Obrigado pelo apoio, carinho, companheirismo, cuidado, amor... Bem, a dissertação já é grande, e se eu fosse falar tudo iam ser mais umas duzentas páginas... Obrigado por tudo e mais um pouco, Lyo!

A sociedade atual parece-se com uma máquina imensa que está tragando continuamente os homens, e cujos comandos ninguém conhece; e os que se sacrificam pelo progresso social se parecem com pessoas que se agarram aos rolamentos e às correias de transmissão para tentar deter a máquina, fazendo-se moer por sua vez. Mas a impotência em que nos encontramos em dado momento, impotência que nunca deve ser encarada como definitiva, não pode dispensar que se permaneça fiel a si mesmo, nem desculpar a capitulação diante do inimigo, seja qual for a máscara que use. E, debaixo de todos os nomes sob os quais ele se pode disfarçar, fascismo, democracia ou ditadura do proletariado, o inimigo básico é o aparelho administrativo, policial e militar, não o da frente, que é nosso inimigo tanto quanto de nosso irmão, mas o que se diz nosso defensor, que nos transforma em seus escravos. Em qualquer circunstância, a pior traição possível é sempre aceitar a subordinação a esse aparelho e pisar, para servi-lo, em si mesmo e nos outros, todos os valores humanos.

Sumário

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
APRESENTAÇÃO.....	iii

I. Introdução

<u>1. O surgimento da pesquisa.....</u>	1
<u>2. Da história à memória.....</u>	3

II. Metodologia

<u>1. Uma pesquisa em psicologia social.....</u>	6
<u>2. A entrevista <i>aberta com roteiro</i>.....</u>	6
<u>3. Sujeitos.....</u>	7
a. Simone.....	9
b. Luís.....	9
<u>4. Realização dos depoimentos.....</u>	10
<u>5. Problemas durante a condução da primeira entrevista.....</u>	10
<u>6. A transcrição.....</u>	15
<u>7. A edição dos depoimentos.....</u>	15
<u>8. Análise dos depoimentos.....</u>	16
<u>9. Sobre a apresentação das entrevistas.....</u>	19

III. A Primeira Entrevista

Simone.....	21
-------------	----

Análise da Entrevista

<u>1. O nascimento da militância.....</u>	79
a. Os companheiros.....	82
b. A juventude e o enigma da política.....	87
c. A militância como projeto de vida.....	93
d. Um segundo nascimento.....	97
<u>2. Marcos da militância estudantil.....</u>	99
a. A greve: um campo para a <i>ação</i> e para o <i>enraizamento</i>	99
b. Impasses do movimento estudantil: angústias da militante.....	110
<u>3. Psicologia e política.....</u>	132
a. O conflito.....	132
b. A reconciliação.....	141

IV. A Segunda Entrevista

Luís.....	151
-----------	-----

Análise da Entrevista

<u>1. O nascimento da militância: trabalho, estudo e amizade</u>	229
<u>2. Marcos da militância estudantil</u>	241
a. Conjuntura social e militância.....	241
b. Contrastes sociais no IPUSP.....	245
c. O “conflito de gerações”.....	256
d. A cisão entre “base” e “vanguarda”.....	260
e. Burocracia e militância.....	264
f. O Encontro: amizade, estudo e política.....	267
g. O isolamento e a crise das utopias.....	276
h. O fim da militância estudantil.....	280
<u>3. Psicologia e política</u>	288
a. A Política <i>na</i> Psicologia.....	288
b. A Psicologia <i>na</i> Política.....	394

V. Apontamentos Finais..... 298

VI. Referências Bibliográficas..... 301

RESUMO

MORTADA, Samir Pérez. *Memória e Política: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis*. São Paulo, 2002. 303 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Esta pesquisa teve como alvo o *exame psicossocial da participação política a partir do depoimento de militantes estudantis*. Trata-se de uma investigação orientada metodologicamente por Ecléa Bosi, José Moura Gonçalves Filho e Maria Isaura Pereira de Queirós, envolvendo a realização de *entrevistas semidirigidas* analisadas *qualitativamente*.

Foram realizadas e interpretadas duas entrevistas com militantes que atuaram no final dos anos 80 e início dos anos 90 no Instituto de Psicologia da USP. Entre os assuntos abordados pela pesquisa, destacam-se: as motivações dos depoentes para a política; a importância dos agentes políticos e acontecimentos sociais para o convite à militância; a relação entre a condição social dos militantes e a forma pela qual assumem a política; a relação entre o convite à política e o surgimento do interesse pelo estudo; as características dos episódios de maior efervescência e entusiasmo políticos lembrados pelos depoentes; as disputas aguerridas entre os grupos estudantis; a severa hierarquia entre os militantes e a distância estabelecida entre militantes e não-militantes; a burocratização das entidades e partidos políticos; e por último as convergências e divergências entre psicologia e política. São temas que esta pesquisa procurou enfrentar a partir dos depoimentos.

Confrontando as lembranças e discussões dos depoentes com as do próprio pesquisador; confrontando-as também com autores dedicados ao tema, esta pesquisa procura contribuir para o estudo psicossocial da militância estudantil.

ABSTRACT

MORTADA, Samir Pérez. Memory and Politics: a study of social psychology from the testimony of student militants. São Paulo, 2002. 303 p. Master Thesis. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

In this research, a psycho-social exam about militant students political participation is made, using their testimonies in semi-guided interviews analysed qualitatively. This investigation was methodologically oriented by Ecléa Bosi, José Moura Gonçalves Filho and Maria Isaura Pereira de Queirós.

Two student militants who were engaged in politics during the 80's and the beginning of the 90's in the University of São Paulo Psychology Institute were interviewed. Among the discussed issues, some stand out: what motivated towards politics; the importance of political agents and social events as an invitation to politics; the relation between the invitation to politics and the emerging of their interest to study; the characteristics of the most enthusiastic and exciting political episodes remembered by them; the strong disputes between students groups; the strict hierarchy between the student militants and the distance established between activist and non-activist; the bureaucracy of institutions and political parties; and last but not least the convergences and divergences between psychology and politics. These are themes this research attempted to face from the declarations.

Confronting the memories and discussion of the interviewed people with those of the researcher himself as well as with author who study the theme, this work attempts to enrich the psycho-social study of student political militancy.

Apresentação

A pesquisa traz de início o surgimento do meu interesse pelo estudo do movimento estudantil. A partir da militância política na graduação, surgiu o desejo de resgatar o passado. Procurávamos - nós militantes do Centro Acadêmico - um resgate histórico do movimento estudantil no Instituto de Psicologia da USP, principalmente através do depoimento de antigos militantes. Com o passar do tempo, nossas discussões se aprofundaram e passamos a perceber que procurávamos algo mais, e que parecia não se satisfazer com um estudo apenas historiográfico. Parecia que nossa militância carecia do sentido e da realidade que encontrávamos por vezes nas narrativas, nas conversas informais com nossos colegas veteranos. Passei portanto do interesse pela *história do movimento estudantil* ao recurso à *memória de militantes*. Considero importante neste trabalho a transição, ou melhor, o alargamento do foco de interesse da pesquisa, que apresento na Introdução (Capítulo I).

Segui a trilha da psicologia social. Na Metodologia (Capítulo II), apresento uma breve reflexão acerca desta característica, bem como sobre a escolha da técnica de *depoimentos pessoais* para aquilo que procurei investigar. Refiro-me também à eleição dos sujeitos, à realização das entrevistas e seus impasses, à transcrição dos depoimentos e aos critérios de interpretação e exposição empregados.

A primeira entrevista é apresentada e seguida por sua análise (Capítulo III). A segunda vem posteriormente, também acompanhada por suas análise (Capítulo IV). Ambos os capítulos de interpretação dividem-se em três temas - o *nascimento da militância*; os *marcos da militância estudantil* e por último a relação entre *política e psicologia* -, e procuram estabelecer um campo de estudo orientado especialmente por aquilo que os próprios depoentes trouxeram como sendo significativo em suas vivências dentro do movimento estudantil.

A dissertação apresenta em seu final alguns apontamentos (Capítulo V), com o objetivo de sistematizar as principais conclusões e hipóteses que compõem as análises dos depoimentos. Procuro enfatizar, de forma breve, as contribuições desta pesquisa, bem como apontar possíveis rumos para novas investigações acerca do tema.

Confrontando as lembranças e discussões dos depoentes com as do próprio pesquisador; confrontando-as também com as obras de autores dedicados ao tema, esta pesquisa é uma tentativa de contribuir para o estudo psicossocial da militância estudantil. Procuro sobretudo, com a ajuda de meus depoentes, companheiros veteranos de outras épocas, enfrentar e discutir questões e angústias que estiveram presentes durante minha participação política na graduação e que, tenho certeza, ainda instigam e angustiam os militantes de nossos tempos.

I. Introdução

1. O surgimento da pesquisa

As inquietações que originaram este trabalho surgiram durante a minha participação no movimento estudantil, iniciada em 1993, com meu ingresso na graduação do Instituto de Psicologia da USP, e concluída em 1998. Tempos difíceis do movimento estudantil, certamente não tão gloriosos como os anos 60, e nem tão violentos como o início dos anos 70, mas também enigmáticos e difíceis de compreender.

A vontade de estudar, de saber mais sobre o movimento estudantil e principalmente sobre seu passado, é coisa comum entre os militantes estudantis; mas é tarefa que poucos concretizam, tomados que estamos pelo ritmo da própria militância. No meu caso e de meus companheiros de Centro Acadêmico (CA) naquele período, tivemos um impulso a mais; um acontecimento aparentemente menor, secundário frente às grandes lutas e “bandeiras” do movimento, mas que funcionou como disparador de nosso desejo de pesquisar o passado da política estudantil. Vejamos o que ele nos trouxe de essencial. Trata-se do movimento que, em 1995, culminou na inauguração da nova Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP).

É necessário que voltemos a 1992, um ano antes de meu ingresso na Universidade, quando foi interditado o bloco em que funcionava a antiga Biblioteca do IPUSP. Voltemos ainda mais no tempo. Tratava-se de um dos edifícios construídos em caráter provisório, um dos chamados “barracões”, erguidos com a vinda da Faculdade de Filosofia do antigo prédio da USP na rua Maria Antonia para a Cidade Universitária, logo após o conflito entre os estudantes da USP e os do Mackenzie em 1968.¹ Cerca de vinte anos após sua construção (lembremos que se tratava de uma edificação provisória), a estrutura barata e mal armada, formando rachaduras, comprometia a segurança de alunos, professores e funcionários. Indignados com o acontecido e com o descaso da universidade, os estudantes do IPUSP se mobilizaram, iniciaram uma greve no primeiro semestre de 1992 que durou quase sessenta dias, só interrompida quando foi apresentado cronograma e planta das obras de um novo prédio. Foram dois meses de reivindicações e protestos, aulas suspensas, assembléias todas as semanas, aulas públicas convocadas diante da Reitoria, audiências marcadas com o Reitor, publicação de folhetos... Enfim, foi um período de intensa efervescência, de profundo engajamento, lembrado de maneira especial nas conversas que tínhamos com nossos colegas mais velhos, participantes daquilo tudo.

Estamos em maio de 1995. Três anos se passaram desde a greve até a inauguração oficial do novo prédio. E isso não é pouco tempo para os estudantes. Nesse intervalo, haviam

¹ Sobre esse acontecimento, Cf.: LOSCHIAVO DOS SANTOS, M. C. (org.) Maria Antonia: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

se formado três turmas - de 92, 93 e 94. Ou seja, das cinco turmas que atuaram na greve, em 1995 restavam apenas duas, dentre estas o quinto ano, já em ritmo de despedida. Os primeiro e segundo-anistas, desinformados, mostravam-se habituados à ausência da biblioteca e às estantes de livros improvisadas no bloco de aulas que supriam essa lacuna no IPUSP. Os ânimos se esfriaram. Tudo indicava que presenciariamos uma cerimônia como outra qualquer: a entrega protocolar de mais uma obra prevista no plano diretor da Universidade.

E o antigo processo disparado pelos estudantes, a greve, os dois meses de 92? Talvez sem a iniciativa dos estudantes nós tivéssemos que esperar outros três anos para a construção de um novo prédio, ou quem sabe a Biblioteca que o Instituto havia improvisado em salas do prédio Didático tivesse ficado ali definitivamente. As ações dos estudantes que nos haviam precedido sempre nos pareceram decisivas para a consecução daquelas obras. Às vésperas da inauguração, não nos preparávamos para um evento qualquer, mas o novo edifício simbolizava também uma conquista nossa, de nossos companheiros: era preciso recuperar a lembrança daqueles esforços dos antigos estudantes do IPUSP. Buscamos colegas que haviam participado da greve e com eles sentamos longamente, ouvimos suas lembranças daquele período. Uma estudante² gravou em vídeo depoimentos de estudantes veteranos, professores e funcionários, opinando livremente sobre aqueles meses. Nos corredores do Instituto, afixamos fotos em cartazes, exibindo os velhos barracões. Resgatamos um pouco da memória daqueles acontecimentos, e organizamos um ato público para o dia da inauguração.

Vivemos uma grande surpresa! A inauguração da Biblioteca transformou-se num grande acontecimento. Comemoramos a quebra de protocolo depois de um bate-boca com o mestre de cerimônias da Reitoria, afinal desautorizado pelo próprio Reitor e obrigado a admitir o discurso de um representante dos alunos: lembramos o que era para ser lembrado!

Possivelmente essa rápida descrição seja exagerada. Sequer o episódio da inauguração é o melhor exemplo de ações que a militância estudantil pode comportar. Ocorreu apenas que, para nós do Centro Acadêmico, de modo até então inédito, reconhecemos os poderes da memória. Não seria possível que tudo aquilo acontecesse sem o recurso ao passado, sem a lembrança daqueles que nos antecederam. A vontade de pesquisar teve naquela efervescência, naquela conjuntura em que nos debruçamos sobre outro tempo, um disparador decisivo. Saímos daquela tarde, eu e meus companheiros, melhor dispostos para a compreensão do que certa vez escreveu Walter Benjamin: “só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado”³.

² Paula Fontana Fonseca, diretora do Centro Acadêmico na época.

³ Do prefácio de Marilena Chauí em BOSI, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

2. Da história à memória.

Tudo isto dá o que pensar. Não foi sem razão que se despertou o desejo de pesquisa. A partir da experiência da inauguração, junto com um companheiro⁴, desejava prosseguir nas investigações acerca do movimento estudantil, resgatando o passado através de documentos, e principalmente através de depoimentos de antigos militantes. Procuramos então o professor José Moura Gonçalves Filho para que nos orientasse em uma pesquisa de iniciação científica. Víamos na história uma fonte preciosa, capaz de balizar a política, de preencher de significado nossas ações. Pretendíamos originariamente um resgate da *história do movimento estudantil* na USP, particularmente no IPUSP. Na ocasião, julgávamos que todo aquele êxito da inauguração da Biblioteca, toda aquela empolgação que sentimos para agir, era graças ao recurso às informações de outros tempos. Nós, jovens militantes, julgávamos que na história encontraríamos algum rumo, algum sentido e algum ânimo para nossa militância. Era justamente da falta de ânimo e de sentido que mais nos queixávamos naquela época.

Nosso objetivo então era resgatar a história do movimento estudantil no IPUSP. Pois bem, queríamos ir em direção ao passado; pretendíamos o recurso aos documentos antigos dos arquivos do CA, e queríamos sobretudo entrevistar nossos colegas mais velhos. Não dispensávamos, de jeito algum, o recurso aos depoimentos; insistíamos, sem atinar ao certo os motivos, na necessidade de ouvir longamente militantes estudantis de outros tempos, de outras épocas de engajamento que julgávamos mais aquecidas e estimulantes que a nossa. Nesta teimosia, eis um ponto de partida para nossa reflexão.

Por que era em nós tão forte o desejo de ouvir nossos veteranos? Por que não abríamos mão da narrativa de depoentes para nossa pesquisa? Era só a recordação de antigos acontecimentos aquilo que nos havia impulsionado tão calorosamente à pesquisa? Era só o resgate histórico aquilo que para nós, durante a inauguração da Biblioteca, havia aquecido nossos ânimos e o ânimo de nossos colegas do IPUSP?

Com a ajuda de nosso orientador, distinguimos em nosso desejo de pesquisa algo mais do que o interesse pela história do movimento estudantil. Certamente reconhecíamos sua importância, mas ficava cada vez mais claro que havia outros elementos que nos cativaram quando ouvimos nossos colegas, e que não eram apenas as informações que eles traziam de outros tempos, como julgamos num primeiro momento. Cativara também a maneira por que eles o contavam: aquelas lembranças cheias de sentimentos, de pessoas, de lugares, de episódios... Tudo aquilo, todo o clima instaurado em torno daqueles acontecimentos do passado, em torno do confronto entre as opiniões e lembranças dos vários agentes que ali estavam... A narrativa pessoal e afetiva daquilo que os nossos veteranos lembravam, e

⁴ Daniel Farinas Tremel, diretor do Centro Acadêmico na época.

lembrando discutiam e analisavam, nos preencheu de sentido a inauguração da biblioteca, e por vezes nos deu pistas do que, para nós, representava a militância.

Parecia que nosso engajamento, naqueles tempos, carecia da vida que encontrávamos nas narrativas entusiasmadas de nossos veteranos. Ressentíamos-nos sobretudo de uma espécie de angústia; caíamos por vezes numa espécie de embotamento. Algumas vezes expressávamos o fenômeno assim: “afinal, que faço, que fazemos aqui?”. Ocorreu então pensar naquilo que viríamos a chamar de *ativismo*.

O militante estudantil é freqüentemente sobrecarregado por pressões alienantes. Na rotina de um Centro Acadêmico, experimentamos muitas vezes nossas ações afundarem em atos viciados, burocráticos, maquinais e irrefletidos: são reuniões intermináveis em torno da compra ou não de uma mesa de sinuca; são embates estéreis com a oposição... Perdemos o sentido daquilo mesmo que fazemos, e que antes julgávamos tão importante. A repetição traga nossa imaginação; os procedimentos circulares substituem as iniciativas, frustrando todo desejo de agir. A aceleração do tempo e das reuniões e o calor das disputas impedem a calma que serviriam para refletirmos acerca daquilo que fazemos. Pouco espaço temos para a recordação, e assim para uma possível *reconstrução* do passado, daquilo que nos fez aderir à política. Na rotina ativista somos muitas vezes incapazes de encontrar respostas para o sentido de nossas ações.

O que chamamos de *ativismo* é portanto uma modalidade de *ação de significações perdidas*, sem suficiente reconhecimento, consciência e comunicação com o passado. Não são poucos os que por esse sentimento abandonam a política. Éramos assim freqüentemente tomados por esse embotamento, esse desânimo sobre o qual não atinávamos bem.

O fenômeno do ativismo é complexo e será melhor investigado em nosso percurso, com a ajuda de nossos depoentes. Para o momento, basta dizer que não era apenas do resgate histórico que necessitávamos como remédio. Aquilo que sentíamos consistia certamente em um problema com raízes históricas e sociais; não duvidávamos que nós, agentes do movimento estudantil, somos carentes do recurso ao passado, mas o que sentíamos no ativismo, sem sombra de dúvida, era também um sofrimento psicológico, difícil de considerar apenas histórica ou sociologicamente.

A pesquisa começava a amadurecer e a fazer sentido no campo da Psicologia Social. Debruçávamo-nos sobre um problema difícil de solucionar apenas através de um resgate histórico. A militância estudantil, sem dúvida, é um fenômeno que deita raízes no passado, beneficiado pelo recurso a outros tempos. Mas é também *no militante*, em seu percurso singular dentro do movimento estudantil, que a militância se revela, aparece como experiência enriquecedora ou esvaziada, ativista ou não. Para refletirmos acerca da *experiência política* no movimento estudantil, de seus impasses e das angústias que provoca, não podemos dispensar o recurso à memória de seus agentes. Um outro tempo, evocado por aqueles que o

atravessaram, pode assumir uma realidade e uma vitalidade que não encontramos em arquivos mortos ou registros inertes.⁵ Uma lembrança suscita o pensamento e o discurso, mas também suscita imagens e afetos; pode suscitar instantes de fidelidade ou de intensa tristeza para o narrador. Quando conversamos com militantes mais velhos, o entusiasmo que experimentamos talvez seja porque o passado vem repassado de testemunho. Quando recordamos, trazemos opiniões ou práticas gerais. Mas as recuperamos, ao que parece, tomadas pela voz e gesto singulares de alguém. Concordamos com Ecléa Bosi quando se refere aos *trabalhos da memória*: lembrar é trabalho vivo da pessoa ao encaço de tempos pessoais e de pessoas perdidas.⁶

Compreendemos, finalmente, nossa insistência em entrevistar nossos colegas veteranos. Era realmente pertinente, necessário para aquilo que desejávamos, ouvir longamente os militantes, suas lembranças singulares da experiência política.

Em poucas palavras, quero dizer que nosso interesse passou da *história do movimento estudantil* para a *memória de militantes*. Com o final da graduação, a iniciação científica progrediu e transformou-se nesta pesquisa de Mestrado. Meu trabalho assumiu definitivamente as características de uma pesquisa em *Psicologia Social*. Através de entrevistas *semidirigidas* analisadas *qualitativamente*, procurei identificar e discutir dimensões psicológicas da ação política: o que abrange, em extensão e compreensão, a experiência política para os militantes? O que nos motiva à militância estudantil? Por que sofre o militante? O que a condição de estudante de psicologia implica para o militante? Procurei a palavra de antigos companheiros, veteranos do passado, referências importantes que muitas vezes ouvi informalmente e que nos orientaram, a mim e a meu grupo de colegas no CA. Agora, debruçado metodicamente sobre suas lembranças, espero ampliar suas contribuições; espero que os temas que eles trouxeram, desenvolvidos pela análise que empreendi, nos ajudem a refletir acerca da militância estudantil e da participação política.

Esta pesquisa é, sobretudo, produto de inquietações, de enigmas surgidos no seio do próprio movimento estudantil durante meu percurso enquanto militante. Encontro-me assim - ênfase - especialmente comprometido com os sujeitos nela envolvidos. Espero contribuir para o alargamento da reflexão e ação dos meus companheiros, deste e de outros tempos, acerca de si mesmos e do movimento estudantil.

⁵ Cf. BOSI, E. Op. Cit. As memórias da política “aquecem a vida pública com o calor da subjetividade que falta, em geral, ao discurso histórico oficial”, p. 458.

⁶ Cf. BOSI, E. Op. Cit.

II. Metodologia

1. Uma pesquisa em psicologia social

O enfoque da Psicologia Social incide sobre fenômenos intermediários, difíceis de considerar apenas pelo lado do indivíduo ou apenas pelo lado da sociedade. Como já o sugeri, o movimento estudantil é um fenômeno histórico-social, mas é também de dentro que, no militante, a militância se revela e aparece como *vivência política*. Faz-se necessária aqui a investigação qualitativa, debruçada sobre o homem *na* sociedade - *um* trabalhador entre os trabalhadores, *uma* criança na escola, *um* militante no movimento estudantil... Para o entendimento da *experiência política*, é indispensável o recurso aos depoimentos, é indispensável ouvir longamente os militantes.

Esta pesquisa consiste em uma *investigação psicológica da experiência política sob forma da militância estudantil*. No terreno da Psicologia Social, para exame do relacionamento entre subjetividade e política, fui orientado pelo estudo acerca da *memória* estabelecido por Ecléa Bosi⁷. Como pontos de partida para o estudo de alguns temas da pesquisa, busquei as obras de Hannah Arendt⁸, Lucien Goldmann⁹ e Simone Weil¹⁰, onde encontrei conceitos que se tornaram decisivos e que exploraremos a seguir durante a interpretação dos depoimentos. São eles, respectivamente, as noções de *ação*, *reificação* e *enraizamento*.

2. A entrevista aberta com roteiro

A Psicologia Social tem cada vez mais valorizado o recurso a *depoimentos*, que tanto podem abranger a memória da vida de uma pessoa (história de vida) como podem focalizar certa modalidade de experiência. Para o exame da participação política, aderi à modalidade *semidirigida de entrevistas*, de acordo com a denominação de Maria Isaura Pereira de Queiroz.¹¹

Observo contudo que o Prof. Dr José Moura Gonçalves Filho, em substituição do termo *entrevista semidirigida*, recomendou a utilização da denominação *entrevista aberta*

⁷ BOSI, E. Op. Cit.

⁸ ARENDT, H. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

⁹ GOLDMAN, L. A reificação. In: Dialética e Cultura. Tradução de Luis Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁰ WEIL, S. - A condição operária e outros estudos sobre a opressão. BOSI, E. (org.). Tradução de Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

¹¹ Cf. QUEIROZ, M. I. P. Variações sobre a Técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

com roteiro.¹² Com efeito, embora a obra de Maria Isaura seja a principal referência metodológica desde o início da pesquisa, a segunda denominação me pareceu mais adequada, pois evidencia o caráter aberto da entrevista, apesar da utilização de um roteiro estruturado para a condução do depoimento.

Denominações à parte, busquei estabelecer questões que fossem significativas para os depoentes, inspirando-me na experiência que, em alguma medida, nos é comum: a militância estudantil. O roteiro de entrevistas pretendeu mais provocar narrativas do que respostas dissertativas e que supusessem um gabarito. Nas entrevistas, busquei instaurar condições para a realização de um *trabalho da memória*. Por meio de questões simples e capazes de reclamar uma narrativa, procurei provocar a lembrança de vivências concretas, episódios, fatos, espaços, objetos e pessoas: tudo o que a recordação recolhe e recolhendo examina, julga e discute.

3. Sujeitos

As entrevistas envolveram depoentes que cursaram a graduação de psicologia na Universidade de São Paulo entre o final da década de 80 e o início da década de 90. A escolha dos depoentes supôs que tivessem militado durante quatro ou cinco anos da graduação, tempo que me pareceu caracterizar suficiente enraizamento no movimento estudantil. A eleição supôs também que seus colegas contemporâneos os apontassem como referências da política estudantil naquele período, e que eles mesmos considerassem seu próprio engajamento pessoalmente e historicamente significativo.

A política é fenômeno matizado por acontecimentos históricos e por conjunturas determinadas. Sendo assim, optando por restringir o campo a uma pequena coletividade e a um curto período, procurei evitar comparações entre experiências políticas demasiadamente distantes, o que sem dúvida aumentaria o grau de dificuldade da análise empreendida sobre os depoimentos. Considerar depoentes de outras décadas (dos anos 60 e dos anos 70) envolveria maior esforço para contextualizar os acontecimentos narrados e as posições tomadas pelos agentes envolvidos; envolveria uma atenção redobrada para não reduzir a lembrança de pessoas e episódios em sua complexidade, estabelecendo proximidades ou mesmo equivalências que desconsiderassem aspectos histórico-sociais característicos das variadas épocas. Embora atraente, o cruzamento de opiniões e de experiências políticas matizadas por conjunturas tão diversas me pareceu um trabalho demasiadamente complexo e arriscado para esta pesquisa, e portanto mais apropriado para investigações futuras, em regime de Doutorado.

¹² O autor ainda não publicou a respeito do termo, o que torna a referência apoiada apenas em reuniões de orientação.

Os depoentes fazem parte de um grupo bem definido: são estudantes da USP, do Instituto de Psicologia, militantes do final da década de 80 e início da década de 90. A amostra restrita de certo estabelece certas facilidades ao delimitar o campo da pesquisa. Mas também são reconhecíveis as limitações que tal opção impõe à abrangência das hipóteses estabelecidas durante a interpretação dos depoimentos. É arriscado partir de uma investigação sobre um pequeno grupo para inferir acerca da experiência política de forma genérica. Assim, procurei cuidar para que a formulação de hipóteses e teses a partir dos depoimentos não assumisse um caráter demasiadamente generalizante, reconhecendo sempre os limites da investigação qualitativa sobre um grupo de sujeitos pequeno e pouco heterogêneo.

Ao falarmos dos *sujeitos* de uma pesquisa damos a sensação, pelo próprio termo, de um distanciamento; damos a impressão de que são desconhecidos, de que são pessoas que o pesquisador conhece apenas por ocasião dos contatos necessários para a própria pesquisa. Neste caso trata-se do inverso; os sujeitos desta pesquisa são meus antigos veteranos de movimento estudantil. Essa proximidade sujeitos foi essencial para a riqueza dos depoimentos.

Sem me aprofundar nessa longa e tão aprofundada discussão acerca da distância entre pesquisador e pesquisados, e acerca das implicações deste distanciamento ou proximidade para a pesquisa, quero apenas apresentar os instantes finais da entrevista com Simone, que me parecem bastante ilustrativos a esse respeito.

Tem mais uma coisa sobre a entrevista. É sobre dar a entrevista para você. Às vezes me dava vontade de falar: “lembra, Samir, daquela situação?”. Ficava na dúvida se podia ou não falar isso, veja bem... Essas coisas da neutralidade da ciência... Acho que isso contribuiu para a entrevista ter essa cara toda, essa importância que teve para mim de lembrar essas coisas todas. Se viesse alguém que eu nunca vi na vida e perguntasse para mim sobre o movimento estudantil, acho que eu não teria falado metade das coisas que falei. A minha impressão, Samir, é que foi tudo muito afetivo. Acho que no começo da entrevista eu estava muito formal, mais distanciada, mas depois eu fiquei inundada de lembranças. Fiquei emocionada. Isso provavelmente porque era você que estava fazendo a entrevista. Você é uma pessoa que compartilhou boa parte dessa história comigo. Não só compartilhou, mas também fez parte de um projeto de Centro Acadêmico, de formação do CA muito importante. Você representa isso para mim de certa maneira.

Hoje, ver que isso chegou onde chegou, que nós estamos aqui porque você participou dessas coisas todas, e que está indo para além do CA, que

tem um pensamento em cima disso, me deixa muito emocionada. Acho que isso dá um tom diferente para essa entrevista. Fico muito contente por todas essas coisas.

Apesar do que diz a depoente, não posso deixar de advertir o leitor sobre os riscos da comunidade entre mim e meus companheiros. Por vezes durante a entrevista, reconhecendo uma vivência comum à minha, aquilo que o depoente lembrava me parecia claro, sem necessidade de maior desenvolvimento. Posso ter deixado então de interpelar, de pedir um esclarecimento, um incremento necessário à narrativa. Para alguém que não pertenceu à mesma comunidade que a nossa, para alguém que não seja um militante, talvez os depoimentos pareçam em alguns momentos lacunares, incompletos. De certo que a proximidade entre pesquisador e sujeitos foi fundamental, o que se comprova pela riqueza das entrevistas, pelo que elas nos dão a pensar. Contudo, traz também suas limitações, sobre as quais procurei ficar atento, tanto durante a condução das entrevistas quanto para o trabalho de interpretação.

Eis os militantes, seguindo a ordem de realização das entrevistas:

a. Simone

Minha companheira de Centro Acadêmico atuou no movimento estudantil durante aproximadamente quatro anos. Foi, em 1992, uma das lideranças da greve dos estudantes pela construção da nova biblioteca do IPUSP - acontecimento que mencionei na Introdução. No ano seguinte, em 1993, Simone foi diretora geral do Centro Acadêmico Iara Iavelberg¹³, e em 1994 integrou a diretoria do DCE¹⁴ da USP; em 1995 assume o papel de coordenadora geral do DCE, durante seu último no último ano de militância universitária.

Hoje, como psicóloga, Simone coordena um aparelho público de saúde mental e atende em seu consultório particular.

b. Luís

Já formado quando ingressei na Universidade, Luís ainda circulava pelos corredores do IPUSP, e suas histórias serviram de inspiração para nós todos que iniciávamos, bastante perdidos, no Centro Acadêmico.

¹³ Nome do Centro Acadêmico dos estudantes de psicologia do IPUSP.

¹⁴ Diretório Central dos Estudantes.

Luís militou no IPUSP de 1986 até 1992, alguns anos depois de formado; participou oficialmente de uma gestão de Centro Acadêmico, em 1988, mas esteve próximo de muitas outras durante seu percurso, sendo referência importante para seus colegas. Esteve por longo período a frente da Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia (ENEP); acompanhou também as discussões do DCE da USP, além de ter participado de alguns Congressos da UNE.

Hoje Luís é professor universitário, atende em consultório particular e faz parte de um grupo de psicólogos escolares que presta serviços a instituições educacionais.

4. Realização dos depoimentos

Foram necessários alguns dias para que pesquisador e depoente completassem o percurso estabelecido pelo roteiro. A primeira entrevista (Simone) teve duração de cerca de oito horas, e a segunda (Luís) levou cerca de doze horas. Ambas foram gravadas em fitas cassete.

Os dois depoimentos foram realizados em uma das salas do bloco Didático do IPUSP. O lugar não foi elemento inócuo durante os encontros; escolhido em acordo entre pesquisador e depoentes, realizar as entrevistas no Instituto foi decerto um incentivo a mais para as recordações da militância estudantil. Os corredores, os prédios, as salas do IPUSP e os locais de convivência dos alunos foram diversas vezes apontados e mencionados pelos depoentes, servindo como verdadeiros apoios materiais para o trabalho memorativo. Eram freqüentes as falas do tipo “era logo ali, seguindo para cá...”, acompanhadas de gestos que apontavam na direção dos locais dos acontecimentos evocados. Enfim, parece ter sido estimulante para os depoentes lembrar dos acontecimentos onde eles efetivamente aconteceram.

5. Problemas durante a condução da primeira entrevista

Cabe aqui fazer alguns apontamentos sobre algumas dificuldades durante a primeira entrevista, cujo caráter preliminar teve importância fundamental no aperfeiçoamento dos procedimentos empregados. Procurarei refletir sobre algumas inadequações na primeira versão do roteiro, e principalmente acerca de alguns erros durante a condução do depoimento.

Durante a entrevista com Simone, fui orientado por uma versão do roteiro de perguntas que procurava evocar, logo de início, as lembranças do curso de psicologia. O intuito era investigar em profundidade uma das questões propostas pela pesquisa: os depoentes admitem e conscientemente discutem alguma influência ou participação de sua condição de estudantes de psicologia na maneira como assumiram a militância política? Explorando em detalhes as lembranças da graduação, seria possível identificar e discutir aproximações e oposição entre o curso de psicologia e a militância estudantil.

O depoimento realmente trouxe um rico testemunho da graduação. Essa primeira etapa proposta levou um dia inteiro para ser percorrida. Mas vejamos o que deu errado.

Quando Simone chegou, no primeiro dia de entrevista, já era forte nela o desejo de falar de sua militância. Quebrando suas expectativas, fiquei demasiadamente preso ao roteiro, obrigando a depoente a ater-se às lembranças de seu cotidiano e depois da graduação. Ela relutava: não lhe era possível segurar a memória da política. Afinal, estava ali para isso, e era desejável que lembrasse! Foram freqüentes, principalmente no início, ocasiões em que ela não se conteve e falou sobre sua participação política, como a passagem seguinte:

Já, no primeiro ano, foi um ano que eu estava participando bastante de coisas de Centro Acadêmico. Já comecei, mas a gente vai falar depois... Ou não?

“Se você quiser falar algumas coisas agora. Eu vou voltar a te perguntar. Eu vou te perguntar sobre o ingresso na política, daí a gente vai chegar no ingresso no CA...”

Eu vou falar só algumas coisas para... marcar, porque talvez eu esqueça... porque estou lembrando dos anos...

Mesmo orientada por mim a lembrar dos cursos e demais atividades acadêmicas do primeiro ano, a depoente recorda do Centro Acadêmico na época de seu ingresso, e da oposição que se estabeleceu entre seu grupo e os então diretores. Trará também outros elementos políticos, como a participação de sua turma nas assembleias e discussões da época, e o medo da “manipulação” que os ingressantes tinham. Era impossível segurar a lembrança desses acontecimentos.

O momento mais crítico dessa etapa da entrevista aconteceu quando Simone procurava lembrar do segundo ano de graduação, caindo em uma espécie de vazio:

Se você me perguntar do segundo ano de psicologia, eu não consigo me lembrar... Não consigo me lembrar... nem o que eu estudava no segundo ano de psicologia...

A depoente fica algum tempo assim, sem saber o que dizer. O esquecimento não é por acaso. Como o depoimento nos demonstra, o segundo ano de graduação foi um dos mais importantes em sua militância. Trata-se de 1992, ano da greve dos alunos do Instituto, quando

retorna à militância universitária junto com seus colegas. Era um ano também em que ela havia se afastado da graduação; desiludida com o curso de psicologia.

Simone procura então orientar-se pelos anos. A depoente busca as datas: “92, 93...”.

Não sei o que foi que aconteceu com o segundo ano na minha cabeça. Ele sumiu... Não sei te dizer se foi no segundo ou se foi no terceiro... Quando você entrou eu estava em que ano? Vamos ver se você me ajuda...

“Eu entrei em 93. Acho que você estava no terceiro.”

Então foi um pouquinho antes de você entrar... Deve ter sido no segundo ano... DCE... isso foi em 92...

Malogrando a estratégia, a graduação não vem à memória, e o que surge é a ausência no Instituto.

No segundo ano parece que eu não estava aqui. Não consigo me lembrar o que acontecia aqui no segundo ano da faculdade... Que coisa estranha...

Percebendo as dificuldades da depoente, procurei orientá-la a abandonar a referência às datas.

“Você está tentando lembrar por ano?”

Estou tentando lembrar por ano...

“Se você não conseguir lembrar por ano, pode tentar lembrar pelas coisas que marcaram mais a graduação.”

Aparentemente minha tentativa obteve algum êxito. Não era sem motivo a dificuldade da depoente em lembrar-se da graduação. Pensando naquilo que lhe era significativo, Simone relembra uma época em que suas expectativas em relação à psicologia haviam sido frustradas, quando ela voltara para a “sua militância”.

Mas isso tem a ver, eu acho com o seguinte: teve uma boa parte da minha graduação que eu não existia mesmo aqui, que eu comecei a perceber que eu não suportava o curso, que o curso não me dizia nada... Sentia que meus colegas tinham leituras, interesses, objetivos completamente diferentes dos meus. Aquela minha vontade de fazer psicologia para estudar, para entrar no mundo do conhecimento, das ciências humanas, isso não estava sendo contemplado; eu não encontrava isso aqui... O posicionamento político dos professores e dos alunos era muito diferente das coisas que eu pensava.

...

Voltei para minha militância partidária lá na zona Leste. Voltei ao PT.

A partir desse momento, parece que as lembranças da militância forçam a passagem e se impõem. Em seguida, a depoente lembrará do acontecimento mais importante em sua militância: a greve dos alunos do IPUSP, em 1992.

A memória, quando pretende apoiar-se nas datas, em referências extraídas de um tempo homogêneo - o tempo mecânico dos relógios - parece cair em um vazio. Concordamos com Ecléa Bosi, para quem a memória se orienta preferencialmente por *marcos de significação concentrada*¹⁵ e não por datas ou acontecimentos estanques. Simone disse nada lembrar de um ano crucial em sua trajetória, tendo a impressão de que nada tinha a dizer. Acontece o contrário quando a memória opera apoiando-se em marcos qualitativos nos quais a significação da vida se concentrou, marcos que distinguem períodos da vida - antes da greve, depois da greve; antes de entrar na USP, depois de entrar... O tempo das recordações não é homogêneo, mas matizado, qualitativo. Deve-se atentar para que as perguntas privilegiem sempre o trabalho da memória em torno daquilo que pareceu decisivo na vida do depoente, sem que ele se arrisque a uma busca abstrata.

Na sequência da entrevista, outro problema. Demasiadamente preso ao roteiro, interrompi a depoente quando lembrava da militância, sugerindo que ela persistisse no tema da graduação, de acordo com a sequência de perguntas:

Posso falar da greve agora ou vou falando da graduação. Você acha melhor que eu fale da graduação e depois fale da greve?

“Eu vou perguntar da sua participação política depois. Gostaria que você continuasse a lembrar da graduação e que falássemos depois da greve, se não tiver problema para você.”

¹⁵ BOSI, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Tudo bem.

Seria mais apropriado ter deixado que ela seguisse pelas lembranças da greve e dos outros acontecimentos políticos, e depois retornasse à graduação quando lhe conviesse. Trata-se de tarefa difícil proceder com a memória como eu fiz, de maneira partitiva, separando as esferas da vida em compartimentos: as lembranças da graduação nessa parte da entrevista; as lembranças da política para depois... Procedendo assim, levei por vezes a depoente a cair num vazio, numa espécie de evocação sem interioridade.

Para a reflexão sobre o andamento da primeira entrevista, eis a síntese que a própria depoente faz de um certo aprisionamento que sentiu durante o nosso percurso. Duas impressões corroboraram as nossas e foram muito úteis para pensarmos na nova versão do roteiro e na maneira de conduzir a segunda entrevista:

Não sei do teu método, do método que você escolheu, mas a impressão é de que não dava para seguir uma seqüência. Eu via que você tinha um roteiro. Você está com o roteiro aqui. Eu ficava preocupada com isso: “Será que eu posso falar isso agora? Que hora que eu vou poder falar isso?”. Ficava na dúvida sobre o que falar na hora. No começo, você estava perguntando sobre o presente e eu já estava louquinha para falar do movimento estudantil, mas você ia me segurando. Eu fiquei preocupada com isso. Sei lá, para quem está sendo entrevistado... Não sei se sou eu, porque sou um pouco prolixa. Se perguntarem para mim alguma coisa, eu vou falando... A impressão é que se você largasse o gravador aí e pedisse para que eu falasse seria mais fácil. Eu ia falando, contando aquelas coisas, falando, falando... E aí você podia ir perguntando: “E tal coisa?”. Mas no meio, entendeu? Dando uns toques, privilegiando seu roteiro. Você sabe o que quer saber, eu não sei, mas eu vou contando e depois você vai perguntando.

Acredito que o sentimento de estar aprisionada não tenha sido provocado pelo uso do roteiro, mas sim por problemas em sua estrutura, e por um apego excessivo do pesquisador à seqüência de perguntas que ele estabeleceu. A memória opera, como nos comprova a depoente, trazendo contextos complexos e integrados. As lembranças não emergem fragmentadas, parte a parte: primeiro a graduação, depois a participação política... As esferas da vida parecem vir primeiramente integradas. É apenas em segunda mão que a memória é partitiva, que procura analisar, compartimentar. Lembrando, não dividimos em pedaços

nossas recordações e as trazemos à tona de forma fragmentária, analítica; trazemos as coisas, as pessoas e acontecimentos revestidos daquilo que os cercam.

Como última lição - e talvez a mais importante - aprendi sobre os perigos do apego excessivo ao roteiro. Trata-se de instrumento essencial, mas sua utilização inadequada, sobreposta àquilo que a memória do depoente sugere, pode comprometer a entrevista. Concordo com Simone que o roteiro deveria estar em segundo plano, privilegiando a lembrança espontânea. As perguntas devem servir de iscas para as lembranças, e não como obstáculos, interrupções inconvenientes e abruptas que busquem adequar a narrativa a uma sequência esperada pelo entrevistador. Em uma palavra, como Simone bem caracterizou, o entrevistador deve ir *dando uns toques*, com o auxílio do roteiro, mas sem perturbar o trabalho da memória.

6. A transcrição

O trabalho de transcrição foi atribuição minha. Procurei garantir ao máximo o cuidado na transposição do registro oral ao escrito, considerando principalmente que esta tarefa faz parte do processo de interpretação, sendo impossível destiná-la a outrem sem grandes prejuízos à pesquisa. A transcrição, supondo a passagem para o código escrito daquilo que se exprimiu na energia da oralidade, será tanto mais fiel quanto mais puder guiar-se também pela memória da comunicação não verbal - pausas, gestos, olhares... Quando não participamos do processo das entrevistas, quando não somos as testemunhas da comunicação viva, crescem as chances de uma transcrição cheia de distorções.

Para o pesquisador, a transcrição é uma espécie de retorno ao momento da entrevista. Ouvindo as passagens repetidas vezes, lembrei os gestos, as expressões; atentei para aquilo que não havia se destacado num primeiro momento. Durante a escuta das fitas, reservando a atenção apenas à voz, estamos em outro regime de atenção, mais centrado no percurso da fala, nos caminhos que ela própria estabelece. Apareceram mais nítidas as primeiras relações entre as lembranças e os assuntos que motivaram a pesquisa; a comunicação entre os depoimentos e os autores começou a ser anunciada. Já fiz apontamentos, já registrei idéias incipientes a serem desenvolvidas. O processo de transcrição iniciou o trabalho de interpretação, antecipando os primeiros temas e hipóteses da pesquisa.

7. A edição dos depoimentos

Após transcritas as entrevistas, empreendi o trabalho de edição, procurando tornar os depoimentos mais apropriados à leitura, sem contudo ferir o estilo da narrativa dos depoentes, e tampouco o conteúdo daquilo que trouxeram.

Todas as partes da entrevista aparecem na ordem em que sucederam. Optei por remover trechos que julguei de menor conteúdo, como por exemplo as interjeições.

Representei a supressão por espaços entre os parágrafos. Quando necessário, sinalizei as divisões entre assuntos ou fluxos narrativos com asteriscos (*).

8. Análise dos depoimentos

Dediquei-me à interpretação dos depoimentos antes mesmo do recurso ostensivo à literatura especializada. Objetivei principalmente não me encontrar, logo de início, comprometido com uma técnica excessivamente rígida de análise, correndo o risco de enquadrar o depoimento, reduzi-lo ou adequá-lo seguindo procedimentos assumidos de uma maneira ortodoxa. Apoiei-me principalmente em um conceito simples de interpretação: interpretar significa analisar e compor o depoimento, discriminar idéias, fenômenos e relacioná-los, progredindo no esforço de melhor compreender o ponto de vista do depoente. As entrevistas abrem um campo reflexão acerca da participação política, da memória e do movimento estudantil. Percorrendo os depoimentos repetidas vezes, procurei atinar para aquilo que neles despertava a leitura. Procurei reconhecer sentimentos, impressões, temas de estudos; procurei reconhecer pensamentos manifestos e latentes, completar caminhos de pensamento que o narrador disparou mas não concluiu. Procurei pensar a partir do que o depoente pensou, deu a pensar ou sugeriu mas deixou de pensar. Muitas vezes uma interpretação solicitou apenas o apoio naquilo que o próprio depoimento trouxe; noutras exigiu o recurso a autores. A interpretação, finalmente, envolveu a elaboração de hipóteses.

Não parti contudo para os depoimentos julgando-me como que em uma posição pretensamente neutra. Como psicoterapeuta, reconheço que o trabalho da memória pode envolver a elaboração de uma experiência, pode trazer passagens permeadas de angústia e um conseqüente esforço para superá-las. Lapsos, esquecimentos, dificuldades para recordar certos acontecimentos, deram margem a interpretações que levaram em conta conceitos psicanalíticos como os de *trauma*, *angústia* e *elaboração*.¹⁶ A experiência no movimento estudantil pode ser permeada de passagens enigmáticas. São mistérios vividos sem suficiente elaboração, deixando suas marcas no futuro. Um ex-militante, retomando seu passado, pode esbarrar nesses episódios, e pode assim enfrentá-los ou não. A memória pode suscitar um trabalho de elaboração, ou seja, um esforço para tornar suficientemente reconhecível e consciente um acontecimento traumático. Lembrar, como os próprios depoentes comprovaram, pode suscitar angústia, sofrimento; mas pode também ser uma oportunidade de elaboração, de enfrentar e superar enigmas do passado, à semelhança do que acontece em psicoterapia.

Como psicólogo social, tenho como referência as discussões que Ecléa Bosi estabelece acerca da memória. Para a autora, o tempo se organiza para o depoente menos

¹⁶ LAPLANCHE, J e PONTALIS, J. -B. Vocabulário da psicanálise. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

cronologicamente do que por eventos, acontecimentos singulares, o que chama de *marcos de significação concentrada*.

Chama-nos a atenção... a sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos, festas.

...

Convém refletir sobre a divisão social do tempo que recobre as horas do relógio e impõe uma duração nova. Um dia inteiro pode dividir-se em antes e depois de uma visita esperada. Rememoramos com vivacidade os pequenos incidentes antes de sua chegada, uma flor colhida às pressas, algum arranjo de última hora na casa. E quando a visita esperada se afasta ficamos estupefatos com a rapidez do desfecho e com o vazio que deixou depois de si.

Quando olhamos para trás podemos localizar os marcos do nosso tempo biográfico no tempo solar decorrido. Mais que os astros, pode o tempo social, que recobre a passagem dos anos e das estações. À medida que o tempo social se empobrece de acontecimentos, se afina e esgarça, vai pondo a nu aquele tempo vazio, sem aparas, como um chão infinito, escorregadio, em que os passos deslizam.

...

O ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos humanos mas tem, para cada um, sentido diferente. A noite pode ser um florescimento do social, uma intensificação do amor e da amizade que se expandem e brilham sem as peias da rotina diária. A noite pode ser um lapso de abandono e de medo para a criança, para o solitário que vê as ruas se esvaziarem, para o doente ou o asilado. A noite tem durações diferentes para o trabalhador braçal, para a dona de casa, para o escolar. As jornadas operárias em turnos alternados semanais afetam a coerência da vida da família, roubam o passado e o futuro. Impedem os projetos e a sedimentação das lembranças, lançam o trabalhador num tempo mecânico, homogêneo, onde qualquer ponto pode ser o de origem, onde não há marcos de apoio.¹⁷

¹⁷ BOSI, E. Op. Cit., p. 415-417.

A partição das lembranças não segue o tempo mensurável do relógio. Como nos ensina a autora, o ciclo temporal é comum a todos: vivemos a noite, as semanas, os meses... Mas os períodos da vida, quando lembrados, não são proporcionais na narrativa ao tempo cronológico que tomaram. Por exemplo, em atividades repetitivas e pobres de significação, como no caso da rotina burocrática das entidades estudantis - confecção de ofícios e prestações de contas; elaboração de projetos e solicitações... -, parecemos levar uma eternidade. E realmente assim perdemos muito tempo, horas a fio que poderíamos empregar em outras tarefas da militância ou então no estudo. Quando nos lembramos dessas passagens somos breves, lacônicos; a menção a elas não é proporcional ao tempo que tomaram de nós. Dizemos, quando muito, que foram tarefas cansativas, exaustivas, vazias... E somos rápidos em descrevê-las, pois nada significaram senão esforço penoso e sem grandes significações. Em contrapartida, o período de ingresso na universidade, as greves e mobilizações estudantis, as eleições e todos os marcos políticos na memória, podem ter levado um dia, ou algumas poucas horas, mas quando evocados vêm permeados de detalhes, de afetos, de lugares e de pessoas; e são evocações que nos deliciam com horas e horas de incansável ouvir e contar estórias de um tempo que valeu a pena ser vivido. Dessas lembranças, quando as ouvimos, nunca nos cansamos, queremos sempre um pouco mais...

A lembrança desnuda o que foi empobrecedor e o que foi enriquecedor em nossa experiência. Revela, sobretudo, aquilo que *marcou*; revela aquilo que, para nós, foi alvo de investimento, de angústias e afetos. Períodos intensos são trazidos com seus pormenores, vivos, suscitando intenso esforço do depoente no percalço dos acontecimentos, das pessoas, das datas e dos lugares. É esse árduo esforço que Ecléa Bosi denomina *trabalho da memória*.

... na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer,
reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do
passado. A memória... é trabalho.¹⁸

Procurei considerar nos depoimentos os *marcos significativos* em torno dos quais a vida se concentrou; marcos que distinguem períodos: o ingresso no partido, o ingresso no Centro Acadêmico; a greve, as passeatas; o ingresso na Universidade, a formatura... Procurei, sobretudo, não me arriscar em uma busca abstrata nos depoimentos em torno de datas ou acontecimentos estanques. Privilegiei o *trabalho da memória* empreendido pelos depoentes em torno daquilo que eles mesmos trouxeram e que me pareceu decisivo em suas vidas.

Entre pesquisador e depoentes supomos uma comunidade: participamos todos da militância estudantil. Estamos todos, portanto, autorizados à interrogação e significação da

¹⁸ Cf. BOSI, E. Op. Cit. p. 55.

experiência política. Isto implica não a correção de uma perspectiva por outra, mas sim a comunicação entre elas. Esforcei-me para que as memórias de todos estabelecessem os vários olhares acerca daquilo que pretendi investigar. Aceitando a interpelação de um ponto de vista por outros, procurei transitar através das várias opiniões. Nesta pesquisa, esforcei-me para que o investimento de teorias e conceitos não precedesse e nem excluísse as interpretações espontâneas, as hipóteses e temas trazidos pelos próprios depoentes. Procurei estabelecer o encontro entre autores eruditos, pesquisador e os próprios militantes, reservando à palavra de todos a mesma importância. O resultado final da investigação se propõe um diálogo alargado entre todos para assim identificar, discutir e melhor atinarmos acerca do fenômeno da experiência política durante a militância estudantil.

9. Sobre a apresentação das entrevistas

A apresentação do material da pesquisa corresponde à ordem mesma de meus procedimentos. Debrucei-me primeiramente na realização e interpretação do depoimento de Simone, e posteriormente realizei e interpretei o depoimento de Luís.

Optei por não apresentar os depoimentos editados *um após o outro* - na forma, por exemplo, de um capítulo de *apresentação de dados da pesquisa* -, e depois estabelecer um item de análise que integrasse, discriminasse e comparasse os temas surgidos nas entrevistas - um capítulo de *análise dos dados*. Tal organização traria alguns benefícios; é certo que a comunicação entre as entrevistas é inevitável; os mesmos acontecimentos históricos e temas da participação política são enfrentados de maneira ora semelhante ora incongruente pelos militantes; os momentos de angústia e as alegrias da participação política se comunicam, complementam-se mutuamente, convergem ou divergem.. É certo que as entrevistas sugerem um diálogo, um cruzamento. Mas antes, acredito, é necessário percorrer um caminho semelhante ao que percorri; é preciso, antes de tudo, ser fiel a cada depoente, um de cada vez, naquilo que ele traz de singular acerca da participação política e da militância estudantil.

Cada militante abre um campo próprio de reflexão, estruturado e ordenado de maneira própria; os elementos que traz, que revela para o tema da pesquisa, embora se comuniquem ou mesmo coincidam com os elementos trazidos pelo outro militante, não podem ser isolados da *totalidade* em que surgem. Considerei que separar os temas do contexto amplo da entrevista dificultaria uma compreensão global daquilo que cada militante revela ser a experiência da militância estudantil.

A integração preliminar das análises que fiz foi tarefa posterior à compreensão de cada entrevista como *unidade estruturada e singular*.¹⁹ Os elementos coincidentes e

¹⁹ Nesse sentido, alinhamo-nos a uma abordagem gestalista de Psicologia Social, tal como nos sugere, por exemplo, a obra clássica de ASCH, S. E. Psicologia Social. Tradução de Dante Moreira Leite e Mirian Moreira Leite. São Paulo: Nacional, 1966.

discordantes das interpretações, as relações possíveis entre os temas presentes nas entrevistas, as teses que ambos os depoentes concordam ou que divergem radicalmente, são apontados no final da dissertação. Após a leitura atenta de cada entrevista, no último capítulo (Capítulo V - Apontamentos Finais), procuro ajudar o próprio leitor a estabelecer a interlocução entre os depoentes e as análises de cada depoimento; o leitor poderá enfim, familiarizado com aquilo que os depoentes apresentam com significativo em suas narrativas singulares, estabelecer um diálogo alargado sobre a experiência política na militância estudantil.

III. A primeira entrevista

Simone

Samir - Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o seu trabalho, o seu cotidiano.

Estou no mestrado, no IPUSP, com o professor Paulo Albertini. É uma pesquisa conceitual, sobre Freud e Reich, sobre suas visões sobre a cultura. O tema do mestrado é a relação subjetividade-cultura na psicanálise; o recorte é na psicanálise até os anos trinta, num diálogo teórico entre Freud e Reich. Minha hipótese é que os dois autores têm leituras diferentes sobre como é que o psiquismo, a subjetividade se relaciona com as questões sociais e históricas, e que dessas duas leituras diferentes decorrem dois projetos de intervenção diferenciados e opostos. Basicamente sobre a questão de se é possível a felicidade humana ou não é. O mal-estar na cultura é inevitável ou não é? A neurose, a doença psíquica, o sofrimento psíquico, ele é inevitável ou não é? É algo da constituição do sujeito - uma tese Freudiana - ou é algo causado no sujeito pelas relações sociais - uma tese reichiana.

Eu trabalho com saúde mental; sou funcionária do ambulatório lá do Jaçanã, que é um equipamento da Secretaria de Estado da Saúde. É um ambulatório que atende basicamente pacientes graves. Psicóticos e neuróticos graves. É atendimento ambulatorial. Trabalho lá como psicóloga, na clínica desses atendimentos, e acabei de assumir um cargo de chefia. Além de trabalhar na assistência, eu assumi esse cargo de chefia técnica. Faço esse trabalho de coordenar o grupo e de buscar, para esse grupo, apoio teórico e político. Procuro alimentar um pouco essas questões.

Eu tenho consultório particular. Sou psicoterapeuta, mas com uma leitura psicanalítica. Trabalho também como acompanhante terapêutica.

Até o começo do semestre eu dava aulas na UNIMEP²⁰. Trabalhei com personalidade III, disciplina que estudava dois autores: o Reich e o Leontiev. A proposta era estudar as teorias de personalidade numa perspectiva social e histórica. Uma disciplina que assumi, também nessa situação de substituição, foi TEP III. Técnicas de exame psicológico III! Eu só assumi essa disciplina (nunca imaginei na minha vida que eu ia dar aula disso) porque o programa do curso tinha a proposta de romper com a visão tradicional do uso dos testes. Então continuo com vontade de dar aula, mas estou, nesse ano aqui, me dedicando mais ao mestrado, que é uma prerrogativa para isso.

Apesar de tudo, estou gostando muito das coisas como estão acontecendo. Estou trabalhando muito, estou ganhando muito mal, mas adoro esse trabalho que eu faço; gosto

²⁰ Universidade Metodista de Piracicaba.

demais. É uma sensação de que estou fazendo o que sempre quis, mesmo sem saber. Engraçado.... Acho que já faz um tempo que eu me interesso por saúde mental, mesmo antes do final da faculdade, mas a minha sensação é que hoje eu descobri que estou fazendo uma coisa que gosto demais de fazer, que fecha a Gestalt, sabe?

Gosto muito da clínica. Vejo que meu trabalho lá no ambulatório não é só clínica. É mais do que isso. Gosto demais de estudar, de pensar, no conhecimento da psicologia. Isso está no mestrado.

O consultório, que por muito tempo eu tive grandes birras, e uma resistência muito grande a atender no consultório particular, hoje em dia está... Me sinto muito mais a vontade. Acho que ele ganhou um lugar diferente. Não acho mais que isso é uma coisa da elite, que eu vou estar a serviço da burguesia. Nada disso. Eu acho que ajudo essas pessoas... Me sinto fazendo o mesmo trabalho que eu faço no ambulatório em termos de clínica.

Estou gostando muito das coisas que eu estou fazendo. É isso.

Samir - Eu queria saber como se formou seu interesse pela psicologia. Como se formou o interesse pela psicologia como profissão?

O interesse foi por justamente por uma profissão. Eu nunca pensei, na minha vida, em ser psicóloga. Durante o colegial, quando eu pensava mais no que eu queria fazer da minha vida, nunca pensei em ser psicóloga: “Ai, eu quero tanto ser psicóloga, ser psicanalista, ficar lá atendendo as pessoas...”. Nunca isso passou pela minha cabeça. O que eu sabia é que gostava muito de estudar, que queria fazer a universidade... Mas na área de humanas, porque era esse tipo de conhecimento que já me interessava... Era apaixonada por história, até por conta já do meu envolvimento político na época do colegial. Se a gente for pensar quando eu comecei a me interessar por política é uma história mais antiga, mas por história foi no primeiro colegial.

Eu estudei em escola pública no primeiro e segundo grau; fiz o primeiro grau todo numa escola municipal, que pegou a administração do Jânio, e outras que eu nem me lembro. No segundo grau, eu mudei de escola. Então fui para uma escola que só tinha segundo grau, uma escola do estado que tinha sido uma escola experimental há muitos anos atrás. Tinha uma cara ali meio de vanguarda. Eu me lembro que logo no começo, na primeira semana de aula, tinha uma professora... A minha professora de história, que era militante, era da direção da APEOESP. A filha dela estudava na minha turma. Eles eram do Partido Comunista. Ela era militante do movimento estudantil. Já começou uma história assim, uma aula completamente diferente. Eu já comecei a me apaixonar por aquelas disciplinas, por aquelas pessoas... Foi muito interessante, porque algumas coisas que eu até já tinha ouvido falar de acontecimentos do Brasil ficaram redimensionadas com aquela figura, com aquela mulher ali, muito especial.

Eu tive aula com um outro professor de história que era anarquista, que tinha participado do movimento estudantil na década de setenta, e que também vinha e trazia toda uma série de reflexões ali para a aula... Eu era apaixonada por aquilo tudo...

Tinha um professor de filosofia que era uma figura esquisitíssima, por que ele era um pastor de alguma igreja protestante. Era um cara meio reacionário, mas botou a gente para ler Descartes. Todo mundo, a galerinha do segundo ano colegial, todo mundo lendo O discurso do método, lendo A crítica da Razão Pura, de Kant...

Outro professor que me influenciou bastante era um professor de matemática, que ainda fazia matemática aqui na USP. Também era uma pessoa que tinha sua participação política. Isso era 88, 89, então tinham greves e coisas assim. Ele falava muito da USP. Eu era completamente... fanática pela educação pública. Eu digo fanática porque hoje essa é a minha leitura. Era fanatismo, quase fanatismo religioso.

Eu queria continuar estudando. Minha motivação não era para ter uma profissão, para trabalhar. Eu queria continuar estudando, queria lidar com o conhecimento, seja produzir conhecimento. Estudar: era isso que eu queria.

Então eu pensava: bom, conhecia a USP, sabia da vida universitária, que era muito mais do que se fazer um curso, porque ouvia essas coisas. das pessoas que tinham estudado aqui, esses meus professores de história, de matemática... Já vinha aqui, já freqüentava a USP. Eu vinha aqui de vez em quando. Fui assistir aula de história nessa época. Ia lá na história e ficava...

Então eu quero estudar. Ótimo, mas vou viver como? De estudar? Eu tenho que ter alguma coisa que me dê condições de ter uma profissão, de exercer uma profissão, né, de poder trabalhar.

Teve um evento lá no centro cultural, com um dos lacanianos, com um monte de gente. Estava a Marlene Guirado, o Luís Carlos Nogueira... Um evento não sei do quê. Acho que era comemoração do centenário... não sei se do Freud ou da psicanálise. Eu fui lá assistir aquele bando de psicanalistas falando. Interessante, então pode ser que a psicologia seja uma boa, porque eu vou continuar estudando, é algo das ciências humanas. Depois eu posso trabalhar com alguma coisa disso. Foi aí que eu decidi fazer psicologia.

Foi instrumental. Eu te digo que a minha escolha por psicologia foi instrumental. Não foi para ser psicóloga; isso eu construí depois de muito tempo. Nunca, nunca quis ser psicóloga. Pensei: “quero estudar, então vou fazer alguma coisa que, se eu precisar, trabalho com alguma coisa disso”.

É engraçado, porque quando eu decidi que ia fazer psicologia, eu tomei porrada de tudo quanto é lado, porque minha família já não acreditava que eu fosse fazer faculdade, que eu fosse passar no vestibular... Na minha família inteira, juntando a do meu pai e a da minha mãe, tem eu e mais uma pessoa que tem nível superior. Ninguém acreditava. Imagina na USP. As pessoas achavam que eu estava viajando: “tudo bem, você vai fazer vestibular. Mas

“você vai fazer psicologia? Mas porque você não vai fazer engenharia, qualquer coisa que preste? Você vai fazer psicologia e vai morrer de fome”. E eu decidi psicologia justamente para poder ter algum trabalho.

Samir - Me fale um pouco sobre seu primeiro contato com a USP.

Fiquei apaixonada pela USP, com a imensidão da USP, pelo mundo do conhecimento. Acho que foi um contato muito mediado por esse meu professor que era meu amigo. Meu professor de matemática que estudava no IME, um cara que dava aula por vocação. Ele fazia matemática para dar aula; fugia de toda parte de estatística. Nessa época, ele me dava uns textos para ler sobre como a matemática acaba sendo uma peneira social. As pessoas, por não conhecerem, por conta da experiência de vida delas, não conseguem aprender matemática, e isso depois acaba trazendo problemas na vida.

Era um professor de matemática atípico. Ele freqüentava muito a História. Eu ia muito na História. Nem lembro muito bem o que eu ficava fazendo lá, mas sei que vinha muito para cá. Eu ia lá, assistia aula, ficava lá embaixo... Naquela época, ainda tinham aqueles banquinhos que você não deve ter chegado a conhecer; tinha uns banquinhos de concreto com umas mesinhas, naquele vão, no saguão da história, que o pessoal ficava sentado... Tinha aquela movimentação de gente discutindo coisas...

Lia o Jornal da USP, o Jornal do Campus... toda semana, porque esse professor me dava. Eu lia, acompanhava tudo que acontecia aqui da Reitoria, do DCE. Acompanhava tudo pelo Jornal do Campus e pelo Jornal da USP. Naquela época o Jornal do Campus era muito legal. Eles falavam muito da vida política da Universidade. Era crítico, bem legal. Eu adorava aquilo tudo.

Tem umas épocas em que a USP fica inteira amarela pelas flores...

Na psicologia, eu vim uma vez, aqui no corredor. Passei, fiquei assustada, porque na época, em 89, vários prédios haviam sido interditados, mas ainda não tinham sido demolidos. Aquele monte de teia de aranha, aquela coisa abandonada, vidros quebrados... Não tinha ninguém, absolutamente ninguém no corredor da psicologia. Eu achei aquilo tudo muito estranho; fiquei andando nesse corredor aqui achando tudo muito esquisito. Não entendi nada. Achei um lugar, uma cidade abandonada, uma cidade fantasma.... Só isso. Esse foi o único contato que eu tive com a psicologia naquela época.

Samir - Você lembra de algum acontecimento nesse período, quando você começou a conhecer a universidade, seja relacionado com a universidade, ou com outras coisas?

Era 89, época da primeira eleição, da primeira campanha do Lula. Era uma agitação na cidade. Eu estava envolvida até o último fio de cabelo. Fazia cursinho e terminava o

terceiro colegial, mas estava envolvida até o último fio de cabelo com a campanha do Lula. Eu saí da greve de 88, que eu participei bastante - foi a greve da educação, dos professores da rede pública, que eu também me envolvi até o último fio de cabelo com isso... - e entrei na campanha do Lula até o último fio de cabelo. Então era esse clima de empolgação com as mudanças, com o que era certo, com os serviços públicos, o ensino público. Lembro que eu estava muito ligada a isso.

Samir -. Você lembra da sua chegada no IPUSP, depois que você passou no vestibular?

Então passei no vestibular. Não acreditava muito. Olha que louco: perdi minha identidade no dia que tinha que fazer a matrícula. Me virei de algum jeito. Fiz minha matrícula com o meu passaporte.

Vim e achei tudo muito violento quando cheguei. Duas pessoas grandes me seguraram para me pintar. Tinha lata de tinta Suvnil. Eles ficavam falando que iam jogar aquela lata de tinta em cima de mim... Coisa violenta! Para mim aquilo foi violento. Não me pintaram com aquilo, mas me rabiscaram inteirinha com tinta que não saía com água... Fiquei puta! Achei aquilo tudo muito ruim. Muito pouco acolhedor. Aquela coisa daquelas tesouras, daquelas tintas... Eu saí daqui com uma impressão assim... Li tudo que eles me deram, todos os jornaizinhos: era o Boca, especial para calourada... Li tudo aquilo. Olhei assim... meio com maus olhos, e fui embora. Senti aquilo ali mais como humilhação do que como qualquer outra coisa: “Vamos lá tirar sarro da cara desses bixos, desses calouros...”. Todo o tempo ficavam falando coisas assim.

No primeiro dia, não achava a sala de aula. Vim na Psico e os seguranças não sabiam informar nada. A aula não era na Psico. Fiquei lá feito uma idiota com a Liliane, uma colega minha, sem sabermos onde ia ser a aula. Descobrimos que ia ser na FFLCH e fomos para lá. Já estava com raiva porque eu vim aqui e não sabia onde é que era a aula, então vi aqueles, os mesmos que me seguraram lá, que me pintaram, gargalhando. Aí falei: “vou embora”. O pessoal me deu um papelzinho com a programação da semana de calouros: “Eu não vou aparecer aqui! Só vou vir aqui quando tiver aula, porque vai ser isso, essas coisas de ficar pintando”. Fui embora com a Liliane. Aí... acho que eu não vim no segundo dia, na terça-feira. Na quarta, eu vim.

Lembro que conheci o Wilson logo na semana de calouros, porque o Wilson era do segundo ano e eu era do primeiro... Aí... teve uma apresentação do CA e veio alguém do DCE falar. Se eu não me engano, foi o Eduardo Belandi. Não sei te dizer, mas veio alguém do DCE. Apresentaram CA e DCE. O Wilson estava falando alguma coisa... Acho que era pelo

DCE; nessa época ele era do DCE. Quem era do CA nessa época era... o Luís... o Luís não, o Eduardo... Iamauti, a Alecxandra,... essas pessoas.

Aí eu lembro que ele começou falar de DCE. Eu já engatei logo numa conversa com ele; já fui lá falar com ele sobre movimento estudantil. Perguntei algumas coisas: “Como é que estão as coisas por aqui?”. Falei que também fazia movimento estudantil no segundo grau, que participava do movimento secundarista... Fui engatando uma conversa, engatando uma conversa... Estava acontecendo uma porção de coisas naquela semana; eu lembro que estava acontecendo uma discussão da ADUSP²¹... Abandonei a semana de calouros aqui e fui lá com o Wilson. Estava tendo calourada do DCE. Então, ao invés de eu ficar nas coisas daqui, fiquei com o Wilson para baixo e para cima na semana de calouros, discutindo movimento estudantil. O Wilson estava no DCE nessa época. Então, já na minha primeira semana, isso marca muito a minha cabeça. Já grudei numa pessoa com quem tinha afinidade. Assim que eu o ouvi falando pensei: “bom, isso aí é mais parecido com o que eu faço, com o que eu já fazia de movimento estudantil”. E fiquei lá batendo papo, batendo papo... Muito... A semana inteira.

Samir - Você lembra de mais alguma coisa desse começo que você gostaria de contar?

Lembro... Uma impressão muito ruim... Que todo mundo já se conhecia. As pessoas da minha turma, que entrou, que entraram comigo, todo mundo já se conhecia dos colégios. As pessoas já tinham estudado nos mesmos colégios particulares. Do Vera Cruz... Vera Cruz não, Santa Cruz. Vera Cruz também, mas Santa Cruz, Logus... As pessoas eram amigas de fora. Era gente que tinha muito mais grana que eu. Isso eu já percebi logo de cara, porque as pessoas chegavam todas de carro. Tinha gente que vinha de motorista! Tinha uma menina da minha turma que eu acho que era... princesa... Não era princesa, mas era alguma... Tinha um título desses de nobreza. Ela era de outro país. A menina vinha, parava Limusine aqui, com chofer, descia e eu ficava olhando aquilo espantada. Tinha muita grana. As pessoas começavam a conversar: “então, acho que nessa semana eu vou viajar para a Patagônia. Quer ir?": “Não...”. Foi muito... Foi um choque isso. Um puta dum choque...

Tinha uma desagregação também. Lembro dessas primeiras semanas... A gente tinha aula em tudo quanto é lugar, espalhado pela USP. As pessoas vinham para cá para se encontrar, mas não se enturmavam muito. Essa era a palavra do dia na época: “tem que integrar a psicologia, tem que integrar o primeiro ano com o segundo ano, com o terceiro ano...”. Integrar, integrar, integrar: era isso que as pessoas falavam o tempo inteiro.

O Centro Acadêmico daquela época... Vamos ver... Com certeza era a Alecxandra. O Eduardo Iamauti era o diretor geral se eu não me engano... Tinha umas pessoas que

²¹ Associação dos Docentes da USP.

sumiram, que nunca mais foram do movimento estudantil... Um pessoal do segundo ano que desapareceu do mapa. Tinha um pessoal que não era diretor de fato, mas que já era dessa velha guarda do movimento estudantil da Psico: Luisão, Xandó, Heavy... Acho que na época que eu entrei ainda estava o Conrado, o Picquet... Essas pessoas mais antigas que estavam sempre em torno do Centro Acadêmico. Era esse grupo que era o CA.

Aos pouquinhos já estava rolando um certo entrosamento com as pessoas. Eu me aproximei bastante... Fiz um grupo de pessoas que eram os mais pobres da sala, os que não tinham vindo dessas escolas todas chiquérrimas. O pessoal que não tinha carro, porque a gente fazia amizade no ponto de ônibus.

Nessa época, eu tive o meu primeiro contato com o CA. Eu me interessei pelo jornal que o CA queria fazer. Tinha uma menina do PSDB que... Ficamos conhecidos como oposição ao CA... Mas eu conto isso agora?

Já, no primeiro ano, foi um ano que eu estava participando bastante de coisas de CA. Já comecei, mas a gente vai falar depois... Ou não?

Samir - Se você quiser falar algumas coisas agora. Eu vou voltar a te perguntar. Eu vou te perguntar sobre o ingresso na política, daí a gente vai chegar no ingresso no CA...

Eu vou falar só algumas coisas para marcar, porque talvez eu esqueça... Porque estou lembrando dos anos...

Nessa época, o grupo do Centro Acadêmico discutia muito isso de não ter prédio, do que tinha acontecido com o Severo... Tinha acontecido um incidente com aluna que tinha colado. Tinha rolado toda uma história de cola na prova do Severo, e essa menina foi advertida. Tinha assembléias lotadas para discutir o curso do Severo. Nessa época, o CA também discutia muito isso de não ter integração: “não tem integração”.

Aí comecei a querer me aproximar do Centro Acadêmico. Tinha uma história de um jornal do CA, que não era o BOCA, o Boletim do CA. Tinha uma proposta de fazer um grupo para sentar e fazer o jornal. Comecei a participar desse grupo, só que a gente foi... A minha leitura é que a gente foi malhado: “Quem são vocês, seus...calouros que estão chegando aqui? O pedaço é nosso, vocês não sabem de nada”. Já tinham certos interesses políticos. Tinha uma garota da minha turma que era militante do PSDB e queria estar no jornal. Ela queria - a minha leitura - estar meio por dentro do jornal do Centro Acadêmico por conta dos interesses dela. Era uma militante ferrenha do PSDB.

Esse grupo do jornal esmoreceu. A partir daí, pessoas que estavam ali querendo discutir o jornal e que não eram do CA começaram a ser identificadas como oposição ao Centro Acadêmico. Então eu chegava de vez em quando na psicologia e: “Ah, você que é oposição ao CA? Você que vai lançar uma outra chapa?”. Nem queria entrar no CA

Começaram a rolar essas confusões. Brigas, brigas aconteceram muito nessa época. Brigas com o CA.

No primeiro ano, a gente começou a ter aula na história; a gente tinha basicamente aulas lá na história. Eram disciplinas do primeiro ano; a gente tinha aula do Severo lá embaixo, naquela sala grande que era o auditório da história. Tinha aula de Geral, Luís Cláudio, as aulas de Experimental; de Aprendizagem, essas coisas todas eram lá. As aulas de biologia eram na biologia, no prédio antigo da biologia. Achava as aulas todas muito ruins... muito ruins, porque as aulas... De psicologia Geral não, eu gostava muito...

Minha turma participava razoavelmente das coisas do Centro Acadêmico, das assembleias, mas falavam para gente: “escuta, vocês são massa de manobra”. Tinha gente que falava que a gente era massa de manobra, então o pessoal tinha um pé meio atrás com o CA.

Se você me perguntar do segundo ano de psicologia, eu não consigo me lembrar... Não consigo me lembrar. Nem o que eu estudava no segundo ano... No primeiro era essas coisas: Biologia I e II... Ou não? Era biologia e sistema nervoso? Exatamente, era biologia e depois sistema nervoso. Foi a primeira turma a fazer o curso novo lá do ICB²², interdepartamental. Era um sofrimento aquilo. Meu deus! Era muito sofrimento, porque era tudo muito fora da nossa... Parecia um curso para médico.

Tinha estatística, aprendizagem, comportamental... Comportamental não. Tinha experimental I e II, treino em pesquisa... sei lá o que mais que tinha no primeiro ano, meu deus...

No segundo ano, não sei. Ah, comecei a lembrar algumas coisas! No segundo ano eu tinha aula de... antropologia, sociologia... Acho que é isso. Agora aqui o que a gente tinha? Ah, sensorial... Meu deus..... Não sei, não consigo me lembrar... TEP? Já tinha TEP? Acho que não... Não sei. No segundo ano parece que eu não estava aqui. Não consigo me lembrar o que acontecia aqui no segundo ano da faculdade... Que coisa estranha...

Samir - Você está tentando lembrar por ano?

Estou tentando lembrar por ano...

Samir - Se você não conseguir lembrar por ano, tente lembrar das coisas que marcaram mais a graduação.

Mas isso tem a ver, eu acho, com o seguinte: teve uma boa parte da minha graduação que eu não existia mesmo aqui, que eu comecei a perceber que não suportava o curso, que o curso não me dizia nada... Sentia que meus colegas eram... tinham... leituras, interesses,

²² Instituto de Ciências Biomédicas da USP.

objetivos completamente diferentes dos meus. Aquela minha vontade de fazer psicologia para estudar, para entrar no mundo do conhecimento, das ciências humanas, isso não estava sendo contemplado; eu não encontrava isso aqui... O posicionamento político dos professores, dos alunos... era muito diferente das coisas que eu pensava.

Comecei a não suportar o curso... Eu ficava de recuperação em algumas disciplinas. Reprovava pouquíssimas, mas desinteressei mesmo pelo curso... Comecei a me envolver muito com o movimento estudantil.

Não sei o que foi que aconteceu com o segundo ano na minha cabeça. Ele sumiu... Não sei se foi no segundo ou se foi no terceiro... Quando você entrou eu estava em que ano? Vamos ver se você me ajuda...

Samir - Eu entrei em 93. Acho que você estava no terceiro.

Então foi um pouquinho antes de você entrar... Deve ter sido no segundo ano... DCE... Isso foi em 92... Não, tem uma... Lembrei o que aconteceu, porque eu não lembro do segundo ano.

Por outras questões não acadêmicas... não políticas... eu... me afastei muito da USP nessa época... Eu tinha namorado um pouco o movimento estudantil daqui... Lembrei claramente o que aconteceu! Tinha namorado um pouco... Não entrei em Centro Acadêmico, não assumi nada mais orgânico no movimento estudantil aqui até essa época. Estava desinteressada, desiludida mesmo com o curso. Acho que isso eu posso te dizer. Voltei para a militância partidária em 92, é porque... Não pelo segundo ano, mas por 92 eu me lembro. Isso foi em 92... E eu... tinha terminado um namoro... daqui... Então eu queria sumir mesmo daqui da USP... Queria desaparecer daqui...

Voltei para minha militância partidária lá na zona Leste. Voltei ao PT. Entrei no PT em 88; militei muito no PT lá da zona Leste. Quando entrei na USP, me afastei do PT, da militância partidária. Depois das eleições todas, de 89, eu dei uma afastada do PT. Voltei em 92 de corpo e alma. Vinha na Psico e batia cartão mesmo. Era vir aqui para assistir aula, assinar lista de presença, ver o que eu tinha de fazer. Voltei com tudo para PT na zona Leste. Estava tendo eleição para vereador, para prefeito. Acho que era o... Plínio. Não sei se era o Plínio ou era o Suplicy... Eleição para vereador eu tenho certeza que estava tendo. Voltei para lá.

O que eu mais fazia naquela época aqui na psicologia era teatro. Em Social I. A coisa que eu mais me engajei, aqui, naquele ano, foi no teatro, para o trabalho de fazer a peça, "O Capote", do Gogol, para a Ecléa. A gente se reuniu, juntou amigos, outros nem tão amigos,... umas pessoas meio soltas, meio outsiders. Tinha um povo, meus amigos... Sempre tinha um pessoal meio largado, desgrudado da classe... Fomos fazer a peça.

A gente ensaiava sábado e domingo. Mandamos traduzir o texto do russo para português. Fizemos uma peça: conseguimos o TUSP²³, o teatro da USP; iluminação da ECA; alugamos o figurino da ECA. Para a trilha sonora a gente foi na Rádio USP gravar... Tudo maravilhoso. A gente foi convidado para inscrever a peça no Festival de Teatro da USP. No final, acabamos fazendo a peça no anfiteatro da Física.

A apresentação do “Capote” foi fantástica! Foi muito lega. Isso foi em 92. Muito interessante... O que me trouxe um pouquinho de volta à psicologia. Mas me trouxe um pouquinho de volta para a psicologia... pro teatro. Eu já comecei a pensar: “bom, acho que eu não quero mais ser psicóloga, acho que vou ser atriz”. Fui fazer curso de teatro depois do “Capote”. Achei que então devia ser atriz mesmo e que psicologia era uma bobagem... Fui fazer curso de teatro. Ficava lá lendo todos os russos. Era apaixonada pelos russos... Eu achava mesmo, viu? Eu pensei seriamente. Já estava mesmo pensando em largar a psicologia para virar atriz...

Caí um pouco de novo para a realidade. Isso foi em... 92.

O que me trouxe de volta para cá... foi a greve... foi a greve? Não. Foi o fechamento da Biblioteca.... Em 92 mesmo...

...

Você vê que eu estou falando um monte de coisas, mas não estou falando nada da psicologia, da graduação, do estudo, porque isso daí eu cumpria tabela. Eu vinha aqui fazer as coisas que eram obrigatórias. Batia cartão mesmo.

Um dia cheguei aqui, na faculdade, e tinha um cartaz em frente à Biblioteca dizendo que ela estava fechada. Nessa época, a Sylvia já era diretora. Nesse meio tempo, quando eu estava fazendo teatro, foi a eleição da Sylvia. Teve uma discussão com os alunos, tudo, os alunos apoiaram a Sylvia, para diretora, mas eu nem me envolvi com isso...

...

Logo depois da eleição da Sylvia para direção, num belo dia, cheguei aqui e estava fechada a Biblioteca... Um alvoroço... Todos nas assembléias... Aí eu... mergulhei de cabeça no movimento da greve...

Foi aí que eu reví algumas pessoas, falei com gente que eu nunca tinha falado... Foi uma movimentação que você não faz idéia. Comecei a passar os dias inteiros aqui, as noites, atrás das coisas... Foi como a eleição do Lula, em 89.

Posso falar da greve agora ou vou falando da graduação? Você acha melhor que eu fale da graduação e depois fale da greve?

Samir - Eu vou perguntar da sua participação política depois. Gostaria que você continuasse a lembrar da graduação e que falássemos depois da greve, se não tiver problema para você.

²³ Teatro da USP.

Tudo bem.

Teve a SBPC²⁴ no meio da greve. Apresentei um trabalho em treino de pesquisa em psicologia. Era sobre os gatos, com o César Ades. O César é uma pessoa legal, muito interessante. Tem alguns professores que, sem saber, acabaram me trazendo de volta para a psicologia. Todo o momento eu queria ir embora: “Isso aqui não presta para nada; eu não vou ser psicóloga mesmo!”. O César foi um. Sem saber. Pela postura dele, pela sua relação com o conhecimento. Aquele trabalho ali eu curti muito. A gente começou a pensar o gato como um animal de estimação, como uma figura de apego... O SBPC, em 92, despertou a minha vontade de estudar de novo.

No terceiro ano, tive disciplinas um pouco melhores. A Irai Carone. Eu me apaixonei. A Irai tem aquela força... A gente estudava Aristóteles. Teve Social II, o curso do João... Começaram a aparecer disciplinas que despertaram novamente meu laço com a psicologia. Coisas sempre muito teóricas. Teve também psicopatologia. Foram as primeiras experiências práticas. Tenebrosas. Visitávamos os hospitais... Alguns não existem mais. Não posso dizer que aquela experiência me despertou vontade de atender, de ser psicólogo. Muito pelo contrário, me despertou a sensação de que a psicologia era uma droga! Junto com isso, eu estava fazendo TEP, os TEPs da vida.

O que estava sendo construído para mim era que a psicologia era um instrumento para legitimar as desigualdades todas que existem. Ela estava completamente fora do mundo, do mundo social que existe. Ia tendo que não queria ser psicóloga; que psicologia era isso. Não conseguia ver que teria outra possibilidade de ser psicólogo, de fazer psicologia fora disso. Era uma experiência muito ruim. A cada aula eu ia me indignando com o que as pessoas falavam. Sobre os testes de QI por exemplo. Achava que a psicologia tinha que ser atacada, criticada. Ia construindo para mim que a psicologia era um instrumento poderoso e perigoso a serviço do sistema.

Aí vinham aquelas psicanalistas e ficavam falando dos casos delas de consultório. Eu pensava: Será que é isso? Será que psicologia é só isso? Ficar falando, falando do mundo interno? Tinha uma raiva da clínica! Me recusei muito tempo a fazer terapia. Nessa época, todos os meus amigos queriam ser clínicos; faziam análise não sei quantas vezes por semana... Eu dizia: “não faço e não quero saber!”. Tinha a ver com essa minha raiva da psicologia... Nem sei o que era direito, nem sei porque eu tinha tanta raiva... Estava ligada a uma bandeira contra a terapia, ao que ela representava socialmente.

No curso da Patto, de escolar I, eu comecei a ver possibilidades da psicologia, ou de intervenção da psicologia, diferentes de tudo isso que eu abominava. Me apaixonei pelo curso da Patto. Achei tudo muito crítico. Em toda a disciplina crítica eu me sentia em casa,

²⁴ Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

porque era isso que eu fazia o tempo todo. Em todo o trabalho que eu fazia, ficava brigando com os professores... Brigava com a psicologia na verdade.

Fui fazer o estágio na escola. Fiquei um pouco decepcionada, pois a minha supervisora era psicanalista. Hoje eu tenho consciência de que meu trabalho era um atendimento, uma intervenção clínica. Discuti com a supervisora e ouvi umas bobagens: “Só porque você é do Centro Acadêmico vem reclamar”. Mesmo assim, foi um ano bem interessante.

Pensei em trabalhar com escola. No meio de tanta coisa ruim, achei algo interessante, algo socialmente importante, diferente da clínica. O que a clínica tem de importância para a sociedade? Eu queria que meu trabalho tivesse importância para a sociedade. Tinha aquela velha história que a gente pensava no movimento estudantil, que a universidade tem que formar pessoas que tragam ganhos para a sociedade, não para a elite. A Universidade pública não deve formar profissionais que vão cuidar dos ricos no consultório particular, cobrando uma fortuna. Ela deve formar pessoas que vão cuidar dos problemas subjetivos importantes da sociedade, ou de quem precise.

Lembro de ter uma briga sobre o psicólogo ser técnico. O curso formava técnicos que vão lá e trabalham no consultório. Eu não queria que fosse assim; pensava no psicólogo como alguém capaz de fazer uma leitura dos acontecimentos. Um intelectual, não um executor de coisas.

Depois de escolar, teve o acontecimento que foi decisivo para eu virar psicóloga. Nessa época, eu já estava no DCE, cuidando de coisas da USP inteira. Então teve a disciplina do Paulo - Personalidade II. Eu cheguei na aula... Estava indo ou vindo de alguma reunião, alguma coisa assim. Cheguei atrasada, sentei lá... Eu ouvia falar bem do Paulo. Ele tinha acabado de apresentar a tese de doutorado; eu ouvia todo mundo falar. Ouvia as pessoas falarem bem dele; pessoas que eu considerava críticas... Lembro que sentei lá na aula e ele começou com aquele jeito dele meio... obsessivo, de contar aquelas coisas: onde o Reich nasceu... Me lembro como se fosse hoje: Um insight! Acho que era A Revolução Sexual que ele estava trabalhando; era um texto em que o Reich estava discutindo as transformações sociais: o quanto era importante ter todas as mudanças, a crítica da cultura, o socialismo... Estava falando como a subjetividade podia ser construída por isso tudo e qual era o papel da clínica nisso. Comecei a ouvir aquilo... Meu deus, esse homem tá falando... Esse autor está falando a minha... Sou eu que falo isso! Para mim, a clínica só serve para legitimar o que a cultura produz, traduzindo por doença! Eu sentava sempre no fundo da sala.. Lembro que nesse dia eu levantei a mão para perguntar. Algumas pessoas ficaram olhando para mim e pensando: “quem é essa daí?”. Meus colegas contavam para mim que eu era a “Simone do DCE”. Ninguém me conhecia direito. Nesse dia, levantei e falei: “você está falando que, para esse tal de Reich, a clínica pode ser um instrumento de transformação?”: “Dentro do projeto Reichiano é possível pensar isso”.

Virei uma rata da disciplina do Paulo. Não perdia uma aula; sentava lá na frente e lia todos os textos. Fiquei apaixonada pelo Reich. Fiz um trabalho para o Paulo... Lembro que sumi; tinha uma porção de reuniões do DCE e eu lembro que sumi; fiquei escrevendo o trabalho do Paulo. Escrevi, escrevi, escrevi... Dei o trabalho para o Paulo. Ele gostou e me chamou para conversar. Disse: “eu pedi para responder as duas perguntas e você escreveu umas vinte páginas. O que aconteceu? Você se interessou?”. Eu falei que tinha gostado muito. Daí comecei a me aproximar muito do Paulo; a contar muito para ele as minhas questões: que eu não sabia como juntar uma motivação minha de transformar uma porção de coisas que eu canalizava para o movimento estudantil; não sabia como juntar isso com a psicologia, porque para mim a psicologia não combinava com isso. Comecei a fazer um grupo de estudos com o Paulo; a estudar Reich. Mas estava sempre muito dividida.

Um dia, o Paulo me chamou; uma vez que eu cheguei atrasada no grupo de estudos, e ninguém foi. Ele estava puto da vida com umas coisas. Tinha tido greve na USP. Ele me chamou: “vamos conversar um pouquinho? O que você vai fazer quando você se formar?”. Isso foi no meu quarto ano. Ele disse: “a gente só pode fazer movimento estudantil quando a gente é estudante. Quando acabar, você não vai ser mais estudante, você não vai mais poder fazer movimento estudantil. O que você vai fazer?”. Eu disse: “não sei. Qualquer coisa. Eu não quero ser psicóloga, não quero ser”. Eu pensava mesmo em não concluir o curso, em só fazer o bacharelado e prestar mestrado. Aí o Paulo falou: “olha, a USP é um recorte do mundo da Psicologia. Ela tem uma cara, uma tradição, uma cultura. Não quer dizer que tudo seja assim. Será que não está na hora de você parar de ficar brigando com a instituição USP, com a instituição Psicologia da USP, e começar a dar uma olhada no que tem aí fora?”. Eu fiquei mal com isso. Meu deus, o que eu vou fazer? Não vai ter mais movimento estudantil! Vou voltar para o PT? Mas eu já estava de saco cheio do PT... Mas voltar para o PT seria uma militância pura. Eu não vou ter uma atividade onde eu possa inserir minha vontade de transformação das coisas?

Bati o olho nos murais desse prédio e vi um cartaz de estágio da prefeitura. Estágio no posto de saúde, no hospital dia (HD). Prestei no HD de Ermelino Matarazzo. Estudei, fui fazer a prova e passei. Não tinha falado ainda para o DCE que eu ia trabalhar. Isso foi de 94 para 95, do quarto para o quinto ano. Eu era coordenadora do DCE ainda. Daí passei na prova escrita e fui fazer a entrevista. Essa entrevista... Eu contei tudo isso que estava te contando aqui: que eu não gostava da clínica, que ela estava dentro do sistema de dominação, de exclusão social, que eu não fazia terapia porque eu era contra isso... E elas olhando para mim:

- “Então o que você veio fazer aqui?”

- Eu vim aqui para ver o que vocês fazem. É a última tentativa antes de decidir que eu não quero mesmo ser psicóloga”

- “E o que você faz?”
- “Movimento estudantil. Eu estudo Reich atualmente...”

Não sabia que elas eram psicanalistas, é claro... Elas perguntavam: “Por que você não está fazendo terapia? Você sabe quem são esses pacientes?”. Elas foram me encostando na parede, me encostando na parede... Eu saí dali pensando que não poderia mesmo trabalhar lá. Pirei, Samir. Cindi, mas fui fazer o estágio.

Nessa época, eu ainda tentei conciliar um pouco estágio, começo de quinto ano e o DCE, mas por uma série de problemas políticos eu fui me afastando, me afastando até abandonar de vez o DCE, o movimento estudantil.

Sofri muito nesse HD. No primeiro dia, botei o pé lá... Era uma casa bonita. Eu não sabia quem era paciente ou psicólogo. Veio uma figurinha e me perguntou: “você está vendo aquele caixão ali no céu?”. Não sabia o que dizer quando ele conversava comigo. Todo aquele meu discurso de crítica à psicologia... Eu fui tendo experiências disruptivas no HD. Sofri, penei naquele HD. Pensava: “meu deus, que curso que eu fiz, eu não sei nada”. Daí eu comecei a estudar. Aquelas psicólogas que ficaram na dúvida se me aprovavam ou não me ajudaram a compreender aquelas coisas; o que eu estava fazendo lá. Fui me apaixonando pelo trabalho... Eu falava tanto que a clínica era para pessoas que não precisavam... Essas pessoas precisam demais. Essa estória de que a clínica é para os ricos que vão fazer análise... descobri que não é.

Então estudei, virei estudiosa de psicanálise e de saúde mental. Mesmo assim, não sabia o que estudar ou o que fazer. Nessa época, havia muita gente do quinto ano trabalhando com saúde mental, seja em outros HDs, seja como acompanhantes terapêuticos. Surgiu então o grupo ELO - Estudo e Loucura. Foi fantástica essa experiência. A gente foi estudando, começou a surgir apresentação de artigos em congressos; trouxemos também a questão da saúde mental para o Instituto. Tentamos trazer isso que o instituto não discutia. Ajudou a elaborar um pouco esse caminho desde lá de trás que eu estou te contando, esse ódio à psicologia... Acho que eu fiquei um pouco mais compreensiva com a psicologia.

A psicologia não é só isso aqui que tem no instituto. Daí eu resolvi ser psicóloga; achei que dava para ser, que dava para ser clínica; tive outra dimensão do que é a clínica, do que é psicanálise, de que eu tinha horror. Esse horror tem inclusive a ver com meu tema de mestrado, com o mesmo tema que eu estou trabalhando hoje. Na época, eu queria provar que a psicanálise é um horror e que o Reich estava certo. Mas deu para amadurecer muito; deu para ver que a psicanálise não é só isso que aparece aqui, que não é esse horror.

Samir - Há algo mais que você gostaria de dizer sobre a graduação? Gostaria que você me falasse mais dos colegas...

Quando eu cheguei aqui, levei um susto. O pessoal já se conhecia dos colégios, dos clubes, com exceção de quem vinha de fora ou dos colégios públicos, ou de quem morava longe. As pessoas moravam perto, aqui em Pinheiros e na Vila Madalena. As pessoas falavam de coisas que eu não conhecia. Todos falavam outras línguas, falavam de cantores que eu não conhecia. Eu morava lá na zona Leste. Nunca tinha visto um apartamento que ocupasse um andar inteiro. Lembro que eu fui na casa de um colega da minha turma estudar estatística e não entendi quando a porta do elevador abriu dentro do apartamento. Era jeito de comer... - parece exagero, mas não é - com aqueles talheres e guardanapos... É claro que não era todo mundo. Eu me aproximei das pessoas que não eram assim: do Ed, da Rosa, do Marquinhos... Eram pessoas que não tinham carro, iam para casa de ônibus, que moravam longe, que comiam no bandeirão. Isso era um divisor de águas. O pessoal que não comia no bandeirão, sei lá onde comiam... Na casa deles, que era perto. Havia muito pouca gente de escolas públicas.

Lembro que no primeiro ano eu pedia xerox emprestado, tamanha era a minha dureza.

Numa época, quando eu me envolvi mais com o movimento estudantil, nem sabia mais quem era da minha turma. Não tinha afinidade nenhuma. Acho que eu era bem radical; achava que eram todos burgueses, reacionários, que estavam aqui para montar seus consultórios.

Fui me aproximar novamente da minha turma no quinto ano. Tanto é que as pessoas falavam para mim - depois do quinto ano, quando me aproximei de novo - que eu era a “Simone do DCE”. Era assim que eles me conheciam. Eu era a “Simone do DCE”. Eles não sabiam mais nada da minha vida. A única coisa que eles sabiam é que eu era da política, do movimento estudantil. E muitos falavam isso até ridicularizando. Eu lembro que, na minha turma, eu fui muito tempo ridicularizada por isso. Até hoje, quando eu estou conversando com algumas pessoas que depois viraram meus amigos no quinto ano, me tiram sarro. Uma pessoa, faz pouquíssimo tempo, quando eu disse que estava trabalhando no estado: “é, mas também você foi diretora do DCE, você gosta dessas coisas, de trabalhar com pobre”. Sempre tem esse resquício.

Minha aproximação com a turma começou com o ELO. Na minha turma tinha muita gente trabalhando com saúde mental: a Mirna, o Rogério, o João Rodrigo, o Rodrigo... Eu comecei a conversar com gente que nunca tinha conversado na minha vida. No quinto ano, a minha turma começou a se amar. O Uri, que tinha posições políticas muito questionáveis, virou meu amigo. Todo mundo passou a se amar. Acho que isso passou pelo afeto, não pela razão. Acho que isso foi promovido pela Heiriette e pelo ELO.

Lembro bem dos amigos que eu fiz na greve da psicologia: o Mário e o João Rodrigo. Viramos meio um triunvirato da greve. Acho que viramos, na verdade, três grandes tarefeiros. Foram amigos mais do movimento estudantil do que da minha convivência de turma.

*

Samir - Nessa parte da entrevista, eu queria que você me falasse sobre como surgiu seu interesse pela política. Você lembra como surgiu seu interesse?

As primeiras lembranças políticas que eu tenho são da década de 80. Meu irmão era militante do PT. Não era daqueles militantes de carteirinha, mas era bem envolvido. Eu não sabia nem o que era o PT direito e ficava torcendo pelo PT. Achava tudo aquilo... as estrelinhas, tudo bonitinho. Naquela época, o Fernando Henrique era do PMDB e acho que foi candidato ao senado.

Meu pai era barbeiro da polícia militar. Ele e minha mãe não eram militantes, mas eu tinha um tio, uma figura interessantíssima. Ele estudou até a quarta-série, mas era extremamente culto. Conhecia música, literatura... Quando eu aprendi a ler, ele me deu um dicionário e um livro do Camões. Ele também me deu um livro... Algo como “O comunismo para crianças”. Esse meu tio vinha todo sábado de tarde contar histórias de épocas antigas. Era uma figura parada no tempo. Ficava na barbearia ouvindo música, lendo. Ele não tinha mais contato com a família. Era fora do mundo. Eu era fascinada pelas histórias dele. Esse meu tio era comunista. Nessa época, ele não tinha nenhuma identidade partidária. Antes ele fazia campanha para o PMDB. Na época da ditadura, ele perdeu a família, foi torturado, caiu na bebida. Vivia de memória e cultura popular. Meu pai ouvia essas histórias e ficava muito bravo. Não queria deixar que meu tio contasse essas histórias. Eu protestava: “Como não?”. Nem sabia o que estava fazendo. Virei uma comunista mirim. Meu pai queria morrer com aquilo. Houve uma época em que meu pai proibiu a entrada dele em casa. Depois ele voltou, pois meu pai gostava muito dele.

Nós não tínhamos vitrola em casa. Eu infernizei meu pai e ele arrumou uma vitrolinha. Ficava no sábado à tarde com meu tio, com ele lendo Camões. Escutávamos discos do Nelson Gonçalves e do Lupicínio Rodrigues.

Lembro que tinha de fazer um trabalho sobre partidos políticos para a escola. Entrevistei meu tio com meu grupo de colegas. Achava tudo aquilo fascinante. Via as injustiças, aquelas histórias da ditadura militar. Eu era uma chata! Não ouvia música americana e não tomava coca-cola, porque era do imperialismo norte-americano. Virei uma pequena comunista sem saber que diabo era isso. Eu não sabia direito o que era socialismo ou comunismo, mas eu era contra. Contra as injustiças sociais.

No segundo grau, na minha escola, não tinha nada de movimento estudantil. Meus irmãos tinham estudado na mesma escola. Eles faziam o jornalzinho da escola. Quando entrei, também fiz jornal para criticar a escola, a direção. Nada organizado. Eu só sabia que era contra.

Eu não queria fazer escola técnica como os meus colegas do ginásio. Queria fazer o segundo grau normal para entrar na faculdade. Um professor meu de português, militante do PT, me indicou uma escola experimental. Era longe de casa; tinham outras escolas mais perto, mas eu quis ir para aquela porque era uma escola de vanguarda.

Em 88 eu fui para o segundo grau. Tinha uma figurinha, a Mariana, que era militante da UJC - União da Juventude Comunista. A mãe dela, professora de história, era da APEOESP e do Partido Comunista. A Mariana andava com broches e bottons do PC. Aí eu já me aproximei dela.

Em 88 teve uma greve dos professores estaduais. Tinha um grêmio na escola; era vendido para a UBES²⁵ fazia o que eles mandava. A gente resolveu fazer uma assembléia para apoiar a greve dos professores. Nessa época, a UBES - nem sabia direito o que era isso - era contra a greve da rede pública, porque ela era do PC do B e a APEOESP era do PT. O Grêmio era contra, pois era vendido para o PC do B. Então atropelamos o Grêmio e fizemos uma assembléia. Foram muitos alunos; muitas falas a favor do ensino público...

Nesse período, resolvemos organizar o Movimento Estudantil Independente - MEI. Tinha esse nome porque a gente era contra a UNE²⁶, a UBES e os grêmios, que eram todos do PC do B, e portanto contra a greve. Montamos uma comissão de alunos para ir conversar dentro das escolas, nas salas de aula, burlando os grêmios - que eram todos do PC do B - para pedir o apoio dos alunos para a greve de professores, que estava sendo muito reprimida. A gente estudava de manhã e passava as tardes indo de escola em escola na Penha. Resolvemos fazer uma passeata. Foi uma passeata organizadíssima; ligamos para a polícia para ela parar o trânsito... Paramos o centro comercial da Penha! Foi uma passeata imensa! Hoje eu fico pensando como é que pode... Juntamos quatrocentos alunos numa passeata de apoio à greve. Hoje eu não sei como isso foi possível. Essa passeata foi o máximo! Vieram os pais todos juntos, a televisão, quando nos concentramos na igreja da Penha... Houve discurso... Naquele momento era importante ter apoio.

Apareceram lá umas figuras que viram aquelas lideranças, aquela garotada, e começaram a querer conversar com a gente. Então, começaram a acontecer as reuniões do MEI. Começamos a discutir o que era movimento estudantil. Começou a aparecer um pessoal do Partido Humanista. Sei lá de onde apareceram; tinha gente que não era estudante. Eles queriam levar a gente para o Partido; diziam que a UBES não era tão ruim assim... Chegamos a ir numa reunião do Movimento Humanista. Diziam que eram apolíticos. Uma

²⁵ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

²⁶ União Nacional dos Estudantes.

coisa esquisitíssima. Era um pessoal meio a fim de sacanagem. Queriam transar, sei lá. Resolvemos reafirmar que era um movimento independente: não tem UMES, UPES²⁷, nem partido. Botamos os caras do PH para correr de lá.

O pessoal do MEI hoje em dia estuda ou estudou na USP.

Nessa época, a Mariana e sua mãe foram expulsas do Partido Comunista e estavam namorando o PT. Acusaram elas de serem liberais demais. Isso no final de 88. A Mariana me escreveu uma carta quando ela foi expulsa, falando de nomes que eram perigosos, que poderiam fazer armadilhas políticas para querer usar o nosso movimento. Era grande o MEI viu, Samir, tinha umas cinco ou seis escolas.

Depois do Partido Humanista, veio a UJS, que pichou a nossa escola inteirinha: “queremos aula”, “fora APEOESP”, “acabem a greve”. Um dia, a gente apanhou para valer do pessoal da diretoria da UBES numa manifestação na Praça da República, numa assembléia dos professores.

Acho que o governador em 88 era o Quércia. Ele botou a cavalaria em cima dos professores. Cada vez que acontecia isso eu ficava mais radical. Não apanhei porque fugi como uma louca. Tinha acabado de fugir da polícia na frente da Assembléia Legislativa. Logo em seguida, apanhamos da diretoria da UBES na República. Aí mesmo que eu não queria saber de nenhuma entidade estudantil.

Nessa época eu me tornei contra os partidos políticos. Resolvi que eu era contra todos os partidos porque eles eram todos “do mal”. Não eram democráticos.

Com tanta confusão, com tanta briga com a UBES e com o fim da greve, acabou o MEI. Ficou um grupo de dez pessoas na minha escola fazendo oposição à UBES. Falávamos mal deles e depois saíamos correndo para não baterem na gente. Eles vinham e pichavam nossa escola, depois a gente pintava e escrevia: “Fora UBES”. Não sei como a gente não apanhou mais feio deles.

Todo esse movimento virou um grupo de estudos. A Mariana (veja só até onde chega essa loucura...) abandonou a escola e foi para Pernambuco fazer uma militância com o pessoal rural. Era um pessoal radical esse! Nós ficamos aqui, fazendo uma militância contra os partidos políticos.

No finalzinho de 88, a Mariana voltou de Pernambuco. Ela não se adaptou muito bem lá. Ela viu que não dava muito certo, que eles não entendiam nada do que ela falava. Então ela e sua mãe entraram no PT e convidaram a gente para ir nas reuniões. Dissemos: “Imagina! Os partidos são antidemocráticos! Eles querem usar o movimento estudantil! Vão querer usar a gente como massa de manobra...”. A gente tinha umas coisas... Desde não tomar coca-cola até não usa calça jeans; não comprar nada importado... Uma coisa ferrenha que foi ficando cada vez pior no segundo grau.

²⁷ União Paulista dos Estudantes Secundaristas.

Fizemos um grupo de estudo. Pegávamos jornais e íamos recortando as reportagens políticas. Nessa época, eu era vidrada em jornal. Fizemos umas pastas com recortes de jornais. A gente ficava discutindo em cima deles: quem eram as pessoas no Brasil, quais eram os problemas... Naquela época, nas eleições, a gente não chegava para uma pessoa, dava um papelzinho e dizia: “vote nesse fulano”. Isso era um absurdo! Era coagir. Para nós, isso não era um voto esclarecido. Era melhor não votar em ninguém do que votar dessa maneira. Todas as formas de campanha, de convencimento, para a gente, eram antidemocráticas... Uma viagem.

Tanto que a Mariana e a mãe dela insistiram nós fomos numa reunião do PT na vila Ré. Nós éramos as mais novas. Estavam discutindo estratégias para a campanha do Lula. Naquela época, precisava ser filiado para fazer campanha para o PT. Chegaram para a gente e já distribuíram umas fichas de filiação e colocaram material na nossa mão. A gente achou aquilo o fim do mundo! Fomos fazer uma reunião, nós quatro do MEI, na rua: “que absurdo, olha esse material! Isso não forma a consciência crítica do eleitor! Não esclarece!”. Ninguém se filiou e fomos embora. Depois, fizemos outra reunião e pensamos: “pois é, mas se a gente ficar de fora isso nunca vai mudar”. Olha as ambições: a gente pensou em entrar no PT para poder mudar essa forma. Que santa ingenuidade! Queríamos entrar no PT para mudar essa forma de convencimento. A gente tinha uns dezesseis anos! Entrando no PT para mudar o PT! Nos filiamos em 88.

Era um inferno, Samir. A gente ia nas reuniões, um bando de menininhas chatas. Nós éramos umas chatas naquela época! Se você falasse qualquer coisa que fosse um pouco menos crítica, a gente ia lá e enchia o saco. Era uma meia dúzia de meninas adolescentes chatas! Ninguém dava a menor bola. Ninguém nos ouvia nas reuniões. Eles nos usavam como mão-de-obra: para colocar faixas e cartazes à noite. Quiseram que a gente fizesse campanha nas escolas e a gente se recusou, pois não queríamos instrumentalizar o movimento estudantil. Ele tinha que cuidar das questões do ME. Éramos umas pentelhas!

Acho que eles viram que a gente estava enchendo muito o saco e resolveram “encaminhar” a gente para o grupo da Juventude do PT da região. A gente foi. Lá também nos demos mal, pois era a mesma coisa do diretório. Tinha aquelas coisas das tendências que eu não entendia nada: o povo da Convergência, o povo da Articulação, do Trabalho... Se matando. Estava querendo saber como a gente podia ir lá na favela e discutir educação, enquanto os caras discutiam se iam guardar o material de campanha naquele diretório ou não porque lá a tendência deles não era maioria...

Daí a gente quis mudar a juventude do PT. A gente queria mudar o PT, depois a gente queria mudar a juventude do PT. A tendência majoritária ali era a Articulação, mas sempre tem os gatos pingados das outras.

Tinha, além da discussão da campanha do Lula, a eleição dos deputados estaduais e federais. Então, chegaram para a gente e disseram: “olha, tem esse candidato a deputado

estadual que é o Zico”. Eles apoiavam os candidatos da Articulação. Respondemos: “Tudo bem, eles são da articulação, mas quem são esses caras? Não vamos apoiar”. “Como não vão apoiar? Estão aqui, ó!”. Ficaram perplexos com a nossa recusa.

Não sei como essas coisas estão hoje porque eu estou meio distante, mas o grande choque na entrada no PT é que não tem discussão. Ninguém chega para você e fala: “olha, o negócio é o seguinte: tal corrente defende tal coisa, tal corrente defende...”. Nunca ninguém falou nada. Não tinha espaço para discussão. Como eu vou questionar que esse cara é o cara para quem eu vou ter que fazer campanha se aquele diretório era inteiro da articulação? Então é óbvio que você vai fazer campanha para um cara da Articulação; você não vai fazer campanha para um cara do Trabalho.

A gente fez o seguinte: conseguimos cavar um espaço dentro do diretório. Eles autorizaram a gente a fazer isso. Samir, a gente começou a chamar quase todos os candidatos a deputado estadual e federal para virem discutir com a juventude do PT daquele diretório! Não era com a juventude do PT, era com a juventude do PT do diretório da vila Ré! Então a gente ia lá, várias noites, botava o cara lá no meio e começava: “Quem é você? De onde você veio? Que compromissos você vai assumir com a gente se a gente apoiar você? O que você pensa da educação? O que você pensa não sei do quê?”. Era um... absurdo! E os caras iam, porque queriam gente para fazer campanha, então iam todos lá conversar com a gente... Muito metidas eram aquelas pessoas da juventude daquele diretório.

Naquela época, conversamos com o Zé Dirceu. Ficamos interessadíssimos no Zé Dirceu, porque ele era do movimento estudantil. Mas ninguém fechava nada até a gente conhecer todos os candidatos, até o final daquele processo. Eu lembro que a gente conversou com a Bia Pardi e com a Clara Ant - que era outra candidata a deputada estadual. Conversamos com o... Sumiu da minha cabeça, mas é importante. Foi ele que resolvemos apoiar. Me veio a cara dele na cabeça, mas não me veio o nome... Florestan Fernandes. Uma gracinha. Ele foi lá... Ele já era velhinho em 89... Eu me apaixonei, porque ele contou toda história dele, de trabalhar como garçom... Umas coisas incríveis assim. Foi o cara que mais levou a sério o nosso processo de discussão. Foi o que mais respeitou. Os outros foram lá, falaram uma porção de coisas porque estavam querendo gente para fazer campanha.

Resolvemos, no final de todo processo, que a juventude daquele diretório iria apoiar o Florestan Fernandes e a Bia Pardi. A Bia por causa da APEOESP. Aí já era um problema, pois todo mundo ia fazer campanha para o Zico no diretório, e a gente ia fazer, no mesmo diretório, para o Florestan Fernandes e para a Bia Pardi. A rigor, eles não podiam proibir isso, mas então o que eles faziam? Eles jogavam o nosso material fora... Tudo que eles podiam boicotar, boicotavam. A gente ia no comitê do Florestan, lá no Bexiga, buscar material, guardava no diretório, e eles jogavam fora, desaparecia. Um inferno.

Resolvemos que faríamos atividades independentes. Tudo nosso era independente [risos]. Não sei como eles agüentavam a gente. A gente era muito chato, mas suportaram a gente lá.

Em 89, foi a campanha do Lula. Daí a minha vida se transformou em militância do PT para eleger o Lula. Ia para a escola de manhã e de tarde fazia campanha. Em 89 inteiro foi isso que eu fiquei fazendo.

A gente fazia umas coisas... Lembra que eu te falei que a gente fazia um arquivo de recortes de jornais? Era com isso que a gente ia fazer campanha. O pessoal do diretório queria morrer! Eles levavam pilhas de panfletos e iam até o metrô Itaquera. Nós pegávamos um por um, ficávamos meia hora conversando com o cara, mostrando os recortes de jornais: “tá vendo, olha esse cara aqui, que é candidato, olha o que ele fez”. E fazia contas, explicava para o cara... Mas o diretório queria matar a gente: “Vocês ficam a tarde inteira aqui e falam com quatro pessoas!”. Respondia: “É assim que a gente vai fazer, porque nem estou preocupada se ele vai votar no Lula ou não. O que importa é aumentar um pouquinho a consciência dele sobre o que acontece no país, e que ele tenha uma postura mais crítica”. Nossa, o pessoal queria... Era uma guerra! E lá estávamos nós, com os recortes de jornais, fazendo campanha para o Lula, para a Bia Pardi e para o Florestan.

Lembro que teve uma passeata gigantesca que foi até o estádio do Pacaembu. Teve comício. Na zona Leste, a gente fez muita coisa; tinha um trabalho que eu adorava e que a gente chamava de arrastão. Parecia evangélico. Domingo de manhã a gente ia de porta em porta com os recortes de jornais.

Em 89 eu fiz bandeira. Nem a bandeira do PT oficial a gente tinha. Era uma outra bandeira, porque todo o tempo ficávamos pensando que eles estavam querendo nos cooptar; que estavam querendo nos levar para sei lá que interesses. Fizemos a bandeira com um molde diferente, com ajuda do meu professor de matemática que entrou no PT na mesma época.

Daí eu fui conhecendo o partido, fui vendo com quem eu me afinava um pouco mais... Era o pessoal da articulação. Mas sempre com aquela história: “vocês são da juventude, vocês são uns idiotas, então fiquem aí no canto de vocês que quem pensa, decide e formula não são vocês”.

Quando teve a eleição e o Lula não foi eleito, Samir, lembro que fiquei de cama. Era um envolvimento com aquela história... Fiquei de cama. Teve mais gente. Eu não conseguia me levantar da cama. Fiquei deprimida demais. Víamos o Lula muito como o “salvador da lavoura”.

Aí entrou o Collor. Lembro muito das primeiras reuniões que a gente fez no diretório, logo depois da derrota do Lula. Era aquela depressão geral. As pessoas não conseguiam nem

falar nada, porque era tanto investimento, tanta euforia que... ninguém conseguia falar: “o que nós vamos fazer agora, daqui para frente?”.

90 foi um ano em que eu me afastei do movimento estudantil, pois fiquei fazendo cursinho, estudando, estudando, estudando. Demorou muito para que eu tivesse novamente energia para alguma atividade depois daquela derrota do Lula... Acho que isso aconteceu em vários segmentos do PT... As pessoas não conseguiam pensar muito bem no que fazer.

Em 90 lembro que teve a eleição do Plínio para governador. Eu me envolvi, fiz campanha. Continuava a ir nas reuniões do PT, mas não agüentava mais ser tratada como idiota. Tinha reunião de avaliação e as pessoas não prestavam atenção no que a gente falava. Por mais que você diga que a atividade do diretório foi um horror, você é carta fora do baralho. Aquilo foi me cansando muito no diretório... Mal sabia eu que aquilo era em todo lugar.

Esqueci de falar uma coisa importante. Nessa época, aquele meu tio, que era comunista, já tinha morrido. Meu pai, que era muito resistente a essas coisas todas, virou petista. Minha mãe também votou no Lula. Botamos faixas e bandeiras em casa... Campanha eles começaram a fazer só depois de 89.

A eleição do Plínio foi outro fiasco. A eleição foi chocha, meio de ressaca após a eleição do Lula.

Em 91 eu entrei na USP. Me afastei do PT; ia apenas quando tinha encontro ou algo para votar. Não agüentava essa dinâmica em relação à juventude. Me formei no colegial. A última coisa que eu lembro que a gente fez, no terceiro colegial, foi um movimento contra uma professora de inglês, muito, muito ruim, que torturava os alunos. No dia de nossa colação de grau, fizemos um enterro simbólico dela. Aquilo foi pesado. Acho que a gente estava com muita raiva de outras coisas. Fizemos o enterro da coitada da mulher. Estava acontecendo a colação de grau, com todo mundo de branco. Fomos com roupa normal, porque a gente, da minha turma, era contra o Grêmio. As outras classes do terceiro colegial cantavam as músicas, nós não. Fizemos um caixão imenso, com vela preta... Uma coisa horrorosa! Acabou a cerimônia da colação e fizemos um discurso lembrando as coisas da greve, do movimento estudantil. Esse foi o discurso da minha turma. Na saída estávamos lá com o caixão na porta. Todos que saíam da escola cruzavam com o caixão da Neide: “Descanse em paz, Neide”. Ela viu e chorou, saiu chorando. Tiveram de carregar a mulher. Foi um horror. Eu me arrependo de ter feito aquilo.

*

Eu entrei na USP, em relação à política, meio de bode. Eu tinha passado pela eleição do Lula, que tinha sido uma desgraça, a eleição do Plínio... Estava muito de saco cheio do movimento estudantil, porque era sempre essa aparelhagem pelo PC do B e pelo MR8. Eram

peessoas que chegavam ao ponto de ir a uma assembléia para bater nos alunos. Estava muito de saco cheio. De saco cheio também com o PT, pois de certa forma isso se reproduz no PT. Tem a tendência majoritária que aparelha o diretório e quer cooptar as pessoas - não para coisas tão escusas, mas para que você votasse com eles. Estava meio de saco cheio daquelas coisas.

Quando entrei na USP já conhecia, já sabia que tinha DCE e centros acadêmicos. Acompanhava o que acontecia aqui, mas estava decidida a não me meter mais no movimento do PT, tampouco no PT, seja no núcleo do PT da USP, seja no DCE: “vou chegar aqui e fazer de conta que não estou ouvindo nada”. Só que... o Mário que fala isso: “quem foi mordido pela mosquinha do movimento estudantil [não consegue mais sair]”. Lembro que na semana de calouros já ouvi o pessoal falando de DCE. Grudei no Wilson e fui perguntar, discutir sobre que tendência que ele era, sobre quem mandava no DCE, que tendência que era... Não teve jeito. Era uma coisa esquisita... É como quando você é especialista num assunto e faz de conta que é totalmente leigo. Eu ouvia falar do Centro Acadêmico, da UNE, do DCE e fazia de conta que não era comigo. Mas com o Wilson eu conversava: “E o PT? E o núcleo do PT na USP, como é?”. Eu fiquei distante durante um tempo. O Wilson já queria me mostrar o DCE, como eram as coisas... Eu ficava na minha, não queria me envolver.

A primeira coisa na qual eu me envolvi foi o jornal, em 91. Estava acabando a atual gestão do CA e tinha uma proposta de fazer comissões de trabalho que envolvessem não só os diretores do CA, mas também alguns colaboradores. Teve a eleição e entraram vários calouros da minha turma. Tinha uma militante do PSDB, da minha turma, que abocanhou a diretoria de imprensa. Ela chamou uma reunião para reeditar o BOCA²⁸, para fazer um jornal do Centro Acadêmico. Estavam eu, a Mirna, o João Galvão, a Jaqueline, a Renatinha... Do CA, estavam essa menina do PSDB e a Alecxandra. Essas reuniões foram um horror, um horror total! A peessedebista dizia que mandava naquilo, que todo artigo do jornal deveria passar pelo crivo dela. Bom: “então o que estamos fazendo aqui?”. Isso foi dando confusão. A menina dizia que ia renunciar, a Alecxandra colocava panos quentes... A comissão se dispersou.

A partir do incidente do jornal, qualquer coisa que o Centro Acadêmico ia fazer, eu não ia. Já estava de saco cheio do movimento estudantil e não queria ficar perdendo tempo com essas coisas. Estava ressentida com as coisas do PT. Ficamos caracterizados como oposição ao Centro Acadêmico. Eles estavam no começo da gestão. Ninguém ia montar chapa contra eles; ninguém nunca tinha falado isso. Mesmo assim, passaram a chamar a gente disso. Chegavam na lanchonete e diziam: “agora que vocês estão fazendo oposição..”. Eles mesmos falavam isso. Quando faziam uma assembléia, eles ficavam defendidos quando falávamos... Uma coisa muito maluca.

²⁸ Boletim do Centro Acadêmico Iara Iavelberg.

De tanto eles falarem que a gente era oposição, de tanto eles tratarem a gente como oposição, a gente começou a virar mesmo. Ia ter um CCA²⁹ onde ia ser discutido algo importante. Eu não lembro bem o quê. Estava tendo um churrasco na lanchonete da psicologia, que era um prédio que estava todo interditado, que só tinha a lanchonete voltada para a Praça do Relógio. Eu lembro que naquele churrasco tinha alguém do PSDB dando as diretrizes do que o pessoal do Centro Acadêmico deveria votar no CCA. Eu sabia disso por causa do Wilson, que era muito ligado a esse grupo de oposição, e era do DCE. Chegamos na lanchonete e lá estava o cara do PSDB, sentado com a diretoria do CA, dizendo o que eles deveriam fazer. Que absurdo! Como eles vão votar isso no CCA e não consultaram ninguém? A gente não concorda com isso! Eles iam fazer uma reunião da diretoria do CA para decidirem, depois da conversa com o cara do PSDB, o que eles iam votar. Eu me lembro disso. Foi lá no mato, onde hoje é o prédio da ECA. Fomos todos à reunião. Fui eu, a Jaqueline, o Fabinho; o João Galvão ficava desesperado, com muita raiva. Eles foram fazer a reunião e nós fomos lá com eles. Perguntaram: “O que vocês estão fazendo aqui?”. Respondemos: “Ué, não é uma reunião do CA? Queremos discutir o que vocês vão votar no CCA”. Disseram que não podíamos, pois aquela reunião era só da diretoria. Tinha uma discussão nessa época se a reunião do CA era fechada ou aberta; se podia entrar alguém de fora da diretoria ou não. Eles não nos deixaram ficar na reunião. Saímos furiosos dali! Nos reunimos e decidimos que o João iria ao CCA. Sei lá por que ele foi no CCA; acho que era só para ficar lá olhando para a cara do representante do CA e, se ele votasse por aquilo que a gente era contra, ele falaria que aquele voto era ilegítimo, porque não teve consulta aos alunos, à base. Ele foi no CCA, no sábado. Chegou para o cara do CA e disse o que faria. Eles dois ficaram num pau... O CA teve que se abster no final das contas... Ficamos felizes da vida!

E assim foi. Acabamos virando oposição. Não lembro muito bem o que aconteceu depois disso nesse ano; só lembro desse mal-estar. Era uma briga mesmo, Samir, eram dois grupos antagônicos. Nós nos reaproximamos para discutir a calourada. Nesse meio tempo, teve a inauguração desse prédio... Eu não lembro o que houve na inauguração. Aconteceu alguma coisa nessa época... Acho que não iria ter sala para o CA nesse prédio, algo assim. Teve alguma briga para ter essa sala... Mas já era aqui o CA. Eu fiz questão de vir a essa reunião porque achei meu trote muito ruim. A gente tinha uma proposta totalmente diferente do que o CA pretendia, então já não funcionou de novo... Ninguém concordou com nada do que queríamos para a calourada. Já começou aquela briga. Acho que foi a última tentativa de aproximação.

Lembro que chegamos a discutir se montávamos ou não uma chapa de oposição ao CA. Mas eu não queria entrar no Centro Acadêmico. As pessoas insistiam, mas eu me

²⁹ Conselho de Centros Acadêmicos.

recusava, por conta daquelas coisas do movimento secundarista. Eu não queria entrar... mas também não queria ficar fora... A turma toda deu para trás; ninguém fez chapa de oposição.

Teve a eleição para o CA e toda galerinha que era da minha turma saiu, só ficou o pessoal mais antigo. Quem estava no Centro Acadêmico em 92, que foi o ano da greve? Acho que era aquela gestão cheia de calouros, com o Wilson, o Alexandre Moreira, que eram os três veteranos e a calourada perdida, vinda do além. Era novamente chapa única. O Alê Moreira entrou nessa de fiel da balança, pois o Wilson era do núcleo do PT e a Iara começou a namorar o... o Paulo, do PSDB. Nessa gestão de 92, lembro que eu achei tudo horrível, desde o nome, “Prazer em Conhecer”. Vivia criticando o Wilson. Não tinha nada a ver ele ter voltado para o Centro Acadêmico. Tinha mesmo uma coisa de controlar o CA para o DCE.

Teve outra coisa importante em 91 que foi a eleição da chapa “Vide o Verso”, do DCE. Tinha, quando entrei aqui, aquela gestão “Essa primavera é nossa”, com o Mário, o Eduardo Belandi, o Bozo, a Paula Lousada. Em 91 teve uma eleição que havia chances do PSDB ganhar o DCE. Lembro que fiz campanha para a Vide o Verso em 91, que era a chapa de continuidade, com o Wilsom, com a Paulinha Lousada novamente...

No Centro Acadêmico, começaram a ter brigas de foice entre o Wilson e a Iara, que queriam aparelhar o Centro Acadêmico para o PT e o DCE, ou para o PSDB. O Alê não sabia o que fazia, porque ele era apaixonado pela Iara, então fazia tudo que ela queria, mas por outro lado acreditava politicamente nas propostas do PT e do DCE. Os calouros, no meio disso, foram sumindo.

Era difícil conversar com o pessoal mais antigo. A moçada mais nova pensava que eles eram meio donos do CA. Tinha aquele grupo de alunos que era do Centro Acadêmico. Não tinha discussão nenhuma para a formação de chapas. Eles entravam nas salas em época de eleição e pediam o voto, só isso, sem nenhuma discussão.

De 91 para 92, ficou um grupo ainda sendo dono do CA, mas perdeu em qualidade. Nem me lembro se tinha BOCA. O pessoal mais antigo, que estava desde 91, ainda trazia alguma discussão importante para o cotidiano da Psico. Eles se preocupavam com a integração dos alunos; faziam assembléias, tinham informações interessantes no boca. Eu achava tudo muito antidemocrático, mas de 91 para 92 foi um horror, porque nem isso o pessoal conseguiu fazer. Acho que aí teve um corte, pois entrou um pessoal que não tinha experiência para poder saber o que tinha na psicologia. A psicologia estava acabando de chegar aqui, estava começando a ficar todo mundo junto. Quando esse pessoal mais antigo saiu do CA, eles abriram mão de formar o pessoal mais novo, de discutir com eles. Saíram, romperam, deixaram a molecada fazer tudo. Não ajudavam, mas metiam a lenha no que eles faziam.

Lembro que nessa época eu acabei me envolvendo com algumas coisas. Não do CA, mas nessas brigas. Ia ter uma assembléia de alunos das Ciências Sociais, onde comia solta a briga entre DCE e PSDB. A Iara tinha escrito uma carta dizendo que o CAII estava contra o que o DCE havia decidido. Foi outra briga. Ela puxava o CAII para o PSDB, o Wilson puxava o CAII para o DCE...

Eu continuei acompanhando de longe. Em 92, por conta de ter terminado o namoro - com o Wilson exatamente -, eu dei uma sumida da Psicologia. O que teve em 92... Teve eleição de alguma coisa... Em 92 eu encontrei a Luciana num comício no Anhangabau, que tinha estudado comigo, entrado no PT comigo. Ela tinha continuado no PT e estava fazendo filosofia aqui na USP. Ela me chamou para discutir a campanha de vereador, me chamou para ir lá. Disse que as coisas estavam diferentes, pois a estrutura do PT havia mudado. Fui no mesmo diretório que eu freqüentava. Encontrei a mesma galerinha de sempre... Quando eu contei que estava na USP, acompanhando as coisas de lá, o tratamento mudou! Não fui mais tratada como jovem da juventude do PT. Queriam saber a minha opinião!

Agora aquele processo que a gente tinha feito com os candidatos, deles passarem pelos diretórios, era instituído. Deveria sair um candidato não do diretório, mas da região. Eles estavam num processo de discussão com o Devanir Ribeiro. Gostei muito dele e entrei na campanha eleitoral em 92.

Acho que eu preciso tomar um fôlego para falar da greve, Samir, porque aí tem muita história...

*

Nesse ano, em 92, no final de maio, começo de junho, a Sylvia já tinha sido eleita. A Biblioteca estava fechada. Naquela época tinha uns prédios... Vindo da ECA para cá, do lado esquerdo, tinha um prédio fechado, que tinha sido interditado. Não sei bem o que tinha sido aquele prédio; acho que era alguma coisa de administração. Do outro lado, tinha a Clínica e no fundo a lanchonete, que era super bonita, virada para a Praça do Relógio. Nesse prédio tinha a salinha do CA. Esse prédio ainda estava funcionando, mas com muitas discussões. Sempre tinha assembléias; tinha umas assembléias grandes, com todos os alunos, e vinha a Zélia junto, a Odete, que era a chefe da Clínica... Isso era no salão do prédio antigo da Biblioteca. Lembro do Heavy contando que caiu um rato do teto da sala onde ele estava atendendo, e que botavam veneno para rato na sala de ludoterapia... Era barata, goteira... As salas de atendimento daquele prédio antigo eram as antigas baias de cavalo, porque quando a psicologia veio para cá, quando fundou-se a cidade universitária, aqui era a Veterinária. A FFLCH também veio para cá. Eram uma salas minúsculas, sem janela. Eram umas salas horrorosas, todas mofadas, com goteira. Era um prédio super precário, mas continuava tendo a Clínica. Caminhando ainda, do prédio da Biblioteca para cá, tinha a Biblioteca,

exatamente onde ela é agora. No mesmo lugar. Continuando mais um pouco, tinha o prédio dos professores e esse daqui, que já tinha no meu segundo ano de faculdade.

Eu cheguei para ter aula e vi uma placa na Biblioteca. Estava um alvoroço. A Biblioteca estava interditada. A Sylvia fez um pedido de laudo. Sempre tinha essa história dos laudos; dos prédios que iam cair ou não... Veio então o laudo do FUNDUSP dizendo que a Biblioteca ia cair. A Sylvia então fechou a Biblioteca.

Eu cheguei na Psico e tive uma convocação de assembléia, de emergência. Eu lembro que foi de um dia para o outro o fechamento. Chegamos e estava tendo aula. Fizemos uma assembléia. Era numa quarta-feira. Foi impressionante como as pessoas ficaram indignadas com aquilo! Era final de semestre e a gente ia ter que passar sem a biblioteca. Acho também que foi meio gota d'água, numa situação da Psico que essas turmas vinham pegando. A gente não tinha prédio para ter aula, não tinha Clínica decente... Afinal, a psicologia existe ou não? Com esses prédios todos caindo, as pessoas tiveram uma reação de... Chega de ser tratado dessa maneira!

Eram discutidas muitas coisas na assembléia: se a Universidade tem um curso de psicologia, então ela que assuma esse curso! A Biblioteca, durante muito tempo, ficou sendo um local de encontro, de referência para os alunos. As pessoas tinham uma ligação muito afetiva com a Biblioteca. Ela era também uma biblioteca de referência na América Latina. A perda não era só para a gente. Os professores diziam que poderíamos continuar só com os livros da reserva. Recusamos isso. É verdade que quase todo mundo pegava apenas os livros da reserva, mas isso era uma situação que ia prejudicar o curso, além de quem vinha de fora para pesquisar. Havia várias questões: E o que fazer com a biblioteca? Para onde vão os livros?

Exatamente quando veio o prédio de alunos, perdemos a Biblioteca. Você ganha uma referência que é o prédio de alunos e cai a biblioteca. Foi criando um alvoroço entre os alunos; começaram a se lembrar de uma greve que os estudantes de psicologia já tinham feito a um tempo atrás. Lembraram-se de todo o descaso da universidade em relação à Psicologia. Essa greve havia sido na década de 80. O Mário e o pessoal mais antigo se lembrava.

O impressionante é que todo mundo, mesmo os alunos que não estavam nem aí com a hora do Brasil, que vinham, estudavam e iam embora, ficaram indignados. Eram discussões de nível; discutíamos o desinteresse da Universidade em investir na psicologia.

Não sei se foi na primeira ou na segunda assembléia que decidimos fazer greve... Acho que foi na primeira, porque lembro que depois nos reunimos num grupo menor, numa sala lá de cima, a comissão de greve - umas quinze pessoas, de terceiro ano -, para escrever uma carta para todos os professores do Instituto, dizendo que estávamos em greve. Escrevemos nota para enviar aos jornais... Parecia um movimento revolucionário! Fomos pegar os materiais da outra greve no Centro Acadêmico. Combinamos que todo dia teria

assembléia e teria sempre uma atividade de greve. Era elaborada a coisa! Minha lembrança é de que a decisão foi na primeira assembléia, de uma unanimidade. Tinha, é claro, um ou outro que falava que a gente estava louco, que a greve não ia adiantar, não tinha cabimento: “Estudante faz greve e o que acontece? Nada, só a gente pára de estudar e pronto”.

A minha lembrança é de que até as pessoas que vinham para a aula e voltavam para a casa ficaram indignadas. Foi a primeira vez que eu ouvi falar em paralisar os atendimentos. Quando teve uma outra greve, de professores, tinha todo um cuidado para não paralisar os atendimentos. Podia não ter circular para os pacientes, podia não ter funcionário para abrir a clínica, mas tinha que se manter o atendimento, porque o atendimento é sagrado! Naquela greve de 92, as pessoas queriam parar os atendimentos.

Encaminhamos as cartas para os professores, para a Sylvia, e as notas para a imprensa. Vínhamos para cá todo o dia porque tinha aquela história: “não é porque estamos em greve que as pessoas vão sumir, tirar férias”. Na greve, fazíamos assembléia todos os dias e tinham também as atividades, como a pichação do prédio e as reuniões com a Sylvia. Isso foi acontecendo até chegar perto de julho. Quando chegou julho, todo mundo sumiu; foi todo mundo viajar e ficamos nós: três gatos pingados da comissão de greve.

Logo no começo, teve uma atividade muito legal que a gente fez. Foi uma pichação do prédio da Biblioteca. Tem fotos disso, eu acho. Não sei se elas estão no CA. Eu lembro direitinho das pessoas pichando a Biblioteca. Tinha umas frases muito legais. Eu lembro que teve até uma discussão para ver que frases que iríamos pichar nos muros da Biblioteca. Escrevemos aquela frase daquela música do Caetano: “alguma coisa está fora da ordem”. Escrevemos: “Aqui tudo parece construção e já é ruína”; escrevemos coisas do Guimarães Rosa; escrevemos: “Cadê a Psicologia?”, “Que saudades dos nossos livros...”. Super bonitinho. Todo mundo foi fazer desenhos.

Estavam todos muito chateados com a Biblioteca fechada. Acho que a Biblioteca tinha esse papel de juntar os alunos. Quando não tinha o bloco de Aulas, as pessoas tinham aula na Pedagogia, na Matemática, na FFLCH inteira, mas as pessoas tinham uma relação afetiva com a Biblioteca. Elas vinham pegar livros, se encontravam lá e na lanchonete. Na Clínica só atendiam os alunos que estavam mais para a frente do curso. Mesmo quando esse prédio foi construído, ainda era esquisito; as pessoas ainda não habitavam esse prédio. Era estranho... esse chão cor de piscina... Era tudo muito novinho.

A sensação foi a de que tiraram a nossa Biblioteca. Tiraram a Biblioteca da gente.

É aquela velha história: os professores mais próximos, mais legais, apoiavam a greve, mas os outros achavam um absurdo.

Nós fomos fazendo uma série de pedidos. No começo, a greve era só um protesto, mas nas assembléias seguintes fomos fazendo reivindicações. Dissemos que só voltaríamos e terminaríamos o semestre com a Biblioteca. A Universidade ia ter que arranjar algum lugar para enfiar a Biblioteca. Fomos até ver se havia lugar nas colmeias. A direção queria

colocar a Biblioteca dentro do bloco de Aulas. Nós não queríamos, pois acabávamos de conquistar o bloco de Aulas e não queríamos perdê-lo para alojar a Biblioteca. Não queríamos isso. Não ia caber todo mundo tendo aula aqui dentro e a Biblioteca. A proposta era que ela ocupasse metade do bloco aqui em baixo. Ficariam apenas as duas salas da frente e as salas da parte de cima do prédio: esse foi o grande embate com a Sylvia e com a Congregação.

Achávamos também que o problema da Biblioteca fazia parte de uma questão maior. O problema da Psicologia deveria ser resolvido. Ela deveria ter um plano diretor, uma delimitação da área destinada à Psicologia na USP. Não havia isso. Queríamos o plano diretor e a demolição dos blocos interditados para a construção de outros. Já falávamos de um prédio de serviços, que juntasse todos os serviços espalhados por aí. Queríamos também a conclusão do prédio dos professores. Ora, se não há lugar para a Psicologia na Universidade, que acabe o curso de psicologia na USP!

A greve foi se estendendo. Começamos então a jogar com o atraso do vestibular. Se os alunos não concluíssem o último ano (o quinto ano, que tradicionalmente não se envolve com essas coisas estava em peso na greve), não seria possível que viessem novos alunos.

Começamos a pedir reunião com o reitor. Chamamos o DCE para discutir com a gente. Eles não deram muita bola na época, nem deram infra-estrutura para rodar os panfletos, o material da greve. Fomos rodar isso, eu acho, no Sindicato dos Bancários. O reitor, na época, não deu bola. Fizemos uma passeata pela Universidade; fizemos uma aula aberta em frente à Reitoria. Acho que o Zeca que deu essa aula... Tinha mais algum professor, mas não lembro. Acho que o Yves... Foi uma passeata grande. Pegamos o bumbo do Centro Acadêmico. A aula aberta foi sobre a situação da Psicologia.

Tentamos uma reunião com o Reitor. Mesmo com a aula aberta, nem ele nem o chefe de gabinete receberam a gente. Fomos lá na Assembléia Legislativa. Montamos uma comissão de alunos e fomos lá, batendo de gabinete em gabinete dos deputados estaduais, desde o PT até os mais... horrorosos. Teve deputado que deu pouco apoio: disse que ia mandar um fax. Mas teve um deputado do PT... Um que estava investigando a questão das heranças vacantes: o destino delas na USP, que deveriam ir para a assistência estudantil. Tem muito dinheiro nisso, e o CRUSP³⁰ está do jeito que está... Ele pegou o telefone e ligou para o Lobo. Começou a comentar dessa questão das heranças vacantes. Fez meio uma chantagem com ele, depois comentou que estávamos ali. Ele pediu para que fôssemos recebidos. O Reitor marcou uma reunião coma gente na mesma hora. Saímos da Assembléia Legislativa soltando rojão!

Fizemos uma reunião com o Reitor. Eu voltei lá na Reitoria outras vezes, mas aquela foi a primeira. Vimos a sala do Reitor, aquela mesa cheia de balas... Estávamos lá com a nossa cartinha de reivindicações. Sobre o paradeiro da Biblioteca, ele não se meteu muito.

³⁰ Conjunto Residencial da USP.

Disse apenas que não havia lugar na Universidade. Mas ele garantiu o plano diretor. Ele nos encaminhou diretamente ao FUNDUSP para discutirmos o assunto com o Prefeito da Cidade Universitária. Estávamos felizes da vida! Estávamos quase querendo terminar a greve, mas havia ainda o impasse de onde iria parar a Biblioteca.

Continuamos em greve e começamos a ir nas reuniões com o FUNDUSP para ver o plano diretor. Era uma festa! A gente sentava na mesa e ficava lá vendo o projeto. Queríamos o plano diretor e o projeto da Biblioteca nova. Queríamos uma garantia de que iria ser demolido o prédio antigo e construída a nova Biblioteca. Até um tempo atrás, o plano diretor estava num quadro em alguma parede aí, não sei se era no Centro Acadêmico. Tinha um quadrinho com esse plano diretor. Acho que hoje em dia estão saindo essas coisas... A Clínica, o prédio dos professores... Até então não tinha nada dizendo que um dia derrubariam os barracões e construiriam a Clínica, a Biblioteca... Não tinha nada dizendo: “algum dia nós vamos derrubar aqueles barracões, que eram dos cavalos, e vamos fazer uma clínica”. Não tinha. Se tivesse caído tudo e a gente não tivesse feito a greve, não tivesse ido falar com o deputado e feito o escarcéu todo que a gente fez, ia cair e... sei lá o que ia acontecer... Os professores não peitavam essa briga. Os diretores muito menos. Isso eu acho que está muito claro que foi uma conquista dos alunos, o que é impressionante.

Em julho, todo mundo foi viajar. Quando começou a chegar julho, fizemos uma escala, um rodízio, uma espécie de plantão de greve. Isso deve estar em algum lugar do CA. Eu acabei ficando julho inteirinho aqui. Em julho, a comissão de greve se resumiu ao Mário, a mim, ao Wilson, ao João Rodrigo (ele estava muito envolvido nisso), e a alguns que apareciam, como o Chico, a Ângela. Basicamente, ficamos aqui eu, João Rodrigo, Mário e Wilson.

Nessa época teve a SBPC aqui no Campus. A abertura da SBPC foi no Teatro Municipal. Estavam lá o Reitor, a Carolina Bori, esse povo todo. Nós fomos lá e colocamos um monte de faixas da Psicologia dizendo várias coisas: que a gente não tinha prédio para estudar... Foi forte aquilo. Nós conseguimos chamar muita atenção. Preparamos um monte de panfletinhos contando nossa história trágica na Psicologia e demos para todos que foram lá. Na mesa de abertura estava o presidente da UNE, o Lindberg Farias. Nessa época, eu não era ligada ao DCE, então não tinha nenhuma briga com a UNE. O Wilson já era, mas a briga não era de frente ainda com a UNE. Exigimos que ele se referisse a nós na fala dele, e ele falou.

Durante a greve, não teve Centro Acadêmico. Ele só fazia as atas da assembléia. A única coisa que fez foi chamar a primeira assembléia. Quem tocava mesmo as coisas era a comissão de greve.

Continuando a greve, insistimos para que a Biblioteca não viesse para o bloco de Aulas. Os representantes discentes, ligados ao PSDB na época, foram conversar com a Sylvia sem a gente saber. Olha que loucura! Eles eram representantes discentes. Era uma greve dos

alunos e eles foram conversar com a Sylvia para ver uma maneira de acabar com a greve. Ficamos sabendo disso muito por acaso. Alguém deixou escapar essa história. Eles vieram na nossa assembléia acabar com a greve. Na assembléia que foi em agosto, logo depois das férias, as pessoas já não estavam muito acaloradas. Já tínhamos conseguido algumas coisas e a reivindicação de não trazer a Biblioteca para cá foi perdendo força. E vieram os RDs do Conselho Universitário. No fim, as pessoas decidiram voltar às aulas, com a Biblioteca vindo para cá. Lembro que fiquei com muita raiva disso, porque fiquei aqui julho inteirinho vindo de lá para cá, batendo o pé com essas coisas todas, daí volta todo mundo de suas viagens, da Europa, e decide ter aula. Na minha opinião, engolimos um sapo danado com a Biblioteca vindo para cá. No dia da assembléia, eu lembro que tinha um louco, desses que andam pela História, que queria fazer trincheiras em volta do prédio de aulas para os livros não entrarem. No fim, os livros entraram mesmo e engolimos esse sapo.

Tivemos aulas até fevereiro, pois o primeiro semestre foi até setembro. O segundo foi até fevereiro. Era carnaval e estávamos tendo aula. Dava muita raiva! As pessoas ficavam espremidas naquelas salas da pós-graduação. Eu adorava ficar dizendo: “Tá vendo, vocês não quiseram acabar com a greve? Não queriam que a Biblioteca viesse para cá? Agora agüentem!”.

*

Eu não lembro direito como começou essa história de eu entrar no CA... Acho que eu comecei no movimento estudantil de psicologia na greve. Nessa época, o Centro Acadêmico estava completamente esfacelado. A única coisa que funcionava era o Alexandre Moreira. O Wilson sumiu - sei lá o que aconteceu com ele. A Iara e os calouros também... O Alê Moreira ficou controlando o mural. Era uma cena deprimente. Você via o Alexandre Moreira e ele era um CA ambulante. Só falava disso e ficava colando cartazes no mural. Você passava pelo corredor e via a letra do Alexandre Moreira naqueles cartazes, em pincel atômico vermelho, dizendo: “veja isso, veja aquilo”.

Lembro que uma vez entrei na sala do Centro Acadêmico e estavam lá o João Rodrigo, o João Galvão, o Mário, discutindo que aquele Centro Acadêmico tinha morrido e que precisávamos fazer alguma coisa. O Mário disse para mim que eu precisava entrar no Centro Acadêmico. Aquela velha história... Eu entrei no CA e no DCE da mesma maneira. O Mário chegou e foi dizendo: “Simone, veja bem, você é uma liderança...”. Eu dizia que não queria. Estou vendo a cara do Mário me dizendo essas coisas! Eu nunca tinha visto a Anaruez na vida. Ela estava na pós-graduação e já havia feito movimento estudantil. A Luciana Dadico eu também não conhecia. Não sei como ela apareceu nessa história. Então eu disse: “se for para montar uma gestão para discutir o movimento estudantil na psicologia, o Centro Acadêmico, eu topo. Se for uma coisa só para dar uma chacoalhada nas pessoas, eu

topo. E se for uma chapa que tenha o João Rodrigo, o João Galvão, a Anaruez, porque esse negócio de ficar enfiando um monte de calouros dentro do CA é muito complicado”. Até a possibilidade do Mário entrar na chapa a gente cogitava. O pessoal ficava brincando que ia ser a chapa dos dinossauros.

Para encurtar a conversa, o João Rodrigo não entrou na Chapa, e o João Galvão muito menos. Me vi junto com a Luciana Dadico e a Anaruez, que eu mal conhecia. Aí teve a turma de vocês. Acho que teve uma daquelas velhas reuniões que tem quando está chegando perto da eleição: botam a plaquinha dizendo que vai haver uma reunião para discutir a sucessão do Centro Acadêmico. Vão sempre uma pessoas lá, que acabam virando diretores. As pessoas vão na reunião para ver o que é isso [risos] e acabam entrando no CA. Eu lembro que tinha uma reunião dessas em que eu pensava: “Meu deus, olha esses meninos!”. Porque eram todos muito novinhos! Então era o Daniel, você, tem outros que eu não me lembro os nomes... Eram todos meninos, não tinha nenhuma caloura. Tinha o Carlos também: “Meu deus, o que a gente vai fazer com esses meninos?” Eu, a Anaruez, nós conversávamos disso. Daí surgiu a idéia revolucionária de fazer uma chapa tampão. Você lembra disso, Samir?

Samir - Lembro, lembro.

A idéia era fazer uma chapa para poder mudar o estatuto do Centro Acadêmico, a data da eleição, para ter tempo de haver discussão, para as pessoas conhecerem, vivenciarem mais o Instituto. Nesse meio tempo, a gente não ia fazer nada, só refletir sobre o papel do centro Acadêmico e puxar as pessoas para essa discussão. Montamos nossa carta programa com essa idéia. A proposta era que a gente fosse até o final do ano para ter uma assembléia, para mudar o estatuto e ter uma nova eleição. Isso era bom, porque eu podia entrar nesse negócio curtinho, discutir alguma coisa e tudo bem. Então eu fui.

Lembro que a carta programa eu fui escrever na casa da Anaruez. Eu queria matar o Mário, o João Rodrigo e o João Galvão. Esses caras me enfiaram nesse negócio, com gente que eu não conheço... Lá estava eu, na casa da Anaruez e da Luciana Dadico, escrevendo a carta programa. Depois, eu fui achando a idéia de chapa provisória legal.

Lembro que a gente passou nas salas de aula para falar do CA. Acho que a gente foi se apropriando do espaço do Centro Acadêmico. Era um espaço morto. Pelo menos agora tinha um grupo em torno dele.

O que a gente fez naquela gestão, heim? Boa pergunta. Teve a campanha Diretas para Reitor... A gente começou a se aproximar do DCE... Teve também a discussão da sala pró-aluno... Entramos também, para valer, na questão da sucessão do Reitor. Nessa época, o João Rodrigo entrou no DCE. Coitado. O João Galvão entrou como Representante Discente no Conselho de Graduação.

No fim, a gente foi se apropriando do CA e elevando bastante o nível de discussão. Abandonamos essa idéia de chapa provisória. Colocamos o xerox lá dentro do CA, fomos no Congresso da UNE, em Goiânia. Nos envolvemos com a discussão da carteirinha de passe...

Minha impressão é que aquela gestão do Centro Acadêmico mergulhou no movimento estudantil mais geral. Nem sei se a gente conseguiu fazer o que a gente queria, que era aproximar os alunos do CA. Acho que nós conseguimos injetar vida no CA, que estava... Tinha um clima de “o CA vai acabar”. Acho que a gente reergueu o Centro Acadêmico, tanto o espaço físico como a participação dele. Tiveram as reuniões com a Sylvia, o SBPC... A gente conseguiu um ônibus para ir até Recife e depois para João Pessoa, no Seminário de Currículo de Psicologia. Se nós conseguimos nos aproximar dos alunos, eu não sei. Acho que não. O que eu acho é que ele passou a existir de novo. Aos poucos, os alunos viram que existia o CA. Mas hoje eu avalio que aquela gestão do Centro Acadêmico não se aproximou das questões dos alunos, da sala de aula. Não foi como na greve, porque na greve foi um puta movimento. Foi grande em número e foram discussões aprimoradas. O movimento da greve partiu do cotidiano dos alunos. Acho que essa gestão do CA formou militantes estudantis para a política estudantil dentro da Universidade. Era um movimento estudantil universitário. Nossos alunos aqui, naquela época, não sei se eles acompanhavam. Para a gente, o movimento Diretas para Reitor tinha uma importância muito clara, mas para os alunos eu não sei. Acho que formamos quadros para o movimento estudantil. Nós fizemos um ato, na inauguração da sala pró-aluno, contra aquele grupo político que estava na Reitoria. Não tinha os alunos. Estava lá o Centro Acadêmico e o DCE. Também na passeata que fizemos com a Banda do Peru pela USP, o Centro Acadêmico estava lá, não os estudantes. Não sei se eles achavam importante discutir aquelas coisas. Nós achávamos importante discutir aquelas coisas. Eram importantes mesmo.

Começamos a participar muito da vida política da Universidade. Depois disso, foi natural a minha ida para o DCE. A gente continuou aqui. Desencanamos daquela história de mudar o estatuto. Eu fui para o DCE mas ainda estava no Centro Acadêmico. Estava no terceiro ano. A segunda gestão do Centro Acadêmico manteve uma porção de gente da chapa anterior, da “Seremos Breves”. Entraram algumas pessoas novas, como o Fred. Nessa época, ainda estava no Centro Acadêmico. Tinha que estudar, participar do CA e do DCE, que é uma estrutura gigantesca. Não tinha condição. Eu acho que, a partir do momento que eu fui para o DCE, me distanciei da Psicologia. Até vinha em algumas reuniões, mas do cotidiano da Psicologia eu me afastei.

Samir - Antes de você prosseguir, depois dessa passagem pelo CA, eu queria que você se certificasse que você me falou tudo que você lembra. Quer dizer, tem algum fato que você lembra e que te influenciou, que marcou e que você não falou? Você queria falar mais alguma coisa sobre o que você trouxe até o momento?

Eu não sei se é um fato, Samir, mas acho que é esse jeito que eu... Contando para você, eu vou pensando que eu resistia à política estudantil, tanto no segundo grau com na Universidade. Eu não pensava: “agora vou fazer política estudantil”. Eu ia resistindo. Eu queria defender as idéias que achava certas, mas não era contra a UBES ou contra o Grêmio. Quando eu via, já estava lá fazendo um monte de coisas. Na Universidade, no Centro Acadêmico e mesmo no PT, sempre foi assim: “concordo com uma porção de coisas, mas resisto à estrutura”. Não acreditava muito nessa forma de política, de organização, de representação: “Será que os caras que estão lá na sala de aula estão aí com isso?”. Mas eu não agüentava; sempre tinha alguma situação que me empurrava para fazer essas coisas. Antes da greve, algumas coisas que o CA fazia eu queria fazer, mas não deu certo. Teve o jornal, depois o CCA... Eu me envolvia nessas coisas, mas não queria ser diretora do CA. Acabava indo. No CA, eu tenho bem claro que fui empurrada. Lembro do Mário me empurrando, me dizendo que eu tinha que entrar, que fazer parte da entidade. No DCE foi a mesma coisa. Quando eu entrava, eu vestia a camisa. Vesti a camisa do Centro Acadêmico. Trabalhava para caramba. No DCE foi a mesma coisa. Quando eu vi, já estava lá. Na segunda gestão do DCE, foi a mesma coisa. Não queria entrar, mas quando vi, já estava como coordenadora.

Depois da greve, o Mário, o João Rodrigo e o João Galvão, passaram a ser pessoas de referência para mim. Até então, eu não conhecia o Mário, o João... Essas pessoas viraram tanto amigas quanto referências políticas. E depois, o grupo do Centro Acadêmico... Esse grupo foi se constituindo como uma referência de identidade mesmo... Acho que o CA acabou sendo mais isso do que outra coisa. Não sei se a gente conseguiu atingir os alunos, mas nesse grupo discutíamos uma série de coisas que eram importantes para a gente. Aquilo era um espaço de referência política para a gente. Para mim, era muito isso. Eu penso isso hoje. Naquela época, eu achava que a gente estava fazendo as coisas como representantes dos alunos. Olhando de longe, hoje, eu penso que era um grupo que se reunia para discutir uma série de questões políticas que não podiam ser discutidas com os alunos, nas salas de aula. A gente não precisava ter entrado no CA; a gente podia ter ficado quietinho no nosso canto, discutindo essas coisas na sala de aula, em Psicologia Social, por exemplo. Fico me perguntando: por que diabos a gente foi fazer movimento estudantil? E por que aquilo era bom? Porque tomava um tempo danado da vida. A gente saía de final de semana para discutir. Ia para a casa do João Rodrigo. Você lembra? Ficávamos discutindo um monte de coisas, do CA, da sociedade. É porque eu acho que não dava para discutir isso em lugar nenhum. Então esse grupo do Centro Acadêmico acabou sendo importante por isso. Mesmo depois que eu fui para o DCE, a minha referência continuou sendo esse grupo do CA.

Quando eu cheguei no DCE, achei tudo aquilo... Tinha um pavor de entrar no DCE. Não queria. Lembro que nem sabia como fazer uma campanha direito. Essa história de ser levado... Eu contei um pouco da história da minha entrada no PT. Falavam para a gente fazer as coisas de um jeito e a gente se recusava. No DCE, eu me vi obedecendo as diretrizes do grupo mais velho. Não porque eu era idiota, mas porque eu não sabia o que fazer. Cheguei no DCE: sei lá o que é isso, ou se é importante para mim, para a Universidade. Mas tem um grupo em quem eu confio politicamente e que me convence que isso é importante. Me convenciam que a atuação do DCE era importante dentro e fora da Universidade.

Tinha todo um projeto que vinha lá do Gilberto... O Gilberto era um ex-diretor do DCE, que era o capa-preta. De fato, ele era o capa-preta: aquela pessoa de quem você só ouve a voz. Eu nunca conheci o Gilberto. De vez em quando eu ouvia dizer: “olha, o Gilberto falou isso...”, ou apareciam uns documentos do Gilberto. Até isso. Uma linguagem lá no DCE: aparecia um documento do Gilberto dizendo que no DCE agora a gente tinha que fazer tal coisa. Eu achava que esse Gilberto era meio que nem Deus! O homem falou isso... Eu lia as coisas que ele escrevia e achava fantástico. Pronto, temos que ir por aí: “Não pode acabar o subsídio integral no bandeirão...”. Então vamos lá. Eu nem sabia que era tão importante. Para falar a verdade, quando eu entrei no DCE, nem sabia que isso era tão importante e nem deu tempo de discutir isso, porque já tinha o Deus lá, o Gilberto, e os apóstolos, o Mário, o Edu, o Bozo, esse povo todo, que já dizia isso. E eu ia lá então defender isso porque esse povo tinha falado. Meu começo no DCE foi muito ruim. Acho que foi muito parecido com a minha entrada no PT, com a diferença que eu confiava nessas pessoas, então nem pensava muito se essas coisas eram importantes mesmo ou não.

O primeiro grande susto com o DCE foi a dimensão. É a USP inteira! Se no Centro Acadêmico você já se sente longe dos alunos, o DCE parece uma... abstração para os alunos em geral.

Lembro que minha primeira gestão de DCE foi muito tímida. Cheguei lá aos poucos, me aproximando de algumas pessoas... Tinha pavor de coordenar CCA. Não me botavam para coordenar CCA de maneira alguma. Tinha medo, medo de algumas coisas, porque era tudo muito grande no DCE.

Minha primeira gestão foi marcada por aquela história toda da UNE. Acho que era um DCE muito aparelhado. Muito aparelhado por esse grupo antigo no movimento estudantil. Era uma prática já... não pensada. Uma prática que está aí: “então movimento estudantil é isso; vamos continuar fazendo isso e pronto”. Aparelhado nesse sentido, pelos interesses políticos partidários (partidários é o meu partido inclusive). Minha impressão era que não dava para pensar muito. Vamos discutir... Falo isso por causa da UNE. A UNE é um instrumento de disputa entre PT, PC do B... Acho que o DCE estava totalmente nesse caminho, mesmo concordando com uma porção de propostas petistas, como a questão da

carteirinha de passe durante a minha gestão. Era contrária ao uso da lei que garantia a meia entrada para os estudantes pela UNE. Ela conseguiu vincular isso à sua carteirinha. Então você teria que pagar à UNE para adquirir a carteirinha e obter um direito que você já tinha.

Tinham umas passeatas que a gente foi... Eram umas coisas grandes, na Paulista, que a gente apanhou para caramba da UNE. Eu era diretora do DCE. Eles jogaram o carro de som em cima dos estudantes... Lembro que a briga com a UNE virou uma briga como era aquela do movimento secundarista que eu contei, com a UBES. Era uma briga com a mesma gente mesmo, com o PC do B! A gente tomou porrada. O DCE virou uma grande oposição à UNE. Tinha o MUDE - Movimento UNE Democrática. O DCE estava encabeçando esse movimento para ir ao Congresso da UNE e pedir eleições diretas para a entidade. Obviamente o MUDE foi massacrado pelo PC do B no Congresso. O DCE conseguiu uma liminar permitindo que os estudantes da USP não precisassem tirar carteirinha da UNE para terem o passe escolar. Estávamos brigando com a UNE na justiça e politicamente. Acho que a gente até conseguiu sensibilizar os alunos para isso na época. Isso foi antes de eu ser diretora.

Lembro dessa passeata que foi do Trianon ao Anhangabau. Antes de brigar lá, brigamos com eles na cidade. Antes da UNE conseguir isso da carteira deles ser nacional, eles conseguiram com o Maluf, através de um decreto vinculando a carteirinha de passe à da UNE. Isso foi antes de vincular à meia entrada. Na passeata, os caras da UNE vieram bater na gente; o cara do MR8 deu um soco na Paulinha do DCE. Depois, foram para a delegacia.

Acho que na minha primeira gestão de DCE eu fui meio espectadora... Não diria que eu fui manobrada, porque eu acreditava naquelas coisas. Manobra é quando você fala para a pessoa ir lá fazer e ela vai. Eu concordava com aquelas coisas, só que eu não tinha pensado naquilo... Essa foi uma experiência bastante ruim no DCE, porque eu acreditava naquelas coisas; acreditava que o bandeirão deveria ser gratuito, que o pessoal de Ribeirão Preto deveria ter moradia; acreditava que o CRUSP tinha que ser melhorado... Mas não era eu que tinha pensado nisso; era esse grupo que vinha não sei de onde. E tinha um grupo de diretores que mandava no DCE... Eu acreditava nesse grupo, mas começou a ficar demais. Era muito política, só isso: “então Simone, você vai ter que ir naquele CA convencer os caras...”. Era muito política, só isso, tanto que eu nem me lembro direito das coisas. Teve a festa do GLUSP - Grupo de Gays e Lésbicas da USP. Então, vamos supor que o DCE patrocinasse a festa. Então eu tinha que ir convencer os CAs de que a festa era a coisa mais revolucionária do mundo. Eu ia lá fazer essas coisas sem saber se era importante. Os centros acadêmicos também não estavam nem aí para isso. A gente ficava medindo força com a oposição o tempo todo. “Esse CA é da oposição, o outro é nosso... Temos que conquistar terreno para o DCE...”. Começou a ficar uma coisa muito... autofágica. Não éramos mais diretores do DCE, mas fazedores de política.

Essa foi a gestão... “Gente é pra brilhar..” ou “Ó o auê aí...”. Olha os nomes! Acho que a “Gente é pra brilhar...” foi a primeira. Era essa coisa autofágica de política para fazer política, seja para disputar espaço com a oposição, seja para disputar com o PSDB... Grande coisa disputar espaço com o PSDB! O que isso muda para a política do país? E esse era o nosso discurso: estávamos aqui mudando os rumos do país. O que muda ganhar um centro acadêmico do PSDB? Ai, que coisa maravilhosa... Para a gente, na época, era muito importante.

Tirando essa coisa autofágica, teve a calourada contra a fome, com a campanha do Betinho, onde conseguimos mobilizar vários CAs. Teve grande visibilidade na imprensa. Conseguimos avisar que, no dia da matrícula, eles teriam que trazer um quilo de alimento. Nós conseguimos toneladas de alimento. Não sabíamos o que fazer com elas, porque era difícil de encontrar um lugar para levar, mas teve uma mobilização muito legal. Teve um editorial da Folha de São Paulo, o Betinho mandou carta... Foi muito legal! Hoje, eu vejo alguma coisa pela imprensa de atitudes assim, dos estudantes, e que de fato fazem marcas no social.

Na época, acho que a gente era muito... politizado. Tinha esses objetivos, pensava que as coisas que a gente fazia eram muito importantes, mas, de fato, acho que a gente não fazia coisas importantes, acho que a gente ficava nessa... discussão muito teórica das coisas importantes, dos posicionamentos ideológicos. Ficávamos discutindo o socialismo, a política econômica, o governo, os caminhos para a revolução... Acho que as pessoas poderiam sair dali e virarem deputados e vereadores, essas coisas, porque a gente lidava com muita gente. O número de votos que a gente tinha, sabe-se lá como, dava para eleger um deputado estadual. Eram 44 mil alunos. Não sei como definir isso de uma política como política só, de aparelhagem. Acho que nem todo mundo era mal intencionado. Tinham alguns que sim, mas nem todo mundo. Não era algo que chegava aos alunos, tampouco à sociedade. Pouquíssimas vezes conseguimos fazer isso.

Nessa gestão do DCE, houve brigas, rachas, encrencas, confusões... Na segunda gestão, eu já estava um pouco menos assustada e conseguia falar mais. Então tudo isso que vinha me incomodando dessas pessoas mais antigas... Eu nem digo que o Mário queria me instrumentalizar. Acho que não, mas aquilo me incomodava e eu já conseguia falar essas coisas; já comecei a ter atitudes mais minhas, a puxar o DCE para algumas outras coisas.

Acabei virando coordenadora da segunda gestão. Era um trio de coordenadores: eu, a Paulinha e o Pastel da Física. Eu fiz uma parceria muito boa com o Pastel, porque era uma pessoa que também se incomodava com essas coisas. Começamos a tentar nos aproximar dos centros acadêmicos. Antes tinha uma coisa... Por exemplo: ninguém pisava na História, porque a história era tradicionalmente oposição ao DCE. Eu e o Pastel íamos na História e conversávamos com o pessoal, sobre o que acontecia lá, sobre o que a gente poderia fazer junto. Começamos a fazer isso com uma porção de centros acadêmicos. Ninguém fazia isso,

às vezes porque era um CA que não funcionava muito, que não dava voto, não participava dos CCAs... A gente foi na POLI³¹, na Nutrição... Começamos a ter uma proposta que era essa: o DCE tinha que começar a se aproximar dos alunos. Se você não cuida nem de estar presente no cotidiano da escola, se o DCE não ajudar a escola quando tiver alguma coisa, a escola não vai estar lá quando o DCE quiser discutir a Globalização - na época nem se falava disso, mas é um equivalente para as coisas que a gente discutia.

O começo da segunda gestão foi muito legal. Fomos na Geografia... Fomos na Ciências Sociais, conversar com aqueles caras escolados para caramba! A gente ia lá fazer papel de idiota às vezes, mas ia lá conversar. Acho que o DCE começou a mudar de cara para aquelas pessoas nessa época.

Mas aí, quando eu comecei a amadurecer um pouco no movimento estudantil do DCE, foi no meu quinto ano... Amadurecer nesse sentido, porque escola de política acho que eu fiz no DCE. Escola de política de gente grande: essa política partidária, política de conchavos, de ser maioria... Acho que eu fiz isso na minha primeira gestão o tempo inteiro. Mas quando eu comecei a amadurecer, a conhecer mais coisas da Universidade, de como funcionam as coisas, quando eu comecei a compreender que o DCE precisava estar perto dos alunos... foi quando a gestão do DCE começou a descambar... Quando eu estava no quinto ano, o DCE começou a naufragar. Na minha opinião, por conta das brigas todas que estavam acontecendo no PT. Da Articulação, que era o grupo majoritário no PT e controlava o DCE. Teve um racha na Articulação. Tinha a ver com uns candidatos a deputado que um grupo tinha apoiado e o outro não... Começou a se ter uma disputa entre dois projetos políticos: um que era aquele antigo e outro que era o meu, do Pastel e de mais alguns outros, que queriam aproximar o DCE dos CAs. Enquanto a gente ia nos CAs, o pessoal estava querendo ver se fazia um mega show na USP, na calourada. Olha que diferença: num ano, foi a calourada da cidadania, que a gente ficava dando entrevistas, aparecendo na mídia, falando de cidadania, no outro ano, iria se fazer um mega show no velódromo, para todo mundo fumar maconha e coisa e tal. Com o dinheiro do DCE.

Foi nessa época que eu não agüentei mais, até mesmo porque o DCE era uma máquina de moer gente. Eu passava meus dias inteirinhos no DCE, meus finais de semana inteirinhos. Ia embora para a casa nove, dez horas da noite, quase todo dia. Os dois anos que passei no DCE eu passei lá dentro, vivia lá. Vivia lá e na USP.

Eu comecei a chegar no quinto ano, que coincide com aquelas minhas conversas com o Paulo, do meu interesse por Reich. Estava pensando no que fazer da minha vida, no que queria. A via da política institucional também não me garantia a participação política que eu queria.

Houve uma vez que eu estava fazendo uma prova e veio alguém me chamar para resolver um problema do DCE. Os estudantes do CRUSP invadiram o bandejão e guardaram

³¹ Escola Politécnica da USP.

as comidas dentro do DCE. A polícia veio e fez uma confusão. Eu ia fazer uma prova e acabei indo resolver o assunto. Fui lá na delegacia porque os loucos do CRUSP resolveram protestar contra sei lá o quê roubando a comida do bandejão, depois arrombando o DCE e guardando lá. Fui processada por ser presidente do DCE. O cara perguntou para mim: “O que a senhora estava fazendo com aqueles objetos de furto?”. Eu respondi que eles arrombaram, que eu não podia fazer nada: “as pessoas são loucas, eles roubaram”. Teve um outro que caiu no fosso do elevador do CRUSP e os estudantes quiseram matar o cara da COSEAS³². Aí você vai lá e fala para eles não fazerem isso...

Essas coisas todas foram chegando num ponto que eu não agüentava mais. Sofri um acidente de carro grave nessa época. Quase morri. Logo depois da eleição do DCE, entre a primeira e a segunda gestão. Capotei na marginal sem saber o porquê. Fiquei meio perturbada nessa época. Enquanto eu era diretora do DCE, não tinha vida. Chegava em casa, tocava o telefone e me chamavam para resolver algum problema. Não tinha mais final de semana; parecia... médico, bombeiro que trabalha em resgate. Acho que era bem bombeiro: Tá pegando fogo lá na Veterinária! Vamos lá! Era isso.

Começou a coincidir essa coisa toda com a dica do Paulo para eu me cuidar, para ver o que a psicologia podia me oferecer. Eu tinha virado política; não era mais estudante, diretora do DCE, não pensava em ser psicóloga... Tinha virado política. Quem sabe se candidatar a vereadora, sei lá.

Fui fazer o estágio no HD no segundo ano. Vinha para a aula e ia para Ermelino Matarazzo, no estágio, daí não dava para ficar no DCE o dia inteiro. Fui me distanciando com muito sofrimento. Não foi fácil.

Aí os loucos do DCE foram tomando conta. Eu chegava lá e a pessoa que eu mais odiava tinha virado secretária do DCE, a jornalista que colocaram era uma incompetente... Aquilo ali começou a virar um inferno e aos poucos eu fui sumindo. Eu nunca saí oficialmente do DCE; nunca disse: “gente, a partir de hoje não sou mais diretora do DCE”. Eu ia lá e ficava na porta. Fui me distanciando do DCE.

Quando estava me distanciando, as pessoas me ligavam e eu falava que não estava. Voltei para a Psicologia. Me escondi aqui na Psicologia. Fazia de conta que tinha desaparecido. Eu não pisava mais no DCE. Fui me distanciando, me distanciando, até que abandonei o DCE. Foi com muito sofrimento, porque nesses três anos, desde a greve até o DCE, de 92 a 95, minha vida se traduziu por movimento estudantil, por política. Não tinha amigo, amiga, não tinha nada assim. Meus namorados nessa época... Na verdade, eu tive um namorado nessa época e ele, coitado, vivia em função do movimento, me acompanhando, vivendo lá comigo em torno do DCE.

Eu estava despidendo uma roupa minha, uma espécie de uniforme. Como um paciente meu que trabalha no correio e anda o tempo inteiro com a roupa do correio. Ele pode estar

³² Coordenadoria de Serviços e Assistência Social da USP.

de férias, pode ser domingo, ele anda com a roupa do correio o tempo inteiro. Eu tinha virado isso. Grudou. Então eu ia tirando isso e aprendendo a ser psicóloga, que foi uma coisa que durante a faculdade eu me recusara a ser. Sofria, Samir, sofria... Não queria mais pensar nesse assunto. Estava aqui na Psico e ouvia alguém falar alguma coisa do DCE e queria ir até lá falar... Ficava em crise, me segurando para não ir. Na segunda gestão tinha o Pastel e o Alexandre Éboli como coordenadores, além de mim. Eles também abandonaram. O Pastel largou antes de mim. O Alexandre desapareceu depois. Eu encontrava eles, e o pessoal da Psico, que eram o Daniel e o Fred, e perguntava como estavam as coisas. Eles respondiam... e eu ficava aflita, não queria mais saber... Muito difícil.

Foi tão difícil que eu me formei, depois assumiu uma outra gestão e eu continuei sendo oficialmente presidente do DCE. Não registraram as novas chapas. O registro antigo ficou no cartório mais dois anos. Não sei porque não registraram. Fiquei dois anos ainda respondendo legalmente pelo DCE. Se acontecesse alguma coisa lá, eu dançava. Essa última gestão só que se registrou. Eu não consegui ir lá pedir para tirarem meu nome dali. Não consegui ir até lá... Difícil.

Quando me desvinculei do DCE, me aproximei dos meus colegas de turma. Até fiz amigos na minha turma. Lembro que as pessoas falavam para mim: “você é a pessoa do DCE, você é a Simone do Centro Acadêmico”. Era assim que as pessoas me viam. Eu não tinha sobrenome, não tinha nada. Eu era isso: a “Simone do DCE”. Foi complicado viu, Samir, porque ao mesmo tempo me passava na cabeça que eu, por não fazer mais política, era uma alienada: tudo aquilo que a gente falava quando estava dentro do Centro Acadêmico, do DCE, das pessoas normais, eu ficava me sentindo. Pensava que era agora uma pessoa alienada. Entrei numa crise com isso. Ia fazendo minhas coisas, mas isso vivia me perseguindo. Hoje em dia, eu acho que essa história está mais tranqüila, mas durante muito tempo isso ficou me perseguindo. Sentia uma certa culpa: “Como eu posso ter saído daquilo ali?”. É como se eu tivesse... É como religião mesmo, que você nasceu numa religião e não pode mudar, não pode ser contrário às doutrinas. Eu ficava pensando: “meu deus, estou traindo a causa”. Que causa? Mas eu me senti muito assim... Por um bom tempo.

Mas também comecei a fazer um monte de coisas de gente normal, que eu nunca tinha feito nesse tempo. Comecei a sair de final de semana, a namorar gente que não tinha nada com o movimento estudantil, ter amigos... Comecei a ter uma vida normal, a ser menos radical com as coisas, a ter amigos que eram peessedebistas - isso era algo tão proibido quanto era tomar coca-cola quando eu estava no segundo grau.

*

Samir - Você falou que se sentiu um pouco executora no DCE. Você se lembra de algum episódio em que você sentiu essa sensação?

Lembro de inúmeros episódios nos quais me senti mera executora no DCE. Acho que quase todos... Me vem na cabeça os capas me puxando para aquelas mesinhas na frente do DCE e me dizendo: “Olha, Simone, você precisa fazer isso, isso e isso”. Aí eu entrava lá dentro do DCE e falava aquelas coisas como se fosse eu quem tivesse tido a idéia. Às vezes era um bilhete: “olha, Simone, acho que está na hora de acabar com essa reunião”. Então eu chegava e falava: “então, gente, acho que está na hora da gente encaminhar, pois já está na hora”. Muitas vezes... CCA era isso o tempo inteiro. As falas que a gente... Hoje eu sinto até remorso, porque ia muito macaco velho para CCA, mas também ia muita gente dos CAs (coitadinhos) achando que iam discutir coisas sérias. Iam coisa nenhuma, pois aquilo já estava com cartas marcadas! Toda fala da gente tinha alguma intenção.

Vou te lembrar uma coisa, um desses episódios. A Calourada da Cidadania, no começo da minha primeira gestão. A Poli tinha recebido muitos alimentos, aí chegaram para mim os capas e disseram: “Olha, acho que está precisando ir até a Poli, porque tem um monte de centros acadêmicos pequenos que não fecham com o Grêmio da Poli - do PSDB - mas também não fecham com ninguém. Temos que trazer esse pessoal para o DCE. Vai você, porque você é mulher, [Que absurdo!] porque se chegar eu falar eles não vão nem olhar na minha cara. Vai você, bonitinha assim...”. Que absurdo, Samir! Que absurdo! Eu fui lá. Pensei e resolvi que não ia fazer tática 2, que é aquela velha estória... Mas eu podia ir lá e conversar com eles. Fui eu e o João, meu namorado. Eu entrei e ele ficou no carro, lá fora. Estava tendo uma Festa do Sorvete - nunca me esqueço disso. Eu fui lá para oferecer ajuda do DCE para retirar os alimentos de lá, porque eles estavam com muitos alimentos. Conversa fiada, porque a gente estava pouco se importando com o que eles iam fazer com os alimentos! Nem a gente sabia o que fazer com os alimentos. A USP não deu o caminhão para levar os alimentos para fora do Campus. Eu fui lá com o objetivo de me aproximar do centro acadêmico da Engenharia Civil, para trazê-los para o grupo do DCE. O que significava isso: que eles votassem com a gente em CCA, que eles fizessem campanha para o DCE na eleição, que eles fizessem o que a gente mandasse fazer...

Isso é executora: “vai lá porque você convence ele bem, então ele pode vir aqui conversar com a gente”. Não era uma, duas, três ou quatro vezes. Tinha o apartamento do Mário, o 305, onde era o quartel general do DCE. Vira e mexe eu era chamada para uma reunião no 305 para dar a linha do que deveria ser feito. Explicitamente. Não era na cara, como uma máfia e seus capangas. Era mais sutil: “olha, Simone, tá acontecendo tal coisa e nós conversamos com o Gilberto que disse que precisava fazer tal coisa. O Lobo está querendo fechar o Campus. Precisamos fazer um ato contra isso. Precisamos, antes, convencer a diretoria do DCE disso, para a diretoria convencer os centros acadêmicos, para depois ganharmos o CCA, para depois... Vá lá e fale com fulaninho que vai com a tua

cara...”. Traçando estratégias. Isso foram inúmeras vezes... Aí precisava fazer as contas dos centros acadêmicos que votavam com a gente no CCA... A gente ficava fazendo conta e chamando os centros acadêmicos para votarem com a gente: “Simone, liga pro Alexandre, para o CA da Naval votar com a gente”, ou “chama a Civil para votar com a gente”: “Oi, fulano, tudo bem? Quanto tempo, como vão as coisas? E aquele seu estágio lá do IPT, do concreto?”. Eu fazia cada coisa por causa dessas histórias! É quase prostituição algumas coisas que eu fiz no movimento estudantil. Ia almoçar no IPT; fui conhecer o estágio lá do menino, dos concretos. Então ele ficava me mostrando os concretos, e eu lá: “que coisa interessante, o concreto...”; depois eu ia com o outro, conhecer o tanque de provas dos navios da Naval: “que coisa simpática...”; ia comer os salgadinhos que as meninas da Nutrição faziam... Fui passar em sala de aula na Poli. Ai, meu deus, que coisa tenebrosa! Fazia cada coisa... Era quase prostituição. Era essa lógica de puxar as pessoas para o nosso lado... Fui na veterinária discutir a venda do rebanho deles. Não entendia nada de rebanho. Fui lá para ver se o CA fechava com a gente. Ia lá defender que a venda do rebanho da Zootecnia era a coisa mais importante da Universidade, que tinha de parar a Universidade por causa disso. Veja que loucura! Dá para pensar. É realmente uma situação difícil. Como você pode ter um curso de Zootecnia se venderam o rebanho? Os caras não tinham bichos para fazerem o que precisavam. É uma coisa importante para ser discutida. Tinha uma estória da veterinária na USP ser voltada para animais de pequeno porte, porque era o que dava dinheiro, enquanto as coisas de agropecuária, de pesquisa básica, não eram priorizadas. Mas eu não ia lá porque achava aquelas coisas importantes, e sim para puxar o CA para a gente. Então ficava horas tomando cerveja com o cara lá da veterinária, falando do rebanho, com a intenção de puxar o cara, que seria um futuro diretor do DCE, que ia no CCA votar com a gente... Muito ruim.

Samir - Você comentou dos CCAs. Você lembra de algum CCA em especial? Lembra de algum episódio em um CCA que chamou a atenção?

Dos CCAs lembro de muita manobra, de muita pancadaria... Tinha CCA que durava a madrugada inteira, horas a fio no sábado. Coisa de louco! Muito adoecido aquilo, porque a gente ficava a madrugada inteira discutindo uma coisa. Era queda de braço política. O que aquilo tinha a ver com os estudantes daquelas escolas todas? Praticamente nada. Lembro que dia de CCA para mim era dia de sofrimento. Era aquela tensão de ficar vendo com quem fulano estava conversando, com quem sicrano articulava... A gente dividia a diretoria do DCE para sentar perto dos diretores do CA e ficar falando, articulando contra a oposição: “aquele cara é o maior filho da puta, veio aqui só para destruir tudo...”. Um horror! Os caras da oposição faziam a mesma coisa. Então, às vezes ficava o cara da oposição de um

lado, o cara do DCE de outro e o coitado do centro acadêmico no meio. Eu não coordenava os CCAs. Ficava mais naquele trabalhinho de conduzir o gado.

Hoje eu me envergonho de falar disso. Estou aqui falando essas coisas e sinto vergonha... Nem sei se eu estou carregando demais nas tintas, mas a minha impressão é que era assim... Fico com vergonha de falar isso.

Samir - Você falou da UNE também. Você lembra de algum episódio com a UNE?

Lembro de um Congresso da UNE, em Goiânia, num puta frio. A UNE colocou as pessoas da oposição nos piores lugares para dormir. Não tinha água para tomar banho, as janelas eram quebradas... Parecia um campo de concentração. A comida que eles davam para a gente era estragada. Passei fome, frio, fiquei lá como uma idiota, com aquele povo achando que ia fazer a revolução socialista.

Foram também a Anaruez, o João Rodrigo e a Luciana Dadico. Ficávamos lá naquele estádio enorme, cheio de gente, ouvindo aquelas coisas estratosféricas sobre as “armas de não sei onde”: “vamos votar uma moção de repúdio às armas de não sei onde...”. As pessoas que estavam lá também eram estratosféricas. Era a esquerdalha forte, aquele povo do Trabalho; pessoas cantando a internacional e outros hinos socialistas. Parecia um circo dos horrores. Cartas marcadíssimas. O Congresso era todo predefinido. Eles ganhavam o que eles quisessem: se quisessem votar um atentado ao presidente da república, um seqüestro ao embaixador americano, um suicídio coletivo, qualquer coisa, eles ganhavam. Tudo. Os delegados que estavam lá eram todos do PC do B. Ficávamos lá como idiotas, sem saber o que fazer. Ficávamos levantando aquele crachá feito uns idiotas, sempre para perder. As lideranças petistas, que eram com quem a gente se identificava, não davam a menor bola na época. Eles ficavam lá conchavando entre eles, entre os capas lá de cima.

Uma grande decepção que a gente teve foi o PT ter entrado na diretoria da UNE. Pensávamos que o PT não ia entrar na UNE com essa bandalheira que ela é, aparelhada pelo PC do B. Eu era petista. A Luciana Dadico era petista. Ninguém veio em momento algum falar com a gente e discutir isso. Nós éramos do CA da Psico, de oposição à UNE. Ninguém veio discutir com a gente. Estávamos lá feito idiotas naquilo tudo. Daqui há pouco, eu vejo lá as chapas para a diretoria da UNE: chapa mista, com o PT e com o PC do B. Foi acordo feito entre eles. “Luciana, você está vendo o que eu estou vendo? Que diabos de PT era esse?”. Eram petistas da mesma tendência que a minha, só que ninguém veio perguntar para mim o que eu achava sobre aquilo.

A pior coisa foi uma votação mais apertada que teve, que o PC do B poderia perder, que fizeram a votação contando as pessoas nas saídas do estádio. Ficamos espremidos na saída do estádio. Naquela hora, a minha impressão era a de que iam matar a gente. Ficamos horas confinados. Ficou uma multidão espremida horas: tudo para manobrar a votação.

O João Rodrigo veio embora antes. Acho que ele era uma pessoa mais saudável. Voltamos eu e a Luciana. Quando chegamos em São Paulo, fomos direto para a casa do João. Ele abriu a porta da casa dele e perguntou: “Escuta, vocês estão vindo de onde? De uma guerra?”. Estávamos parecendo retirantes. A gente estava sem comer, sem tomar banho e putas da vida! Esse foi o meu primeiro contato com a UNE.

Meu segundo contato com a UNE foi por aquela história da carteira de passe. Foi uma guerra da USP contra a UNE. O Maluf fez um decreto aprovando a vinculação da carteirinha de passe escolar à da UNE. Fomos na Câmara para acompanhar a votação e tinha uma multidão de gente da UNE e do MR8³³. Nós éramos uns gatos pingados da USP, que fomos lá para dizer que éramos contra aquilo. Eles todos vieram para cima da gente. Quem nos salvou foram os guardas da Câmara que deixaram a gente entrar. Ficamos encurralados entre as vidraças da câmara e o pessoal do MR8. E o pessoal do MR8 é bandido. Eles são bandidos. Vieram para bater mesmo. Os guardas não queriam abrir as portas de vidro, pois tinha uma multidão. Começamos a bater no vidro e a gritar desesperados, pois eles queriam bater na gente! Os guardas viram que íamos apanhar e botaram a gente para dentro. Ficamos lá dentro, enquanto a horda do MR8 ficou do lado de fora. Aquele dia foi deprimente, Samir. Foi lamentável esse dia. Eu via os vereadores do PC do B defendendo aquela proposta. Lamentável.

Depois teve aquela passeata que eu já contei. Só consigo lembrar de violência em relação à UNE. Só violência. Não tinha discussão nenhuma com a UNE. A USP era oposição e ponto final.

Teve aquele CONEG³⁴ lá em Brasília, que sei lá eu o que fui fazer naquilo... Fui lá representar o DCE. Você foi pela Executiva? Foi a mesmíssima coisa. Ia lá falar que era contra, mas todo mundo era a favor. Cartas marcadas. Naquele CONEG eu também fiquei com medo de apanhar. Que absurdo! Sair daqui e ir até Brasília, num conselho de entidades gerais, encontrar um monte de gente que era cadastrada irregularmente como delegado. Tinha universidades que nem tinham DCE, mas tinham delegado lá. Eram paus mandados da UNE. A UNE é isso, nada mais do que isso.

Lembro que nesse CONEG, no ônibus que a gente foi, tinham uns pastores da Universidade Metodista. Me formei, fui dar aula na UNIMEP. Estou eu lá e vejo, no DCE da UNIMEP, aqueles pastores. Ficamos nos entreolhando... Eles não me cumprimentaram e eu também não os cumprimentei. Entrei na sala dos professores e rezei para que não fossem alunos de psicologia, senão teria que dar aula para esses caras. Foi muito maluco, porque eu dava aula para alunos de psicologia que eram diretores do DCE, que eram todos cupinchas da UNE. Eles ficaram sabendo um pouco da minha história por esses caras, os pastores. Começaram a querer abusar de mim. Na hora da prova, vinham falar que tinham uma

³³ Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

³⁴ Conselho Nacional de Entidades Gerais.

reunião importante no DCE e não poderiam ficar na aula. Diziam: “eu sei que você tem um histórico, um passado de movimento estudantil, então você vai entender que eu não posso fazer sua prova agora”. Tinha uma menina que nunca tinha parecido na aula. Ela já sabia das coisas e não deve ter tido boas referências a meu respeito. Acho que acabei sendo dura com esse pessoal. Ficava pensando se tinha sido dura com eles porque eram todos do PC do B, da UNE... Que postura ter com esse pessoal como professora? Eu chamei essa menina para conversar: “Exatamente por ter feito movimento estudantil - e eu não sei como você sabe disso [ela ficou sem graça nessa hora] - que você vai ter que fazer a prova, que você vai ter que estudar. Esse negócio de você ficar fazendo reunião na hora da aula não pode acontecer. Você vai fazer a prova. Se não fizer a prova, está reprovada”. Fui muito dura com eles. Não causei maiores problemas, mas ficava sempre com uma sensação que tinha alguém da UNE, daquele CONEG, atrás de mim na UNIMEP. Era esse mesmo povo que estava lá.

*

Samir - Bem, terminamos o roteiro. Agora eu tenho alguns temas sobre a militância que eu queria perguntar. O primeiro é sobre os espaços da militância. Você falou de alguns espaços especiais. Por exemplo, aqueles banquinhos na história...

Tenho muita lembrança do Campus, porque, para as coisas do DCE, eu ia fazendo uma peregrinação pelas escolas. Na História... Tinha reuniões de chapa do DCE que era na História, na ECA³⁵, na Poli... Tinha muito CCA que era na Medicina, de final de semana. Isso que é engraçado, porque eu tenho umas lembranças desses lugares cheios de gente... em assembleias, coisas assim, mas, no geral, as minhas lembranças são desses lugares em finais de semana, de noite, vazios. Então a gente ia fazer reunião na ECA, num horário que não tinha mais ninguém nas salas de aula. Ou na medicina, nos finais de semana. É como se a militância ficasse na USP fechada, na USP vazia... essa é a minha lembrança... Mesmo no Centro Acadêmico a gente fazia muita coisa em horário que não tinha essa gente toda que circula por lá.

Do DCE eu lembro perfeitamente. Eu vivi muito tempo lá dentro. Aquele lugar sujo e bagunçado. Eu tinha uma vontade de arrumar aquilo tudo, de pegar aquele monte de papéis e jogar fora! Tinha tralha, tinha ventilador quebrado, tinha de tudo! Eu queria pegar aquele DCE e arrumar tudo. Tinha uma vontade de que aquilo ficasse com uma cara... Como um lugar limpo. Tinha aqueles gatos circulando por ali, pilhas de papéis jogados... Lembro muito da gente fazendo reunião ali dentro e vendo as pessoas passando, porque tinha aquelas gradezinhas do lado de fora, que a gente pintou coloridas. A gente ficava vendo as pessoas indo e chegando. A gente saía, conchavava nas mesinhas, voltava...

³⁵ Escola de Comunicação e Artes da USP.

Samir - Você falou também de grupos políticos. Falou do PT... Acho que você já falou, mas...

Fiquei entre o movimento estudantil e a militância no PT. Nunca me desvinculei totalmente do PT. Mantive sempre algum vínculo com o Devanir Ribeiro, fiz campanha com ele... Eu voltei a me aproximar do PT aqui. Não do PT da zona Leste, mas do PT do movimento estudantil, que é uma desgraça muito maior. Era esse círculo vicioso das tendências. Muito ruim.

Lembro que numa época eu estava no DCE e começou a rolar aquele racha da Articulação. Eu estava acompanhando muito de longe, porque eu era da articulação, mas estava meio afastada. Sabia de algumas coisas pelo grupo desse deputado, mas no DCE isso estava pegando fogo. Metade foi para um lado e metade para o outro, dentro da Articulação.

Na verdade, eu não posso dizer que eu integrei o PT e o movimento estudantil. Aqui na USP, eu era do grupo petista, mas não sei se isso tem a ver com o PT. Esse petismo que acontecia aqui na USP, no movimento estudantil, era muito particular. Nem sei se o PT geral sabia do que acontecia. Nas épocas de eleição isso ficava um pouco mais claro. A gente tinha nossos próprios candidatos: A Tita Dias, o Gilmar Carneiro... Não sei se a gente era o PT. Acho que a gente era um grupo de petistas que fazia movimento estudantil na USP. Havia algum contato com pessoas do PT. Chegamos a conhecer o Lula, discutimos propostas do Mercadante... Mas não sei se a gente era o PT. A gente era esse grupo aí, do Mário.

Samir - Você comentou sobre alguns grupos de oposição; falou um pouco do PC do B, da diretoria da UNE, e falou um pouco do PSDB. Você quer falar alguma coisa que você lembre e que te marcou nesses grupos que você não comentou?

Acho que os grupos de oposição faziam oposição do mesmo jeito que a gente fazia situação. O PC do B não, o PC do B é violento, explicitamente aparelhador das entidades. Estão a serviço de coisas maiores no país... O PSDB aqui da USP não era assim. Acho que era a serviço de uma ideologia neoliberal. É diferente. O embate com o PSDB era mais ideológico, apesar da forma disso acontecer ser muito parecida. A gente ficava disputando CA, mas tinha um embate ideológico. Eles achavam que a Universidade poderia ser privatizada, queriam cobrar estacionamento... Esse tipo de coisas que tem a ver com o projeto neoliberal. Mas a forma como se dava esse embate era na disputa de CAs.

Tinha um outro grupo de oposição que era do próprio PT. Eram as tendências do PT mais à esquerda. O pessoal da ex-convergência, que virou PSTU. Eram oposição ao DCE. Eu não conseguia nem conversar com eles. Eles até iam no CCA. Era diferente da UNE, que

manda a cavalaria em cima de você, ou do PSDB que fica boicotando, sumindo com documento, com ata de CCA - eles faziam muito isso. Mas o pessoal do PSTU era diferente. Eu não tinha disponibilidade para ouvir, para falar qualquer coisa com eles. Eu fui parar numa reunião na Ciências Sociais na época da Calourada da Cidadania, e a proposta do PSTU era a que, ao invés da gente mandar os alimentos para as favelas próximas à USP, que tinham as coordenações da campanha do Betinho, mandasse para sei lá que lugar, onde o pessoal está em guerrilha. Justificavam isso dizendo que o cara que está na favela é um alienado, porque ele não pegou em armas para se revoltar contra a condição dele. Então não era bom ficar dando comida para eles, porque a gente estava incentivando que eles continuassem numa condição alienada. Segundo eles, a gente tinha que mandar os alimentos para os nossos companheiros que estavam pegando em armas para combater o sistema. O que eu ia falar para uma criatura dessas? O que você vai discutir com pessoas assim?

Tinha, além do PSTU, o próprio pessoal do PT, das tendências mais à esquerda, que ficavam sempre com aquele discurso radical, inflamado... Com esses a gente ainda conversava um pouco mais. Também eram oposição, mesmo sendo também do PT e da mesma diretoria do DCE. Era uma oposição interna. Às vezes tinha que ficar contando voto dentro do DCE, como a gente fazia nos CCAs. A gente tinha que ficar contando voto também em reunião de diretoria, porque tinham esses chatos do PT radical, que defendiam invasão da Reitoria, do bandeirão, saques ao bandeirão. Eles fechavam com o PSTU; achavam que nós, da Articulação, éramos todos burgueses.

Samir - Teve alguém de quem você não lembrou? Ou de quem você lembrou e agora gostaria de lembra mais alguma coisa?

O Mário foi uma pessoa muito importante. Muito importante, embora tenham acontecido todas essas coisas; de eu ter me sentido, às vezes, manipulada. Não no sentido concreto do termo. O Mário é uma pessoa que eu respeito muito politicamente. Eu o respeito muito. Sempre acreditei muito nas leituras políticas que ele fazia. Acho ele uma pessoa brilhante. Me senti um pouco... conduzida. Mais do que eu gostaria. Poderia ter tido um trabalho de me fazer pensar e não pensar por mim, embora seja difícil.

O Wilson também foi uma pessoa muito importante. Logo na calourada, ele me apresentou o movimento estudantil da USP.

Essas pessoas todas eu coloco acima de mim, pois têm mais experiência. O Wilson, hoje, não mais. O Mário, sim... Tem também grandes parceiros; tem pessoas que eu sinto muito como parceiros do movimento estudantil. Foram meus grandes amigos desse tempo todo, porque eu não tive outros. Meus parceiros de dia a dia, de tudo isso... O pessoal do Centro Acadêmico... o João Rodrigo que, embora a gente nunca tenha estado numa mesma gestão de CA ou DCE, estivemos na greve. Ele foi um grande parceiro... É engraçado que o

João Rodrigo continuou sendo parceiro intelectualmente, pois a gente faz mestrado junto. Temos uma grande afinidade de idéias.

Houve algumas pessoas do DCE. Acho que o Pastel da Física foi um grande parceiro, por não estar nem no plano dos capa preta, nem ser uma pessoa com a qual eu não tivesse afinidade. Era uma pessoa com a qual eu me achava parecida. Dava para trabalhar com ele. O Alexandre Éboli também.

Samir - Eu vou ler a próxima pergunta: “Houve companheiros, ou adversários, nos outros grupos políticos, que atuavam ao lado do seu e que você lembra?”. Quer dizer, eu não sei se é muito fácil falar de companheiro de outro grupo político, mas eu queria que você lembrasse de companheiro ou adversário que marcou.

Entre os adversários, lembro do Paulo. Quando eu cheguei na USP, ele já existia como inimigo. Me ensinaram que ele era o inimigo, e eu tinha que ir lá brigar com ele. Depois eu fui ver mesmo que ele era insuportável! Era uma pessoa absolutamente irônica, que tinha um estilo de fazer oposição muito com a cara do PSDB. Um jeito muito irônico, que tratava como ingênuo quem pegava ônibus e morava no CRUSP. Era irônico; uma pessoa... Me incomoda muito lembrar da cara do Paulo! Eu encontrei recentemente essa criatura num casamento que fui. Ele chegou e me perguntou: “E aí, Simone, e aqueles seus amigos estudantes profissionais? O Mário já se formou ou continua lá sendo sustentado pelo PT para fazer universidade?” Eu respondi: “Você vem me falar disso aqui? E você, por acaso já se formou?”. Ele não tinha se formado ainda: “Então vá cuidar da sua vida!”.

Samir - Outro tema. Na pesquisa que fiz nos arquivos do CA, achei um material organizado, que tinha textos de Marx, textos de vários teóricos. Tinha coisa até do Fernando Henrique [risos]. Não era da nossa época. Mas eu queria saber se você lembra, se você teve experiências de estudo organizado, vinculado ao movimento estudantil, seja grupo de estudo, seja seminários...

Tinha esse grupo de estudo do MEI. A gente estudava o jornal. Pegava também uns textos, mas nem lembro o que a gente lia. No Centro Acadêmico não tinha nada disso, mas no DCE tinha uma estória de uns seminários que aconteciam de vez em quando. Lá a gente também nunca leu os textos... clássicos. Isso eu fiz mesmo por minha conta própria. Não li também muita coisa. Nos seminários do DCE, a gente trabalhava em cima de artigos. Artigos de jornal escritos por gente importante, artigos acadêmicos ou textos escritos pelo Gilberto, que era o capa-preta mor. Geralmente ele mandava um texto para o seminário do DCE, onde a gente ia debater. Eram textos muito bons; textos que faziam avaliação de conjuntura (estão

vindo esses nomes todos na minha cabeça: avaliação de conjuntura...). Abordavam como as coisas estavam no país, na educação, o que poderíamos fazer...

Na graduação, fui fazer a disciplina da Irai Carone, de Marx, para reler textos do Capital que eu já tinha lido numa época em que eu não entendia muito bem. Li O Capital e o Manifesto Comunista num pique muito festivo. Provavelmente não entendi uma palavra quando li, mas eu li. Daí eu fui fazer a disciplina da Irai. Lembro que fiz umas três vezes a disciplina dela, porque nunca conseguia terminar, então fazia de novo.

Em relação ao movimento estudantil, acho que a falta de estudo sempre foi algo que a gente sempre se queixou: de não ter uma formação e de não saber da história... Lembro que começamos a resgatar algo no aniversário do Alexandre Vanucci Leme. Lembro que eu vi alguns documentos dele. O atestado de óbito é interessantíssimo! Diz que ele morreu de uma coisa que não tem nada a ver com o assassinato dele. Inventam lá uma estória.

*

Samir - Bem, terminamos a entrevista. Agora, nessa parte, eu vou pedir que você opine sobre alguns temas. E depois já é o epílogo, onde eu vou perguntar se falta alguma coisa; vou perguntar também sobre a entrevista...

... Você não vai me perguntar sobre a minha vida, Samir?

Samir - Como?

Como é que terminou a história!

Samir - Do movimento estudantil?

Não! Como é que essas coisas tem a ver com a minha vida hoje! Você não vai me perguntar isso?

Samir - ... Pode falar. Pode falar. Eu ia...

Não, não precisa ser hoje. Só queria saber se consta no teu roteiro isso, ou não?

Samir - ... De certa forma você falou um pouco no começo, mas isso é interessante...
[Interrompemos a entrevista para retomá-la em outro encontro]

[Então, no último encontro com Simone...]

Samir - Em nosso encontro anterior, você pediu para falar da relação entre sua militância estudantil e o presente.

Foi muito difícil sair do movimento estudantil. Eu abandonei o movimento estudantil e mergulhei na psicologia. Substituí uma coisa pela outra. Trabalhava no HD, no projeto do TRT e no consultório. Não estava fazendo nada relativo à política e não pensava em resgatar essa via da participação política dentro da psicologia. Simplesmente parei de pensar no assunto. Isso é muito difícil. Durante muito tempo, eu fiquei pensando de mim aquilo que eu pensava dos alunos quando estava no movimento estudantil. Tem aí uma divisão entre os militantes e as pessoas normais. Então, tudo que eu pensava dos alunos - que eles não eram críticos e eram burgueses - ficava pensando de mim; “fiz todas aquelas coisas e agora não faço mais nada daquilo. E agora?”. Tinha um mal-estar, mas eu resolvia não pensar no assunto.

Foi bem lentamente que eu fui percebendo que, sem querer, estava fazendo algumas coisas na profissão que só poderia estar fazendo por conta da minha história no movimento estudantil. Isso só fui perceber depois. Achando que o que eu estava vivendo não tinha nada a ver com a militância, percebi que muitas situações que enfrentava eu já havia vivido em outro lugar... Essas coisas que eu penso - o meu jeito de pensar a profissão - têm a ver com a militância. Tem três anos que eu estou formada e acho que só hoje consigo pensar que uni sim, que achei um jeito na minha vida, hoje, de integrar as coisas que eu construí durante o movimento estudantil. Não foi fácil.

Não foi fácil perceber isso. Comecei a perceber isso quando fui dar aulas, quando me vi num lugar completamente oposto. Eu fazia movimento estudantil, ia lá contra os professores, o mundo adulto da Universidade. Quando fui dar aula, me vi na situação de professora nas reuniões de departamento, falando dos alunos do mesmo jeito que a gente criticava tanto que os professores falassem na nossa época. Havia seis meses que eu tinha me formado. Nas reuniões de departamento da UNIMEP, participam todos os professores. Não tem um colegiado. Dos alunos, participa quem quiser, conforme os alunos se organizarem. Eu via que os alunos não abriam a boca nas reuniões, mesmo quando os professores falavam absurdos. Ficava revoltada com aquilo! Me dava vontade de ir lá e falar para eles: “Escuta, vocês são representantes! Vão lá e falem alguma coisa!”. Mas eu não podia fazer isso. Quantas e quantas vezes eles nem iam! A gente brigava tanto na USP para aumentar a representação discente. Eles podiam vir quando quiserem, quantos quiserem; o CA podia participar da reunião de departamento, mas eles não vinham!

As disciplinas que eu comecei a ministrar na UNIMEP eram absolutamente críticas. Era uma disciplina de personalidade numa perspectiva social e histórica, de crítica à psicanálise e à psicologia. Se eu não tivesse tido um passado de movimento estudantil, não daria essa disciplina do jeito que dei; não conseguiria levantar algumas questões para os alunos - sobre a profissão, sobre estar na universidade... - como eu estava fazendo. Via que minha disciplina viabilizava as discussões e via resultado nessas coisas. Mesmo quando eu fui dar disciplinas voltadas à clínica, eu percebia que só podia estar fazendo aquelas coisas por causa da minha experiência na política, no movimento estudantil. Isso é muito legal. O que eu enchia aqueles alunos...: “você não podem vir aqui na universidade e engolir o conhecimento que os professores dão!”. Eu era uma chata! Parecia evangélico falando essas coisas para os alunos. Me sentia numa situação intermediária lá: entre os professores mais velhos e os alunos. Era próxima destes, mas nem tanto.

Agora, nesse trabalho de chefia, de coordenar a programação, de cuidar para que o ambulatório siga uma política de saúde mental, que rompa com a psiquiatria tradicional, por eu ter essa função de cuidar disso coordenando a equipe, nessa situação recente, que me dei conta de estar fazendo coisas que eu fazia no DCE, embora em outro nível, pois estou trabalhando com profissionais. Me sinto hoje fazendo as mesmas coisas que eu fazia no DCE, só que com um amadurecimento que o DCE não tinha; com um outro amadurecimento e com a possibilidade de ter uma intervenção concreta. Acho que algo do qual eu já me queixei do DCE foi o fato de lá a gente fazer coisas muito politizadas, mas cujo contato com a ação era muito ruim. A gente ficava lá discutindo coisas elaboradíssimas, mas o que isso mudava na vida dos estudantes ou na do país? Sei lá.

No ambulatório, eu sinto que, quando a gente faz a crítica sobre uma situação política, quando reflete, quando pensa naquilo que está fazendo, isso muda diretamente o jeito de atender os pacientes, o jeito que a gente olha para eles. Em última instância, isso muda a vida dos pacientes também, porque você oferece para eles um lugar diferente... Não um lugar de um doente mental, de um louco. O tempo todo a gente tem de ficar questionando: “O que eu estou fazendo com esse cara? O que eu quero com esse atendimento?”. Sinto que toda vez que a gente vai para discussões mais políticas, mais reflexivas, isso traz conseqüências diretas no atendimento, no lugar que esses pacientes podem ocupar. Você vê como o paciente muda no ambulatório; vai se inserindo na vida em coisas que eles não se inseriam antes. Começa a discutir política. Outro dia, estávamos discutindo o Mário Covas: discutindo o governo, discutindo os manicômios e a lei Paulo Delgado. Há um tempo atrás, isso não existia no ambulatório porque a gente não dava espaço.

A minha sensação é de que eu consegui integrar essas coisas. Antes eu não conseguia. Passei um bom tempo com raiva da psicologia, me recusando a ser psicóloga e fazendo movimento estudantil. Aí, inverte os sinais. Decidi ser psicóloga, estudar psicanálise, montar consultório particular: “Agora eu sou psicóloga e não tenho mais nada a ver com a

política”. Hoje em dia, acho que as coisas estão mais próximas, mais perto, então estou achando isso muito bom.

*

Samir - Agora eu vou dizer alguns assuntos, que são da pesquisa, e vou pedir sua opinião; pedir que você fale sobre isso... O primeiro tema é um pouco complicado. Se não ficar claro, você me diz.

Por exemplo, durante minha participação política, eu me vi muitas vezes fazendo atividades que perdiam o sentido para mim. Eu lembro de atividades como fazer ofício, fazer uma prestação de contas... Às vezes mesmo algumas reuniões em que eu não sabia muito bem o que estava fazendo. Falava: “Meu Deus do céu, o que eu estou fazendo aqui?”... Eu queria saber se você passou por isso. Você já falou um pouco desses momentos aqui. Eu queria que você falasse desses momentos e opinasse.

Uma coisa que me dá essa sensação, de não saber bem o que estava fazendo, é discutir coisas muito gerais: políticas de educação, conjuntura do país... Coisas muito gerais e que são difíceis de compreender. Você precisa de uma porção de informações que você não tem. A gente ficava num aprofundamento dessas coisas que... Por exemplo, quando íamos discutir a sucessão do ministro da educação. Discutimos todo o jogo de forças que estava envolvido na sucessão do ministro. Isso me dava, às vezes, a sensação de não saber o que estava fazendo ali. O que isso tem a ver com o cara que estava no centro acadêmico ou na sala de aula? Às vezes eu me sentia meio estratosférica, nessas discussões, onde eu não entendia muitas vezes o que aquelas pessoas estavam falando - as pessoas mais velhas, mais experientes. Quando eu voltava dessas discussões, olhava para a cara dos demais alunos e pensava: “Meu deus do céu, o que aquelas coisas todas que a gente discute tem a ver com esse cara que está sentado aí na lanchonete?”. Não dá para chegar e perguntar: “Então, o que você acha da nova política de ciência e tecnologia do governo?”. Não que eu desqualifique a importância dessas coisas e ache que a gente não tenha mesmo que discutir isso tudo. Aliás, é até um elogio ao movimento estudantil, que na época era bastante inteirado das discussões do país. Tinha um refinamento. Isso é uma característica do movimento estudantil na USP também. Não sei se em outros lugares seria assim. Tem uma cultura na USP que leva para isso. Acho que era importante, mas nessas situações eu ficava pensando: “o que é que eu estou fazendo aqui?”.

Samir - Nessa pesquisa, abordamos também a comparação com outros tempos de militância. Eu não sei se você sabe muito do tempo atual, mas eu queria que você me falasse sobre isso, mesmo que fossem impressões. Eu queria que você me falasse sobre essa questão.

É engraçado. Estou aqui identificando por que coisas estaríamos brigando se a gente estivesse no movimento estudantil hoje. Essa mudança toda dos cursos profissionalizantes; esses cursos superiores de três anos - isso está colocado para a psicologia inclusive. E aí? O que se tem falado sobre isso? Nada. Eu não tenho ouvido. Pode ser que isso esteja nas discussões dentro das entidades, mas eu não estou ouvindo nada. Não falo isso para fazer uma crítica, dizendo que a gente... Porque essa é outra coisa muito comum no movimento estudantil. O pessoal mais velho falava isso: “você que estão entrando agora não sabem nada”. Quando eu entrei no movimento estudantil, era o pessoal do CA que falava isso. Tem os mais velhos, da outra geração, que falam que eles que sabiam... Tem essa tradição. Não é nem por aí. Um pouquinho pode até ser que seja, mas... é por achar que a gente que era esquisito... Não é para dizer que eles é que são, que não fazem nada, não são de nada: “essa galerinha aí que não quer saber de política”. Era a gente que era esquisito. Acho que a gente que era extemporâneo. Era esquisito. Ficávamos discutindo umas coisas que nossos próprios colegas não acompanhavam. Eles não acompanhavam aquilo que a gente fazia. Hoje em dia, com a situação do país de falta de perspectiva, de que nada vai dar certo, há uma desarticulação geral. O movimento sindical está vivendo isso também. Eu fico imaginando que, no movimento estudantil, discussões políticas como a gente tinha naquela época não devem mais acontecer. Não acontece nada no país. A gente vai sendo atropelado por tantas e tantas coisas e não acontece nada, então... Acho muito difícil que isso esteja acontecendo no movimento estudantil.

Samir - Bom, o outro tema é algo que você já falou bastante. Mas eu queria que você se concentrasse agora nele especificamente. Existe uma concepção muito difundida em relação à incompatibilidade entre a psicologia e a política. A psicologia frequentemente é vista como algo distante das questões públicas. Eu queria que você me dissesse se você percebe, ou percebeu, relação entre a psicologia e a participação política...

Se eu percebi relação ou falta de relação?

Samir - [risos]

Nossa, Samir, essa é uma pergunta... Difícil.

Já falei o quanto, na graduação, eu percebia a ausência de relação entre uma coisa e outra. Entre a psicologia e... eu nem te diria a política, mas o mundo real. Não é sobre o que acontece no mundo ou no país; é a ausência de contato do corpo de conhecimento da psicologia com o que acontece na esquina. Minha impressão é a de que, sempre quando se falava sobre o que acontecia na esquina, o estrago era maior, pois se falava: “nós, aqui de

dentro, do mundo interno, técnicos do mundo interno...”. Minha compreensão da psicologia na época era muito ruim. Não que eu não compreendesse bem, mas o jeito como eu via a psicologia era muito ruim. Para mim, éramos técnicos do mundo interno, que olhamos aquela criança na rua, pedindo coisas no farol, e vamos falar sobre como será que ela vê o mundo. Umas coisas lamentáveis.

Pensava: já que a psicologia tem essa leitura fechada dentro... dentro de seu consultório, então ótimo que ela se proponha a isso. Talvez, dentro disso, como uma técnica de psicoterapia ou de análise, ela seja muito boa. Para problemas específicos, que também existem no mundo. Achava que a psicologia era isso. Um benefício ao mundo privado. Ótimo, assim talvez ela faça menos estrago do que se propondo a ler, a contribuir para as questões sociais com esse olhar do mundo privado. Lembro que tinha muito essa impressão. A gente lia aquelas coisas todas sobre o Lula, o Fernando Henrique, como se a gente estivesse discutindo complexo de Édipo. Complicadíssimo.

Depois mudou um pouco. Tinha uma tal de psicologia política. Interessante: então tem uma psicologia do eu, do indivíduo, e uma institucional, que vai estudar questões políticas. Eu nunca entendi muito bem qual era a da psicologia social nessa história e sua relação com a política. Nunca pensei: “na clínica tem todo esse pessoal ruim, alienado, imperialista, mas na psicologia social o pessoal é combativo”. Eu ouvia dizer isso. Via que alguns colegas mais politizados acabavam indo para a psicologia social. Mas que diabos faz a psicologia social? Na graduação, eu nunca tive essa resposta muito clara.

Comecei a conhecer algumas disciplinas diferentes em psicologia, que eu já comentei, como Processos Cognitivos, Psicologia Escolar, a disciplina do Paulo... Comecei a pensar que existiam possibilidades de intervenção na psicologia de uma forma diferenciada, que levava em conta os processos sociais. Comecei a me entusiasmar um pouco mais. No quinto ano, por exemplo, quando eu estava fazendo o estágio de saúde mental no HD, caiu um pouco a ficha na minha cabeça - graças a Deus - de que não havia uma psicologia, ou que toda a psicologia era ruim. Comecei a perceber que havia toda uma história da psicologia que dava essa cara para ela, mas que já havia uma disputa dentro dela, e que não dava para falar que a psicologia era isso ou aquilo. Existiam inúmeras maneiras de pensar a psicologia e de praticá-la. Comecei a ver o trabalho de vários psicólogos no HD que me mostraram isso. Comecei a perceber que deveria construir um jeito de ser psicóloga que integrasse as minhas preocupações, os meus princípios.

Dei a minha resposta à essa questão como psicóloga. Agora, essa é uma pergunta que eu estou pensando teoricamente, pois é a questão do meu mestrado: “Qual é a relação da subjetividade com os processos sociais?”. É claro que é uma questão geral, ampla, e é claro que vou fazer um recorte disso, mas a minha motivação para o mestrado é essa. Na psicanálise, pegando toda construção do conhecimento sobre o sujeito psíquico, onde entram a política, a cultura e os processos sociais? O que determina o que, se é que é possível pensar

dessa maneira? É um recorte disso. Vou estudar a psicanálise de um período, mas minha pergunta é essa. Teoricamente, esse é um problema da psicologia. Esse é um problema teórico e profissional. A psicologia é tanto um corpo de conhecimentos como uma profissão. Essa é uma pergunta fundamental no meu trabalho e sob o ponto de vista teórico também. Essa concepção muda toda conduta com o paciente; determina se trato o individual ou o papel social; muda o meu objetivo de tratamento. As implicações éticas e de intervenção nesses dois projetos de psicologia são completamente distintas. Teoricamente, construindo leituras sobre as questões, a consideração disso também é decisiva.

Passei por uma fase em que eu não queria ser psicóloga, depois eu achei que queria... Dar aula me ajudou também. Fui dar aula numa perspectiva histórica e social: Como se compreende a personalidade a partir de uma leitura social engajada, histórica? Depois, fui dar aula de psicanálise, que era uma coisa completamente diferente, mas fui arranjando formas de colocar essas questões para os alunos. Era minha preocupação colocar essas perguntas: “Que diferença faz uma concepção do mundo idealista, materialista..?”. Estou tentando responder essas perguntas. Já consegui integrar algumas coisas; já consegui perceber que há uma leitura particular, subjetiva. Não penso mais que devemos mudar a cultura inteira para poder mudar o sujeito... Mas estou me perguntando essas coisas. O problema é que tem pouca gente se perguntando isso. No curso de psicologia, essas perguntas não estão colocadas. É uma coisa muito complicada.

Samir - A gente terminou a entrevista. Tem mais algo que você queria colocar?

Depois que eu dei aula, uma coisa ficou na minha cabeça: uma fórmula de movimento estudantil muito mas eficaz é investir na formação do sujeito, do psicólogo. O discurso do movimento estudantil é o da política, das vias institucionais, da representação, do combate. Não sei se isso contribui tanto para mudanças significativas, para as posturas, para a visão que esse cara que vai ser psicólogo terá. Acho que não contribui quase nada. Os objetivos do movimento são essas mudanças, mas não sei se os meios são eficazes. Talvez o movimento estudantil devesse se voltar mais (eu saí da Psico pensando nisso) para a formação. Como está sendo a formação do psicólogo? O que a gente pode mexer na formação do cara para que essas perguntas compareçam? Vamos cuidar dos estágios, da extensão universitária... Acho que isso teria muito mais resultado do que esses meios institucionais, da pauta, da reunião, do combate,... Percebi isso dando aula. Percebi que você, inserindo perguntas ao cara que está se formando, ligadas à prática dele, ao conhecimento que ele está construindo, você pode transformar ele num profissional mais crítico e capaz de promover autonomia, cidadania. Isso é mais preventivo.

Samir - Eu queria que você me falasse como foi a experiência de ter lembrado...

Olha, Samir, a experiência de ter lembrado ajudou a elaborar. Acho que coisas que eu fui pensando... eu consegui juntar na entrevista. Isso que eu falei hoje, por exemplo, de que hoje em dia eu consigo juntar, dar um lugar na minha vida para todas aquelas coisas que eu fazia no movimento estudantil, que eu estou conseguindo integrar todas aquelas minhas preocupações de militante com o amadurecimento do meu trabalho hoje. Acho essa entrevista me ajudou a visualizar isso mais; acho que muitas das coisas que eu fale aqui não estavam claras antes: “Olha, Samir, eu tenho algumas coisas aqui e vou falar”. Acho que enquanto eu fui falando, fui elaborando.

Primeiro fui me lembrando de coisas que não me lembrava, que tinha apagado. Eu fui me lembrando de coisas enquanto falava. Fui formando opiniões sobre as coisas enquanto eu fui falando. Isso é... emocionante, porque me dá uma... Quanta coisa que aconteceu! De quanta coisa eu participei daqui, desse instituto! E quanta coisa eu já fiz, né? Isso me deixa... emocionada. Coisas boas. E pensar que movimento estudantil, para mim, sempre teve uma coisa assim, de sofrimento. Lembrei do sofrimentos, das coisas ruins, de se afastar da vida quando a gente faz movimento estudantil. Falávamos dos alienados, mas quem mergulha no movimento estudantil também se aliena de uma porção de coisas da vida.

Quanta coisa boa! A imagem que eu guardava era essa de que movimento estudantil é uma droga! Que coisa horrível! Dediquei muito tempo da minha vida para isso quando poderia ter feito outras coisas. Eu poderia ter estudado, sei lá. Mas essa entrevista me lembrou de uma porção de coisas legais, e que essa foi minha formação. Eu participei menos da vida acadêmica. Por exemplo, nunca fiz pesquisa na graduação. Não fiz pelo movimento estudantil, e disso eu tenho certeza. Minha formação foi o movimento estudantil, e meu trabalho teve a cara dessa formação. Fico contente de lembrar dessas coisas; fico mais apaziguada com essas faltas que eu tinha na pós, quando não sabia alguma coisa que tinha sido bibliografia de alguma disciplina da graduação. Eu te contei que, no começo, queria vir para a universidade para estudar, ter uma vida universitária, e eu fiz essas coisas.

Foi uma despedida, Samir. Acho que eu nunca tinha me despedido muito bem do movimento estudantil. Eu saí. Quando alguém falava alguma coisa, lembrava que eu fui do DCE, do movimento estudantil, era complicado, era incômodo falar disso. Vim aqui e falei, falei, falei... Hoje em dia (olha, parece que passaram anos desde quando começou a entrevista), essa semana, quando eu estava conversando com meu chefe, depois de coordenar reuniões lá no ambulatório, estava vendo que estava recuperando coisas que eu fazia antes. Por exemplo, o manejo de situações complicadas em reuniões. Saí e fui contar ao meu chefe que eu tinha sido do movimento estudantil. As pessoas não têm idéia. É engraçadíssimo isso,

porque aqui na USP ainda tem muita gente que olha para minha cara e vê Centro Acadêmico, DCE... Hoje em dia, acho que as pessoas já me vêm por outras coisas, mas durante muito tempo olhavam para minha cara e viam o político, o CA, o DCE... Mas fora daqui - tirando amigos mais próximos, que me conhecem daqui e amigos do PT -, no trabalho, por exemplo, ninguém faz a menor idéia que eu fiz essas coisas de movimento estudantil. Eu contava essas coisas no trabalho e o pessoal olhava para minha cara e ficava surpreso, porque eu nunca falei. Isso foi uma coisa engraçada. Eu saí do movimento estudantil e não falava para ninguém que eu tinha participado. Nunca. Nada, nada... Engraçado.

Samir - Gostaria que você me desse sugestões; que me dissesse o que achou do questionário. Se você achou alguma pergunta estranha, ou algo estranho na própria condução da entrevista...

Não sei do teu método, do método que você escolheu, mas a impressão é de que não dava para seguir uma seqüência. Eu via que você tinha um roteiro. Você está com o roteiro aqui. Eu ficava preocupada com isso: "Será que eu posso falar isso agora? Que hora que eu vou poder falar isso?". Ficava na dúvida sobre o que falar na hora. No começo, você estava perguntando sobre o presente e eu já estava louquinha para falar do movimento estudantil, mas você ia me segurando. Eu fiquei preocupada com isso. Sei lá, para quem está sendo entrevistado... Não sei se sou eu, porque sou um pouco prolixa. Se perguntarem para mim alguma coisa, eu vou falando... A impressão é que se você largasse o gravador aí e pedisse para que eu falasse, seria mais fácil. Eu ia falando, contando aquelas coisas, falando, falando... E aí você podia ir perguntando: "E tal coisa?". Mas no meio, entendeu? Dando uns toques, privilegiando seu roteiro. Você sabe o que quer saber, eu não sei, mas eu vou contando e depois você vai perguntando.

Ir falando parece melhor para construir o discurso, mas perde o conteúdo, porque várias perguntas que você fez me ajudaram a lembrar de coisas. Isso eu tenho impressão que sim, porque uma porção de coisas que eu não lembrava e que eu fui lembrando tinha a ver com as suas perguntas. Você me fazia uma pergunta... Por exemplo: "E os colegas?". Isso ia me abrindo... cadeias associativas. Então, sei lá o que é melhor. Acho que são opções.

Tem mais uma coisa sobre a entrevista. É sobre dar a entrevista para você. Às vezes me dava vontade de falar: "lembra, Samir, daquela situação...". Ficava na dúvida se podia ou não falar isso... Essas coisas da neutralidade da ciência... Acho que isso contribuiu para a entrevista ter essa cara toda, essa importância que teve para mim de lembrar essas coisas todas. Se viesse alguém que eu nunca vi na vida e perguntasse para mim sobre o movimento estudantil, acho que eu não teria falado metade das coisas que falei. A minha impressão,

Samir, é que as coisas foram... Foi tudo muito afetivo. Acho que no começo da entrevista eu estava muito formal, mais distanciada, mas depois eu fiquei inundada de lembranças. Fiquei emocionada. Isso provavelmente porque era você que estava fazendo a entrevista. Você é uma pessoa que compartilhou boa parte dessa história comigo. Não só compartilhou, mas também fez parte de um projeto de Centro Acadêmico, de formação do CA muito importante. Você representa isso para mim de certa maneira.

Hoje, ver que isso chegou onde chegou, que nós estamos aqui porque você participou dessas coisas todas, e que está indo para além do CA, que tem um pensamento em cima disso, me deixa muito emocionada. Acho que isso dá um tom diferente para essa entrevista. Fico muito contente por todas essas coisas. Falei.

Análise da Entrevista

1. O nascimento da militância

Determinar uma origem para o surgimento do interesse pela política através do depoimento é tarefa impossível. A efervescência das manifestações, os assuntos públicos, o convite à militância, aparecem sucessivamente na trajetória de Simone, desde a infância até a universidade, e compõem de forma integrada as condições para o convite ao engajamento.

Logo na infância, a política aparece para a depoente de forma precoce e enigmática; são sinais misteriosos deixados por coisas, acontecimentos e agentes políticos, são mensagens ainda estranhas da política às quais a criança é exposta e que já excitam algum interesse pela vida pública.

As primeiras lembranças políticas que eu tenho são da década de 80. Meu irmão era militante do PT. Não era daqueles militantes de carteirinha, mas era bem envolvido. Eu não sabia nem o que era o PT direito e ficava torcendo pelo PT. Achava tudo aquilo... as estrelinhas, tudo bonitinho.

Simone fala de sua simpatia pelas “estrelinhas” do PT quando ainda era criança e acompanhava as movimentações que partiam da cidade e envolviam sua família; seu irmão militante divergia de seu pai, barbeiro da polícia militar, avesso à política; seu tio, logo que ela começa a ler as primeiras palavras, apresenta a literatura e as idéias socialistas. A futura militante experimenta a participação política daqueles que a cercam em seu processo de socialização quase como uma brincadeira à qual é progressivamente convidada a participar e que instiga sua curiosidade. A política parece aqui invadir o universo infantil, desde as primeiras leituras às brincadeiras, mobilizando a atenção da criança e criando verdadeiro fascínio.

A efervescência política que Simone acompanha quando criança através de seus parentes é impulso fundamental para o seu engajamento futuro. Mas é, como dissemos, apenas impulso, que isolado de outros fatores talvez não fosse suficiente para formar uma militante. O que se evidencia no começo de sua trajetória é, sobretudo, um alargamento das preocupações da jovem, que passa, desde o ginásio, a atentar para as injustiças sociais.

Achava tudo aquilo fascinante. Via as injustiças, aquelas estórias da ditadura militar. Eu era uma chata! Não ouvia música americana e não tomava coca-cola, porque era do imperialismo norte-americano. Virei uma

pequena comunista sem saber que diabo era isso. Eu não sabia direito o que era socialismo ou comunismo, mas eu era contra. Contra as injustiças sociais.

No término do ginásio, Simone se distingue de seus colegas que têm em mente as escolas técnicas profissionalizantes; se apresenta como possibilidade uma “escola modelo”, progressista, que lhe incrementaria o interesse pelo estudo e pela política.

Eu não queria fazer escola técnica como os meus colegas do ginásio. Queria fazer o segundo grau normal para entrar na faculdade. Um professor meu de português, militante do PT, me indicou uma escola experimental. Era longe de casa; tinham outras escolas mais perto, mas eu quis ir para aquela porque era uma escola de vanguarda.

As preocupações com a sociedade apareceram cedo para Simone, antes mesmo do interesse por uma profissão. Formou-se primeiramente seu apreço pelo estudo e pela política, figurando a escolha por uma carreira como algo forçoso, para que pudesse continuar exercendo o que reconhecia como *vocação*, que era estudar:

O interesse foi por uma profissão. Eu nunca pensei, na minha vida, em ser psicóloga. Durante o colegial, que acho que era quando eu pensava mais em que eu queria fazer da minha vida, nunca pensei em ser psicóloga: “Ai, eu quero tanto ser psicóloga, ser psicanalista, ficar lá atendendo as pessoas...”. Nunca isso passou pela minha cabeça. O que eu sabia é que gostava muito de estudar, que queria fazer a universidade... mas na área de humanas, porque era esse tipo de conhecimento que já me interessava... Era... apaixonada por história... até por conta... já do meu envolvimento político na época do colegial. Se a gente for pensar quando eu comecei a me interessar por política é uma história mais antiga, mas por história, isso foi no colegial. Foi no primeiro colegial.

Eu queria continuar estudando. Minha motivação não era para ter uma profissão, para trabalhar. Eu queria continuar estudando, queria lidar com o conhecimento, seja produzir conhecimento. Estudar: era isso que eu queria.

Na adolescência, a militante já se sente atraída pela história. No início de sua participação se esforçará também para compreender o presente. Se empenhará através dos jornais em contextualizar suas ações e os acontecimentos que a cercam, como notamos quando Simone nos conta do MEI (Movimento Estudantil Independente), primeiro grupo político a que pertenceu, integrado por secundaristas de escolas públicas.

Fizemos um grupo de estudo. Pegávamos jornais e íamos recortando as reportagens políticas. Nessa época, eu era vidrada em jornal. Fizemos umas pastas com recortes de jornais. A gente ficava discutindo em cima deles: quem eram as pessoas no Brasil, quais eram os problemas...

Antes de seu ingresso na universidade, Simone já havia participado do movimento secundarista, das lutas em favor da educação, e também da campanha presidencial de 1989. Suas vivências políticas precedem a graduação. Seu engajamento é primeiramente alimentado em sua infância, e depois se consolida na adolescência. A depoente ingressa no ambiente acadêmico já com um olhar atento para os acontecimentos políticos, coisa que talvez não seja comum para a maioria dos alunos. Não é sem motivo que teve papel de destaque no movimento estudantil dentro do IPUSP. Alimentou-se das discussões e das atividades políticas que encontrou na universidade, mas seu interesse pela vida pública já existia.

Em diversas passagens, Simone sugere que seu interesse pela política caminhou passo a passo com seu apreço pelo estudo das ciências humanas, marcando seus planos futuros. O desejo de participar, de existir entre os homens, é acompanhado aqui pelo desejo de conhecer o ambiente do qual faremos parte. Esse desejo se manifesta também nas operárias entrevistadas por Ecléa Bosi, no grande esforço que elas empreendiam para comprar livros, revistas, e dispensar as poucas horas livres de trabalho para a leitura.

As operárias que tivemos oportunidade de ouvir sentem um fortíssimo desejo de instrução, quando não para si, para os filhos: livros comprados em pesadas prestações mensais, jornadas inteiras de trabalho para aquisição de um só livro e a contínua frustração de se sentirem enganadas pelos promotores de cultura.

...

Um livro de três volumes pode custar, como verifiquei, 67 horas, ou 8 dias e quase 3 horas de trabalho operário.

Mas é preciso enxergar os matizes desse desejo de instrução.

Escutando os militantes franceses, Chombart de Lowe percebeu que a cultura não é um conjunto de conhecimentos a assimilar, mas é o fruto de um esforço comum a todos “para compreender melhor o que se passa em volta de nós e explicar aos outros”.

...

É bom poder escolher, mudar de rumo; as representações da cultura estão sempre ligadas às de liberdade. Uma operária de São Paulo ligava o seu desejo de leitura com o medo de que seu filho e as outras crianças continuassem como estavam.

...

Forte predileção nas leituras da gente simples é pelo conhecimento das outras pessoas, do que elas pensam, de como vivem. “Como posso situar-me entre os outros homens? Como respondem eles à mesma situação em que nos encontramos? O que é a nossa classe? Quem é como a gente?”

“Nada que é humano me é alheio”, frase predileta de Marx, é uma constante na alma operária.

A cultura aparece sempre como uma terra de encontro com outros homens, para uma classe dobrada sobre a matéria, segregada como se fora uma outra humanidade.³⁶

Por traz do interesse pela leitura encontramos aqui o desejo de existir entre os outros, de encontrar nossos companheiros através da compreensão do mundo que nos cerca e que nos é comum. Parecem juntos, indissociáveis para a depoente, o desejo de estudar e a participação política.

a. Os companheiros

A mediação do outro parece decisiva para nossa adesão à profissão ou à política; o exemplo vivo, mais do que qualquer outra dimensão que encontramos no depoimento, é o que parece levar Simone à militância. O interesse pela vida pública e a própria forma que isso adquire aparecem em grande medida mediados pelas pessoas que nos cercam durante nossa formação. Isso percebemos desde a família de Simone, onde havia seu irmão, militante fundador do PT, e seu tio, descrito como uma “figura parada no tempo”, como uma espécie de testemunho de uma época de luta. Tudo indica que ele tenha sofrido a repressão da ditadura

³⁶ BOSI, E. Cultura de massa e cultura popular. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 17-18.

militar. Perdeu sua família, sua casa, mas não seu apego pela cultura brasileira e pela política, e parece ter ajudado na formação política de alguém.

Meu pai era barbeiro da polícia militar. Ele e minha mãe não eram militantes, mas eu tinha um tio... uma figura interessantíssima. Ele estudou até a quarta-série, mas era extremamente culto. Conhecia música, literatura... Quando eu aprendi a ler, ele me deu um dicionário e um livro do Camões. Ele também me deu um livro... algo como “O comunismo para crianças”. Esse meu tio vinha todo sábado de tarde contar histórias de épocas antigas. Era uma figura parada no tempo. Ficava na barbearia ouvindo música, lendo. Ele não tinha mais contato com a família. Era fora do mundo. Eu era fascinada pelas histórias dele. Esse meu tio era comunista. Nessa época, ele não tinha nenhuma identidade partidária. Antes ele fazia campanha para o PMDB. Na época da ditadura, ele perdeu a família, foi torturado, caiu na bebida. Vivia de memória e cultura popular. Meu pai ouvia essas histórias e ficava muito bravo. Não queria deixar que meu tio contasse essas histórias. Eu protestava: “Como não?”. Nem sabia o que estava fazendo. Virei uma comunista mirim. Meu pai queria morrer com aquilo. Houve uma época em que meu pai proibiu a entrada dele em casa. Depois ele voltou, pois meu pai gostava muito dele.

As lembranças de Simone mostram que, além da família, também os professores, indo além do conteúdo de suas disciplinas, dão exemplo de profissional a seguir, estimulam a militância, incentivam a consciência crítica. A recordação privilegiada e afetiva nos indica que, através da conduta profissional, da relação com a matéria que ensina, do seu engajamento político, são referências privilegiados no percurso do aluno e do militante.

No colegial, um professor reacionário, porém instigante, propôs o desafio das leituras densas de filosofia aos alunos. Podem não ter compreendido Descartes, mas entenderam o desafio proposto de se fazer uma leitura metódica e diligente, o que parece ter incentivado Simone a seguir próxima às ciências humanas e a continuar estudando.

Tinha um professor de filosofia, que era uma figura esquisitíssima, por que ele era um pastor de alguma igreja protestante. Era um cara meio reacionário, mas botou a gente para ler Descartes. Todo mundo, a galerinha do segundo ano colegial, todo mundo lendo O discurso do método, lendo A crítica da Razão Pura, de Kant...

Seu professor de matemática, aluno da USP, alimentou a vontade de participação política e de ingressar na vida universitária, merecendo destaque especial no depoimento; em relação à matéria, considerava as dimensões sociais envolvidas no ensino da disciplina: apresentou à aluna uma postura política, estimulando e dando exemplo.

Fiquei apaixonada pela USP, com a imensidão as USP, pelo mundo do conhecimento. Acho que foi um contato muito mediado por esse meu professor que era meu amigo. Meu professor de matemática que estudava no IME, que era um cara que dava aula por vocação. Ele fazia matemática para dar aula; fugia de toda parte de estatística. Ele era, até por conta do posicionamento político, um cara que acreditava muito no ensino da matemática como... nessa época, ele me dava uns textos para ler... de pesquisas, artigos assim, sobre como a matemática acaba sendo uma peneira social. As pessoas, por não conhecerem ou por conta da experiência de vida delas, não conseguem aprender matemática, e como isso depois acaba trazendo problemas para a pessoa na vida.

No final da graduação, o professor Paulo Albertini foi uma referência fundamental para Simone decidir sobre sua carreira, sobre o que fazer depois de formada.

Então virei uma rata da disciplina do Paulo. Não perdia uma aula; sentava lá na frente e lia todos os textos. Fiquei apaixonada pelo Reich. Fiz um trabalho para o Paulo... eu lembro que sumi; tinha uma porção de reuniões do DCE e eu lembro que sumi; fiquei escrevendo o trabalho do Paulo. Escrevi, escrevi, escrevi... Dei o trabalho para o Paulo. Ele gostou e me chamou para conversar. Me chamou para conversar e disse: “eu pedi para responder as duas perguntas e você escreveu umas vinte páginas. O que aconteceu? Você se interessou?” Eu falei que tinha gostado muito. Daí comecei a me aproximar muito do Paulo; a contar muito para ele as minhas questões.

Não podemos deixar de considerar contudo que nem só os professores determinaram a avaliação que a depoente faz dos conteúdos ministrados. Mas chama atenção o fato de que suas avaliações vieram freqüentemente perpassada pela lembrança desagradável ou agradável

dos professores, indicando a importância destes nos rumos a serem seguidos pelo jovem. Quanto mais o professor aparece como companheiro, mais sua relação com o aluno parece ter peso na formação profissional ou política, e, mais do que transmitir certo conhecimento, parece também formar uma postura profissional e social.

Os militantes que antecederam Simone figuraram como referências, alimentando o interesse pelos acontecimentos da vida pública e dando subsídios para a participação. Quando se sente deslocada, descompassada com os demais colegas, encontra Wilson, também militante, que a conduz às assembleias da ADUSP e ao DCE.

... abandonei a semana de calouros aqui e fui lá com o Wilson. Estava tendo calourada do DCE, então, ao invés de eu ficar nas coisas daqui, eu fiquei com o Wilson para baixo e para cima na semana de calouros, discutindo movimento estudantil. O Wilson estava no DCE nessa época. Então, já na minha primeira semana, isso marca muito a minha cabeça. Já grudei numa pessoa com quem tinha afinidade. Assim que eu o ouvi falando pensei: “bom, isso aí é mais parecido com o que eu faço, com o que eu já fazia de movimento estudantil”. E fiquei lá batendo papo, batendo papo... muito... a semana inteira.

A política parece supor o reconhecimento, a comunidade e mesmo a amizade e a hospitalidade entre seus agentes, que compartilham do mesmo espaço e se aceitam em igualdade. Quando encontra um companheiro cujas preocupações são semelhantes, Simone sente-se pertencente ao espaço que a recebe. Mas quando sente a distância social e a humilhação, quando sente as possibilidades de coexistir minguaem, como veremos, resta apenas retirar-se. O militante estudantil parece especialmente sensível à hospitalidade e à afinidade, bem como à humilhação e à desigualdade.

O novato na militância estudantil parece ser especialmente suscetível aos exemplos dos colegas mais velhos. Para Simone, destacam-se nesse papel Mário e Wilson, enquanto João Rodrigo é um companheiro em pé de igualdade.

Essas pessoas todas eu coloco acima de mim, pois têm mais experiência. O Wilson, hoje, não mais. O Mário, sim... Tem também grandes parceiros; tem pessoas que eu sinto muito como parceiros do movimento estudantil. Foram meus grandes amigos desse tempo todo, porque eu não tive outros. Meus parceiros de dia a dia, de tudo isso... O pessoal do Centro Acadêmico... o João Rodrigo que, embora a gente nunca tenha estado numa

mesma gestão de CA ou DCE, estivemos na greve. Ele foi um grande parceiro...

Simone faz marcante distinção entre colegas “acima” e companheiros de militância. Talvez haja na primeira relação uma distância exagerada, ao passo que os parceiros de militância, em igualdade, são outro tipo de referência importante. Se os veteranos muitas vezes dizem o que fazer, os parceiros nos acompanham em nossas ações e em nossos conflitos, pois nos identificamos numa mesma situação. Simone, quando ingressa no Centro Acadêmico, desconhecendo o novo grupo, sente-se insegura: a amizade conquistada durante a greve, a confiança nos companheiros militantes, contrastava com o grupo de desconhecidos. Nos sugere assim que, quando reconhecemos as pessoas, estamos talvez mais confortáveis para agir. Contando com o apoio de um companheiro de militância, que partilha com ela as mesmas angústias, procura revitalizar o DCE, tornando-o mais próximo dos alunos. Não mais sozinha, começa a sentir-se mais habilitada para participar.

Na segunda gestão do DCE, a gente tinha um trio de coordenadores. Foi ótimo, porque eu fiz uma parceria tão boa com o Pastel, porque era uma pessoa que também se incomodava com essas coisas que eu estou contando aqui. A gente começou a pensar o seguinte: “Olha, vamos para os centros acadêmicos...”. Porque antes tinha uma coisa assim: ninguém pisa na História..., porque o CA da história é oposição tradicional ao DCE. Foda-se, vamos lá. E a gente ia, eu e o Pastel. Sentava lá no CA da História e falava: “E aí, tudo bem? Nós somos do DCE. Viemos aqui perguntar o que acontece aqui na História, o que vocês tem de problema, o que vocês pensam da vida, o que a gente pode fazer junto”. E começamos a fazer isso com uma série de centros acadêmicos que nunca ninguém foi lá... Tanto lugar que nunca o DCE tinha pisado... E a gente começou a ter uma proposta na segunda gestão que era exatamente essa: “O DCE tem que começar a se aproximar dos alunos.”... Ninguém vai ouvir falar do DCE se você não está presente...

A participação, como nos sugere a depoente, apoia-se preferencialmente nos outros, sejam parentes, professores, veteranos ou companheiros; apoia-se nas posições que ocupam e nas dimensões que eles trazem acerca da esfera pública através de suas atitudes e pensamentos sobre o mundo no qual todos habitam. O surgimento do interesse pela política e sua manutenção, quando deparamo-nos com suas dificuldades, são em grande medida determinados pelos exemplos de quem está próximo. Não são poucas as dificuldades de

participar da vida pública, e assim não é pouca a responsabilidade dos militantes sobre seus companheiros.

b. A juventude e o enigma da política

Logo no início do depoimento, a militância da adolescente dentro do PT, o jeito de fazer campanha tal qual Simone e suas amigas implementaram dá o que pensar.

Fizemos um grupo de estudo. Pegávamos jornais e íamos recortando as reportagens políticas. Nessa época, eu era vidrada em jornal. Fizemos umas pastas com recortes de jornais. A gente ficava discutindo em cima deles: quem eram as pessoas no Brasil, quais eram os problemas...

Naquela época, nas eleições, a gente não chegava para uma pessoa, dava um papelzinho e dizia: “vote nesse fulano”. Isso era um absurdo! Era coagir. Para nós, isso não era um voto esclarecido. Era melhor não votar em ninguém do que votar dessa maneira. Todas as formas de campanha, de convencimento, para a gente, eram antidemocráticas... uma viagem.

...

Lembra que eu te falei que a gente fez um arquivo de recortes jornal, daquele grupo de estudo? Era com isso que a gente ia fazer campanha. O pessoal do diretório queria morrer quando a gente ia junto, porque eles tinham que levar pilhas no metrô Itaquera para uma multidão de gente, fazendo panfletagem... A gente pegava um por um, ficava meia hora falando com o cara, com os recortes de jornal... O diretório queria matar a gente: “Vocês tão aqui a tarde inteira e falam com quatro pessoas!”. Respondíamos: “É assim que a gente vai fazer, porque nem estou preocupada se ele vai votar no Lula ou não. O que importa é que eu aumente um pouquinho a consciência dele sobre as coisas que acontecem nesse país, e que ele tenha uma postura mais crítica”.

Simone parece ir no caminho contrário daquilo que caracteriza as eleições em nosso tempo. As campanhas são cada vez mais voltadas para atingir o maior número de pessoas, e não para atingir as pessoas profundamente, com qualidade, o que demandaria certo tempo com cada eleitor. O convencimento durante o pleito se torna superficial; a pessoa fica a mercê da propaganda rápida, do clichê, dos chaveiros e santinhos, e quem conta com um aparelho mais eficaz de *marketing* leva vantagem considerável. Em contrapartida, as adolescentes

“chatas”, mais próximas do caminho que percorreram até o engajamento e menos envolvidas nas fórmulas sedimentadas de campanha, parecem ter enxergado no investimento cuidadoso - qualitativo e não quantitativo - em cada eleitor a forma mais legítima de convencimento. A depoente relaciona desde o início política e estudo, e talvez por isso, logo quando ingressa no partido, valoriza tanto a “consciência” e a “crítica”: mais vale alguém que seguirá percurso semelhante ao seu, pensando acerca da sociedade, do que um voto.

Embora especialmente sensível, a juventude é relegada a segundo plano, como quem não tem nada a dizer.

Vocês são a juventude, então vocês são uns idiotas que ficam aí no seu canto. Quem pensa, decide e formula não são vocês.

Contrastando com esse desprezo próprio de uma estrutura hierarquizada, que estabelece rígidas distinções entre aqueles que pensam e aqueles que fazem, a jovem começa ambiciosa; parte da crença que poderá transformar o que está há anos estabelecido; acredita que sua participação é essencial, e que a rigidez das instituições pode ceder.

Tanto que a Mariana e a mãe dela insistiram nós fomos numa reunião do PT na vila Ré. Nós éramos as mais novas. Estavam discutindo estratégias para a campanha do Lula. Naquela época, precisava ser filiado para fazer campanha para o PT. Chegaram para a gente e já distribuíram umas fichas de filiação e colocaram material na nossa mão. A gente achou aquilo o fim do mundo! Fomos fazer uma reunião, nós quatro do MEI, na rua: “que absurdo, olha esse material! Isso não forma a consciência crítica do eleitor! Não esclarece!”. Ninguém se filiou e fomos embora. Depois, fizemos outra reunião e pensamos: “pois é, mas se a gente ficar de fora isso nunca vai mudar”. Olha as ambições: a gente pensou em entrar no PT para poder mudar essa forma. Que santa ingenuidade! Queríamos entrar no PT para mudar essa forma de convencimento. A gente tinha uns dezesseis anos! Entrando no PT para mudar o PT! Nos filiamos em 88.

Simone e seu grupo de adolescentes percebem a forma de fazer campanha como espécie de rebaixamento, calcada em um material que nada acrescenta ao eleitor; que não “forma a consciência crítica”. No processo de filiação parece não haver qualquer atenção; parece que ninguém se preocupou em convencer, discutir, explicar. Pelo contrário, o convite é

mecânico, denotando o papel que assumiriam no partido: o de “mão-de-obra”, ou de quem “não pensa”. As jovens reagem a esse tratamento e se recusam à filiação num primeiro momento. Contudo, a emergência da eleição presidencial pedia a ação e o partido era o espaço privilegiado: por pior que fosse, não adiantava “ficar de fora”. Naquela época, para Simone, talvez acreditassem em demasia na possibilidade de transformar, de convencer as pessoas. Ingressam no partido para transformá-lo: “Que santa ingenuidade!”. Mal sabiam as adolescentes como aquele funcionamento com o qual se depararam logo no início, como aquela “forma de convencimento” era consolidada nos vícios daquele grupo. Mesmo assim, resistem.

Era um inferno, Samir. A gente ia nas reuniões, um bando de menininhas chatas. Nós éramos umas chatas naquela época! Se você falasse qualquer coisa que fosse um pouco menos crítica, a gente ia lá e enchia o saco. Era uma meia dúzia de meninas adolescentes chatas!

Essa “chatices” parecem preciosas formas de resistência. Negavam assim a posição de incapaz à qual o jovem parece relegado a todo momento, seja no partido, seja posteriormente na universidade. Sem que o soubessem, na posição especial de quem ingressa em uma instituição, talvez estivessem denunciando uma forma de exclusão no partido já imperceptível para seus membros.

O jovem, contudo, relegado a segundo plano, como ser incapaz de pensar, não é interpretado; a inconveniência de suas atitudes encontra um vazio. Ou pior, encontra uma estrutura hierarquizada que atribui ao ingressante um papel subalterno, alienado.

Ninguém dava a menor bola. Ninguém nos ouvia nas reuniões. Eles nos usavam como mão-de-obra: para colocar faixas e cartazes à noite. Quiseram que a gente fizesse campanha nas escolas e a gente se recusou, pois não queríamos instrumentalizar o movimento estudantil. Ele tinha que cuidar das questões do ME. Éramos umas pentelhas!

O partido coloca o jovem como incapaz; nega sua condição peculiar; nega um olhar singular que pode ser revelador. Ignora essa “chatice” reveladora de sua estrutura hierarquizada e procura usar o grupo de adolescentes como instrumento, exauri-lo de qualquer forma em favor de seus “interesses maiores”, como foi na época a eleição presidencial. O partido ignora as contribuições de um olhar aparentemente menos tomado pela rotina já

estabelecida, ao mesmo tempo que “instrumentaliza” o grupo ratificando uma forma de exploração e de rebaixamento.

Veremos adiante como essa hierarquia partidária vai sendo reproduzida pela depoente. Aos poucos, como veremos, a depoente vai perdendo comunicação com aquilo que a fez aderir à política e vai sendo como que arrasada pelas discussões e práticas do partido. Mas, ainda nessa fase de “adolescente chata”, Simone parece mais sensível à esse tratamento.

Acho que eles viram que a gente estava enchendo muito o saco e resolveram “encaminhar” a gente para o grupo da Juventude do PT da região. A gente foi. Lá também nos demos mal, pois era a mesma coisa do diretório. Tinha aquelas coisas das tendências que eu não entendia nada... o povo da convergência, o povo da articulação, do trabalho... se matando. Estava querendo saber como a gente podia ir lá na favela e discutir educação, enquanto os caras discutiam se iam guardar o material de campanha naquele diretório ou não porque lá a tendência dele não era maioria...

Ela identifica no presente que foram “encaminhadas”, talvez praticamente expulsas do espaço dos adultos. Mas mesmo entre os jovens parece que os vícios de uma certa forma de engajamento já eram profundos. O ímpeto da depoente para lutar contra as desigualdades e pela educação pública é refreado por uma dinâmica que se perde nas disputas entre as tendências: tudo isso faz muito pouco sentido para quem ingressa na política.

Uma coisa, Samir, acho que é o grande choque de quem... Não sei como essas coisas estão hoje porque eu estou meio distante, mas o grande choque na entrada no PT é que não tem discussão. Ninguém chega para você e fala: “olha, o negócio é o seguinte: tal corrente defende tal coisa, tal corrente defende...”. Nunca ninguém falou nada. Não tinha espaço para discussão.

Simone percebe o descompasso entre aquilo que a fez interessar-se pela política e essa militância calcada em disputas que ninguém explica e que não são passíveis de discussão. Os embates na maioria das vezes pouco dizem acerca daquele sentimento de integração, da sensação de pertencer ao mundo, do desejo de entender e participar da vida

pública e do combate às desigualdades sociais. Exatamente contra isso que a “santa ingenuidade” parece resistir, e o grupo de adolescentes consegue enfim algumas mudanças.

A gente fez o seguinte: conseguimos cavar um espaço dentro do diretório. Eles autorizaram a gente a fazer isso. Samir, a gente começou a chamar quase todos os candidatos a deputado estadual e federal para virem discutir com a juventude do PT daquele diretório! Não era com a juventude do PT, era com a juventude do PT do diretório da vila Ré! Então a gente ia lá, várias noites, botava o cara lá no meio e começava: “Quem é você? De onde você veio? Que compromissos você vai assumir com a gente se a gente apoiar você? O que você pensa da educação? O que você pensa não sei do quê?”. Era um... absurdo! E os caras iam, porque queriam gente para fazer campanha, então iam todos lá conversar com a gente. Muito metidas eram aquelas pessoas da juventude daquele diretório.

Naquela época, conversamos com o Zé Dirceu. Ficamos interessadíssimos no Zé Dirceu, porque ele era do movimento estudantil. Mas ninguém falava que a gente fechava nada até a gente conhecer todos os candidatos, até o final daquele processo. Eu lembro que a gente conversou com a Bia Pardi e com a Clara Ant - que era outra candidata a deputada estadual.

...

A gente conversou com o Florestan Fernandes. Uma gracinha. Ele foi lá... Já era velhinho. Isso já era começo de 89... E contou toda a história dele... Eu me apaixonei, porque ele contou a história dele, de trabalhar como garçom. Umas coisas incríveis. Foi o cara que mais levou a sério o nosso processo de discussão. Quem mais respeitou. Os outros foram lá e falaram uma porção de coisas porque estavam querendo gente para fazer campanha. Mas o Florestan acho que foi quem mais ouviu as coisas da gente, mais respeitou... Uma graça. E aí a gente resolveu, no final de todo processo, que a juventude daquele diretório iria apoiar o Florestan Fernandes...

A reivindicação feita pelas jovens “metidas” é atendida, provoca mudanças no partido onde a direção dos diretórios determinava qual candidato seria apoiado. Conhecendo os candidatos um por um, é significativo que tenham decidido apoiar quem mais respeitou aquela iniciativa. Os demais queriam “gente para fazer campanha”, ratificando o papel de “mão-de-obra”, confirmando a exclusão que tanto sentiam. O bonito contato com o professor

Florestan Fernandes serve de exemplo de como os jovens são sensíveis ao respeito, à consideração, ao reconhecimento.

O jovem, quando ingressa na política, parece ter uma sensibilidade especial para as contradições que experimenta, talvez porque ainda não possua os hábitos e estereótipos já fortemente incorporados pelos militantes veteranos. O grupo de adolescentes, espantando-se com o já estabelecido, promove mudanças, aponta caminhos novos, denuncia o absurdo e o contraditório que existe no cotidiano da legenda. Uma organização política poderia atentar para o que espanta quem nela ingressa; sua estrutura deveria contemplar essa escuta como opiniões, tal como as entendemos nesta pesquisa: atos do intelecto entre o conhecimento e a ignorância em busca da verdade.³⁷ O jovem que ingressa na política revela como o mundo lhe parece a partir do lugar peculiar que ocupa. Concordamos com Marialice Foracchi acerca do significado político da juventude. Mais do que etapa cronológica, é uma posição peculiar na sociedade, intimamente ligada à transformação, à insatisfação frente ao que já está há muito estabelecido e ratifica a opressão.

Menos do que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituir-lo, engajando-se. Com razão lembra Bettelheim que a condição de jovem não se distingue das demais a não ser pela sua singular capacidade de repetir-se ao longo da existência humana, recriando insatisfações vitais, nunca definitivamente aplacadas. É quase a virtude que mantém viva a capacidade de resistir, de disputar e de renovar.

...

Somos, em diferentes momentos da nossa existência, jovens inconformados ou adultos acomodados, conforme o teor dos nossos pronunciamentos diante daquilo que acontece. Juventude e história são entidades que se confundem enquanto manifestações do novo.

...

³⁷ Cf. GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação e Memória: alguns elementos para o exame psicológico de um sofrimento político. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1999: Entre os antigos cidadãos atenienses, a opinião (a *doxa*) era a formulação daquilo que *me parece, compreendendo* o mundo tal como ele se abre para mim; compreendia literalmente um ponto-de-vista: a visão que se abre desde um certo ponto, desde uma certa posição no mundo. Uma opinião não era tomada como fantasia subjetiva e arbitrária. O pressuposto era de que o mundo, o mesmo mundo, se abre de modo diferente para cada homem, de acordo com a posição que ocupa nele. Entre os gregos, quem opina não procura dizer qualquer coisa, mas procura dizer o mundo tal como o mundo se lhe apresenta. É do confronto entre diferentes opiniões que se estabelece o campo político.

*Se, como dizem, a juventude é manipulável, isto equívale a admitir que ela é flexível e que sua fraqueza é, na verdade, a sua força. A capacidade de manipulação que converte os jovens em instrumentos de diversos poderes é, nos países que despertam para a história, neutralizada pela visão crítica e pelo anseio de autonomia que deles fazem o porta-voz insistente de todas as reivindicações e o denunciador implacável de todas as formas de opressão.*³⁸

A juventude é a própria capacidade de rebelar-se com o já estabelecido, não sendo portanto circunscrita a uma fase da vida. É substância da história e da política, na medida em que é perspectiva singular de espanto e de renovação. No que designamos como adolescência em nossa sociedade, identificamos um momento no qual essa potencialidade é marcante, quando na passagem para a vida adulta diversas esferas da existência humana nos são apresentadas. É sugestivo que ela assuma um caráter contestatório que atribuímos freqüentemente à idade: “é uma fase da vida”. Ou, nas palavras da depoente, é “chatice” de adolescentes “pentelhas”. Não seria o caso de nos perguntarmos o que deixa tão indignado aquele que chega? Aceitando a manifestação juvenil, a sociedade tem a denúncia constante e implacável de suas contradições sociais. Os problemas, as angústias com as quais a depoente se depara, não são inerentes à uma etapa cronológica, mas talvez às dificuldades, aos impasses da vida política tal como se configurou em nossos tempos.

c. A militância como projeto de vida

Nem todo jovem experimenta o interesse pela vida pública como os militantes. Mas, em comum, militantes e não-militantes, todos eles fazem planos, delineiam projetos de carreira. É durante as escolhas que precedem o vestibular que o jovem que tem acesso à universidade toma suas primeiras decisões acerca de seus destinos; pela primeira vez faz uma escolha com certo grau de autonomia. Nessa etapa, segundo Marialice Foracchi, procurando traçar perspectivas de vida para seu futuro profissional e financeiro através de um projeto de carreira, o jovem se encontra em uma posição singular, privilegiada frente às pressões do sistema capitalista e de sua origem social. A partir daí haverá um distanciamento crescente entre ele e seus vínculos familiares, fenômeno que está longe de ser apenas algo que diz respeito à esfera privada, à relação entre o adolescente e seus pais. A autora vai a fundo e revela que não podemos compreender a relação dialética entre o estudante e sua família se não considerarmos que é através dela que o jovem sofre as pressões sociais de sua origem de classe e do próprio sistema capitalista.

³⁸ FORACCHI, M. M. O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1977. p. 303-304.

*As relações entre adulto e jovem transmutam-se, quando este é estudante, em formas de compromisso que evidenciam o conjunto de mecanismos sociais mobilizados para vinculá-lo aos valores e interesses da ordem social competitiva.*³⁹

O jovem é pressionado através dos vínculos familiares a seguir o caminho almejado pela classe social à qual pertence. A família de classe média, excluída dos processos de decisão e do poder econômico, percebe na formação superior do estudante uma forma de ascensão. Tornando-se médico, advogado, engenheiro, o jovem realiza o sonho de seus pais e concretiza um percurso: perfaz expectativas que o antecedem e que fazem parte da história familiar. Através disso, concretiza um projeto de desenvolvimento amplo, próprio de toda sua classe de origem.

*A história da classe média é um processo cujo desenrolar se explicita na história pessoal dos agentes humanos que a realizam.*⁴⁰

...

*Na perspectiva da família, o jovem estudante seria, então, o agente decisivo da sua integração à situação de classe. Ou, por outras palavras, na atuação do jovem estariam contidas as premissas sociais para a superação do presente, como momento restrito e empobrecido, para a concretização de um futuro mais amplo no contexto da classe. No fundo, esse processo revela como através do jovem estudante se coloca o problema crucial da continuidade da posição conquistada pelo grupo familiar.*⁴¹

Quando o estudante não precisa trabalhar para seu sustento, como no caso de Simone, é principalmente através das expectativas familiares em relação ao seu futuro que acaba sofrendo, ora mais, ora menos, as forças para que assuma os planos de ascensão de sua classe de origem.⁴² Vejamos como Simone sente o fenômeno:

³⁹ Op. Cit. p. 86.

⁴⁰ Op. Cit. p. 89

⁴¹ Op. Cit. p. 105.

⁴² Nesse sentido, a autora enfatiza em sua análise que tanto o jovem que trabalha quanto aquele que não trabalha estão submetidos às determinações limitantes do sistema, cada um à sua forma:

É engraçado, porque quando eu decidi que ia fazer psicologia, eu tomei porrada de tudo quanto é lado, porque minha família já não acreditava que eu fosse fazer faculdade, que eu fosse passar no vestibular... Na minha família inteira, juntando a do meu pai e a da minha mãe, tem eu e mais uma pessoa que tem nível superior. Ninguém acreditava então. Imagina na USP. As pessoas achavam que eu estava viajando: “tudo bem, você vai fazer vestibular. Mas você vai fazer psicologia? Mas porque você não vai fazer engenharia, qualquer coisa que preste, né. Você vai fazer psicologia e vai morrer de fome”. E eu decidi psicologia justamente para poder ter algum trabalho.

A autoridade paterna nessa fase da vida pode ser exercida com sutileza, mesmo permitindo manifestações espontâneas para depois exercer seu controle. Em contrapartida, agora o jovem possui um plano de carreira que consubstancia um projeto de emancipação. A tensão aqui é constante, e o estudante fica a meio termo entre sua necessidade de emancipação e as expectativas de realização dos pais. O movimento de tensão e reequilíbrio é intenso durante essa fase. O jovem na condição de estudante se encontra, segundo Marialice Foracchi, entre “a pressão que submete e a vocação que desperta”. Atender as pressões dessa relação faz muitas vezes com que o estudante abandone seus sonhos ou sua vocação. Submetendo-se ao “ser alguém” da família arrisca-se, paradoxalmente, a deixar de sê-lo, na medida em que abre mão de seu projeto de autonomia.

Somente os estudantes totalmente mantidos pelos pais e desligados de qualquer preocupação imediata com o seu próprio sustento, podem reconhecer-se livres para empreender uma “atuação de ensaio” ou para sentir-se desvinculados... O estudante mantido pela família seria efetivamente desvinculado no sentido de usufruir melhor sua condição de estudante, naquilo que ela representa como privilégio, ao contrário do jovem que trabalha... Não se deve inferir, todavia, que o estudante totalmente mantido disponha de maior liberdade de ação ou que esteja menos comprometido com a situação que o produz. Na verdade, ele é tão vinculado quanto o jovem que trabalha, embora a natureza dos vínculos criados seja diversa. O universitário mantido pela família é desvinculado, formalmente, na sua ação mas comprometido pelas obrigações morais que assume, em virtude da sua condição de manutenção. (Op. Cit. p. 26.)

Depender financeiramente da família significa também estar submetido a um sistema de compromissos e pressões, de tal forma que as manifestações da vontade individual são controladas. Se para ser estudante o jovem precisa estar despreocupado de seu sustento, submete-se à dependência paterna; mas se opta por sustentar-se, submete-se às preocupações do trabalho, alheias às de estudante. De qualquer forma, há um jogo de forças entre as determinações sociais, as determinações de classe e as aspirações propriamente da categoria estudantil. Retornaremos ao tema no depoimento de Luís, também identificado com as classes populares.

O jovem que se torna estudante fica dividido entre a resistência e a conformidade em relação aos planos de ascensão da família. Fica assim, por conseguinte, entre a negação e a aceitação do sistema social vigente. Poderíamos então esperar que ele oscile, que encontre uma solução entre dois extremos: 1) pode compreender a universidade e seu curso de forma instrumental e voltar suas ações na direção da ascensão social almejada por sua classe; ou 2) pode direcionar sua ação na direção contrária ao sistema dominante, numa espécie de *praxis* estudantil.

O que distingue as diversas situações do jovem é, segundo Foracchi, a “amplitude da participação social do estudante em setores independentes da realidade familiar”. A autora aponta a assunção da condição de estudante como critério de emancipação.

*O significado profundo da politização, visto em termos da perspectiva do jovem, é propiciar a formação de laços de solidariedade interna, que fazem com que ele perceba, com maior nitidez, as dimensões sociais da condição de jovem e de estudante.*⁴³

Quando o jovem se torna estudante, assumindo a militância e identificando uma participação social concreta na sua condição singular, mais se discrimina e se distancia da condição de filho. O estudante seria, segundo Foracchi, uma espécie de “categoria social intermediária”, situada entre os compromissos com a expectativa familiar e seu projeto que tende a libertá-lo. Nesse cruzamento, enquanto procura traçar seu percurso de inserção social, ingressando na chamada “vida adulta”, estaria especialmente exposto às pressões da sociedade de classes, ora pendendo para a adaptação e a conseqüente realização das expectativas de sua classe de origem, confirmando assim o sistema social vigente; ora procurando alternativas para negar tal caminho e construir algo próprio. É exatamente nessa dicotomia, nessa angústia imanente à condição de estudante, que o jovem estaria em condições especiais. Resistindo à pressão dos valores vigentes tradicionais, o estudante elabora elementos para o discernimento crítico de sua própria condição, e se transforma no ponto de ruptura entre presente e passado. Isso equivale a dizer que ele goza de uma modalidade de consciência que pode propiciar uma atitude inovadora, crítica e singular sobre seu papel, sua classe social e sobre a própria sociedade. Segundo Marialice Foracchi, o estudante seria “o jovem que se nega a si próprio, na medida em que age em contradição com todas as determinações sociais do seu comportamento”⁴⁴.

⁴³ Op. Cit. p. 223.

⁴⁴ Op. Cit. p. 115.

O militante, nos parece, toma uma postura radical nessa luta entre “a pressão que submete e a vocação que desperta”. Entre seus colegas, assume uma postura extrema, como que por vezes deixando de lado as preocupações acerca do próprio curso e assumindo na totalidade esse ponto de vista privilegiado que teria o estudante frente às contradições sociais. Parece fazer dessa posição - para o seu bem ou para o seu mal - sua *condição de vida*. Nesse sentido, a *vocação* de Simone se desenvolve primeiramente em termos políticos. Como veremos adiante, a psicologia aparece primeiramente em segundo plano, como alternativa mais viável para seguir estudando e ingressar na vida universitária. Assumindo radicalmente o papel de militante e combatendo as injustiças sociais, Simone combate o sistema duplamente, na medida em que o enfrenta diretamente através da ação política e o nega em sua própria vida. Diferente de seus colegas, é nesse embate no qual se embrenha por completo desde cedo e não na *profissão* que a depoente encontra sua forma de *existir*.

d. Um segundo nascimento

As lembranças da depoente nos sugerem que o ingresso na política é vivido como uma descoberta singular. A militante experimenta um envolvimento em questões públicas, uma intensa sensação de pertencer ao mundo. Depois disso, a condição de militante, quando acompanhamos o depoimento, parece nunca mais abandoná-la.

Simone faz radical distinção durante sua passagem pelo movimento estudantil entre militantes e “alienados”. A distancia instaurada entre quem ingressa na vida política e os demais é radical: uma vez militante, não se compreende porque as demais pessoas não participam; do outro lado, fora da militância, não se compreende porque tamanha energia empregada em disputas e causas aparentemente tão distantes.

Não é sem motivos que os antigos atenienses atribuíam tamanha distinção à vida política. Hannah Arendt reflete acerca do fenômeno político em sua origem, destacando a radical divisão entre as três atividades da *vita activa*: *labor*, *trabalho* e *ação*.⁴⁵ Explicitemos, de maneira resumida, os três conceitos segundo a autora.

O labor corresponde ao processo biológico, às necessidades vitais do homem. Sua subsistência e sua reprodução, as atividades cujos limites se encerram na esfera privada, faziam parte daquilo que o homem tinha em comum com todos os seres vivos. O Labor consiste naquilo que o homem precisa cumprir necessariamente para garantir a sua existência, e assim galgar uma vida realmente humana, “livre” das vicissitudes da sobrevivência.

⁴⁵ ARENDT, H. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

O trabalho corresponde ao artificialismo da existência humana. É através dele, segundo a autora, que o homem transforma a natureza, produz um mundo de coisas e torna mais fácil a sua existência.

A ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens e sem a mediação das coisas ou da matéria. A ação (*praxis*) é impossível sem a pluralidade, e portanto é exclusiva da esfera pública. É através da *ação* e do *discurso* na *polis* que o homem se revela ao mundo. A *polis* definia um domínio público, uma praça de *ação* e de *palavra* onde pudessem os homens mostrar-se como homens livres, ver e serem vistos, ouvir e serem ouvidos.⁴⁶

As compulsões da vida econômica acomodam-se facilmente e encontram eficácia na divisão entre senhores e trabalhadores. Na antiga Atenas, as esferas da vida doméstica (labor) e da cooperação econômica (trabalho) fundavam-se na agregação de todos sob o funcionamento de um grande organismo, a sociedade consumidora e fabril. A obtenção de bens de consumo e a produção de bens utilitários acompanhava e exigia a desigualdade funcional, convivendo naturalmente com o rebaixamento de mulheres, de estrangeiros e com a escravidão. A vida política, pelo contrário, implicava condições que não fossem servis, implicava a igualdade – não a equação de todos e cada um à figura de organismos mas a pluralidade, a aparição original de cada homem perante os demais.

É com *palavras* e *atos* que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, para além de nosso nascimento num mundo natural.

*É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original.*⁴⁷

A inserção no mundo humano, diferentemente das associações impostas pela necessidade ou regidas pela utilidade, repousa no desejo de *agir* e *falar*. A *ação* e o *discurso* são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não em sua mera presença física ou organísmica, mas enquanto homens: esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da *iniciativa*, e trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. E Simone jamais se absteve de *agir*. Jamais deixou de atentar para os acontecimentos da esfera pública e de acreditar nas

⁴⁶ A seguir, apresento reflexões de José Moura Gonçalves Filho acerca do pensamento arendtiano sobre o fenômeno político. Os trechos seguintes consistem em adaptações de um texto não publicado, utilizado para fins didáticos, que adapto e utilizo com sua autorização.

⁴⁷ ARENDT, H. Op. Cit. p. 189.

iniciativas tomadas em conjunto, *na companhia dos outros*. Primeiro, quando criança, é como que fascinada pela movimentação da abertura democrática, pelas estrelinhas do PT. Na adolescência, é atraída pelas lutas sociais e parece ingressar numa esfera de preocupações alargadas; experimenta com seus companheiros o interesse pelos jornais e pela história; trabalha com eles para transformar e entender a sua vida e a vida da cidade. A partir de então parece identificar na *ação política* um sentimento de pertencimento como nunca sentiu em nenhum momento de sua vida: forma-se como militante no movimento estudantil e sente-se parte de uma realidade distinta daquela que conhecia antes.

O depoimento sugere um caminho sem volta. Constituímo-nos em comunidade como agentes políticos, e uma vez iniciados, uma vez inseridos na esfera da *ação* e do *discurso*, não conseguimos abandoná-la. Parece que a experiência política transforma o agente de maneira irreversível, cria no militante raízes profundas, faz com que seu olhar sempre recaia sobre os acontecimentos sociais, e lhe arrasta, lhe impõe um desejo quase irreversível de agir sobre o mundo à sua volta. São condições que parecem acompanhar os militantes por toda a vida.

2. Marcos da militância estudantil

a. A greve: um campo para a *ação* e para o *enraizamento*

No início da militância de Simone, as greves salariais de professores alimentaram o interesse pela política. Nessa época, a causa da educação pública era forte e a mobilização ao seu redor intensa. Simone experimentou durante o colegial engajar-se nessa luta, e na graduação participa intensamente da greve dos alunos do IPUSP por uma nova biblioteca, vivendo talvez seu envolvimento mais intenso como militante. Refere-se ao acontecimento como o maior, seja em número de pessoas ou em importância, entre os que viveu na universidade.

O movimento estudantil do Instituto é marcado pela reivindicação de instalações adequadas. A psicologia da USP era no prédio da rua Maria Antonia; com sua interdição no final da década de 60, foram construídos barracões provisórios para abrigar a FFLCH e a Psicologia na cidade universitária, no mesmo local do campus onde hoje é o IPUSP. Após alguns anos, as dependências atuais da FFLCH foram construídas, mas a psicologia permaneceu nos barracões até o início dos anos 90, quando, após vinte anos de sua construção (lembremo-nos que eram barracões provisórios), deram sinais de que iam ceder. Começaram então a serem interditados pela prefeitura do campus, enquanto os alunos eram deslocados para as demais unidades da USP. Na época, os estudantes de psicologia assistiam suas aulas na Pedagogia, no IME, na FFLCH, e onde mais houvesse uma sala disponível. Restavam ainda, quando Simone ingressou no IPUSP, a Biblioteca, a Lanchonete e o Bloco de Atendimento. O Bloco Didático estava interditado e a Biblioteca viria a ser fechada no ano

seguinte (1992). No primeiro ano em que Simone estudou no IPUSP, suas aulas eram em outras unidades, espalhadas pelo Campus. Parece ter sido um choque chegar e descobrir que não havia um espaço próprio, de integração dos estudantes de psicologia. O primeiro contato dos calouros da época de Simone com o Instituto aparentemente foi constrangedor; a imagem encontrada era a das ruínas dos barracões interditados e das construções que seguiam. Esse abandono da estrutura física parece ter provocado forte desagregação, tanto que uma das principais preocupações daquela geração de militantes era a “integração”:

... tinha uma desagregação, que eu me lembro, dessas primeiras semanas. A gente tinha aula em tudo quanto é lugar espalhado pela USP... As pessoas não se enturmavam muito, e essa era a palavra do dia na época: “tem que integrar a psicologia; tem que integrar o primeiro ano com o segundo ano, com o terceiro ano...”. Integrar, integrar, integrar... Era isso que as pessoas falavam o tempo inteiro.

Na greve dos alunos do IPUSP em 1992, a principal motivação parece estar relacionada com esse “integrar” de que tanto falavam. O movimento foi motivado pela perda da Biblioteca, espaço onde os alunos dos vários anos se encontravam. A necessidade aqui parece mais profunda e menos palpável do que as reivindicações materiais. A biblioteca era um espaço de convivência consagrado, já habitado por veteranos e calouros, diferente do recém adquirido bloco de aulas (bloco B); nela aconteciam as assembléias, nela também os alunos de diferentes anos se encontravam durante a semana.

A Biblioteca, por muito tempo, ficou sendo o local de encontro, de referência para os alunos que ficavam espalhados pelo campus. Acho que as pessoas tinham uma ligação com a Biblioteca... bem afetiva. Então fechou a biblioteca. Isso deu um impacto; as pessoas ficaram indignadas... Os professores falavam: “Ah, você tira xerox, ou então a gente faz só com os livros da reserva”. Quase todo mundo só lia os livros da reserva mesmo, mas como vai se terminar um semestre só com os livros da reserva? Ninguém nunca lê aqueles livros todos, mas todo mundo disse: “Isso é uma situação que vai prejudicar a qualidade do nosso curso...”.

Aparentemente ficar sem os livros para terminar o semestre não foi o principal motivador da greve. Mais do que reivindicar instalações adequadas para o curso, os estudantes, talvez mesmo sem o saberem, estavam motivados pela perda de algo a mais do

que um bloco. Tratava-se de um espaço de encontro e de troca entre os estudantes do IPUSP, imprescindível para a própria participação política.

Mesmo a perda concreta de um espaço físico não parece ter sido o foco do descontentamento, uma vez que o IPUSP havia acabado de ganhar o novo Bloco Didático. Mais adiante, Simone afirma que o recém ganho prédio era muito “novinho”, pouco habitado. A biblioteca, mais antiga, já estava com carinho na mente dos estudantes.

E todo mundo muito chateado! Eu lembro que as pessoas ficavam indignadas, mas ficavam chateadas da biblioteca estar fechada. Então, a gente ficava lá na porta, olhando lá dentro... Eu acho que a biblioteca tinha esse papel... afetivo, de juntar as pessoas. Quando não tinha esse prédio de alunos, as pessoas tinham aula na Pedagogia, na Matemática, sei lá eu onde mais. Na FFLCH inteira. As pessoas tinham uma ligação afetiva com a Biblioteca, porque elas vinham aqui, pegar livro. Então elas se encontravam lá e na lanchonete... Na Clínica só atendia quem estava mais a frente no curso. Mas a grande parte dos alunos se encontrava na Biblioteca e no prédio da lanchonete. Mesmo quando esse prédio foi construído, era esquisito ainda; as pessoas não estavam habitando ainda esse prédio... E eu lembro que todo mundo falava que isso aqui era estranho: esse chão cor de piscina, essas paredes amarelinhas... Era tudo muito novinho. Era esquisito... Foi logo na sequência que tiraram a biblioteca. Acho que a sensação era a de que tiraram a nossa biblioteca da gente...

O que os estudantes perderam parece claramente transcender a função precípua da biblioteca. Os alunos lamentavam, entre outras coisas, a perda de um espaço que era testemunha de sua breve história no Instituto. Era um lugar que, para além do encontro, suscitava a lembrança. Era um espaço onde os estudantes sentiam-se *pertencentes* ao IPUSP, habitantes de uma mesma coletividade. Encontravam ali os colegas e recordavam acontecimentos, passagens que eram comuns a todos.

Durante a greve, a distância entre militantes e não-militantes diminuiu. No movimento estudantil, a greve pode alcançar a tão almejada “integração” de que tanto os militantes do Instituto falavam.

Foi aí que eu revi algumas pessoas, falei com gente que eu nunca tinha falado... foi uma movimentação que você não faz idéia. Comecei a

passar os dias inteiros aqui, as noites, atrás das coisas... Foi... como a eleição do Lula, em 89.

...

Na assembléia, o que foi impressionante é que mesmo os alunos que eram mais... Um bando de aluno que não estava nem aí com nada, não estava nem aí com a hora do Brasil, naquela assembléia, todo mundo estava fervoroso de raiva do que tinha acontecido...

Segundo Marialice Foracchi, uma greve parece ter o poder de aproximar militantes e não-militantes, dissolvendo a cisão entre “cúpula” e “massa” que em outros momentos marca o movimento estudantil.⁴⁸ No caso da greve do IPUSP, o acontecimento dizia respeito a todos e alcançou diminuir a enorme separação entre os que se interessavam pela vida pública e os que se preocupavam somente com os próprios estudos. A conjuntura era diferente de todas as movimentações e a “indignação era generalizada”: todos pareciam sentir intensamente que aquilo lhes dizia respeito e que precisavam fazer alguma coisa.

Simone é categórica em afirmar que os professores, em sua maioria, não encamparam a causa que era de todos, cabendo assim ao movimento estudantil reivindicar a biblioteca.

Queríamos o plano diretor e o projeto da biblioteca nova. Queríamos uma garantia de que iria ser demolido o prédio antigo e construída a nova biblioteca. Até um tempo atrás, o plano diretor estava num quadro em alguma parede aí, não sei se era no Centro Acadêmico. Tinha um quadrinho com esse plano diretor. Acho que hoje em dia estão saindo essas coisas... A clínica, o prédio dos professores... Até então não tinha nada dizendo que um dia derrubariam os barracões e construiriam a clínica, a biblioteca... Não tinha nada dizendo: “algum dia nós vamos derrubar aqueles barracões, que eram dos cavalos, e vamos fazer uma clínica”. Não tinha. Se tivesse caído tudo e a gente não tivesse feito a greve, não tivesse ido falar com o deputado e feito o escarcéu todo que a gente fez, ia cair e... sei lá o que ia acontecer... Os professores não peitavam essa briga. Os diretores, muito menos. Isso eu acho que está muito claro que foi uma conquista dos alunos,... o que é impressionante.

⁴⁸ Cf. FORACCHI, M. M. Op. Cit. p. 279-280.

Os estudantes, mesmo ficando pouco tempo na USP, parecem vivenciar uma relação intensa com ela. Militantes e não-militantes experimentaram maior engajamento e envolvimento com a universidade e a sociedade durante a greve, indo na direção de suas reivindicações, percorrendo diversas instâncias: a Diretoria do Instituto, o FUNDUSP, a Reitoria e a Assembléia Legislativa. A militância foi progredindo passo a passo, desvendando as origens das ações e formando novos militantes. Os jovens iniciam na participação política e logo se deparam com a imensa distância que os separa dos lugares onde as decisões são tomadas. Na universidade, as esferas deliberativas que alteram profundamente a vida acadêmica são quase que desconhecidas pelos estudantes; pouco familiarizados com as instâncias acadêmicas, as decisões são como que vindas do céu, e não se sabe nem para quem reclamar. Torna-se difícil relacionar determinado problema ao seu responsável: deve-se mandar um ofício para a diretoria ou para a prefeitura universitária? Quem responde pelas construções na USP?... Mas quando os alunos vencem a monotonia do cotidiano e começam a participar vão aprendendo aos poucos como as decisões são tomadas. Antes, na greve do IPUSP, mal sabiam por que e por quem a biblioteca havia sido interditada. Adiante no movimento, seguindo mobilizados, conversam com deputados estaduais sobre suas reivindicações:

A gente tentou conseguir uma reunião com o Reitor. Ele não quis nos receber, nem o chefe de gabinete. Ninguém quis receber a gente, mesmo com a aula aberta... Aí fomos lá na Assembléia Legislativa... Foi uma comissão, também de alunos, batendo de gabinete por gabinete dos deputados estaduais, desde o PT até os mais horrorosos... Tinha gente que falava: “tá bom. Vou mandar um fax”. Mas um deputado do PT..., que estava investigando exatamente as heranças vacantes..., para saber para onde é que está indo o dinheiro das heranças vacantes, que deveria ser... revertido para a assistência estudantil... Tem muito dinheiro nisso, e o CRUSP está do jeito que está... Esse cara estava começando a investigar para ver onde é que estava indo esse dinheiro... A gente estava lá no gabinete dele, ele catou o telefone, ligou para cá, foi falar com o chefe de gabinete do Lobo, e falou com o Lobo: “Reitor, aqui é o deputado tal. Então, a gente está precisando conversar um pouco sobre aquela história das heranças vacantes”. Fez meio uma chantagem com ele: “...inclusive, eu estou aqui com uns alunos da psicologia. Sabe como é que é, Reitor. Minha base eleitoral. O pessoal está aqui. Veio aqui reclamar que o senhor não está querendo receber os meninos... Eles estão com uma situação lá...”. E a gente vendo aquilo... Que coisa! Ele dizia: “Os meninos estão aqui, chateados, porque aconteceu algum problema lá; a biblioteca deles está trancada, vai cair. Não, Reitor,

assim não dá. Precisa receber os meninos... E quando é que nós vamos conversar sobre aquele nosso assunto lá, das heranças vacantes?”. O reitor pediu para ele esperar um pouquinho e marcou uma reunião com a gente na mesma hora!... Nós saímos da Assembléia Legislativa soltando rojão!

Esse episódio demonstra como o militante se forma na própria militância, experimentando no campo político, passo a passo com seus companheiros, a transição de suas preocupações para esferas mais abrangentes: da casa passamos para o Instituto, deste para a Universidade e dela para o Estado. Nesse percurso os estudantes alcançam atingir e ocupar lugares enrijecidos pelas estruturas burocráticas. As decisões mais abrangentes sobre as pessoas parecem vir de lugares que soam tão distantes e abstratos, e que na *ação política* - principalmente nas greves - se tornam mais próximos. A autoridade burocrática governamental se torna tangível, seja através das reuniões, à semelhança do que os militantes companheiros de Simone viveram, seja através das ocupações. Trata-se de um movimento de ruptura muito importante nos movimentos sociais. Na universidade, não é de se espantar, por exemplo, que eventualmente os estudantes venham a ocupar a Reitoria durante os momentos mais críticos de greve (como na ocorrência recentemente, no primeiro semestre de 2000). Podemos talvez entender esta ação como uma espécie de acontecimento-síntese, que revela uma intensa vontade de *ocupar*⁴⁹, e assim tornar habitáveis, convidativas à participação, as instituições burocráticas e antidemocráticas da universidade.

A greve aparece no depoimento como *campo*⁵⁰ privilegiado de participação política, onde, para além das reivindicações, instaura-se uma interrupção no cotidiano capaz de

⁴⁹ Cf. HOLANDA FERREIRA, A. B de Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1995: adotemos aqui a palavra *ocupar* como sinônimo de *residir*, *habitar*, a despeito de outros sentidos do termo que encontramos no dicionário. *Ocupar* aqui significa uma manifestação da vontade de reconhecer determinado local e instituição como algo do qual fazemos parte e que, assim, podemos transformar.

Alinhamo-nos com o uso do termo pelo MST (Movimento dos Sem-Terra), no qual ele é enfaticamente colocado em confronto com a palavra *invadir*, amplamente utilizada na mídia atualmente para designar as ocupações de áreas improdutivas feitas pelas famílias de camponeses. Invasão denota uma ação violenta e na maioria das vezes criminosa: *entrar à força ou hostilmente em; ocupar à força; conquistar*, ou ainda: *apoderar-se violentamente de; usurpar*.

Durante essa mesma ocupação da Reitoria da USP pelos estudantes, cabe registrar um fato curioso. Por diversas vezes, quando nas assembléias um orador, por descuido, se referia à manifestação como “invasão da Reitoria”, era imediatamente e fervorosamente corrigido por seus companheiros: “não é invasão, é ocupação!”, demonstrando uma preocupação com a diferença entre os termos inspirada pelo MST.

⁵⁰ Cf. LEWIN, K. Teoria de Campo em Ciência Social. Org. de Dorwin Cartwright. Tradução de Carolina M. Bori. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1951: empregamos a noção de *campo político* como forma singular dos *campos* variados de experiência, na acepção gestaltista do termo: campos são realidades estruturadas e intersubjetivas. Para Kurt Lewin, o *campo psicológico* intersubjetivo instaurado envolve um grupo ou instituição e diz respeito apenas aos elementos que são significativos para aquela esfera. Referimo-nos aqui à greve como um *campo político*, pois instaura num dado espaço, durante um determinado intervalo temporal, condições eminentemente políticas de interação

propiciar o envolvimento de todos nas questões da coletividade. Cria-se intervalo para a reflexão crítica e para o engajamento na militância; surgem então oportunidades para a *ação* e o *discurso*, fazendo com que as pessoas, militantes e não-militantes, se encontrem em torno de uma questão que diz respeito àquela coletividade. Na greve do IPUSP, Simone fala “com quem nunca tinha falado”; nas assembleias, os colegas se expõem a despeito de suas diferenças. Nessa exceção provocada geralmente por reivindicações materiais diretas - maiores salários, melhores condições de trabalho e estudo, um novo prédio para a biblioteca -, se instaura o campo para a *ação* e *revelação* dos agentes políticos que parece faltar no cotidiano das escolas e universidades. Como não poderia deixar de ser, trata-se de uma oportunidade privilegiada para estreitar relações, diminuir diferenças, experimentar diversidade de pensamento.

Mas embora consideráveis os avanços políticos no percurso da greve, seja em relação às reivindicações, seja em relação à própria formação política e à integração dos estudantes, Simone parece avaliar o movimento de 1992 como uma derrota. Além da construção de um novo prédio e do plano diretor para o IPUSP, os alunos reivindicavam que a biblioteca não viesse provisoriamente para dentro do Bloco de Aulas, coisa que não conseguiram. Tiveram que amargar essa perda espacial no recém ganho prédio até 1995. Mesmo considerando os ganhos do movimento em termos de engajamento e no tocante às exigências estudantis, Simone lamenta.

Durante julho, os alunos não estavam aqui. Essa comissão de greve mais reduzida ficou na expectativa do que ia acontecer quando os alunos voltassem das férias. A gente batia o pé que essa Biblioteca não podia vir para cá. Os representantes discentes do Conselho Universitário, que na época era uma chapa ligada ao PSDB - e que era oposição ao DCE - foram conversar com a diretora sem a gente saber... Você veja que loucura. Eles eram representantes discentes. Os estudantes em greve, e eles vão conversar com a diretora... E conversar para ver uma forma de acabar com a greve. Esses eram nossos representantes dos alunos... A gente soube disso muito por acaso. Eu lembro que a gente ficou sabendo disso. num acidente, que alguém deixou escapar essa história... Quase matamos esses RDs... Esses RDs estavam dispostos a quando chegasse a turma... Eles vieram na nossa assembleia acabar com a greve. Na assembleia que foi em agosto, logo depois que as pessoas voltaram de viagem... A gente convocou todo mundo, ligou para casa de todo mundo para fazer assembleia... As pessoas já não

humana. Compreendemos por condições políticas de interação um conjunto de elementos que propicia que integrantes de determinado grupo sejam capazes da *ação* e do *discurso*. Um *campo político* significa, em suma, o mesmo que Hannah Arendt compreende como *espaço público*, ou *esfera política*.

estavam mais tão apavoradas, a gente já tinha conseguido o plano diretor, a gente já tinha conseguido fazer o barulho que a gente queria fazer... E a discussão de bater o pé de que a biblioteca não viria para cá foi perdendo força. E vieram os RDs para ajudar a atrapalhar. Esses RDs aí, do Conselho Universitário. As pessoas decidiram voltar às aulas em agosto, com a Biblioteca vindo para cá.

O sentimento de derrota de Simone parece não vir apenas da vinda da Biblioteca para o bloco Didático e da reposição de aulas no período de férias. A sensação da militante talvez se explique pela conjuntura que deu fim ao movimento, combinando uma série de fatores desgastantes que estão presentes em todo seu percurso na militância estudantil. Entre eles está a participação dos opositores, junto à Diretoria, na desarticulação do movimento.

O que Simone parece ter sentido especialmente foi a desmobilização dos alunos durante as férias. Note-se aí que encontramos elementos que denotam diferenças entre a militante e os demais colegas.

Na assembléia que foi em agosto, logo depois das férias, as pessoas já não estavam muito acaloradas. Já tínhamos conseguido algumas coisas e a reivindicação de não trazer a biblioteca para cá foi perdendo força. E vieram os RDs do Conselho Universitário. No fim, as pessoas decidiram voltar às aulas em agosto, com a biblioteca vindo para cá. Lembro que eu fiquei com muita raiva disso, porque fiquei aqui julho inteirinho vindo de lá para cá, batendo o pé com essas coisas todas, daí volta todo mundo de suas viagens, da Europa, e decide ter aula. Na minha opinião, engolimos um sapo danado com a biblioteca vindo para cá.

A comunhão experimentada entre os alunos é rompida porque as prioridades de militantes e demais estudantes seriam diferentes. A depoente generaliza seus colegas e reclama por não terem colocado em primeiro plano a participação durante as férias como ela e seus companheiros o fizeram. Ela situa no extremo oposto as viagens à Europa, símbolo de *status* burguês, e a militância, denotando que seu descontentamento aponta algo mais profundo, como uma luta social mais ampla e revolucionária do que a reivindicação da nova Biblioteca. Em outros termos, podemos supor que a militante se revolta com uma inércia dos seus colegas que não diz respeito apenas ao prédio, mas que é também um consentimento, uma omissão em relação à própria sociedade. A mensagem entendida por Simone talvez tenha sido a seguinte: “que fique tudo exatamente como está, seja o Instituto, seja a sociedade...”.

As viagens à Europa dos colegas abastados revoltam Simone. A união almejada e alcançada na greve é rompida pelo esmorecimento do engajamento, e essa ruptura parece ser entendida pela depoente também como manifestação das desigualdades sociais dentro do IPUSP. Essa angústia sentida no final da greve nos fez pensar no desejo de integração tão forte entre os militantes daquela época. Talvez esse “integrar” de que tanto falavam refletisse em parte também uma tentativa de lutar contra um distanciamento, uma cisão, uma angústia vivida coletivamente. É provável que algo aparentemente tão banal como o desejo de se aproximar dos colegas, de reuni-los em festas e torná-los amigos, satisfeito durante a greve quando Simone “conversa com quem nunca tinha conversado”, fosse também, sem que seus agentes o soubessem, uma forma de resistir às desigualdades sociais ali naquele espaço.

Com o fim do movimento voltaram a imensa distância entre militantes e não-militantes; volta também a disputa estéril com a oposição. Voltou a apatia na universidade e foi suprimido aquele campo tão rico de participação e união. Parece difícil reconhecer após a greve o crescimento político de seus agentes. Apesar das amizades conquistadas, do aprendizado ao prosseguirem em direção às reivindicações, ao final de tudo ficou para Simone um sentimento de derrota, como que uma afirmação de que a militância não serviu para nada.⁵¹

Talvez o movimento estudantil se beneficiasse em valorizar os avanços de uma greve para além das reivindicações concretas que a motivam.⁵² Sem desconsiderar a importância

⁵¹ Cf. FORACCHI, M. M. Op. Cit. À semelhança da avaliação negativa da depoente, após a greve estudantil de 1962 por um terço de representantes discentes nos órgãos colegiados, tendo frustradas suas reivindicações, a categoria assumiu o movimento como absoluta derrota, perdendo de vista o alto grau de politização que alcançou. Para além das reivindicações, os estudantes atingiram dimensões amplas para sua luta, até a esfera governamental. O movimento de massa estudantil, segundo a autora, adquiriu consistência e poder de penetração até então inéditos. A despeito disso, o movimento é subestimado, considerado derrotado após seu término.

⁵² Acontecimentos recentes deram alguns sinais de que é possível reconhecer o que sugerimos. Em 2000 houve uma greve dos professores da USP, com intensa participação dos alunos. Vejamos, como exemplo, um dos manifestos publicados, entre muitos outros do período cujo conteúdo se refere à greve para além das questões salariais:

Apesar de apoiarmos o movimento dos professores, entendemos - assim como vêm apontando as reuniões e assembleias da graduação - que a questão salarial não é o centro dos problemas que a universidade enfrenta, e que, de fato, são os responsáveis pelas intensas mobilizações que vemos hoje na USP. Podemos destacar, entre outros fatores: o descaso com a graduação na avaliação dos professores pela CERT; a política universitária, que não tem priorizado a contratação de novos docentes; a diminuição dos prazos para entrega de dissertações e teses, prejudicando consideravelmente a qualidade de nossos trabalhos. Enfim, percebemos que existe a implementação de uma política concreta de adequação da universidade a um modelo estabelecido, que envolve tanto a graduação como a pós-graduação. Na graduação, tal modelo tem aumentado expressivamente a relação professor/aluno, prejudicando a qualidade do ensino, e na pós tem diminuído prazos e cortado verbas, prejudicando a qualidade das pesquisas. Mas talvez o pior seja que tais transformações não sejam discutidas numa esfera pública, democrática, com a participação de toda comunidade.

das pautas mais imediatas e mensuráveis, trata-se de reconhecer o valor de instaurar, através da mobilização das pessoas em torno de interesses comuns, um campo político de *ação* e de *discurso*. Trata-se de uma oportunidade única para militantes e não-militantes experimentarem um maior grau de afinidade. Assim, em conjunto, aprofundam e alargam suas preocupações e ações sobre a esfera pública. A *ação política*, e especialmente as greves, parece capaz de instaurar um campo que provoca em seus agentes um intenso sentimento de pertencimento a uma certa coletividade. A militância, e especialmente a militância coletiva das greves, proporciona um ambiente de trocas - de encontro de opiniões e de ações - cujo resultado é uma proximidade, uma cumplicidade entre as pessoas, difícil de notar no cotidiano. Em resumo, concordamos com Marialice Foracchi que uma greve como a vivida por Simone pode instaurar um campo político especialmente enriquecedor: um *manancial de politização*.

*... no transcorrer da greve, processa-se o envolvimento progressivo da massa em problemas estudantis, fortalecido pelo reconhecimento mais lúcido das características da condição de estudante e das reivindicações que lhes são peculiares. Não é raro que nessas circunstâncias um ou outro estudante assuma, pela primeira vez, as responsabilidades políticas do engajamento partidário. A greve é, como nos disse um dos entrevistados, “um manancial de politização”.*⁵³

O depoimento nos sugere que através da participação política de forma geral, e especialmente nas greves, o militante se apropria dos espaços e assim os torna familiares. A militância responderia assim a uma necessidade, a um intenso desejo de apropriação do ambiente no qual vivemos.

Cremos que essa greve está abrindo tal espaço de crítica, reflexão e resistência ao que vem acontecendo nos bastidores da burocracia universitária.

(Trecho de artigo publicado no BOCA - Boletim do Centro Acadêmico Iara Iavelberg, dos alunos de psicologia do IPUSP -, assinado pelo Núcleo de alunos da Pós-graduação)

Não cabe entrar em detalhes na análise deste movimento que acaba de acontecer - e que não é objeto de nosso estudo. Trata-se apenas de apontar a possibilidade dos militantes reconhecerem e identificarem de forma clara os elementos de um campo de participação política na greve, tal como também identificamos no percurso de nossa depoente.

⁵³ FORACCHI, M. M. Op. Cit. p. 233.

*Nada mais forte no homem do que a necessidade de se apropriar, não juridicamente, mas pelo pensamento, dos objetos entre os quais passa a sua vida, gasta a vida que tem dentro de si: uma cozinheira diz ‘minha cozinha’, um jardineiro diz ‘minha grama’, e está certo.*⁵⁴

Concordando com Simone Weil, assim o estudante sente também necessidade de afirmar: “minha universidade”. O faz militando, especialmente durante as greves. Entendemos por essa vontade de apropriação um sentimento indissociável da própria *ação política*. Através da participação, a militante rompe a inospitalidade dos lugares, habitando a cidade, o Instituto e a universidade. Deixam de ser locais de passagem e se transformam em pontos de encontro, onde o militante reconhece os momentos onde se aproximou de seus companheiros durante as lutas políticas.

Ao mesmo tempo em que rompe a frieza dos espaços, a instauração de um campo político parece ter o poder de aproximar as pessoas, de possibilitar a integração, o reconhecimento, rompendo a enorme barreira que separa militantes e não-militantes. Através de suas lembranças, Simone revela que sua militância é indissociável da necessidade de romper a impessoalidade dos lugares e de superar a distância entre as pessoas. É inevitável reconhecer naquilo que move a depoente semelhança com o que Simone Weil define como enraizamento:

*O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.*⁵⁵

Para tanto, precisamos reconhecer nossos companheiros e o espaço que ocupamos não como seres inertes, mas sim como entes familiares, sensíveis à nossa presença e portadores de uma história que nos diz respeito. Um campo político, como reconhecemos principalmente na greve dos alunos protagonizada por Simone, parece instaurar essa possibilidade. Essa estranha necessidade de fazer parte de um lugar e de uma coletividade nos pareceu ser a principal

⁵⁴ WEIL, S. *Experiência da vida de fábrica*. In: BOSI, E. (org.) A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Tradução de Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 164-165.

⁵⁵ *O enraizamento*. In: BOSI, E. (org.) A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. ., p. 411.

motivação de Simone para a militância estudantil. Tal como nos pareceu, o depoimento sugere que a política é indissociável da necessidade de *enraizamento*.

b. Impasses do movimento estudantil: angústias da militante

*Todas as vezes que os oprimidos quiseram formar agrupamentos, tenham tido o nome de partidos ou de sindicatos, reproduziram integralmente em seu seio todas as taras do regime que pretendiam reformar ou abater, a saber, a organização burocrática, a inversão da relação entre os meios e os fins, o desprezo pelo indivíduo, a separação entre o pensamento e a ação, o caráter maquinal do próprio pensamento, a utilização do embrutecimento e da mentira como meios de propaganda, e assim por diante.*⁵⁶

A participação política pode ser envolvente e enriquecedora quando alcança levar o jovem a se preocupar com as questões públicas, quando cria vínculos de amizade e faz com que nos engajemos nas lutas sociais. Mas em diversas passagens Simone experimentou angústias, traumas que, assim como as experiências agradáveis da militância, deixaram suas marcas.

Refletir sobre os impasses enfrentados no movimento estudantil não é tarefa das mais simples. São relações empobrecidas, ações que fazemos sem reconhecer ao certo o motivo; são, sobretudo, vivências cujas recordações são por vezes fragmentadas, ou trazem reminiscências do sofrimento de outrora para o presente.

Simone percorre uma trajetória árdua, com uma série de vivências difíceis de identificar e definir, que são ao mesmo tempo impasses vividos socialmente e sofrimentos que se manifestaram de forma particular, subjetiva. Quando se trata de um militante, suas angústias se entrelaçam especialmente com os problemas políticos de sua sociedade e de sua época. Vejamos como o sofrimento da depoente nos revela problemas que são também de toda uma coletividade que denominamos estudantes, e que se expressa - ou procura fazê-lo - através da militância, fortemente orientada pelos partidos políticos. Seu engajamento, suas motivações para aderir à política, se comunicaram com as estruturas e determinações dos grupos que encontrou.

Quando Simone lembra de sua participação como diretora do DCE, a política parece transformada em uma espécie de atividade especializada, guiada pela forma de participação que ela aprendera no partido. O movimento estudantil então parece contar como espécie de

⁵⁶ *Causas da Liberdade e da Opressão*. BOSI, E. (org.). Op. cit., p. 362.

etapa de formação, e as entidades eqüivalem a espaços para o treino do que a depoente chama de “política de gente grande”.

Escola de política acho que eu fiz no DCE, escola de política de gente grande: essa política partidária, de disputa política, de conchavo, de costura, de sei lá o quê.

Nesse ambiente Simone dispensa boa parte do tempo em intensas disputas. Destaca-se, de início, a oposição entre PSDB e PT.

Era uma pessoa absolutamente irônica, que tinha um estilo de fazer oposição muito com a cara do PSDB. Um jeito muito irônico, que tratava como ingênuo quem pegava ônibus e morava no CRUSP. Era irônico; uma pessoa...

Simone refere-se ao opositor como esnobe, pedante, características que comumente o mais pobre identifica nos ricos. Talvez o PSDB tenha cativado estudantes mais abastados defendendo um projeto neoliberal, enquanto o PT arregimentou estudantes mais pobres, alinhados ao pensamento de esquerda. O confronto parece denotar diferenças entre projetos políticos e classes sociais, mas o depoimento é insuficiente para decidir acerca dessa questão. O que ele revela é que essa diferença, se efetivamente existia, era tão secundária quanto o debate entre as idéias dos grupos antagônicos.

O embate com o PSDB era mais ideológico, apesar da forma disso acontecer ser muito parecida. A gente ficava disputando CA, mas tinha um embate ideológico. Eles achavam que a universidade poderia ser privatizada, queriam cobrar estacionamento... Esse tipo de coisas que tem a ver com o projeto neoliberal. Mas a forma como se dava esse embate era na disputa de CAs.

O que constituía o conflito não era a manifestação clara das concepções políticas ou da diferença de classes, mas a disputa infrutífera pelos CAs e pelo DCE. PSDB e PT travavam, ao que parece, uma briga estéril que tomava a maior parte do tempo dos militantes.

Grande coisa ficar disputando espaço com o PSDB! O que isso muda nos rumos do país? Era esse o nosso discurso. A gente estava aqui mudando os rumos do país. Que isso muda? Você ganha um centro acadêmico do PSDB. Ah, que coisa maravilhosa... Mas, na época, pra gente, era muito importante.

...

Era muito política; só isso que acontecia ali: “Então vai ter uma reunião com os centros acadêmicos. A gente vai ter que ir lá, convencer os centros acadêmicos que eles vão ter que fazer não sei o quê”. Isso com qualquer coisa!

...

Você, você vê que eu nem me lembro direito o que a gente fazia... Qualquer coisa.... E a gente ficava o tempo inteiro medindo força com a oposição: “Então, tem aquele centro acadêmico, lá, da POLI, que não pode nem ver a gente, porque eles adoram o pessoal lá da oposição. Então vou ter que conquistar terreno pro DCE...”. Começou a ficar uma coisa muito... autofágica. Uma política autofágica, voltada para isso.

Há momentos em que propostas políticas e reivindicações importantes do movimento estudantil vêm apenas em segundo plano na memória de Simone, lembradas com grande esforço, enquanto as disputas com a oposição contam com relatos detalhados, dando a entender que era esse o foco da militância na época. O embate estéril rouba toda a energia. O que demoravam tanto a discutir se perde quase que por completo. O que passou a contar foi “ganhar” o CA, ter maioria no DCE, combater a UNE; não é sem motivos que Simone mal lembra das questões políticas, mas aparece viva e cheia de detalhes a lembrança das tensões entre os grupos.

De alguma forma, o empenho da depoente para a vida pública, para o interesse nos assuntos políticos, para a integração com os colegas e o combate às desigualdades deslocou-se para o que Simone chama de “política autofágica”, marcada pelas disputas estéreis com os partidos de oposição. O DCE parece equivar a um espaço de treino para quem quer ser “político”, espécie de profissão especializada, para poucos, cuja principal atividade consiste nas artimanhas de conchavo, barganhas e disputas partidárias: um sem número de práticas que distanciaram Simone dos demais alunos e a fizeram sofrer.

A distância entre militantes e demais estudantes que marcou profundamente a participação da depoente se reflete na lembrança dos espaços. O esvaziamento dos locais de reuniões é indissociável do esvaziamento do movimento estudantil em seu tempo. A

lembrança do espaço abandonado é símbolo, marco significativo de uma vivência complexa de isolamento, de distanciamento em relação aos colegas.

Do DCE eu lembro perfeitamente. Eu vivi muito tempo lá dentro. Aquele lugar sujo e bagunçado. Eu tinha uma vontade de arrumar aquilo tudo, de pegar aquele monte de papéis e jogar fora! Tinha tralha, tinha ventilador quebrado, tinha de tudo! Eu queria pegar aquele DCE e arrumar tudo. Tinha uma vontade de que aquilo ficasse com uma cara... como um lugar limpo. Tinha aqueles gatos circulando por ali,... pilhas de papéis jogados...

Talvez o abandono do lugar refletisse exatamente o DCE “aparelhado” e não pertencente aos alunos; o DCE isolado dos demais estudantes, ocupado pela militância que se importava mais com seus partidos, com seus grupos e tendências; o DCE deixado em segundo plano, pois o que importava era a formação de novos quadros para a “política adulta”; enfim, o DCE como local de passagem, transitório, onde se permanece até a hora de ir à reunião política mais restrita, até a hora de ir ao partido, até a hora de se formar.

Toda essa forma de militar era desgastante, tomava tempo. Eram horas, dias inteiros em que a depoente se dedicava às disputas e conchavos. O DCE era uma “máquina de moer gente”, consumindo os esforços para a política.

... o DCE, ele é uma máquina de moer gente. Eu passava meus dias inteirinhos no DCE. Finais de semana inteirinhos. Ia embora para casa nove, dez, onze horas da noite, quase todo dia... Os dois anos que eu passei no DCE, passei lá dentro...

Toda essa dedicação talvez fosse louvável em torno de um ideal político, como foram a Anistia ou o “Abaixo a Ditadura” em outros tempos. Mas esse empenho no presente girava em torno de “conquistar um CA” ou “ganhar um CCA”. Simone passa a sofrer daquilo que nessa pesquisa denominamos *ativismo*: é tomada por uma modalidade de ação sem interioridade: uma atividade de significações perdidas, que deixou para trás tudo aquilo que a impulsionou originalmente. Toda a vontade de lutar pela educação pública, de se juntar com os colegas em torno de causas comuns, é substituído por essa rotina exaustiva e aparentemente destituída de sentido. A disputa pelo poder vira fim em si mesma e subtrai as energias que deveriam ser empenhadas para a *ação*. Simone Weil reflete sobre essa inversão

ao se debruçar sobre as causas da opressão. Essa linda passagem dá o que pensar também acerca do movimento estudantil.

*A lei de todas as atividades que dominam a existência social, é, ..., que cada um sacrifique a vida humana, em si mesmo e em outrem, por coisas que não passam de meios de viver. Esse sacrifício se reveste de diversas formas, mas tudo se resume na questão do poder. O poder, por definição, não passa de um meio; ou, mais exatamente, possuir um poder consiste simplesmente em possuir meios de ação que ultrapassam a força tão restrita de que um indivíduo dispõe sozinho. Mas a procura do poder, pelo fato de ser essencialmente impotente para agarrar seu objeto, exclui toda consideração de fim, e chega, por uma inversão inevitável, a tomar o lugar de todos os fins. É essa inversão da relação entre o meio e o fim, é essa loucura fundamental que explica tudo o que há de insensato e sangrento no curso da história. A história humana é apenas a história da escravização que torna os homens, tanto opressores quanto oprimidos, simples joguetes dos instrumentos de dominação que eles mesmos fabricaram, rebaixando, assim, a humanidade viva a ser a coisa de coisas inertes.*⁵⁷

Essa inversão fundamental que torna a disputa pelo poder fim em si mesma parece ter impregnado os espaços da política estudantil. O movimento estudantil parece caracterizar-se tanto mais por essa dinâmica quanto mais ascendemos em sua hierarquia institucional. Os DCEs e as UEEs⁵⁸, diferentes dos CAs, parecem estar especialmente tomados pelas brigas entre PT, PSTU, PC do B, entre outros. O que dizer então da UNE tal como é lembrada pela depoente? Vejamos o que nos diz sua experiência durante um congresso.

Lembro de um congresso da UNE, em Goiânia, num puta frio. A UNE colocou as pessoas da oposição nos piores lugares para dormir. Não tinha água para tomar banho, as janelas eram quebradas... Parecia um campo de concentração. A comida que eles davam para a gente era estragada. Passei fome, frio, fiquei lá como uma idiota, com aquele povo achando que ia fazer a revolução socialista.

⁵⁷ Idem, p. 311.

⁵⁸ Uniões Estaduais dos Estudantes.

Foram também a Anaruez, o João Rodrigo e a Luciana Dadico. Ficávamos lá naquele estádio enorme, cheio de gente, ouvindo aquelas coisas estratosféricas sobre as “armas de não sei onde”: “vamos votar uma moção de repúdio às armas de não sei onde...”. As pessoas que estavam lá também eram estratosféricas. Era a esquerdalha forte, aquele povo do Trabalho; pessoas cantando a Internacional e outros hinos socialistas. Parecia um circo dos horrores. Cartas marcadíssimas. O congresso era todo predefinido. Eles ganhavam o que eles quisessem. Se quisessem votar um atentado ao presidente da república, um seqüestro ao embaixador americano, um suicídio coletivo, qualquer coisa, eles ganhavam. Tudo. Os delegados que estavam lá eram todos do PC do B. Ficávamos lá como idiotas, sem saber o que fazer. Ficávamos levantando aquele crachá feito uns idiotas, sempre para perder. As lideranças petistas, que eram com quem a gente se identificava, não davam a menor bola na época. Eles ficavam lá conchavando entre eles, entre os capas lá de cima.

Uma grande decepção que a gente teve foi o PT ter entrado na diretoria da UNE. Pensávamos que o PT não ia entrar na UNE com essa bandalheira que ela é, aparelhada pelo PC do B. Eu era petista! A Luciana Dadico era petista. Ninguém veio em momento algum falar com a gente e discutir isso. Nós éramos do CA da Psico, de oposição à UNE. Ninguém veio discutir com a gente. Estávamos lá feito idiotas naquilo tudo. Daqui há pouco, eu vejo lá as chapas para a diretoria da UNE: chapa mista, com o PT e com o PC do B. Foi acordo feito entre eles. “Luciana, você está vendo o que eu estou vendo?”. Que diabos de PT era esse? Eram petistas da mesma tendência que a minha, só que ninguém veio perguntar para mim o que eu achava sobre aquilo.

A pior coisa foi uma votação mais apertada que teve, que o PC do B poderia perder, que fizeram a votação contando as pessoas nas saídas do estádio. Eles então confinaram a gente. Ficamos espremidos na saída do estádio. Naquela hora, a minha impressão era a de que iam matar a gente. Ficamos horas confinados. Ficou uma multidão espremida horas: tudo para manobrar a votação.

O João Rodrigo veio embora antes. Acho que ele era uma pessoa mais saudável... Quando chegamos em São Paulo, fomos direto para a casa do João. Ele abriu a porta da casa dele e perguntou: “Escuta, vocês estão vindo de onde? De uma guerra?”. Estávamos parecendo retirantes. A gente

estava sem comer, sem tomar banho e putas da vida! Esse foi o meu primeiro contato com a UNE.

...

Só consigo lembrar de violência em relação à UNE. Só violência. Não tinha discussão nenhuma com a UNE.

São afirmações que talvez deixem horrorizados os antigos militantes, quando experiências como a “UNE-Volante” aproximaram diretores e estudantes, alcançando colocar nas conversas cotidianas o que a entidade discutia. Nessa ocasião, os membros da entidade viajaram pelo país, discutindo com os estudantes em grades assembleias os problemas da categoria. Em poucos momentos os estudantes e suas lideranças estiveram tão próximos.⁵⁹ Hoje, nada mais diferente dessa integração; nada mais diferente também daquela integração que Simone sempre esperou da política. Os congressos mais recentes da entidade foram marcados por discussões “estratosféricas”, fraudes e truculência; foram palco da mais completa desagregação.⁶⁰ Para a depoente, os militantes parecem pertencentes a outro mundo, descontextualizados, reproduzindo antigos hinos socialistas e votando repúdios que, para ela, talvez tivessem mais sentido em outro tempo. Notemos que tampouco o PT, partido da depoente, escapa das barganhas; a intenção de simplesmente ocupar a entidade parece a mesma entre situação e oposição. A depoente se decepciona com seu grupo, do qual esperava mais atenção, mais proximidade, e uma ação diferente daquela que identificava nos grupos de oposição. As votações já estavam ganhas e pouco importava o embate entre idéias: nada mais opressor para quem deseja o encontro, a ação e a reflexão; nada como a casa de um amigo depois desse verdadeiro massacre.

Em termos de truculência, a UNE se destaca nas lembranças da depoente. Durante outro acontecimento que envolveu oposição à entidade, Simone quase é agredida pelo grupo rival.

Meu segundo contato com a UNE foi por aquela história da carteira de passe. Foi uma guerra da USP contra a UNE. O Maluf fez um decreto aprovando a vinculação da carteirinha de passe escolar à da UNE. Fomos na Câmara para acompanhar a votação e tinha uma multidão de gente da UNE e do MR8. Nós éramos uns gatos pingados da USP, que fomos lá para dizer

⁵⁹ Cf. POERNER, A. J. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª Edição ilustrada, revisada e ampliada, 1979. p. 233-234.

⁶⁰ Cf. RIBEIRO, M. A. ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia): história e memória de um movimento. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, 1998.

que éramos contra aquilo. Eles todos vieram para cima da gente. Quem nos salvou foram os guardas da câmara que deixaram a gente entrar. Ficamos encurralados entre as vidraças da câmara e o pessoal do MR8. E o pessoal do MR8 é bandido. Eles são bandidos. Vieram para bater mesmo. Os guardas não queriam abrir as portas de vidro, pois tinha uma multidão. Começamos a bater no vidro e a gritar desesperados, pois eles queriam bater na gente! Os guardas viram que íamos apanhar e botaram a gente para dentro. Ficamos lá dentro, enquanto a horda do MR8 ficou do lado de fora. Aquele dia foi deprimente, Samir. Foi lamentável esse dia.

Se no chamado “período negro” da UNE a entidade controlada pela direita se caracterizava pela violência física,⁶¹ esta parece ter sido incorporada pelo PC do B e MR8, grupos de esquerda que aliados controlam a UNE. Destaca-se o último, lembrado como uma quadrilha pela depoente. Talvez os antigos militantes, recordando a origem das siglas e entidades, calcadas em propostas revolucionárias contra a Ditadura, fiquem espantados com o que diz a depoente dos anos 90.

As entidades estudantis muitas vezes foram descritas como campos onde imperava a violência, o anacronismo, a falta de diálogo, a manipulação, a distância entre cúpula e demais militantes: tudo contrastando com aquela idéia de política como aproximação dos companheiros, como espaço de reflexão acerca dos temas sociais e de luta contra a opressão.

Simone nos confirma a hipótese de Artur Ribeiro Neto, militante de outros tempos que reflete acerca do movimento estudantil da década de 80 a partir da reconstrução da UNE em 1979.⁶² Vejamos o que ele nos diz acerca das tendências e partidos políticos, das assembleias, dos congressos e das entidades estudantis... Enfim, de seu tempo que em tanto se assemelha à época da depoente.

As eleições e assembleias passam a funcionar apenas como espaço de persuasão e de embate entre as verdades revolucionárias, um campo de sedução política, de conquistas de novos adeptos. Torna-se um mecanismo de atestar entre grupos rivais a eficácia de sua ação, organização e concepção política. Não se decide mais nada, apenas quem é que vai decidir por todos.

...

⁶¹ Cf. POERNER, A. J. Op. Cit.

⁶² RIBEIRO NETO, A. *Um laço que não une mais*. In. Desvios. São Paulo: n. 4, p. 58-71, 1985.

Diante dessas transformações, a permanência destas entidades hoje se justifica pelas relações entre os grupos de esquerda e os partidos legais nos quais atuam. Servem como forma de se realizar e legitimar barganhas políticas entre os grupos de esquerda ou correntes de esquerda no interior dos partidos legais.

...

*... é sempre interessante manter a direção das entidades estudantis pelo ganho simbólico de ter alinhadas a si esse “passado de lutas” e um dos setores tradicionalmente vinculados à luta por transformações sociais, bem como ter a possibilidade de dirigir uma explosão futura, e ainda de contar com um apoio possível de ser mobilizado em períodos eleitorais, em grandes mobilizações sociais e políticas e nos confrontos com os demais partidos.*⁶³

...

*E hoje as entidades estudantis são apenas fantasmas desencarnados das entidades e práticas do passado, são apenas órgãos que repetem infundável e tristemente a mesma história, alheios e contra a vida e as experiências das pessoas que seriam a sua substância.*⁶⁴

O movimento estudantil se torna uma espécie de fantasma daquilo que foi porque é tomado por uma estrutura partidária representada por militantes cuja vida política foi gestada principalmente fora da universidade. Estes estudantes partidarizados são, por assim dizer, os agentes através do qual o movimento é “aparelhado” (como se diz no jargão estudantil). As entidades são como que privadas de sua substância, tomadas por uma estrutura alheia à universidade, que alija os próprios estudantes de seus espaços.

Por estarem mais comprometidos com as questões da legenda do que com as reivindicações de sua categoria, os militantes ligados às tendências trazem discussões prontas, gestadas fora da universidade, excluindo os demais. Simone refere-se a discursos anacrônicos, palavras de ordem e militantes “estratosféricos” que repetiam antigos ideais socialistas. Em um primeiro momento podemos pensar em uma atitude avessa à esquerda de maneira geral: a depoente estaria zombando do socialismo ou do comunismo bem como de seus adeptos. Seria então uma militante de direita, reacionária? Sua história, seus motivos para a política falam por si e desmentem essa hipótese. O estranhamento da militante em relação àquele ambiente do congresso ou a certos grupos de esquerda aponta um distanciamento entre diferentes

⁶³ Op. Cit. p. 66-71.

⁶⁴ Op. Cit. p. 70.

formas de assumir o movimento estudantil. Embora o discurso das lideranças partidárias seja socialista, embora evoque idéias de outros tempos do movimento estudantil onde essas discussões eram travadas a partir das opiniões dos próprios estudantes, não é mais produzido a partir de um espaço de *ação* e reflexão conjunta dentro da universidade. É, pelo contrário, “verdade revolucionária” imposta, sobreposta ao movimento estudantil. Vejamos novamente o que nos diz Artur Ribeiro Neto:

O que é importante ressaltar é que o seu discurso, mesmo tendo o discurso marxista como quadro de referência geral, se fazia pela reflexão das experiências vividas pelos estudantes, conjunto, coletivo - e isto é fundamental - do qual estes militantes também faziam parte. Poder-se-ia dizer que existia realmente um processo de representação política e de controle desta representação.

Com a cooptação das lideranças, a fonte de legitimidade dos discursos e origem mesma destes se desloca dos estudantes para a verdade revolucionária de que estas organizações se dizem portadoras. Não se trata mais de pensar os fatos contingentes, os acontecimentos, ainda que visando à revolução, mas de, em se tendo a verdade da revolução, como revelá-la aos estudantes através dos fatos contingentes; isto é, como inscrever o movimento dos estudantes no movimento geral da história.

Assim, as tendências são cindidas internamente e, sobre um discurso e prática elaborados conjuntamente com parcelas amplas dos estudantes em organismos pouco formalizados e abertos, impõe-se um discurso predefinido, elaborado de “fora” do movimento em organizações hierarquizadas e disciplinadas militarmente.⁶⁵

As discussões não pertencem mais à universidade; o socialismo não é mais assumido a partir da vivência própria dos estudantes; a universidade deixa de ser campo de *ação* e *discurso* para tornar-se campo de cooptar novas lideranças para os partidos políticos organizados. Instaura-se então uma severa hierarquia, uma distância intransponível entre uma cúpula partidarizada, proprietária do movimento estudantil, e os demais militantes. Simone testemunha essa dinâmica no DCE.

⁶⁵ Op. Cit. p. 64-65.

Tinha todo um projeto que vinha lá do Gilberto... Porque era isso, vinha. O Gilberto era um ex-diretor do DCE, que era meio o capa-preta de fato. Ele era bem o capa preta. Aquelas pessoas que você só ouve a voz... Nunca tinha visto o Gilberto, mas eu ouvia dizer que o Gilberto tinha falado que tinha que fazer alguma coisa no DCE. Aí apareciam uns documentos, como se falava. Até isso. Uma linguagem ali no DCE... Tinha um documento que o Gilberto escreveu dizendo que agora, no DCE, a gente tem que fazer tal coisa. Eu achava que esse Gilberto era meio que nem Deus... Nem dava muito tempo de eu pensar sobre o assunto, porque já tinha o Deus, o Gilberto, e os apóstolos, que eram o Mário, o Eduardo Belandí, o Bozo...

Simone confirma que havia um espaço distante e elevado de elaboração que dizia para onde o movimento deveria ir; confirma os problemas que a hierarquização do movimento estudantil provoca. A “verdade partidária” é sobreposta à experiência a todo momento. Haveria então aqueles militantes, aqueles “capa-preta” imensamente superiores aos demais alunos, responsáveis pelos rumos do movimento estudantil. A depoente usa expressões como “conduzir o gado”, “manipulação” e “massa de manobra”, aparentemente muito comuns em sua época e que denotam a diferença entre aqueles que fazem, que são conduzidos ou manipulados, e aqueles que conduzem, que “dão a linha” ou “manipulam”. Os militantes dividem-se entre aqueles que pensam e aqueles que executam. Eis um dos principais motivos de sofrimento da depoente: não pensar.

No fundo, não era eu que tinha pensado. Era esse grupo que vinha não sei da onde... E acho que eu fui bem espectadora. Tinha um grupo de diretores, tinha um pessoal que mandava no DCE... E eu estava lá no meio, fazendo coisas. Isso me irritava profundamente! Isso começou a me irritar muito,... porque... eu acreditava, mas começou a ficar demais! Aí eu comecei a me sentir meio... executora demais.

Seu mal-estar não vinha da discordância com os veteranos, mas da falta de espaço para pensar e agir por si mesma; concordava com eles, mas não se sentia incluída entre os que pensavam. Seus colegas mais velhos assumiram por vezes - talvez sem que percebessem - o papel de verdadeiros patrões, impedindo que agisse por conta própria, que trilhasse seu caminho, o que tornou sua militância por vezes sufocante, destituída de sentido. Simone relata um exemplo; lamenta, constrangida, quando narra a “tática 2”.

Calourada da Cidadania. Começo da minha primeira gestão... A POLI tinha recebido muitos alimentos... Ele chegou pra mim e falou: “Ó, eu acho que está precisando ir lá na POLI, porque tem um monte de centro acadêmico pequeno, que não fecha com o Grêmio da POLI - que era do PSDB - mas também não fecha com ninguém; é um pessoal muito festivo, que está lá... Então, acho que a gente tem que ir lá e trazer esse pessoal pro DCE. Vai você, porque você é mulher [Olha que absurdo!]. Se chegar eu, barbudo, eles não vão nem olhar na minha cara. Vai você, bonitinha, meiguinha...”. Então lá fui eu. Que absurdo!

A depoente é oprimida, tomada como espécie de instrumento para a conquista partidária: corpo destituído de interioridade, relegado a servir essa estrutura maior chamada movimento estudantil. Difícil abandonar a política, mas difícil também compreender como se permanece num tipo de engajamento tão adoecido.

Tudo isso, toda essa degeneração apontada como característica geral dos movimentos sociais pela autora, é confirmada pela depoente. Simone sente, sobretudo, a falta de espaço para descobrir por si mesma aquilo que lhe traziam pronto para que ela seguisse. Para o enraizamento na política, parece fundamental o tempo e o espaço para refletir e agir em conjunto. Tomada pelo ativismo, a depoente foi submetida a uma espécie de rotina fabril onde não havia intervalo para pensar. Relegada ao papel de instrumento, não havia como apropriar-se do DCE, assim como o operário não se apropria da fábrica em que trabalha. Na cadência das máquinas, o tempo e as tarefas que realiza não são seus; a fábrica lhe é estranha porque o que faz ali lhe é externo, determinado pelos seus superiores. Suas ações são desprovidas de sentido e assim o espaço em que passa longas horas do dia também lhe é estranho, opressor. Assim é o DCE: “uma máquina de moer gente”. As ações de Simone carecem de elaboração: o ritmo frenético do ativismo se combina com a hierarquia e transforma o movimento estudantil em mais uma espécie de ocupação alienada.

Como militante mais nova, Simone assume o papel de quem executa e não pensa; em relação aos demais colegas, assume papel de vanguarda e identifica os demais colegas como massa alienada. Em uma espécie de meio termo, foi tanto conduzida pelos “deuses” ou “apóstolos” como considerou seus colegas “ateus”. Os demais alunos, aliados do movimento estudantil, são muitas vezes lembrados como alienados, burgueses: são espécie de categoria inteira destituída da capacidade de se representar. Como esse fenômeno é possível? Como é possível tal distinção entre “políticos” e demais estudantes? Para Artur Ribeiro Neto, é a própria vanguarda do movimento estudantil que se coloca na posição de especialista, única capaz de refletir e chegar à “verdade revolucionária”. Ao mesmo tempo, transforma sua própria base, seus colegas estudantes, em “massa despolitizada”, incompetente.

*Para que as organizações afirmassem seu privilégio de condutoras de homens era preciso romper o mais profundamente possível com as experiências das pessoas comuns, “da massa”. Era preciso que a passagem de um ao outro fosse o trânsito da opinião ao conceito, da ilusão à verdade.*⁶⁶

Trata-se do conceito pronto que rebaixa a experiência à condição de ilusão e assume o papel de “verdade revolucionária”. Eis o discurso militante que oprime os demais estudantes e guia o que chamamos de movimento estudantil contemporâneo. Para que a categoria aceite uma explicação de antemão, é necessário romper com sua própria experiência; é necessário desconsiderar este como ser pensante, capaz de elaborar e agir de maneira autônoma, e afirmar a autoridade de uma vanguarda politizada, gestada na esfera dos partidos e tendências de esquerda.

A depoente assume o lugar de vanguarda em relação aos seus colegas, mas parece travar uma luta interna; parece ainda manter alguma comunicação com aquela “chatice” adolescente que a fizera questionar essa mesma hierarquia dentro do partido. Simone se espanta frente ao distanciamento em relação aos demais alunos.

Uma coisa que me dá essa sensação, de não saber bem o que estava fazendo, é discutir coisas muito gerais: políticas de educação, conjuntura do país... Coisas muito gerais e que são difíceis de compreender. Você precisa de uma porção de informações que você não tem. A gente ficava num aprofundamento dessas coisas que... Por exemplo, quando íamos discutir a sucessão do ministro da educação: discutimos todo o jogo de forças que estava envolvido na sucessão do ministro. Isso me dava, às vezes, a sensação de não saber o que estava fazendo ali. O que isso tem a ver com o cara que estava no centro acadêmico ou na sala de aula? Às vezes eu me sentia meio estratosférica, tanto nessas discussões, onde eu não entendia muitas vezes o que aquelas pessoas estavam falando - as pessoas mais velhas, mais experientes. Quando eu voltava dessas discussões, eu olhava para a cara dos demais alunos e pensava: “Meu deus do céu, o que aquelas coisas todas que a gente discute tem a ver com esse cara que está sentado aí na lanchonete?”. Não dá para chegar para o cara e perguntar: “Então, o que você acha da nova política de ciência e tecnologia do governo?”. Não que eu desqualifique a importância dessas coisas e ache que a gente não tenha mesmo que discutir

⁶⁶ Op. Cit. p. 65.

isso tudo. Aliás, é até um elogio ao movimento estudantil, que na época era bastante inteirado das discussões do país. Tinha um refinamento. Acho que era importante, mas nessas situações eu ficava pensando: “o que é que eu estou fazendo aqui?”.

É como se a posição se invertesse e a frase “quem pensa, decide e formula não são vocês” mudasse de locutor; é como se Simone, após ouvi-la dos militantes adultos quando ingressou no PT, a tomasse para si. Como diz, não se trata de desconsiderar o que discutiam; não se trata de desconsiderar a política assim como não se trata de desconsiderar os discursos socialistas que os militantes de esquerda repetiam no Congresso da UNE. O que deixa a depoente perplexa, deslocada, é o distanciamento em relação aos demais colegas, não a substância daquilo que discutiam no movimento estudantil. É como se fosse impossível discutir aquelas coisas, que diziam respeito a todos, sem a presença de todos. Simone percebe estar se transformando em especialista, em *técnica em política*, gestada no DCE, espécie de espaço preparatório para a “política de gente grande” a ser exercida no futuro, dentro dos partidos. O fenômeno é resumido pela depoente em uma frase: “Não éramos mais diretores do DCE, mas *fazedores de política*”.

Para Artur Ribeiro Neto, a tradição vanguardista do movimento estudantil rompe com um espaço comum entre os alunos e funda a divisão entre “políticos” e “massa alienada”.

A ruptura da idéia de uma aventura coletiva comum, compartilhada entre estudantes, suas organizações e seu movimento,..., se fez pela adesão das lideranças a concepções e organizações de característica aristocrática. Uma nova espécie de reis-filósofos platônicos.

...

A formalização de um corpo com direitos exclusivos ao saber consubstanciado nas organizações tem como contrapartida a formalização dos estudantes num outro corpo, o corpo massa, incapaz de refletir as suas experiências, de estabelecer o seu sentido.

...

Assim, a conversão da condição de estudante em incompetente político pelas suas próprias lideranças, creio, é um acontecimento decisivo na ruptura da identidade estudantil. E a recusa das pessoas a esta condição representa uma nova forma de romper a sedução de um corpo positivo, adamantino. Ser estudante tornou-se isto: ser o corpo, a carne bruta para

*que uma aristocracia aja e pense em seu nome, para que busque em seu nome os objetivos dela. Este processo foi tão profundo que as próprias entidades são percebidas como partes deste estamento aristocrático. O movimento estudantil hoje é o movimento deste estamento, ao qual as pessoas que freqüentam a universidade recusam a legitimidade que a existência de um corpo de estudantes daria.*⁶⁷

O militante atual seria então membro dessa espécie de “estamento”, de corpo especializado que deteria o monopólio do movimento estudantil.

Rompida a comunidade entre os estudantes, não é só essa “massa alienada” que é privada de sua condição política. O militante partidariado, “vanguarda” desse processo, também se isola, se fragmenta e padece em um movimento sem substância. Torna-se assim ser “estratosférico”, estranho aos colegas. No papel de vanguarda, distante dos demais alunos, a depoente é estigmatizada. Longe de ter algum prestígio, para os colegas Simone era “politiqueira”, alguém que pretendia fazer *carreira política*. Ou pior, era ingênua, preocupada em resolver problemas dos outros, ou empenhada no esforço messiânico de ajudar os pobres.

Eu era a Simone do DCE. Eles não sabiam mais nada da minha vida. A única coisa que eles sabiam é que eu era... da política, do movimento estudantil. E muitos falavam isso até ridicularizando. Eu lembro que, na minha turma, por isso, eu fui muito tempo ridicularizada. Até hoje em dia, quando eu estou conversando com algumas pessoas que depois viraram meus amigos no quinto ano, o pessoal vêm tirar sarro. Uma pessoa, faz pouquíssimo tempo, quando eu disse que estava trabalhando no estado, disse: “é, mas também, né, você foi diretora do DCE, você gosta dessas coisas, de trabalhar com pobre”.

As relações entre os alunos são distorcidas; a distância entre militantes e estudantes é imensa, comportando mesmo oposição entre ambos. A tradição vanguardista dos estudantes partidariados se alimenta e se confirma através do desinteresse dos demais acerca das questões coletivas. E assim, com tudo aquilo que nos revela o depoimento de Simone no presente, e com as observações de Artur Ribeiro Neto sobre um tempo não tão remoto, temos indícios suficientes para concordar com o trecho citado de Simone Weil neste item, e

⁶⁷ Op. Cit. p. 65-67.

lamentar a sua validade para os dias de hoje, pelo menos no que condiz ao movimento estudantil.

*

O profundo distanciamento que se opera entre os militantes e entre estes e seus colegas deve contudo ser compreendido sem que determinemos algozes ou vítimas. A questão pede, outrossim, uma reflexão acerca do complexo conceito de *consciência de classe*. Para prosseguir, farei uso das reflexões de Celso Frederico em seu estudo acerca da consciência operária no Brasil.⁶⁸

O autor estabelece uma discussão acerca da formação da consciência de classe a partir do pensamento de Georg Lukács, em *História e Consciência de Classe*, e de Lênin, em *Que Fazer?*. Tratam-se de duas concepções conflitantes acerca do fenômeno da formação da consciência do operariado. A primeira enfatiza o papel da prática operária, da *praxis*, e da consciência como um processo. A segunda, em contrapartida, enfatiza os limites da prática operária na formação da consciência revolucionária e afirma a importância de uma vanguarda intelectualizada, gestada fora do movimento operário, para a superação da consciência sindical e conseqüente efetivação de uma consciência de classe.

Para Lukács, trata-se de pensar a consciência como processo cuja matriz é a *praxis*. É a partir da prática operária, de seu dia-a-dia e de suas lutas sindicais, que se processa a transição de uma consciência mais imediatista e particularista para outra mais social, abrangente dos processos totais da sociedade e comprometida com a sua transformação. Segundo Frederico,

*Lukács considera todo o processo histórico de formação da consciência de classe como uma aproximação constante da totalidade. Por esse critério ele pode julgar certas formas de consciência como sendo mais próximas de uma percepção da totalidade (“consciência verdadeira”) e outras, mais distantes, mais presas à ideologia da classe dominante (“falsa consciência”). Falsa e verdadeira consciência não são “tipos ideais”, mas momentos integrantes e necessários do mesmo processo de formação da consciência de classe operária.*⁶⁹

⁶⁸ FREDERICO, C. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978. Col. Ensaios, N. 39. Principalmente o Capítulo I: *Prática Operária e Consciência de Classe*.

⁶⁹ Op. Cit. p. 28.

Trata-se portanto de conceber a formação da consciência como um *processo* que se inicia a partir do *chão de fábrica* no caso do operário, e talvez a partir das salas-de-aula para o militante estudantil, e que culmina na constituição de uma categoria consciente de seu papel histórico e revolucionário.

Mas o desenvolvimento da consciência não é linear e progressivo. Há o conflito no homem entre o interesse imediato e o objetivo parcial, ou seja, entre o interesse econômico e o político. Os interesses privados, comezinhos, freqüentemente retardam o desenvolvimento da consciência de classe. Em contrapartida, existem os *saltos* da consciência. São momentos especiais, marcos de impasse dentro do sistema capitalista em que se daria um processo de aceleração da consciência. São as efervescências sociais das eleições, das greves e demais acontecimentos que rompem o cotidiano e que, como vimos no depoimento, promovem o alargamento da consciência das pessoas acerca dos problemas coletivos, e freqüentemente formam e aquecem os militantes para as lutas sociais.

Segundo Lukács, *para cada trabalhador individual*, atravessando os períodos de aceleração e de salto da consciência, o caminho para atingir a consciência de classe *só pode passar pelas experiências imediatas*. Ou seja, a consciência de classe só pode ser atingida a partir do que ele denomina “*consciência psicológica*”, que comporta as vivências individuais e cotidianas da existência. Mas a consciência de classe, uma vez atingida, retorna e transforma a consciência psicológica:

A consciência psicológica distingue-se temporal e estruturalmente da consciência de classe. Num segundo momento, a consciência de classe, que é mais organizada que a consciência psicológica, acaba também por influenciá-la, moldando as atitudes e a mentalidade do indivíduo. Conclui Lukács que essa relação simultânea da vida individual com a consciência de classe é a “mediação concreta entre o homem e a história”.⁷⁰

Eis o fenômeno que se processa também com os militantes estudantis. Em um primeiro momento, a *consciência psicológica* se assemelha a de seus colegas, a realidade de ambos é comum e determina os mesmos níveis de consciência. Mas, em um segundo momento, a *consciência psicológica* do militante sofre uma espécie de ruptura, um *salto* que alarga suas perspectivas e o convida para a ação. Trata-se, como já afirmamos, de um caminho sem volta, que transforma irreversivelmente as perspectivas do militante estudantil.

⁷⁰ Op. Cit. p. 30-31.

Celso Frederico retomará os trabalhos de Lênin acerca da idéia de *partido* e de organização proletária, em *Que fazer?*. Trata-se de uma obra gestada em um contexto prático e tático; um momento em que a classe operária, embora combativa, era desorganizada. O autor considera que apenas com uma vanguarda conscientizada o movimento operário seria efetivamente um agente histórico. Celso Frederico condensa a idéia de Lênin acerca do papel do partido:

*Como mediação entre a teoria e a prática, o partido político é o elemento capaz de exprimir de forma mais clara possível o processo inconsciente da luta de classes que graças a ele se torna consciente.*⁷¹

Eis a crença na importância da legenda partidária que o movimento estudantil parece abraçar. Em sua organização, percebemos a hierarquia estabelecida por Lênin. Os operários estariam divididos em três níveis, e assim poderíamos dividir também os estudantes:

a) A *massa operária* seria a classe trabalhadora *em si*, imersa nas relações e conflitos cotidianos com o patrão. No caso do movimento estudantil, corresponderia ao que chamamos de “base” no contexto dessa pesquisa, seguindo o jargão militante;

b) Os *operários avançados* seriam a parte da classe que já participou de conflitos trabalhistas. No caso do movimento estudantil, trata-se daqueles militantes intermediários, a meio termo entre a “base” e suas lideranças, que encontramos nos centros acadêmicos e nas executivas de curso;

c) E por último o *núcleo revolucionário*, que, segundo Lênin, se formaria através de um processo de seleção individual entre os mais aptos a assimilar a teoria e pô-la em prática. No movimento estudantil, o núcleo revolucionário corresponderia à sua vanguarda partidária, disposta principalmente na UNE, nas UEEs e nos DCEs.

Evidentemente é um esquema precário, que pode no máximo representar as etapas ou níveis pelos quais o militante transita em seu percurso. Dificilmente conseguiríamos classificar Simone precisamente em uma das três categorias; a militante talvez tenha oscilado entre a segunda e a terceira, e depois tenha abdicado de ambas e se restringido à primeira categoria. Mas no que se refere ao movimento estudantil a visão leninista parece bem ilustrativa, apropriada para um esboço das divisões entre militantes e entre militantes e estudantes. O depoimento nos demonstram que, se tais níveis de consciência encontram paralelo no movimento estudantil, eles aparecem estratificados, cada um em seu tempo e campos próprios. A experiência da “base” não corresponde à experiência da “vanguarda”,

⁷¹ Op. Cit. p. 38.

enquanto os militantes “avançados”, espécies de intermediários, se angustiam entre colegas despolitizados e militantes demasiadamente alheios à categoria.

Como percebemos, Lênin considera o cotidiano como um fator limitante do alargamento da consciência, visto que se restringe às necessidades imediatas e econômicas. Para Lênin, o portador da consciência seriam os “intelectuais revolucionários”. Como Celso Frederico, concordamos mais com as concepções de Lukács do que com as divisões leninistas; reconhecemos a premência que se estabelece para os movimentos sociais de integrar esses diferentes níveis de consciência. A discussão abrangente do militante, que leva em consideração a sociedade global, e a consciência categorial do estudante, enraizada em seu cotidiano, precisam se encontrar em algum ponto. A comunicação entre ambas é fundamental para o movimento, fazendo com que os estudantes, enquanto agentes sociais, não percam nem a situação específica da qual partem, e tampouco o contexto geral em que se inserem. Ambas as esferas não podem ser separadas, sob pena de, como observamos acompanhando os depoimentos, ocorrer a fragmentação da categoria entre “base alienada” e “vanguarda especializada”. Reconhecemos por exemplo durante a greve dos estudantes como foi importante partir da prática cotidiana dos alunos para o alargamento de suas consciências acerca dos problemas sociais; reconhecemos também o esvaziamento das ações de Simone na medida em que ela se afasta do cotidiano estudantil. Mas não deixamos de reconhecer que o movimento estudantil carece também do ímpeto, da organização e do alargamento de perspectivas que o partido lhe traz. A própria greve dos estudantes de psicologia se esgotou na chamada *consciência sindical*, interrompida quando os estudantes se deram por satisfeitos em suas reivindicações mezinhas. Não se pode, contudo, idealizar a prática estudantil, e não podemos considerar o militante partidário como um “manipulador das massas”, que obstrui a tomada espontânea de consciência de classe que se daria apenas pela prática estudantil. Embora sejam reconhecíveis os prejuízos inerentes à comunicação entre partidos e movimento estudantil, não podemos deixar de identificar a importância das discussões e da organização que as legendas trazem para a categoria.

A discussão acerca da primazia entre prática cotidiana ou teoria revolucionária na formação da consciência de classe consiste talvez em um falso problema, uma vez que parece representar uma escolha entre pensamento teoria e prática. E percebemos tanto no depoimento quanto refletindo acerca do conceito de *praxis* em sua acepção marxista com se trata, na verdade, de um movimento dialético. Se a prática aponta para a aquisição da consciência sindical, e posteriormente para a consciência revolucionária, a teoria alarga as perspectivas, antes restritas, da prática estudantil. Mas a consciência revolucionária, para constituir-se enquanto tal, precisa retornar a prática constantemente, e esse movimento é tão importante quanto o recurso à teoria.

A depoente nos aponta que o ingresso na política figura como um segundo nascimento, como também compreendiam os antigos atenienses. Revela também que a militância é alargamento das preocupações acerca da sociedade. Afirma, por fim, como a política pode ser enriquecedora. E agora, revelando suas angústias, ela denuncia o outro lado. Talvez nós militantes tenhamos-nos acostumado com a idéia de que a adesão à política é sempre um alargamento, um benefício. Mas não podemos esquecer como Simone sofreu com o distanciamento em relação aos seus colegas, e como, para ela, a adesão ao movimento estudantil representou também um empobrecimento. O caminho para a *consciência revolucionária* não pode ser compreendido como uma evolução linear, uma espécie de “aperfeiçoamento do indivíduo”, se não comportar o retorno à condição original. Se a *consciência psicológica* do militante se sobrepõe à *consciência psicológica* do estudante, á uma perda significativa, e por isso a primeira deve retornar à segunda. Se a consciência social alarga e aponta para as relações sociais mais abrangentes, impossíveis de serem compreendidas com o auxílio da teoria e dos aparelhos partidários que as conduzem, é certo também que ela deve retornar à situação anterior, à consciência sindical e mesmo cotidiana, para que não se esvazie e se torne consciência abstrata, desprovida de interioridade. Assim também Simone reconhece os benefícios das discussões socialistas e o discurso refinado dos “capas” sobre a sociedade, mas se angustia profundamente com o distanciamento que se processa, cada vez mais, entre a sua perspectiva e a perspectiva de seus colegas. Há em sua trajetória um distanciamento crescente, e um sofrimento também crescente, na medida em que ela se aproxima da vanguarda e abandona cada vez mais o cotidiano estudantil. Faltou, ao que parece, um retorno à prática cotidiana, sem o qual o militante parece perder o rumo, e sem o qual, em suas palavras, “quem mergulha no movimento estudantil também se aliena de uma porção de coisas da vida”.

*

No percurso de Simone, que caminhos percorreram seu desejo de integração e seu ímpeto para a ação coletiva contra as desigualdades sociais? Como suas motivações para a política se transformaram nessa forma de participação “adoecida”? A depoente parece assumir, sem perceber, uma conduta mecânica, um funcionamento há muito estabelecido cuja origem a antecede.

*Minha primeira gestão foi marcada por aquela história toda da UNE.
Acho que era um DCE muito aparelhado. Muito aparelhado.... Aparelhado...
por esse grupo antigo no movimento estudantil. Era uma prática já... não*

pensada. Uma prática que está aí: “então movimento estudantil é isso; vamos continuar fazendo isso e pronto”. Aparelhado nesse sentido, aparelhado pelos interesses políticos partidários (partidários é o meu partido inclusive). Minha impressão era que não dava para pensar muito. Vamos discutir...

Enfatizamos a expressão “prática não pensada”. A assunção de formas reificadas de participação, de hábitos mecânicos dentro do partido, talvez tenha sido vivida sem interioridade, como algo imposto nos seguintes termos: política se faz assim!

Os vícios do partido são assumidos talvez como forma de integração, denunciando talvez um processo sutil e pouco refletido no qual o jovem vai assumindo condutas estereotipadas, pressupostos do seu grupo de referência acerca do que seria atuar na política. Seu empenho se desvia para essa militância estudantil “adoecida” sem que ela possa refletir acerca do que passou.

O *ativismo* é justamente essa atividade de significações perdidas, sem suficiente reconhecimento e consciência. Quando afeta a militância estudantil, parece justamente representar forma enfraquecida da *realidade viva* e do *sentido da atividade política*. É sintoma de memória desmanhada e de história alienada. Cedo ou tarde então somos tomados de desânimo, e não são poucos os que por isso abandonam a política.

A psicanálise, debruçada sobre os processos da formação simbólica, afirma que a angústia é energia psíquica desvinculada de sua origem, dispersa em nossa mente.⁷² As motivações geram um empenho, uma vontade, que por algum motivo se desloca para uma atividade paralela que denominamos sintoma. A “cura” ou melhora viria na medida em que conseguimos novamente refazer o percurso através do qual as motivações originais se transformaram em práticas “adoecidas”, sem interioridade. Nossa depoente também padeceu desse mal, na medida em que suas motivações originais foram gradativamente se distanciando da energia empenhada para a militância “autofágica”. Em sua trajetória, a hierarquia e a especialização da atividade política se distanciavam do desejo de integração e tomavam a energia que deveria ir para o combate às desigualdades sociais. A depoente sente um sofrimento provocado por uma conjuntura externa, por uma forma adoecida que a política assumiu em nossa sociedade e que parece contrastar com o desejo de participar que se manifestou na juventude. É como se houvesse, de início, um desejo de participar da vida pública incentivado, cultivado na infância, e depois uma forma, uma padronização imposta pela sociedade e contraposta às motivações iniciais: impossível viver essa experiência sem traumas.

⁷² Apoiamo-nos aqui nas reflexões de Jean Laplanche sobre os trabalhos de Freud, em *Vida e Morte em Psicanálise*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fontes Santiago. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

É só depois de muito tempo que essa angústia sedimentada pelo *ativismo* pôde ser enfrentada. Justamente durante o depoimento, debruçada sobre o sofrimento do passado, alcançou identificar o que lhe causou algum mal e o que conservou no presente. No último dia de entrevista, Simone propõe que eu grave uma espécie de “final da história”, onde contaria como “tudo acabou”.

Foi bem devagar, bem lentamente, que eu fui percebendo que, sem querer, eu estava fazendo algumas coisas, na profissão, que eu só poderia estar fazendo por conta da minha história no movimento estudantil. Mas só fui perceber isso depois. Não sei se dá pra entender, mas eu... Achando que não estava fazendo nada, que não tinha nada a ver com a minha militância, comecei a perceber: “Puxa vida, mas eu já vivi essa situação em outro lugar”. Essas coisas que eu penso, o meu jeito de pensar a profissão, meu jeito de me inserir na profissão, têm a ver com a minha história de militância... Hoje tem três anos que eu estou formada; só hoje que eu consigo pensar que eu uni, sim, que eu achei um jeito na minha vida, de profissional, de integrar as coisas que eu construí na época que eu fazia movimento estudantil. Não foi fácil isso.

O conteúdo traumático de sua militância nos tempos de estudante é inegável, perdurando durante alguns anos depois de formada. Participar das coisas públicas significou por vezes um empobrecimento, um rebaixamento: elaborar o trauma do ativismo “não foi fácil”. A oportunidade de lembrar teve grande valor para que Simone pudesse relacionar a militância com o presente profissional. O trabalho que desenvolve no ambulatório de saúde mental inclui a coordenação de grupos e a discussão de políticas públicas, implicando o estudo acerca da clínica e das questões sociais. De outro lado, seu mestrado aborda a comunicação entre Freud e Reich no que tange a relação entre psicanálise e sociedade: pergunta eminentemente de uma militante psicóloga. Podemos dizer que Simone nunca deixou na realidade de se preocupar com questões coletivas, questões que envolvessem as demais pessoas, a integração e o combate à opressão.

A depoente, julgando negar a política, deixa, na verdade, essa participação calcada nos combates estéreis entre as correntes, na hierarquia partidária e na distância em relação aos demais estudantes. Política pareceu significar no passado apenas essa forma “adoecida”, contrastante com a integração e com o combate à opressão que a convidaram ao engajamento quando jovem. O abandono dessa prática não poderia ser vivido sem sofrimento, uma vez que era espécie de sintoma, rotina repetitiva e opressora que tomou o lugar daquele sentimento tão

profundo de existência, de enraizamento, que Simone experimentou no início de seu engajamento.

3. Psicologia e política

a. O conflito

O movimento estudantil nunca abandonou as preocupações acerca do currículo, sempre considerando fundamental a inclusão de temas políticos nos cursos de graduação. Tradicionalmente os estudantes denunciam a formação excessivamente técnica e pouco crítica, destinada à produção de profissionais que servirão à elite; defendem uma universidade acessível à população mais pobre, e que trabalhe formando cidadãos críticos e engajados que se ponham ao lado daqueles que combatem a opressão. Trata-se de uma questão antiga, presente entre os militantes pelo menos desde a fundação da UNE.⁷³ Na psicologia, os estudantes lutam para incluir na formação disciplinas que contemplem uma discussão acerca da relação entre homem e sociedade, entre sofrimento psíquico e desigualdades sociais; reivindicam conteúdos que se comuniquem, por fim, com a política, seja através da luta antimanicomial, seja nas escolas, ou em qualquer outro espaço no qual o psicólogo possa contribuir no combate à desigualdade e à exclusão social.⁷⁴ Mas afinal, em que medida psicologia e política se comunicam? Como se estabeleceu essa relação na trajetória de Simone?

Como já o dissemos, o interesse pela vida pública aparece precocemente para a depoente. Reconhece muito antes da graduação a política como seu principal campo de existência; experimenta logo cedo a militância como forma de enraizamento, que a motiva para a *ação* e para o conhecimento. As preocupações com uma profissão, pelo contrário, aparecem bem mais tarde, quando o colegial termina e ela deseja continuar estudando. A escolha de uma carreira parece tardia e secundária, regida de acordo com uma vocação que se desenvolveu antes, em termos políticos. A profissão figura como meio para Simone poder seguir próxima à vida pública, através do estudo das ciências humanas, e satisfazer as necessidades materiais que terá no futuro.

Eu te digo que a minha escolha por psicologia foi instrumental. Não foi para ser psicóloga. Isso eu construí depois de muito tempo. Nunca quis ser psicóloga.

⁷³ Cf. POERNER, A. J. Op. Cit.

⁷⁴ Cf. RIBEIRO, M. A. Op. Cit.

Por vezes o depoimento nos trouxe a impressão de que, no início da formação de Simone, o trabalho estava em segundo plano; figurando como algo menor que a política. É provável que a depoente sentisse que assumir uma profissão seria afirmar o sistema social e submeter-se a uma ocupação repetitiva, sem sentido. A política, pelo contrário, era elevada, representava sua vocação; representava a realização de sua própria humanidade. Participar da vida pública parece representar a própria existência, ao passo que trabalhar seria um fardo necessário e penoso para a manutenção da vida, para a sobrevivência.

Marx concebe o trabalho humano, assim como os gregos reconheciam a política, como modalidade de atividade constituinte do próprio ser. Transformando a natureza, o homem transforma a si mesmo, desenvolve habilidades e conhecimentos e realiza sua própria humanidade.⁷⁵ Mas no trabalho fabril, alienado, o homem se reifica, tornando-se reproduzidor de gestos repetitivos, assemelhando-se a uma máquina ou engrenagem e produzindo mercadorias nas quais não reconhece seu próprio esforço e criatividade. O sentido dessas horas de opressão, para o operário, é quase que inteiramente reduzido ao salário, que por sua vez não representa a possibilidade de acúmulo de riqueza, mas apenas de sobrevivência. Deixando de se configurar em atividade engrandecedora, gratificante e constituinte, o *trabalho alienado* é experiência reduzida na qual o espírito se empobrece de maneira irreversível para além da jornada dentro da fábrica: a reificação toma conta da vida dos homens na sociedade industrial.

*... a reificação - que consiste essencialmente na substituição do qualitativo pelo quantitativo, do concreto pelo abstrato e que está estreitamente ligada à produção para o mercado, principalmente à produção capitalista - tende, paralelamente ao desenvolvimento dessa produção, a apoderar-se progressivamente de todos os domínios da vida social e a substituir as outras diferentes formas de consciência.*⁷⁶

O trabalho, concebido como instrumento pela depoente, parece corresponder de início a pouco mais que *trabalho alienado*.⁷⁷ Para Simone, a psicologia se afastava dessa condição apenas na medida em que representa também possibilidade de seguir em parte sua vocação para a vida pública, através do estudo das ciências humanas.

⁷⁵ MARX, K. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Tradução de T. B. BOTTOMORE, In FROMM, E. *O conceito marxista do homem*. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

⁷⁶ GOLDMAN, L. *A Reificação* In: *Dialética e Cultura*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., Trad. de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder, 1979, p. 138.

⁷⁷ Diferente de Luís, para quem o trabalho é também forma de existência e está intimamente relacionado ao interesse pela política, como veremos adiante.

Interessante, então pode ser que a psicologia seja uma boa, porque eu vou continuar estudando, é algo das ciências humanas... depois eu posso trabalhar com alguma coisa disso. Foi aí que eu decidi fazer psicologia.

Temos então que Simone espera da psicologia: 1) perfazer a necessidade de se sustentar financeiramente através da escolha forçosa de um instrumento - *trabalho alienado*; e 2) estudar algo próximo às ciências humanas, que se comunique com sua militância - *política, vocação ou trabalho humano*. Essas duas expectativas em relação ao curso representam campos distintos, ou mesmo antagônicos se atuantes sobre um mesmo foco. A psicologia concebida como instrumento para a sobrevivência pode se contrapor à psicologia próxima às ciências humanas e portanto à vida pública; a psicologia excessivamente técnica, com procedimentos padronizados e mecânicos, pode competir com a experiência criativa de um trabalho reflexivo e transformador. Forma-se para a depoente, no decorrer da graduação, um campo de forte antagonismo que já se anunciava em suas expectativas iniciais. A vocação compete com a sobrevivência, e a técnica compete com a reflexão. De início a balança pende para o primeiro lado, quando as disciplinas se distanciam das ciências humanas e se aproximam das ciências biológicas, ou lhe trazem instrumentos e técnicas de avaliação psicodiagnóstica. Durante o início do curso, a psicologia vai sendo concebida cada vez mais como atividade *alienada*. A formação é considerada excessivamente instrumental pela depoente e contraria suas expectativas de ingressar na esfera intelectual.

Lembro de ter uma briga sobre o psicólogo ser técnico. O curso formava técnicos que vão lá e trabalham no consultório. Eu não queria que fosse assim; pensava no psicólogo como alguém capaz de fazer uma leitura dos acontecimentos. Um intelectual, não um executor de coisas.

Devemos considerar, antes de prosseguir, que talvez tenham também contado alguns pressupostos fortemente enraizados no movimento estudantil para a repulsa que Simone sentiu pela psicologia. Quem trabalha com depoimentos tem a impressão que os eventos históricos e sociais, que as concepções da coletividade e as lembranças do depoente se entrelaçam e confundem. Muitas vezes, onde buscamos a singularidade do depoente encontramos traços secos, clichês de seu grupo de convívio. Como nos ensina Ecléa Bosi, “é o gesto do estereótipo que perpetua lembranças enquanto as imobiliza e resume”.⁷⁸ No caso

⁷⁸ BOSI, E. - “Entre a Opinião e o estereótipo”, In: *Novos Estudos*, CEBRAP, Março de 1992, n. 32, pp. 111-118. p. 111.

específico do movimento estudantil, devemos conhecer um pouco do lugar comum que ele acalenta acerca da psicologia e da própria dedicação ao curso.

Poerner relembra períodos em que os militantes consideravam frequentar as aulas um “desvio pequeno-burguês”; nas décadas de 60 e 70, muitos chegavam a julgar que qualquer coisa fora da militância supostamente revolucionária do movimento organizado era alienação.⁷⁹ Mais especificamente em relação à psicologia, haveria a concepção difundida dentro do movimento de que se tratava de uma espécie de ciência do indivíduo, e portanto negligente em relação às determinações sociais. Considerada superficialmente como ciência capacitada para o diagnóstico e exames de inteligência, localizando no indivíduo males que guardam origens na coletividade, ela limitava-se a isolar as pessoas, produzindo as patologias mentais e legitimando uma exclusão que tem origens históricas e sociais.

Devemos considerar que Simone percebe a psicologia, desde o início, como militante, e seu olhar sobre o curso é sem dúvida mediado em parte pela experiência política pregressa. Acreditamos, contudo, que suas impressões ganharam força mais de sua própria experiência do que de um julgamento adquirido sem relativização. Nossa hipótese é que essa tradição avessa ao estudo e principalmente à psicologia tenha alimentado e confirmado suas próprias impressões no decorrer do curso. Sua avaliação das disciplinas, dos alunos e dos professores pode comportar os estereótipos de sua categoria, mas nos pareceram predominantes juízos baseados em elementos que marcaram sua adesão e prosseguimento na política. Ou seja, suas opiniões, negativas ou positivas, pareceram orientadas de acordo com as possibilidades ou impossibilidades de integração com as pessoas e de combater as desigualdades sociais.

No início do curso, tomando como referencial a militância, o contraste com a psicologia é marcante. Começa no próprio ambiente, que já aparece como lugar inóspito, que não lhe pertence. A depoente sente-se no IPUSP como que em uma terra estrangeira, entre gente estranha.

... eu comecei a perceber que eu não suportava o curso, que o curso não me dizia nada... Sentia que meus colegas eram... tinham... leituras, interesses, objetivos completamente diferentes dos meus. Aquela minha vontade de fazer psicologia para estudar, para entrar no mundo do conhecimento, das ciências humanas, isso não estava sendo contemplado; eu não encontrava isso aqui... O posicionamento político dos professores, dos alunos... era muito diferente das coisas que eu pensava.

⁷⁹ Cf. POERNER, A. J. Op. Cit.: Na Faculdade Nacional de Filosofia, durante a década de 60, o engajamento nas questões políticas alcançou tamanha proporção que estudar significou alienar-se do papel revolucionário do movimento estudantil.

No IPUSP parece haver estudantes que vieram de colégios cuja formação privilegia as ciências humanas, tais como Equipe e Santa Cruz; em geral, são filhos de pessoas intelectualizadas - de professores universitários por exemplo. Há também os que vêm de colégios tradicionais como Bandeirantes, Arquidiocesano, Porto Seguro; seus pais são representantes da elite ou da classe média alta. Restam os estudantes de outras cidades e estados e os jovens mais pobres, de classe média ou média-baixa, que se sentem deslocados. A depoente percebe logo o contraste e sente o desconforto.

... Minha impressão era de que todo mundo já se conhecia de outros lugares; quem estava chegando já se conhecia de outros colégios, ou freqüentava o mesmo clube. O pessoal do Pinheiros, ou dos colégios. Eu achava que todo mundo já se conhecia, com exceção de quem vinha de fora e de quem tinha estudado em escolas públicas, ou de quem morava longe. Todo mundo morava na zona Oeste, em Pinheiros, em Higienópolis, no Pacaembu, ou na zona Sul, mas não tinha ninguém que morava mais pra lá, pro outro lado, onde eu morava, na zona Leste.

As pessoas moravam perto umas das outras, iam nas mesmas festas... As pessoas falavam de coisas que eu não conhecia; falavam de viagens; todas elas falavam outras línguas... As pessoas falavam de livros, de músicas, de cantores que eu nunca tinha ouvido falar na minha vida...

...

Gente que tinha estudado em escola pública eram muito poucos. Mesmo os meus amigos que eu achava que eram mais pobres, ou mais parecidos comigo, tinham estudado em escolas particulares. Eu acho que foi muito por aí que a gente foi ficando amigo, porque a gente se encontrava no bandeirão. Era o pessoal que ia no ponto de ônibus juntos. Acho que foi aí que a gente se aproximou. Era gente que não tinha dinheiro para comprar livros; a gente ficava pedindo xerox, ou tirando xerox. Todo mundo comprava todos os livros.

A diferença social se manifesta nos pequenos hábitos e nas conversas do cotidiano: são músicas que uns conhecem e outros virão a conhecer apenas na universidade; são bairros freqüentados por gente abastada contra bairros de classe média e média-baixa, distantes das regiões centrais da cidade; são viagens para a Europa contrastando com fins-de-semana em bicos para auxiliar a família; são almoços em casa ou em restaurantes contrastando com as refeições no “bandeirão”. Desde cedo, formaram-se entre os estudantes grupos sob forte

determinação das classes sociais: os que pegam ônibus e comem no refeitório se encontram entre si, enquanto os que possuem carro e se conhecem dos colégios de elite frequentam lugares caros nos fins-de-semana. Simone sente, logo de início, a distinção dos demais estudantes abastados e os considera, assim como o Instituto e a própria Psicologia, parte da elite: aquele talvez não fosse um lugar para gente pobre.

O ambiente do IPUSP, as pessoas e a própria ciência psicológica formavam um campo adverso, inabitável. A resposta da militante é migrar radicalmente para a política partidária, onde se sente em casa.

Comecei a não suportar o curso... Eu ficava de recuperação em algumas disciplinas. Reprovava pouquíssimas, mas desinteressei mesmo pelo curso...

Voltei para a militância partidária em 92, é porque... então eu queria sumir mesmo daqui da USP... Queria desaparecer daqui...

...

Voltei para minha militância partidária lá na zona Leste... Voltei em 92 de corpo e alma. Vinha na Psico e batia cartão mesmo. Era vir aqui para assistir aula, assinar lista de presença, ver o que eu tinha de fazer. Voltei com tudo para o PT na zona Leste.

A depoente estranha alunos, colegas e disciplinas: tudo, ao que parece, vai no sentido contrário do que esperava. Simone “bate cartão” como que em uma fábrica, depois de um dia de trabalho exaustivo e repetitivo; abandona o mais rápido que pode esse ambiente opressor e volta para “sua militância” na zona Leste, onde se sente em casa, entre companheiros.

Quando acompanhamos o depoimento, a separação entre psicologia e política que Simone estabelece é fortemente mediada por um sentimento de exclusão social dentro do IPUSP. Parece perceber a todo momento mensagens de que aquele não era o seu lugar; que ali não havia espaço para quem era pobre e se preocupava com questões políticas. Seu distanciamento da psicologia é alimentado pelo espaço aversivo do IPUSP, ocupado por outra classe social que não a sua.

Sua repulsa em relação à psicologia, contudo, não se funda apenas nos contrastes que experimenta em relação a colegas e professores. Acentua-se também - e principalmente - na medida em que disciplinas ministram técnicas de classificação e diagnóstico - os testes de QI, os métodos de avaliação psicodiagnóstica e as teorias psicanalíticas. A clínica é especialmente incluída nesse contexto no início da graduação e combina os dois fatores. É, ao mesmo tempo,

lugar e técnica da burguesia que a depoente recusava quase como que seguindo uma intuição, uma espécie de impulso coerente com seu engajamento político.

Aí vinham aquelas psicanalistas e ficavam falando dos casos delas de consultório. Eu pensava: Será que é isso? Será que psicologia é só isso? Ficar falando, falando do mundo interno? Tinha uma raiva da clínica! Me recusei muito tempo a fazer terapia. Nessa época, todos os meus amigos queriam ser clínicos; faziam análise não sei quantas vezes por semana... Eu dizia: “não faço e não quero saber!”. Tinha a ver com essa minha raiva da psicologia... nem sei o que era direito, nem sei porque eu tinha tanta raiva... Estava ligada a uma bandeira contra a terapia, ao que ela representava socialmente

...

... para mim a clínica estava associada a tudo isso: algo a serviço do sistema, uma normatização de comportamentos, uma padronização do que você pode ou não pode fazer... Então, não ia fazer terapia de jeito nenhum. De jeito nenhum! Era que nem bandeira. Acho que as coisas ficaram assim por muito tempo.

A psicologia aparece como algo que representa de forma absoluta outra classe social. As psicanalistas dos consultórios e os colegas adeptos de intensos e onerosos processos terapêuticos são como que de outro mundo, de outra realidade. A psicologia clínica significa também, ela própria, instrumento de dominação a serviço desta classe, responsável por desenvolver explicações que atribuem aos indivíduos deficiências ou doenças cujo conteúdo, na verdade, esconde determinações sociais. Assim, talvez mesmo sem conceber tal composição de forma clara, sua recusa é radical e coerente em relação à sua militância de esquerda, calcada no combate às desigualdades sociais.

Simone é contundente - e por vezes muito absoluta - nas críticas que faz. Para ela, quando a psicologia entra em ação e procura explicar os fenômenos coletivos a partir do mundo interno, por menores que sejam, o estrago é grande, pois se perdem as dimensões sociais de vista: perde-se o homem em relação com outros homens. A psicologia é compreendida como algo abstrato e de espectro limitado, obtuso e alienado.

Entre a psicologia e... eu nem te diria a política, mas o mundo real. Não é sobre o que acontece no mundo ou no país; é a ausência de contato do

corpo de conhecimento da psicologia com o que acontece na esquina. Minha impressão é a de que, sempre quando se falava sobre o que acontecia na esquina, o estrago era maior, pois se falava: “nós, aqui de dentro, do mundo interno, técnicos do mundo interno...” Para mim, éramos técnicos do mundo interno, que olhamos aquela criança na rua, pedindo coisas no farol, e vamos falar sobre como será que ela vê o mundo. Umas coisas lamentáveis.

Pensava: já que a psicologia tem essa leitura fechada dentro de seu consultório, então ótimo que ela se proponha a isso. Talvez, dentro disso, como uma técnica de psicoterapia ou de análise, ela seja muito boa. Para problemas específicos, que também existem no mundo. Achava que a psicologia era isso. Um benefício ao mundo privado. Ótimo, assim talvez ela faça menos estrago do que se propondo a ler, a contribuir para as questões sociais com esse olhar do mundo privado. Lembro que tinha muito essa impressão. A gente lia aquelas coisas todas sobre o Lula, o Fernando Henrique, como se a gente estivesse discutindo complexo de Édipo. Complicadíssimo.

A psicologia tal como vai sendo concebida é avessa às preocupações sociais e atenta ao mundo privado. Quando se volta para os fenômenos políticos, é desastrosa, pois sobrepõe essa atenção fundada na intimidade - os mecanismos psíquicos que identifica no indivíduo isolado - às tensões imanentes ao sistema de classes sociais. O que Simone identifica no curso vai corroborando a visão estereotipada do movimento estudantil acerca da psicologia: era algo instrumental e a serviço da burguesia.

O que estava sendo construído para mim era que a psicologia era um instrumento para legitimar as desigualdades todas que existem. Ela estava completamente fora do mundo, do mundo social que existe. Ia tendo que não queria ser psicóloga; que psicologia era isso. Não conseguia ver que teria outra possibilidade de ser psicólogo, de fazer psicologia fora disso. Era uma experiência muito ruim. A cada aula eu ia me indignando com o que as pessoas falavam. Sobre os testes de QI por exemplo. Achava que a psicologia tinha que ser atacada, criticada. Ia construindo para mim que a psicologia era um instrumento poderoso e perigoso a serviço do sistema.

Nessa passagem Simone coloca a psicologia no extremo oposto à militância, uma vez que se trata de um conjunto de técnicas para legitimar o sistema capitalista, e portanto as

desigualdades. Era algo estanque, alheio ao mundo permeado pelas questões sociais. As explicações restritas à patologia ou ao QI soam como ideológicas, colocando no indivíduo problemas que na verdade são de todos. Constrói para si que a psicologia deveria ser combatida, pois se tratava da própria exclusão através da partição entre os homens: a psicologia era *ideologia*, enquanto a militância era *praxis*.

Em resumo, Simone reconhece três componentes integrados que compõem uma espécie de *gestalt* apolítica, e que portanto a repele e angustia. Em um primeiro momento dentro do curso, a psicologia, e especialmente a clínica, representa: 1) um olhar técnico, um *trabalho alienado* e portanto pouco reflexivo, que aponta o “mundo interno”, reforçando a importância dos mecanismos psíquicos individuais em detrimento da atenção sobre a coletividade e sobre as tensões sociais relacionados ao sofrimento humano; 2) um lugar, uma profissão e um espaço de atuação para a burguesia, para as “psicanalistas” da elite e para os colegas abastados, não comportando assim estudantes mais pobres como ela e, 3) como produto final das duas considerações anteriores, instrumento de afirmação do sistema capitalista, na medida em que se constitui em trabalho alienado e ao mesmo tempo em técnica da elite para explicar e legitimar as desigualdades sociais.

Enfatizamos que não foram apenas os conteúdos curriculares que contribuíram para que a depoente considerasse a psicologia um instrumento ideológico. O próprio conjunto de colegas e professores do IPUSP, representantes de outra classe social, parece ter sido fundamental para conceber o curso e a própria universidade estruturada como um lugar *para a burguesia*, do qual ela era excluída. É equivocado afirmar que a avaliação da depoente se desenvolveu calcada apenas na crítica isolada das matérias, e não composta por uma série de fatores que formaram uma espécie de campo avesso à militância composto por pessoas *da elite* e por conteúdos e técnicas *para a elite*.

Acerca especificamente das disciplinas e conteúdos que pareceram estabelecer antagonismo em relação à política, parecem ser aquelas que apresentaram as técnicas de avaliação de inteligência e de personalidade, bem como aquelas calcadas numa tradição funcionalista da psicologia e próximas às ciências biológicas. Quanto às últimas, acreditamos que a decepção da depoente tenha se dado principalmente pela frustração de não encontrar nos primeiros anos do curso o estudo das ciências humanas. Quando esperava conteúdos que dissessem respeito à esfera pública, assiste aulas de sistema nervoso e psicologia da percepção, matérias mais próximas da biologia e da física do que da história, da filosofia ou das ciências sociais.

A avaliação é mais delicada quando refletimos acerca das disciplinas psicodiagnósticas e de testes de inteligência. Nesse momento parece que a psicologia passa a ser pior do que algo apenas desagradável, monótono, excessivamente técnico e que não diz respeito à esfera pública - como no caso das disciplinas mais próximas à biologia ou à física -

para tornar-se produtora direta de ideologia. As matérias de testes psicológicos e de teorias psicanalíticas são lembradas como excessivamente calcadas na avaliação das deficiências e patologias mentais. Simone aponta que elas enfatizavam a atenção para a avaliação da pessoa isolada e negligenciavam o olhar sobre a coletividade, omitindo assim conflitos, angústias cujas razões advinham da exclusão social imanente à sociedade capitalista. Pareceram portanto contribuir de forma decisiva para a concepção da psicologia como “um instrumento poderoso e perigoso a serviço do sistema”.

Podemos concluir que a depoente identifica no início da graduação duas esferas antagônicas. A política, integradora e combativa, se contrapõe ao olhar do psicólogo, cujo trabalho excessivamente técnico e fragmentado privilegia o “mundo interno” e ignora as determinações sociais. A psicologia representou nesse período um olhar da burguesia, produtor de ideologia, que explica as desigualdades historicamente constituídas através da patologia ou da deficiência: é ocupação alienada *da* elite que legitima as desigualdades sociais. Ou seja, tudo aquilo que uma militante de esquerda precisava combater.

b. A reconciliação

É no terceiro ano de graduação que Simone entra em contato com o que chama de “disciplinas críticas”, que alcançam relativizar a intensa aversão que ela sentia em relação à psicologia. Conhece os trabalhos de Maria Helena de Sousa Patto⁸⁰, contundentes nas críticas acerca dos testes psicológicos e do papel do psicólogo no diagnóstico das queixas escolares; entra em contato com a fenomenologia, relativizando o olhar funcionalista e positivista representado pela psicologia experimental do início do curso; lê Foucault, Adorno... Enfim, se depara com aquele tipo de conhecimento próximo às ciências humanas que esperava quando ingressou no IPUSP. Simone descobre que a psicologia não se reduz ao behaviorismo, à psicofísica, aos testes psicológicos ou à psicanálise dos consultórios particulares. Com o estudo de Reich vem a possibilidade de conciliar pensamento clínico e política, quebrando a visão da profissão como técnica absolutamente capitalista e burguesa.

⁸⁰ Entre eles destaca-se: PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. A análise que a autora faz das raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar apontou que a psicologia teve papel determinante na manutenção de uma concepção individualizante - e portanto ideológica - de aprendizagem. A correspondência entre suas concepções e as críticas de Simone no início da graduação falam por si:

Entre as ciências que na era do capital participaram do ilusionismo que escondeu as desigualdades sociais, historicamente determinadas, sob o véu de supostas desigualdades pessoais, biologicamente determinadas, a psicologia certamente ocupou posição de destaque. (p. 36).

Depois de escolar teve o acontecimento que acho que foi decisivo para eu virar psicóloga. Nessa época, eu já estava no DCE, lidando com coisas da USP inteira. Teve a disciplina do Paulo, Personalidade dois. Cheguei na aula daquele homem... Eu me lembro como se fosse hoje. Um insight! Acho que era a revolução sexual que ele estava trabalhando. Era um texto em que o Reich estava discutindo as transformações sociais; o quanto era importante ter todas as mudanças; a crítica socialista da cultura... Falando como a subjetividade podia ser construída por isso tudo; qual era o papel da clínica nisso... Eu comecei a ouvir aquilo... Meu Deus, esse homem tá falando... Esse autor está falando a minha... Isso é eu, sou eu que falo isso, porque para mim a clínica só serve para legitimar o que a cultura produz traduzindo por doença. Então a cultura produz um monte de coisas, dá o nome de doença, e a clínica vai lá, diz que é doença mesmo e trata o doente. Sentava sempre lá no fundo, não era de fazer pergunta. Mas nesse dia eu lembro que levantei a mão... Eu levantei e falei: “Você está falando que, pro Reich, a clínica pode ser um instrumento de transformação social?”. E o Paulo falou: “Sim, dentro do projeto reichiano é possível pensar isso”.

Simone encontra um pensamento que integra a tão aversiva clínica com sua visão política. É a partir daí, quando reconhece na psicologia valores e críticas sociais que antes encontrava na militância, que um projeto profissional começa novamente a fazer sentido. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil passa a decepcioná-la; o DCE vai se transformando em ambiente hostil e a militância em uma atividade angustiante, humilhante, que a isola dos demais alunos e a torna, lembremos, “fazedora de política”.

Eu comecei a chegar no quinto ano, que coincide com aquelas minhas conversas com o Paulo, do meu interesse por Reich. Estava pensando no que fazer da minha vida, no que queria. A via da política institucional também não me garantia a participação que eu queria.

...

Eu tinha virado política; não era mais estudante, diretora do DCE, não pensava em ser psicóloga... Tinha virado política. Quem sabe se candidatar a vereadora, sei lá.

A política se transforma em espécie de profissão, tão técnica e alienante quanto Simone concebia a psicologia no início do curso. Restava a ela a “militância pura”, distante

de seus colegas e de qualquer outro campo social. Ao mesmo tempo, a psicologia vai se transformando em um espaço que comporta a *ação*, a integração e o combate às desigualdades. A depoente passa progressivamente a identificar elementos aversivos que atribuía à psicologia dentro da política, e a reconhecer dentro da psicologia questões e possibilidades de ação que a atraíram para as entidades estudantis. Se antes Simone relacionava à psicologia a necessidade, a técnica, a burguesia e a alienação, e ao movimento estudantil a vocação, a reflexão e a *praxis*, no decorrer do curso isso se transforma, se relativiza ou mesmo se inverte. Cada vez mais a psicologia comporta elementos da política que a militância nega.

Decepcionada com o DCE e atraída por Reich, a depoente fica em uma espécie de vazio durante o final da graduação. Não reconhece de imediato a psicologia como alternativa profissional que contemple também seu interesse pela política. Concebidos como pólos opostos, os papéis de militante e de psicóloga dificilmente comportariam uma síntese, uma conciliação. A passagem de um campo para outro é vivida de forma traumática, sem tempo suficiente para elaboração e como necessidade premente do final do curso.

... eu não sabia como juntar uma motivação minha de transformar uma porção de coisas que eu canalizava para o movimento estudantil; não sabia como juntar isso com a psicologia, porque para mim a psicologia não combinava com isso...

Um dia, o Paulo me chamou: “vamos conversar um pouquinho? O que você vai fazer quando você se formar?”. Isso foi no meu quarto ano. Ele disse: “a gente só pode fazer movimento estudantil quando é estudante. Quando acabar, você não vai ser mais estudante, você não vai mais poder fazer movimento estudantil. O que você vai fazer? Eu disse: “não sei. Qualquer coisa. Eu não quero ser psicóloga, não quero ser”...

Aí o Paulo falou: “olha, a USP é um recorte do mundo da Psicologia. Ela tem uma cara, uma tradição, uma cultura. Não quer dizer que tudo seja assim. Será que não está na hora de você parar de ficar brigando com a instituição USP, com a instituição Psicologia da USP e começar a dar uma olhada no que tem aí fora?”. Eu fiquei mal com isso. Meu deus, o que eu vou fazer? Não vai ter mais movimento estudantil. Vou voltar para o PT? Mas eu já estava de saco cheio do PT... Mas voltar para o PT seria uma militância pura. Eu não vou ter uma atividade onde eu possa inserir minha vontade de transformação das coisas?

O diálogo com o professor Paulo Albertini nos demonstra como a visão que Simone tinha da psicologia era fortemente mediada pelo IPUSP, tanto pelo que ele apresentava através do currículo como pelo ambiente compreendido como local da burguesia. O professor aponta a redução e a incentiva a um novo esforço em direção à psicologia fora dali.

O professor aponta o caráter efêmero da militância estudantil: “a gente só pode fazer movimento estudantil quando é estudante”. É uma frase que impõe um limite temporal, colocando novamente a necessidade de abraçar algo além da política, situação que Simone vivera no término do colegial. Ela vê a emergência de seguir um rumo, traçar um plano profissional: não é mais possível fugir da esfera do trabalho. Contudo, diferente da escolha por uma carreira para o vestibular, o final da graduação é vivido com intenso sofrimento, pois agora assumir a psicologia não significava apenas escolher uma espécie de instrumento ou quebra-galho para continuar estudando e ter algum sustento, mas sobretudo negar a própria militância na qual fincou raízes tão profundas.

Ao mesmo tempo em que surge a necessidade imediata de seguir uma profissão depois da graduação, Simone não reconhece mais no movimento estudantil um espaço onde possa habitar. As disputas estereis se sobrepõem ao pensamento e à integração; as manobras e técnicas de convencimento se sobrepõem ao diálogo e à *ação*. A depoente recusa seguir o que chama de “militância pura”. Parece negar assim uma forma de atuação partitiva, onde existiriam os políticos profissionais e as “pessoas normais”. Recusava ser uma vereadora, especialista em política, como recusava também ser uma especialista em psicologia, considerando ambas talvez espécies distintas de ocupações técnicas, alienadas e partitivas. O militante profissional detém técnicas de retórica, de manipulação, de condução das “massas”, enquanto o psicólogo domina instrumentos de classificação e diagnóstico individual. Ambos os papéis negariam assim a troca, o diálogo franco entre as pessoas, uma estabelecendo enorme distância entre “capa” e “bases”, outra impondo imensa barreira entre o profissional detentor do saber e dos instrumentos de avaliação e o paciente portador de patologias ou deficiências. Como “política profissional” ou como “técnica da subjetividade” estaria igualmente distante das pessoas e assim da possibilidade de integração que Simone tanto valorizava. Tanto no movimento estudantil como na psicologia Simone vê partição, cisão, distanciamento, e não mais a possibilidade de integração, de aproximação com as pessoas, de troca e de *ação* coletiva.

Eis a angústia da depoente: “Eu não vou ter uma atividade onde eu possa inserir minha vontade de transformação das coisas?”. A militante fica sem um lugar; abandona sua identidade na política estudantil para abraçar uma outra, de psicóloga, ainda a ser construída e que parece não comportar seu desejo de agir. O trabalho vem como última tentativa de encontrar um espaço dentro da psicologia, e ao mesmo tempo como forma de abandonar o DCE.

Bati o olho nos murais desse prédio e vi um cartaz de estágio da prefeitura. Falei: “vou prestar isso aí”... Estudei, fui fazer a prova e passei. Não tinha falado ainda para o DCE que eu ia trabalhar... Eu era coordenadora do DCE ainda. Daí passei na prova escrita e fui fazer a entrevista. Essa entrevista... eu contei tudo isso que estava te contando aqui: que eu não gostava da clínica, que ela estava dentro do sistema de dominação, de exclusão social, que eu não fazia terapia porque eu era contra isso... E elas olhando para mim:

- “Então o que você veio fazer aqui?”

- Eu vim aqui para ver o que vocês fazem. É a última tentativa antes de decidir que eu não quero mesmo ser psicóloga”

- “E o que você faz?”

- “Movimento estudantil. Eu estudo Reich atualmente...”

Não sabia que elas eram psicanalistas, é claro... Elas perguntavam: “Por que você não está fazendo terapia? Você sabe quem são esses pacientes?”. Elas foram me encostando na parede, me encostando na parede... Eu saí dali pensando que não poderia mesmo trabalhar lá. Pirei, Samir. Cindi, mas fui fazer o estágio.

...

Sofri muito nesse HD. No primeiro dia, botei o pé lá... Era uma casa bonita. Eu não sabia quem era paciente ou psicólogo. Veio uma figurinha e me perguntou: “você está vendo aquele caixão ali no céu?”. Não sabia o que dizer quando ele conversava comigo. Todo aquele meu discurso de crítica à psicologia... Eu fui tendo experiências disruptivas no HD. Sofri, penei naquele HD. Pensava: “meu deus, que curso que eu fiz, eu não sei nada”. Daí eu comecei a estudar... Fui me apaixonando pelo trabalho... Eu falava tanto que a clínica era para pessoas que não precisavam... Essas pessoas precisam demais. Essa estória de que a clínica é para os ricos que vão fazer análise... descobri que não é.

É na experiência do trabalho em saúde mental que Simone sente uma quebra; seus preconceitos são desfeitos quando se vê “encostada na parede” pelas psicanalistas; quando seu discurso de militante não comporta aquela realidade. Vê pessoas que sofrem e pelas quais a psicologia pode fazer algo; tem “experiências disruptivas” que desfazem a visão da psicologia como lugar da burguesia e instrumento de alienação, e a recolocam como alternativa que talvez comporte sua vocação para o estudo e para o combate à opressão. Encontra, ao que parece, uma modalidade de trabalho não alienado, que comporta reflexão e *ação*: uma espécie de *praxis* dentro da psicologia.

O interesse pelo estudo da clínica vem com a possibilidade de uma prática profissional enraizada em valores políticos. Dedicar-se à psicanálise e à saúde mental ganha mais sentido quando um grupo de colegas se integra em torno de uma causa política: a saúde mental.

Então estudei, virei estudiosa de psicanálise e de saúde mental. Mesmo assim, não sabia o que estudar ou o que fazer. Nessa época, havia muita gente do quinto ano trabalhando com saúde mental, seja em outros HDs, seja como acompanhantes terapêuticos. Surgiu então o grupo ELO - Estudo e Loucura. Foi fantástica essa experiência, Samir. A gente foi estudando, começou a surgir apresentação de artigos em congressos, trouxemos também a questão da saúde mental para o instituto. Tentamos trazer isso que o instituto não discutia...

Ajudou bastante a elaborar um pouco esse caminho desde lá de trás que eu estou te contando, esse ódio à psicologia... Acho que eu fiquei um pouco mais compreensiva com a psicologia.

A motivação de Simone para o estudo acompanha a motivação para a *ação* tanto na política como na profissão. Militando, reconhece a importância de conhecer a História e ficar atenta aos acontecimentos sociais através dos jornais. Quando a psicologia se transforma em possibilidade de atuação conjunta, transforma-se, ao mesmo tempo, em campo de pensamento. Torna-se importante estudar a psicologia na medida em que ela é possibilidade de *agir*. A forte vocação acadêmica, o desejo de estudar, investigar e refletir que foram tão fortes na direção dos acontecimentos da vida pública para nortear a militância, agora são direcionados, com a mesma intensidade, justamente para a clínica.

Antes de reconhecer uma forma de integrar política e psicologia, a única perspectiva profissional que se apresentava era seu mestrado, concebido inicialmente como uma crítica contundente à psicanálise.

Esse horror tem inclusive a ver com meu tema de mestrado, com o mesmo tema que eu estou trabalhando hoje. Na época, eu queria provar que a psicanálise é um horror e que o Reich estava certo. Mas deu para amadurecer muito; deu para ver que a psicanálise não é só isso que aparece aqui, que não é esse horror.

Seu estudo aparece como forma de militância cuja função é combater a psicologia. Porém, quando esta lhe apresenta uma alternativa que contempla a integração, o combate à desigualdade; quando parece possível ser psicóloga e ao mesmo tempo ser militante, seu interesse pelo estudo muda de rumo e ganha força. Não é mais o estudo para a negação pura e simples, mas sim um estudo para a *ação*, para o engajamento na saúde mental, para a transformação, como era antes a leitura dos jornais durante o colegial.

O grupo ELO nos lembra do MEI (Movimento Estudantil Independente) que Simone integrou durante o colegial, e que também agrupou colegas em torno de uma causa pública - no caso a educação. A possibilidade de estudar e atuar em grupo, integrada com outras pessoas, em favor de uma causa comum a todos, é algo que consideramos eminentemente político, e que parece ter atraído Simone tanto para a militância como posteriormente para a psicologia. Nos chama a atenção porém o fato de Simone incluir essa iniciativa no campo da política estudantil. No quinto ano toma parte em uma *ação* coletiva dos estudantes dentro da universidade; passa a estar junto aos colegas que antes considerava alienados ou burgueses. Atua, em conjunto, para trazer ao IPUSP as questões que encontravam durante os estágios em aparelhos de saúde mental. No meio dessa efervescência, dessas discussões acerca de temas e projetos tão importantes, a afirmação de que abandonara a política é reveladora. Embora afirme o contrário, parece que a depoente não abandonou a militância, mas uma certa forma de participação. O rompimento que Simone sente parece representar na verdade a negação do DCE como estrutura de funcionamento viciada, calcada nas disputas e na manipulação, onde não era mais possível a própria *ação*.

Mesmo comportando os elementos que a fizeram aderir à política, psicologia e militância permanecem ainda durante muito tempo em pólos opostos para Simone. Durante o final da graduação e o início da vida profissional, a assunção de um papel parecia possível apenas com o abandono radical do outro. Assumir a identidade de psicóloga significou, durante muito tempo, sucumbir à alienação.

Acho que durante um tempão eu fiquei pensando de mim tudo que eu pensava dos alunos quando eu estava no movimento estudantil. Ou das

peessoas normais, porque eu acho que quando você passa um tempo na política, você acha que tem os militantes e as pessoas normais... Tudo aquilo que eu pensava das pessoas, os alienados, as pessoas que não são críticas, que levam sua vidinha burguesa, eu ficava pensando de mim. De vez em quando passava isso pela minha cabeça. Então ficava me sentindo meio culpada... Tinha um mal-estar, mas eu resolvia não pensar no assunto...

...

Eu estava despindo uma roupa minha, uma espécie de uniforme. Como um paciente meu que trabalha no correio e anda o tempo inteiro com a roupa do correio. Pode ser férias, ele pode estar de férias, pode ser domingo, ele anda com a roupa do correio o tempo inteiro. Eu tinha virado isso. Grudou. Então eu ia tirando isso e aprendendo a ser psicóloga, que foi uma coisa que durante a faculdade eu me recusara a ser. Sofria, Samir, sofria... não queria mais pensar nesse assunto.

Acreditamos, pelo contrário, que Simone nunca deixou de fato a política. Abandonou o movimento estudantil porque ali não encontrava mais a possibilidade de atuar coletivamente na esfera pública. Ali o combate às desigualdades sociais era pouco efetivo; a militância estudantil no DCE ficara estagnada, restrita às disputas partidárias estéreis, marcadas por valores individualistas e corporativos. O campo da militância estudantil deixou de ser integrador e revolucionário; deixou assim de ser forma de enraizamento para ser forma de distanciamento e disputa. Paradoxalmente o movimento estudantil do DCE parece negar aquilo mesmo que a fizera aderir à política. Se antes a participação significava possibilidade de habitar o mundo através da *ação* coletiva contra as desigualdades sociais, no DCE isso foi perdido. O meio para a integração e para a *ação*, que era o engajamento nas entidades, alienado de sua origem, passa a ser fim em si mesmo. O processo é sentido, sofrido, mas não elaborado. Sendo forte seu enraizamento na política, talvez sair daquele espaço de participação no qual investira tanto, mesmo que ele trouxesse tanta angústia, fosse negar sua própria existência até então; talvez fosse melhor habitar aquele ambiente adoecido do que não habitar lugar algum e cair num vazio. Melhor ainda seria negar, não enfrentar esse enigma. Como solução Simone “não queria mais pensar no assunto” e procura habitar agora a psicologia radicalmente. Foge do movimento estudantil e se dedica de corpo e alma aos assuntos da saúde mental. Julga ter abandonado completamente a política ao assumir ser psicóloga, mesmo assumindo esse papel a partir dos mesmos valores que a fizeram aderir à “causa”.

Hoje em dia, eu acho que essa história está mais tranqüila, mas durante muito tempo isso ficou me perseguindo. Sentia uma certa culpa: “Como eu posso ter saído daquilo ali?”. É como se eu tivesse... É como religião mesmo, que você nasceu numa religião e não pode mudar, não pode ser contrário às doutrinas. Eu ficava pensando: “meu deus, estou traindo a causa”. Que causa? Mas eu me senti muito assim... Por um bom tempo.

A militância ainda permanece durante um bom tempo como uma espécie de fantasma, de assombração inoportuna. A assunção do papel de psicóloga não foi possível sem julgar, num primeiro momento, que tivesse sucumbido ao sistema. Foi difícil para a depoente reconhecer a síntese que elaborou em sua carreira, conciliando o papel de psicóloga à sua militância. Apenas recentemente, graças em parte à própria entrevista, Simone reconheceu em sua prática profissional elementos de sua experiência no movimento estudantil.

Olha, Samir, a experiência de ter lembrado ajudou a elaborar. Acho que coisas que eu fui pensando... eu consegui juntar na entrevista. Isso que eu falei hoje, por exemplo, de que hoje em dia eu consigo juntar, dar um lugar na minha vida para todas aquelas coisas que eu fazia no movimento estudantil, que eu estou conseguindo integrar todas aquelas minhas preocupações do movimento estudantil, de militante, com o amadurecimento do meu trabalho hoje. Acho essa entrevista me ajudou a visualizar isso mais; acho que muitas das coisas que eu fale aqui não estavam claras antes: “Olha, Samir, eu tenho algumas coisas aqui e vou falar”. Acho que enquanto eu fui falando, fui elaborando.

Nesse processo de elaboração que acompanhamos, compreendemos que Simone aderiu à psicologia porque esta passou a se configurar numa possibilidade de *ação*, de carreira, que contemplava elementos que a fizeram antes aderir à política. Pôde existir como psicóloga porque também nessa esfera seria possível a participação, a integração, o combate às desigualdades, o enraizamento. Hoje, engajada na saúde mental, Simone percebe maior integração entre *ação* e reflexão. Na luta antimanicomial, a relação entre a clínica e a sociedade é explicitada a todo momento, atingindo e transformando diretamente as formas de tratamento. Apresentando formas de atuação profissional que integram a psicologia clínica às questões sociais; promoveu, quando docente, discussões críticas acerca da formação em seu curso de TEP (Técnicas de exame Psicológico). Enquanto pesquisadora, Simone se ocupou especialmente do estudo da incompatibilidade entre a clínica e a política; sua questão de

mestrado surgiu de uma angústia da época de graduação: como se relacionam, se cruzam, se opõem, a subjetividade e a cultura? A depoente alerta: se a relação entre subjetividade e cultura merece destaque quando somos apresentados à psicologia, cai freqüentemente no esquecimento durante o percurso profissional, desaparecendo a pergunta sem que encontremos a resposta. Não são muitos os psicólogos que, segundo ela, se preocupam com a relação entre o trabalho que fazem e as questões sociais. Dentro de nossa formação talvez falte justamente a pergunta acerca da relação entre psicologia e política. Simone, em suma, parece preservar em sua atuação como psicóloga sua história e seu olhar político dos tempos de movimento estudantil.

Foi bem lentamente que eu fui percebendo que, sem querer, estava fazendo algumas coisas na profissão que só poderia estar fazendo por conta da minha história no movimento estudantil. Isso só fui perceber depois. Achando que o que eu estava vivendo não tinha nada a ver com a militância, percebi que muitas situações que enfrentava eu já havia vivido em outro lugar... Essas coisas que eu penso - o meu jeito de pensar a profissão - têm a ver com a militância. Tem três anos que eu estou formada e acho que só hoje consigo pensar que uni sim, que achei um jeito na minha vida, hoje, de integrar as coisas que eu construí durante o movimento estudantil. Não foi fácil.

A psicologia partitiva, técnica, lugar da burguesia, produtora de alienação, foi a todo tempo rechaçada pela militante, da mesma forma que foram negados no final da militância as disputas, os conchavos, o papel de vanguarda. A identidade profissional e a política puderam ser assumidas quando comportaram a *ação*: quando comportaram o combate à exclusão; quando valeram como formas de integração entre os colegas; e portanto quando puderam ser formas de enraizamento.

Acreditamos que a depoente nunca abandonou seu interesse pela esfera pública, e que sua adesão à profissão aconteceu através de elementos que julgamos eminentemente políticos. Os motivos que a fizeram aderir à psicologia ou negá-la nos pareceram semelhantes - senão iguais - àqueles mesmos que a atraíram ou a afastaram da militância. Quando foi possível ser, ao mesmo tempo, militante e psicóloga, a depoente pôde finalmente habitar a carreira tão intensamente quanto habitou o movimento estudantil.

IV. A Segunda Entrevista

Luís

Samir - Eu gostaria que você falasse um pouco do que você faz hoje, do seu presente...

Hoje sou professor universitário e leciono em duas instituições. Na primeira, leciono no curso de psicologia, na disciplina Psicologia do Desenvolvimento, dando aulas para alunos de segundos anos. Na outra leciono no curso de pedagogia, ministrando a disciplina Psicologia da Educação.

Além do trabalho docente, retomei minhas atividades em consultório. Também participo de um grupo de psicólogos escolares que oferece trabalhos de assessoria, discutindo questões como violência, fracasso escolar. Questões afeitas ao cotidiano escolar; numa visão crítica dessa realidade...

Além disso, venho me organizando para escrever meu projeto de doutorado. Vou terminá-lo possivelmente no ano que vem, para participar da seleção.

O que mais eu tenho enquanto atividade faz parte do que já realizo nesses lugares: projetos que penso nessas duas universidades em termos de pesquisa com os alunos e em termos de reestruturações no próprio curso; projetos que a gente vem gestando no consultório, para que não seja um consultório clínico clássico e que ofereça outro tipo de trabalho. No grupo de psicólogos escolares - o Entrelinhas - também estamos sempre pensando em novos projetos, novas coisas.

Em psicologia do desenvolvimento, por exemplo, sempre apresento uma visão que vai além daquele modelo mais organicista, de pensar o desenvolvimento como uma série de conquistas da criança, ou como um crescimento orgânico. Isso é possível através do eixo de autores da disciplina; discuto com os alunos Piaget, Vigotsky e Wallon - as tendências psicogenéticas. Junto deles também proponho um estudo crítico dos momentos no desenvolvimento: infância, adolescência, idade adulta, velhice. Quando se fala em desenvolvimento, muitas vezes esquecemos que falamos em termos de constituição de um sujeito, através das várias funções que ele estrutura. Então venho discutindo essas condições para o desenvolvimento: a criança dentro da realidade brasileira, da realidade do nosso país. Até a anterioridade disso: como a criança se torna um período, ou um momento reconhecido dentro desse desenvolvimento? A criança tem data histórica em termos de seu lugar social: não existe desde sempre da maneira como existe hoje. E isso também com os outros momentos do desenvolvimento. Trabalho muito em convergência com disciplinas como psicologia social e psicanálise, porque entendo que não dá para fazer esse estudo sem esses referenciais. E como na universidade em que trabalho existe a proposta de ter também uma

formação em pesquisa, coordeno ali grupos com temas de psicologia do desenvolvimento, onde a gente tem justamente isso: Em que termos esse desenvolvimento do sujeito psicológico está se dando? Quais os novos parâmetros para essa nova construção do sujeito? Como que isso circula dentro da realidade brasileira? Isso dentro de uma certa linha de pesquisa que discuto e apresento para os alunos. Esse ano eu trabalhei com duas: essa, com esses parâmetros, e também a presença dessas novas tecnologias, desse maciço discurso científico que se reveste em tecnologias que se voltam para o desenvolvimento psicológico. Então existe todo um discurso científico que tenta estabelecer etapas de construção de uma subjetividade. Nessa linha a gente discute qual a ligação que existe com esse corpo que está presente no desenvolvimento, no psiquismo, naquilo que é a função cognitiva, na interação social: o quanto nosso psiquismo já está modulado pela presença das tecnologias. Então é o computador, sua presença nas ligações afetivas; os processos de pensamento, como se dão a partir disso... A idéia é problematizar o desenvolvimento através desse planejamento de pesquisa junto aos alunos; a gente estende os temas que são clássicos na disciplina para outras idéias e conceitos que devem ser pensados. A idéia é poder circular de maneira crítica levando esses conceitos a uma confrontação com aquilo que é a realidade. A nossa realidade, em relação à constituição do sujeito.

Aqui em Osasco, no outro lugar em que trabalho, há possibilidade de poder construir projetos de pesquisa; a universidade tem uma linha de bolsas para isso. Venho pensando em trabalhar com temas que namoro há algum tempo, nisso que é a interface entre psicologia e educação. Uma das coisas que fico pensando é a ligação entre o reconhecimento do sujeito na escola frente ao universo do trabalho. A relação entre sujeito do conhecimento e esse universo do trabalho que se desnuda para ele: como é que estão essas relações hoje? De que maneira um sujeito se reconhece nisso que é a transmissão de conhecimento na escola? E com que representação de futuro ele se vê nessa relação? O que a gente vem discutindo é que a escola não é o lugar da mesma esperança que se tinha antes, de ascensão; o ensino virou uma necessidade para você sobreviver. É a história da qualificação. Já não é mais para ascender, é para você minimamente sobreviver. Então pensar essa relação com o próprio conhecimento, em que termos que ela se dá, já que o conhecimento hoje a gente pode dizer que está sendo reduzido à informação. Como o sujeito se vê, se implica nisso, e que relação isso tem com o universo do trabalho, já que o trabalho é um dos eixos centrais daquilo que é a identidade? Como fica esse sujeito contemporâneo nesse mundo onde os lugares já não são os mesmos?

No consultório, venho pensando em, além de oferecer a psicanálise como linha de intervenção individual, poder estender isso para atendimentos a psicóticos envolvendo famílias, envolvendo um circuito de relações maior. Isso já está inclusive na prática, no universo de conhecimentos dentro da própria psicanálise, que é trabalhar além daquilo que é uma relação dual com o paciente. A gente vai ampliar isso; pensamos também em oferecer

espaços de discussão, grupos de estudo... Fazer o consultório ser mais do que um lugar de atendimento, ou ser um lugar de atendimento que não esse clássico.

No Entrelinhas, o grupo de psicólogos escolares, estamos numa fase de apreciação de um projeto que foi enviado para a ABRINQ. Além disso, temos a perspectiva de desenvolver um outro trabalho numa outra escola. O primeiro teria como essência a construção de um projeto político pedagógico pela escola com a participação de todos os seus segmentos - professores, técnicos, coordenação, alunos, pais, comunidade do bairro... No segundo temos a perspectiva de desenvolver um trabalho sobre a questão da violência. A idéia é poder compreender a violência na escola para transformar esse quadro.

Além disso venho pensando a respeito do projeto de doutorado. Mas por enquanto está no protopensamento, porque não cheguei a escrever nada; eventualmente leio textos, coisas que me remetem a isso, mas não cheguei a ter tempo de sentar, escrever. Tem três anos que terminei o mestrado, e por conta de uma série de coisas tive que dar uma adiada no doutorado. Mas agora quero retomar. É importante; não adianta só dar aula, não adianta só orientar pesquisa de aluno. Se a gente não tiver a nossa própria pesquisa, a nossa própria reflexão, o nosso próprio estudo, a gente também se embota, até para essas atividades docentes. É contraditório, porque essas instituições querem aula de qualidade, como eu estou de acordo, e também querem que a gente tenha uma formação de qualidade, continue se mantendo atualizado, o que é impossível com o tempo que se reserva. O tempo que sobra para nós, com aquilo que eles exigem, acaba impossibilitando o estudo. E isso infelizmente não é visto como trabalho. Você vai apresentar alguma coisa num congresso, ou isso não é pago, ou o que se oferece como valor desse trabalho é uma mera cláusula que vai preencher o seu currículo. Os empresários de educação deveriam reconhecer isso como trabalho. Mas só que não reconhecem. Infelizmente.

Samir - Tem mais alguma coisa que você queria comentar? Algum acontecimento recente, algo assim? Algo te chamou atenção? Só estou me certificando; não acho que está insuficiente, mas...

O que tenho mais para falar seria já de cunho opinativo, só para citar o Provão de psicologia que nós tivemos esse ano. Estou acompanhando bem esse processo nos lugares onde trabalho; uma das instituições já teve a prova com os alunos e está passando pela prova do curso. Ficam algumas questões. Por trás da prova existe uma concepção de psicologia, existe aquilo que é previsto na composição curricular. Isso interfere no programa de cada disciplina; tem reflexos diretos no trabalho docente. Há um clima de insegurança, de incerteza... Já tivemos questões particulares lá de mudança de coordenação esse ano e tudo mais. Então o Provão de psicologia, em termos das relações de trabalho, em termos da relação nossa, dos professores com o curso, está trazendo isso: uma reflexão que cada um

está fazendo de maneira isolada, individual, sem que a gente possa circular num debate a respeito do que foi esse provão. Tenho minhas idéias, mas não houve ainda um espaço formal de discussão sobre isso entre os professores. Nem os professores se propuseram a isso de maneira espontânea, porque realmente é complicado, é difícil juntar todo mundo no mesmo horário. Temos a velha divisão que acontece nas universidades, nos cursos de psicologia, que é muito clara entre disciplinas que fazem parte do núcleo de clínica e as demais. Você vê que o pessoal da clínica está num lugar e o pessoal que não é da clínica está em outro. Eu faço parte do pessoal que não está na clínica porque dou aula no segundo ano. Essa organização coletiva das pessoas para discutir as grandes questões não acontece. Isso a contragosto meu, porque sempre discuto com os colegas que encontro; entendo que é importantíssimo a gente discutir, porque vai se refletir no trabalho de cada um. O que vai ser isso? Estou vendo que vai ser uma discussão que vai priorizar o conceito que a gente vai receber sem que possamos debater o que é essa prova, que conhecimento está por trás dela, que questões são pertinentes, que questões não são. Porque certas questões pediram conteúdo que no meu entendimento não são alvos diretos da formação do psicólogo. A gente está muito mais perplexo do que reflexivo a respeito disso. Estamos no momento do espanto e não propriamente pensando no assunto.

Essa experiência de professor em duas universidades privadas me mostra claramente algo eu já tinha noção quando aluno, por ter cursado uma universidade pública. Você vê que as decisões relativas à qualidade da formação devem ser desvinculadas disso que é a educação como negócio... Você decide o número de alunos de uma sala em função dos custos, tendo que juntar duas salas de trinta ou de quarenta porque manter duas salas representa um gasto maior. Isso é uma desgraça em termos pedagógicos. As decisões são tomadas com base nisso: relação custo-benefício. Se invoca qualidade de formação, se invoca uma série de coisas da universidade, mas na hora de decidir o que impera é esse discurso técnico-administrativo. Isso é terrível. Na universidade privada fica isso muito claro. É, um velho slogan da época que eu era aluno de graduação faz muito sentido. Já fazia sentido naquela época e faz mais sentido agora: “educação não rima com lucro”. Não é possível você estabelecer decisões de educação pensando nisso! Pensando em obter um lucro o mais imediato e maior possível! O empresário de educação não tem noção; se é para ser um negócio, se fosse para ser, deveria ter pelo menos um investimento. Qualquer pessoa faz um investimento; um empresário faz um investimento, tem ali o seu negócio e eventualmente renova os produtos que ele oferece, muda o espaço físico para atender a pessoa... Quem faz isso consegue manter seu negócio. O empresário da educação quer ganhar, mas não quer investir. Ele não quer fazer classes pequenas para que o ensino melhore, ele não quer pagar melhor o professor, ele não quer pagar o professor para fazer pesquisa. Ele quer que o professor trabalhe, dê uma boa aula, mantenha principalmente os alunos contentes com o

produto oferecido. Então é muito mais uma coisa que remete a um consumo do conhecimento do que a uma relação efetiva com ele. Infelizmente.

Isso de uma maneira geral. É certo que algumas instituições são mais sérias do que outras. Não estou falando que não existe preocupação nenhuma; existe uma preocupação com uma boa qualidade, existem instituições que pagam o professor para fazer pesquisa, como é o caso dessa que eu estava falando, de Osasco, onde existem linhas de financiamento. Isso é maravilhoso. De cada dez universidades privadas acredito que duas ou três tenham isso. É uma porcentagem pequena, e isso é um mérito. Isso eleva a formação docente. Aí você vê uma preocupação mais concreta com a qualidade de ensino, com a qualidade desse professor. Mas a lógica da educação enquanto negócio deixa de fora aquilo que é mais essencial. As decisões não são tomadas em função disso, são tomadas em função do negócio: da empresa e não da universidade. É muito mais empresa do que universidade. E nós professores somos muito mais funcionários da instituição do que professores em alguns momentos. Reitores e pró-reitores se posicionam enquanto chefes e não enquanto reitores, o que no meu entendimento é diferente. Não há um debate acadêmico. Eu já senti em vários momentos uma relação chefe-empregado. Todo mundo sabe disso, mas cada um se posiciona de uma maneira diferente. Alguns se portam como meros funcionários mesmo: temem, fogem, vivem uma coisa persecutória uns com os outros... Eu acho isso lamentável, mas acontece.

*

Samir - Agora vamos passas para a experiência política. E aí eu quero começar perguntando desde o início, quando você começou a se interessar por política, ouvir sobre política...

Eu localizo meu interesse direto pela política no momento que comecei a trabalhar, com catorze anos...

Meu pai era porteiro no colégio São Luís. Eu morava desde quando eu tinha nascido ali próximo à Augusta, com meus pais sendo caseiros de uma casa por ali. A gente não morava numa casa própria, mas na casa de uma pessoa, e meus pais cuidavam dessa casa. Uma pessoa que mora no Rio e que visitava São Paulo para negócios. A casa é enorme, existe até hoje... Havia esses dois trabalhos do meu pai: porteiro nesse colégio e caseiro. Passava o dia inteiro praticamente trabalhando. E minha mãe assessorando ele nas coisas da casa; não era a caseira, mas acabava ajudando... Logo eu quis trabalhar; logo eu quis ter um dinheirinho... Queria trabalhar; queria fazer outras coisa... Acompanhava muito meu pai resolvendo as coisas dele, pagando os compromissos... Eu estudei alguns anos e sempre quis trabalhar, fazer outras coisas, não só estudar.

Meu pai conheceu uma pessoa ali das redondezas, com comércio local, e viu que precisavam de funcionários numa livraria. A Vozes, na Haddock Lobo. Comecei a trabalhar lá com catorze anos. Trabalhava de dia e estudava à noite. Isso quando estava na sétima série.

Fazia trabalhos de office-boy. Resolvia coisas pela cidade inteira, andando de ônibus para cima e para baixo... Quando estava lá na loja, trabalhava na papelaria. Existe até hoje, papelaria e livraria. E dentro existe estoque, escritório... Ao longo dos anos eu fui crescendo lá dentro, fui deixando de ser office-boy, passei a ser balconista da papelaria, depois fui para a livraria. Então eu tinha ali contato com outras pessoas, contato com o mundo adulto, com outras formas de ver as coisas, com problemas do mundo do trabalho... E isso tudo foi mudando a minha cabeça. Eu reporto a isso meu interesse por essas questões [políticas]... Lá na livraria eu tinha acesso a livros, a pessoas das mais diversas procedências: eram universitários lá do São Luís, eram pessoas ligadas à igreja que freqüentavam a livraria, intelectuais que chegavam para procurar livros ou lançá-los... Tudo quanto é tipo de gente, discutindo sempre tudo. Eu ficava lendo os livros, vendo aquilo que chegava, acompanhando os fatos à luz daquela experiência que era o trabalho. Tudo isso me fez mudar muito a cabeça; me fez ver que existem condições materiais de existência, e que essas são as que pesam. É preciso que a gente tenha condições melhores de vida em cima disso que é um cotidiano de trabalho difícil.

Fui mudando a cabeça, seguindo uma linha de pensamento. A formação que meus pais me proporcionaram foi sempre sincrética. Por um lado a umbanda, que era freqüentada pelos meus pais, e por outro a católica. Então eu tinha uma visão de mundo a partir desses lugares. Depois mudei isso, tanto é que, pouco tempo depois que eu comecei a trabalhar, falei para os meus pais: “eu respeito, compartilho disso que é a preocupação de vocês em relação à formação religiosa, mas não sigo, não me reconheço nessas idéias; não quero ir mais nesses lugares, estou pensando em outras coisas; posso até ir, mas não tenho pretensão de seguir essa religião; eu vejo as coisas de outra maneira; vejo que a lei dos homens que fala mais alto”. Ela fala mais alto nesse sentido: quem fala de Deus e da ligação com o divino são homens que não conseguem demonstrar na sua atitude e na sua reflexão isso que defendem. Eu via muito isso porque meu pai trabalhava num colégio de padres e você via justamente eles numa atitude muito contrária daquilo que é a pregação. Eu via exatamente isso na livraria, porque a livraria era de frades franciscanos.

Em suma, o trabalho foi mudando a minha cabeça e fui me voltando a uma outra linha de pensamento com relação às coisas do cotidiano, com relação à vida de uma maneira geral. Fui conhecendo o socialismo, as idéias de contestação... Data mais ou menos dessa época o momento em que o Lula foi candidato a governador. Em 82, na primeira eleição que nós tivemos depois de vinte anos de ditadura... E o Lula esteve lá na livraria por essa época, porque lançou livro pela Vozes; estive lá porque uma pessoa da comissão editorial da Vozes

realizou uma série de entrevistas com ele lá na livraria. E essas entrevistas derivaram num livro chamado Lula sem censura. Um livrinho pequeno da Vozes. Eu tenho em casa, porque teve o lançamento lá. Fui no lançamento, o Lula autografou; era a época em que ele estala ali naquele visual Fidel Castro: barbão, boininha... Era a construção do PT, os anos iniciais do partido. Eu acompanhava isso de forma intensa, muito entusiasmado, muito ligado àquilo tudo... Não votei na época porque não tinha idade para votar. Estava perto de completar dezoito, mas não tinha completado... Nossa, não estava nem perto. Estava com dezesseis; estava longe ainda... Mas se eu votasse, votaria no Lula com toda certeza. Como sempre votei. E na época ele não conseguiu, enfim... Mas teve toda aquela discussão do movimento sindical, a construção do PT, os movimentos populares, a luta contra a Ditadura, que eu acompanhei. Via tudo isso daí... Então eu já fui me enveredando por uma reflexão e por uma linha de ação política.

O fato de estudar à noite foi também outra mudança profunda. Estudando de dia você tem contato com pessoas de treze, catorze anos, que são ligadas; dependentes dos pais. São pessoas que têm outros problemas, outras coisas tomam o seu cotidiano. Quando comecei a estudar à noite, vi pessoas que trabalhavam durante o dia, e que traziam questões do seu trabalho, seus problemas. Eram pessoas adultas; uma mescla de adolescentes trabalhadores, como eu, com homens e mulheres buscando o segundo grau. Isso também compôs todo um universo na minha cabeça.

O trabalho durante o dia e a escola no período noturno fizeram com que eu desse essa virada. E lá no ensino noturno havia pessoas preocupadas em discutir a instituição, o São Luís. Já havia pessoas preocupadas em criar um grêmio, e o embrião desse grêmio chegou a se compor. Participei do grupo que vinha discutindo isso, na sétima e oitava séries, quando comecei lá. Havia uma pessoa muito ativa nesse sentido, que já tinha uma história de participação dentro do próprio PT, que era a Eli. A partir das discussões com ela formamos um grupo que procurou criar coisas novas dentro do colégio. Havia discussão em relação às decisões lá dentro; um jornal onde a gente pudesse divulgar e discutir nossas idéias em relação aos acontecimentos, não só dentro do São Luís. Enfim, havia todo um debate crítico sobre uma série de coisas.

Esse grupo atingiu seu apogeu durante o primeiro ano do colegial. No segundo grau optava-se lá por contábeis, por humanas ou por secretariado. Eu optei por humanas. E nessa época havia toda uma efervescência: você escolhe humanas já com a cabeça pensando em grandes questões políticas... Essa opção já te localizava nesse universo. Quem escolhia humanas escolhia uma posição crítica; essa identidade era maior. E esse grupo se manteve nas humanas.

Do primeiro para o segundo colegial houve um golpe nesse grupo. A instituição convidou algumas pessoas a sair... Por conta da contestação, das críticas, e também pelo fato de que, quando não se atingia certa nota... Coisa bem da educação jesuítica: seleção. Não

era uma universalização do conhecimento. Se a pessoa não atingisse a nota, tinha que sair... Não sei como está nas escolas tradicionais; acho que continua exatamente assim. Mas hoje existe o discurso do construtivismo, de você dialogar com as referências do aluno... Na época, quem não passasse estava fora. Eu também senti um pouco isso na medida em que tinha uma bolsa; senti um pouco dessa pressão. Tinha que, por um lado, ter as notas, mas isso não era problema, porque eu não tinha que fazer muito esforço; eu estudava e tirava notas boas. Mas de qualquer maneira era algo no qual eu deveria estar atento. E também essa discussão política podia se refletir no trabalho do meu pai. Não deixei de falar aquilo que eu pensava na época, mas tinha isso em mente também.

O grêmio não chegou a se formar. Com essa desagregação do grupo restaram alguns focos de resistência, mas que não constituíram um espírito coletivo. Do que eu lembro ficou uma grande desilusão com relação à igreja. Aquilo que eu já vinha percebendo quando comecei a trabalhar com relação às religiões, e à igreja católica em particular, foi se confirmando ao longo desse tempo. Acabei vendo uma instituição que funciona de maneira cindida em relação aos preceitos bíblicos. O que eu via eram padres que estavam numa posição que não era condizente com o discurso que faziam. O que fica claro são os momentos em que essa liberdade de expressão, essa liberdade de organização, sofria controle.

Eu falei dos padres de maneira geral, mas havia padres com uma visão crítica das coisas; padres ligados à Teologia da Libertação. Mas eles eram exceção. Eles participavam, nos ajudavam, discutiam conosco. Foram referências importantes. Inclusive um que era seminarista e que nos deu aula de religião. Foi um professor excelente, muito bom; participava de Comunidade Eclesial de Base na periferia; trazia textos, reflexões sobre a defesa de um reino de Deus na terra. Por que esperar o reino de Deus após a morte se nós temos relações concretas aqui e agora para transformar? Por que defender um mundo de amor e de igualdade lá no além e ter que passar por esse sacrifício agora? Essa linha de pensamento da Teologia da Libertação. Eu gostei muito. Até quando eu ainda tinha algum vínculo com uma idéia de religião possível, foi com a qual mais simpatizei. Conheci pessoalmente, quando trabalhava na livraria, o Leonardo Boff, que era membro do conselho editorial da Vozes. Li o seu livro Igreja, Carisma e Poder, que foi condenado pelo Vaticano. Lembro na época que a leitura foi maravilhosa. Quando eu li esse livro, entrou nesse momento de preocupações políticas. Vi toda uma discussão política sobre igreja, sobre os padres, sobre a ligação da igreja com o poder ao longo dos anos; o quanto que, para ela se manter, teve que fazer certos conluios, certos conchavos que botaram em cheque aquele vigor revolucionário do cristianismo. Então o Boff discutia muito isso, de quanto no começo o cristianismo foi revolucionário, foi uma visão que transformava as relações, e quanto tudo isso foi apropriado pelo poder; quando a igreja fez acordos para se manter ao longo de todas essas viradas, ao longo daquilo que foram os grupos dominantes na sociedade, ao longo da história. Ele era contra isso com muita precisão, porque o livro é um elogio à inteligência.

Ele não só afirma como traz dados históricos, documentos... Fantástico! Fala também do celibato dos padres; diz que existe o casamento ou a união entre padres e mulheres, a relação homossexual entre eles... Idéias que achincalham com os dogmas da igreja. Ele vê a possibilidade do padre ter uma vida sexual e tudo o mais... Foi muito para a igreja, mas ele é fantástico. Ouvi padres lá no São Luís que ficavam avessos. A gente conversava na livraria ou lá no colégio e diziam: “não gosto do Boff, esse Boff não sei o quê...”. Eu falava: “olha, padre, o senhor pode discordar, mas quero ver o senhor responder isso que está aqui; isso aqui é inteligentíssimo, tem apoio em documentos, tem apoio em uma série de coisas; ele não está dizendo algo por dizer, não está opinando; ele fez um estudo sério”. Precisava contestar em um nível muito elevado, não no nível que muitos tinham para contestar. Eu discutia isso com meu pai também. Ele dizia: “ah, mas eu não gosto do Boff”. Respondia: “olha, pai, você pode até não concordar, mas que ele tem dados para fundamentar aquilo que ele falou ele tem”.

A Teologia da Libertação foi uma referência importante na época; era uma ligação entre a religião e a participação política. Teve seu lugar nessa história de preocupação com o engajamento. Esse contato com esses padres foi importante. Mas só que eram poucos. O establishment era a visão jesuítica tradicional: não foi bem, sai fora; liberdade, pero que no mucho...

Tive um período de começar a partir da religião e ir me desligando. Foi uma passagem. Quando falo parece que foi de repente: comecei a trabalhar e pronto. Não, teve um tempo de separação.

*

O primeiro colegial foi dos melhores anos escolares da minha vida. Foi um momento riquíssimo, maravilhoso: o segundo grau, num curso de humanas... E pessoas com seu histórico de jovens trabalhadores ou de pessoas trabalhadoras de dia que estudavam a noite... E o grupo se integrou. Ao longo do tempo, nesse primeiro ano colegial, foram adquirindo uma união muito grande. Pela presença, pelas trocas, pelas festas. Foi nessa época que eu tomei meu primeiro porre. A gente ia sempre nos finais de semana a uma unidade da FEBEM que existia perto do metrô Ponte Pequena, que agora é Armênia. Fazíamos atividades, festas, conversávamos com as pessoas, levávamos coisas, passávamos o tempo. Era uma iniciativa nossa que começou a partir das atividades de alguns padres do colégio. Havia uma certa atividade religiosa, só que fazíamos isso de maneira autônoma. Nós nos organizávamos, realizávamos alguma coisa, conversávamos com a pessoa da instituição... Fizemos festa junina, fizemos coisas lá. Isso fazia o grupo ficar muito unido. Todo mundo queria saber das coisas; a gente ia no aniversário um do outro, fazíamos

festas... Como se todo mundo estivesse descobrindo uma série de coisas juntos, e isso fazia com que todo mundo ficasse muito próximo... Fantástico! Tudo aconteceu naquele ano.

O primeiro ano foi o apogeu mesmo. No segundo, com a saída de algumas pessoas, o grupo sentiu. Continuou havendo clima de união, mas o grupo sentiu. E no terceiro ficaram os sobreviventes, porque aí outras pessoas saíram. A sala foi se subdividindo em grupos mais específicos.

Samir - Você lembra das pessoas, lembra de alguém em especial?

Lembro de alguns colegas pelas coisas que a gente vivia na classe, pelas vezes que a gente saía. Lembro daqueles que tinham uma participação na classe, no grupo, não diretamente ligada à política, porque o grupo mais político era menor, não era a sala toda. Essa iniciativa de ir na FEBEM era uma coisa de farra do colegial também, de estar junto. Havia uma preocupação com questões políticas, mas não era a... vanguarda da política, sabe? Eu lembro só de uma ou duas pessoas ligadas à produção do jornalzinho, à formação do grêmio... Lembro do Cândido, um negão altão, fortão. Ele teve um acidente com outro amigo da sala, o Orlando... Ele era muito sarrista, muito brincalhão, um dos mais brincalhões da sala. Então, nossa senhora, era uma festa! Então era ele, o Cândido... As duas figuras...

Aí tinham outras pessoas da sala... É difícil localizar. Mas lembro de pessoas assim, pegando esses eventos, não diretamente ligado à política.

Mas ligado à discussão política lembro mais claramente da Eli. Ela era uma referência; tentava aglutinar pessoas em torno de algumas questões. Sobre isso, nós tínhamos no jornalzinho uma seção de resenhas, e uma delas foi sobre um livro novo na época, que eu li, chamado Comissões de fábrica, de dois autores italianos. Um era o Gramsci. Aí tinham duas visões diferentes sobre comissões de fábrica. Eu resenhei isso no jornalzinho. Imagina, comissões de fábrica. Coisa que para a época já era revolucionária... Isso circulou, as pessoas comentavam...

Inclusive, um fato interessante. Existia uma disciplina híbrida... Não me lembro exatamente o nome dela, mas era uma extensão daquilo que era religião nos anos anteriores. Acho que era “Ética e Psicologia”. Mas ética no sentido religioso, normativo. No terceiro ano quem assumiu essa disciplina foi justamente o Moura. Eu estava no terceiro ano colegial e ele estava perto de terminar o curso aqui... Então a gente teve uma outra visão dessas questões ligadas à ética e psicologia.

Eu falei em feira de ciências... Acho que foi nossa professora de história que propôs uma espécie de feira sobre partidos políticos. Grupos foram divididos na sala de acordo com os partidos. A Eli e seu grupo fez por onde pegar o PT. Eu queria pegar, mas ela pegou

antes. Eu estava em outro grupo e nós ficamos com o PTB. Na época estava tendo uma briga pela legenda entre a Ivete Vargas, neta do Getúlio, e o Brizola, que tinha a legenda junto com o Getúlio. Aliás, para o Brizola, até hoje é Déus no céu e Getúlio aqui na terra. (Bem caudilho o Brizola!) Ele queria a legenda, só que a Ivete ganhou a briga na justiça e daí ele formou o PDT.

Fomos no escritório do PTB no centro de São Paulo, fizemos entrevista com a Ivete Vargas e com outras pessoas do partido. Ainda havia expectativa de ligação da sigla com o getulismo, com os ideais do trabalhismo. Isso se perdeu. Hoje o PTB é o centrão, a direita, parte do lixo político que se produziu ao longo dos anos. Mas existia nessa época algum sentido na palavra trabalhismo. Hoje em dia as pessoas que estão no partido nem devem saber o que é isso. Se a gente perguntasse para um membro do partido hoje o cara ia dizer que trabalhismo é excesso de trabalho. Não deve saber o que significa isso historicamente.

Fomos lá, conversamos com a Ivete Vargas, vimos o programa do partido. Cada grupo apresentou um partido. É lógico que a vedete foi o PT, que na época era um fato novo. A idéia da professora foi incentivar essa cultura, dos partidos, dos programas e tudo mais. Uma professora diferenciada, nova, recém contratada pelo São Luís. Imagino que ser professor lá assim não deve ser fácil. Foi uma experiência interessante. Não foi decisiva, mas entrou na constituição da vida política, da preocupação política de todos. E minha também.

Eu acho que no terceiro colegial a gente teve uma espécie de ressaca de tudo aquilo. Essa participação política amainou. Eu tive uma espécie de desilusão mesmo. Desilusão com as possibilidades que nós tínhamos de constituição de um grêmio, de participação política dentro do colégio. Nós vimos um cerceamento desses espaços, o convite para que as pessoas se retirassem... Devo destacar que não foi por conta só dessa participação política, mas havia toda uma circulação sobre isso. E havia o reconhecimento de que essas pessoas eram referências. Fora isso é que as pessoas não conseguiam atingir nota e tinham de sair mesmo. Isso era o mais comum.

No terceiro ano colegial o apogeu que nós tivemos foi se desbancando. Desde o segundo, até um rebaixamento mesmo no terceiro. Nós tínhamos colegas muito caros para nós, amigos muitos importantes na sala, que saíram. Imagina, numa sala que tem vinte pessoas você vê que sete importantes foram embora. A sala fica meio vazia... O terceiro colegial foi um pouco isso, um momento mais triste, onde a gente ficou meio órfão das pessoas. Cada um foi se localizando num grupo mais específico dentro da sala; ficou muito claro que já não era como no primeiro ano. A gente via coisas no primeiro ano do tipo... Duas meninas que se odiavam na sala, de se baterem, irem publicamente, na frente da sala, fazerem as pazes. Você consegue imaginar uma coisa assim? Houve toda uma interferência das pessoas, aí elas chegam um dia: “nós queremos dizer publicamente que somos amigas, esquecemos nossas brigas”. E uma apertou a mão da outra. Uma coisa que não se consegue

imaginar... Depois elas brigaram de novo, e continuaram brigadas... [risos] Mas para você ter idéia de como era um grupo, a que ponto a gente chegava com essas coisas. Tornar públicas essas coisas, dentro da sala. Uma sala pitoresca.

No terceiro colegial não tinha nada disso. Cada um tinha mais o seu grupo mesmo. E eu passei a ver as coisas de uma outra maneira... Eu estudei para tentar compreender aquilo que era necessário para a aprovação nas disciplinas. Tendo meu controle de faltas e meu controle de notas, dispensava sexta-feira, saía com os amigos para jogar sinuca... Então foi um momento de... dispersão. Já não havia aquela preocupação de construir alguma coisa lá no São Luís. Eu já estava meio desiludido. Eu e as outras pessoas também... Aquele professor que esteve conosco numa certa época saiu... Uma série de coisas aconteceram, e eu também fui entrando nesse clima de salve-se quem puder: cada um que crie seu lugarzinho, seu espaço...

E foi assim que terminei o terceiro ano colegial. Eu até pensei - como também pensei depois, quando me formei em psicologia - em nem participar da colação de grau. Aí depois pensei - assim como depois vim a pensar quando terminei o curso de psicologia - que era importante. Não só pensando em mim, mas pensando também nos meus pais que me deram todo o apoio sempre, toda força. Eles estavam sempre perguntando: “e aí, e a colação, a formatura?”. Era uma coisa importante para eles, e eu não podia negar essa alegria. E não ia ser tão ruim para mim. É que eu não compartilhava com essa maneira de comemorar. Mas acho que é importante; não posso pensar só em mim; pensar que porque não concordo com aquela burocracia, com aquela coisa que não fazia o menor sentido, posso desconsiderar toda a expectativa dos meus pais... Aí eu fui. Mas nesse clima de... “não é mais a mesma coisa, os nossos amigos não estão aqui...”. E assim terminou o colegial.

*

Continuei trabalhando na Vozes. Por conta de ter lido na livraria, de ter pensado uma série de coisas, decidi por psicologia já no segundo ano colegial.

Uma coisa que fui fazer no terceiro colegial foi estudar as disciplinas para o vestibular com um grupo de amigos. Acabou ocupando aquelas lacunas dos projetos e discussões políticas.

Fiz o cursinho no ano seguinte. Consegui negociar no trabalho deles pagarem a metade. Isso era comum na época. Então comecei a estudar no extensivo do Anglo. Era o cursinho das sete ao meio dia e de segunda a sábado, e o trabalho da uma às dez... Foi esse pique seis meses... Até um ponto que eu estava me estraçalhando. Não conseguia nem trabalhar nem estudar direito. Precisava decidir o que fazer: seguir de fato psicologia ou continuar trabalhando e de repente virar gerente ou coisa desse tipo? Aí decidi por

psicologia. Foi um certo stress isso. Eles não quiseram fazer acordo. Peguei o fundo que eu tinha acesso e fui pagando o restante do cursinho.

O cursinho coincidiu justamente com a campanha pelas diretas... Lembro que a gente assistia aula no cursinho, depois a gente ia na manifestação, no Anhangabaú... Era o momento político onde teve todo aquele debate no colégio eleitoral. A emenda Dante de Oliveira não foi aprovada, daí a escolha foi pelo Colégio Eleitoral. O pessoal topou ir para o Colégio Eleitoral porque lá haviase grande chance do Tancredo se eleger em cima do Paulo Maluf, o malfadado. Mas ninguém via com bons olhos o Tancredo Neves. Isso era muito claro. Eu lembro de algo muito significativo a esse respeito, que era um documentário que fala justamente do Jango. Acho que o título era “Como se faz”, ou “Como se institui um presidente”. Uma coisa assim. Fala justamente desses anos políticos em que o Jânio Quadros renunciou e o Jango se tornou presidente. Presidente não, primeiro ministro, porque inventaram um parlamentarismo para segurar essa onda, porque havia grande chance de ter um presidente que vinha de movimentos populares. Até o Jango era muito mal visto. Quando ele foi ministro do trabalho e aumentou o salário mínimo, foi uma coisa que todo mundo ficou apavorado. Ele deu um aumento enorme, então todo mundo já via ele com um certo receio. Ele se mostrava favorável às chamadas reformas de base. Mais eu não vivi esse momento, que foram os anos 60, quando eu nem tinha nascido ainda... Esse vídeo foi interessante, que eu vi nessa época. E juntou isso com as diretas, com toda aquela efervescência...

Mas a eleição foi para o Colégio Eleitoral. Aí teve toda aquela briga no PT: vota ou não vota? Aí três deputados do PT votaram e foram expulsos. Na época eu aprovei e aprovo até hoje a expulsão. O PT decidiu não participar dessa farsa que foi o Colégio Eleitoral.

Depois nós tivemos aqueles acontecimentos que só acontecem no Brasil. E dizem isso como se fosse um acidente. Tivemos justamente o dia da posse. E, estranhamente, o Tancredo morreu... Teve um pirepaque, ficou internado, e veio a falecer no dia 21 de abril... Uma loucura.

Samir - Nessa época aí, um pouco antes de você ingressar no Instituto, teve mais algum movimento, algum acontecimento que você lembra, que você se envolveu?

A minha participação política nessa época era acompanhar esses fatos, ir às manifestações. Não estava em nenhuma agremiação política, nada do tipo.

Acho que teve aí um declínio na minha preocupação política. Acompanhei os fatos, procurei participar deles, mas enquanto movimento de massas, não como participante de algum movimento social organizado. A campanha das Diretas tomou muito a cena. Essa discussão congregou um monte de gente. Eu acompanhei tudo isso como observador, não como participante dos movimentos sociais.

Olhando aquilo a gente vê claramente um movimento de massas. Como é possível você ver a capa da Folha, a capa do Estadão, de todos esses jornais, achando lindo e maravilhoso aquele movimento pró-diretas? Havia uma crise da Ditadura, um desgaste. Lembro inclusive que a Vozes publicou uma coleção onde pululavam os escândalos financeiros. Então era Coroa-Brastel, Petrobras, projeto Jari... Projetos do Governo Militar onde ficou comprovado que houve fraude. Nessa época, o Governo Militar já estava num desgaste grande. Lembro da divulgação, mais tarde, dos casos de tortura. Já se sabia... Começaram a ser descobertos esses acordos escusos envolvendo o Governo Militar e grandes grupos internacionais. Angra dos Reis, que envolveu um gasto enorme, onde se pagou por uma tecnologia ultrapassada... E isso inclusive no cursinho era discutido... Interessante. Tinha um professor de geografia maravilhoso, que falava claramente desses grandes contratos, denunciando que colocavam em risco a soberania nacional, e o nosso dinheiro. Era um momento de discussão dessas coisas. Imagina, numa aula do cursinho o cara ir lá falar isso. Eu achava fantástico! Acho que o professor tem que ter esse caráter. Eles falaram claramente sobre tudo isso, mas só que já era público, não era algo subversivo. Tinha ainda uma certa complicação em se dizer isso, mas já era algo conhecido. E a Vozes inclusive publicava. Tinha lá um que se chamava O ABC do Entreguismo no Brasil. Tinham vários escândalos na época...

O governo Militar vivia um desgaste muito grande; entrava naquilo que era a chamada “abertura”, onde o Governo Militar estava aumentando as “liberdades políticas”. Eu digo tudo isso com aspas porque não é bem assim, mas já havia um clima diferente daquele dos anos mais críticos. Havia um grande movimento por um governo civil... Esse movimento das Diretas. Essa reflexão eu fiz há muitos anos e fica cada vez mais clara: foi um acordo de elites. Como nós juntamos tantas pessoas diferentes num palanque para defender as Diretas? É porque as elites já estavam devidamente organizadas para poderem ter um presidente que não fosse militar. Entre Maluf e Tancredo você vai ter pequenas mudanças, se elas acontecessem. Tanto não aconteceram que estranhamente o Tancredo teve um problema no dia da posse e veio a falecer. Ele, com seu vice, Sarney. Ele era um grão-vizir. Os dois, mas o Sarney era muito! Hoje ele até consegue posar de direita light, mas na época ele era cupincha dos militares. Dali que surgiu a política liberal. Acordo de elites, tanto que se destaca da Arena o Partido da Frente Liberal. É justamente para fazer uma transição para um governo civil, mas com a política nos moldes do Regime Militar. O Sarney vice do Tancredo dava para desconfiar.

Foi na época em que se aprovou o pluripartidarismo. Antes era Arena e MDB, e então passou a ter o PMDB, o PDS e outros, inclusive o PP, do Tancredo. O Sarney era do PFL, que já estava se separando daquilo que era o PDS. Enfim, eram parte do mesmo grupo, com alguma diferenciação. A gente brincava que, quando o Sarney abraçou o Tancredo, ele estava é batendo a carteira dele, porque aquilo ali...

Mas então o Tancredo morreu e iniciou-se o que eu chamo de “a importância do vice” na política brasileira. Nós tivemos Sarney, depois Itamar quando o Collor saiu, foi retirado. E aí tivemos mais um acordo das elites. Ele extrapolou os limites. Se ele fosse minimamente flexível, eles o manteriam. Isso é que é a desgraça!

Não foi à toa que a campanha das Diretas ganhou força, e aquelas pessoas que defendiam transformações mais profundas na sociedade tiveram a seu lado pessoas de outras origens políticas, muito pouco próximas dessas transformações. Só muitos anos depois é que nós tivemos a aprovação das eleições diretas, daí com o Collor sendo eleito. Para os militares, estavam previstas diretas em 88.

Participei desses fatos, acompanhei esse movimento não de dentro de um movimento social organizado, mas como movimento de massas mesmo. Estava trabalhando e estudando que nem um louco. Minha atividade em termos políticos, antes, foi essa. Depois retomei isso quando ingressei no curso de psicologia, mas com outras influências, outras conotações, outro jeito, bem diferente do colegial.

*

Samir - Eu gostaria que você falasse sobre sua militância no Instituto. Mas antes eu queria saber como surgiu seu interesse pela psicologia.

É difícil localizar de forma exata no tempo... Estava na adolescência na época, e trabalhava numa livraria; teve o período no qual fui office-boy, depois fui trabalhar na papelaria e por último acabei indo para a livraria. Foi ótima a mudança, porque ali eu mexia com livros, tinha contato com pessoas... Aí que desenvolvi grande afinidade com as idéias anarquistas de contestação da ordem, de criação de espaços desvinculados de uma autoridade, de um poder que congregasse isso em suas mãos... Então tive contato com livros, com tudo isso. E uma das coisas que me chamavam a atenção, justamente por estar na adolescência, era ler sobre a adolescência. Então lia sobre questões típicas de adolescente: sexualidade, etc. Li muita coisa sobre isso; coisas boas, coisas ruins, mas que me deram alguma luz. E fui cair nos livros de psicologia. Mas não só sobre a adolescência. Tinha livro novo chegando, eu pegava, lia, dava uma olhada. Peguei coisas do Reich; foi um dos primeiros que chegou na minha mão. Li O assassinato de Cristo, onde tem essa discussão sobre religião. Vi outros autores; comecei a ver Freud, Jung. Fui me interessando por essas questões, principalmente naquilo que se referia à experiência da loucura. Sempre ficou essa pergunta na minha cabeça, então a partir dela eu começava a tentar entender o psiquismo. Fui me interessando, a ponto de achar que era isso que eu queria estudar: o caminho é pensar as questões do psiquismo a partir daquilo que é a experiência do enlouquecimento.

Acho que teve também a participação dos textos que eu li sobre política.

Então vejo muito por aí, a partir desse meu contato com os livros e das perguntas que me ficaram a partir deles. Comecei a me perguntar como o ser humano é capaz de certas coisas. Eu pensava, por exemplo, na questão da tortura, em relação àquilo que foram os anos mais duros da Ditadura Militar. Eu li sobre a vida do Lamarca - um livro que eu tenho até hoje. Me impressionou muito... A história de pessoas que foram brutalmente torturadas, algo que nunca consegui entender: como é possível que um ser humano seja capaz disso? Como é capaz dessa extrema violência com o outro? E daí foi-se consolidando meu interesse pela psicologia, pegando justamente essas questões políticas. Mas eu poderia ter escolhido história, sociologia, filosofia...

Acho que foi por aí que se foi compondo esse rol de preocupações, de questões, de perguntas, que me foram convencendo de que era psicologia a minha escolha. Eu quis tentar compreender o psiquismo à luz desses acontecimentos.

*

Samir – Luís, eu gostaria que você lembrasse do início da graduação, da sua chegada ao IPUSP.

Comecei o curso em 1986, e foi uma felicidade muito grande porque vi confirmado todo meu investimento. Eu resolvi ter um ano de preparação no cursinho, resolvi buscar a formação que não tive, as lacunas que ficaram. Principalmente no momento em que eu deixei de trabalhar. Isso foi fundamental. As primeiras pessoas com quem eu compartilhei, além da minha família, foi o pessoal do cursinho. Mesmo tendo feito um cursinho como o Anglo da rua Serjipe, extremamente caro e elitizado, encontrei pessoas ótimas, tanto de classes altas quanto da minha classe social. Inevitavelmente se cria um clima de solidariedade que é raro, difícil de observar. O cursinho foi um momento de muito trabalho, mas também de muita solidariedade, apesar de toda a competição do vestibular.

No primeiro ano comecei a tomar contato com o estudo em período integral, sendo que precisava trabalhar. Com o término do cursinho, meu dinheiro havia acabado, e eu vi a necessidade batendo na minha porta. Precisava trabalhar, ter um dinheiro meu para me manter e ter alguma coisa, não trazer despesas. No primeiro ano foi difícil, porque, apesar do curso não ser completamente integral, de haver janelas de manhã e de tarde, havia uma previsão de que elas deveriam ser ocupadas com estudo ou alguma atividade. As pessoas que precisavam trabalhar diziam que se poderia encaixar tudo num período, mudar o horário para possibilitar o trabalho. Mas alguns professores respondiam que isso não era possível, porque para manter a qualidade do curso era preciso investir também o tempo restante, mesmo que ele não esteja envolvido com aulas. Foi difícil no primeiro ano conjugar a

formação em psicologia com o trabalho. Passei os primeiros meses procurando um emprego que pudesse se encaixar nesses horários. Em relação a isso, tive um auxílio enorme do Moura. Ele estava trabalhando num colégio chamado Imaculada Conceição. Era um colégio também mantido por frades capuchinhos, que ficava na Cincinato Braga, pertinho da Paulista. Depois de seis meses comecei a trabalhar lá, na biblioteca do colégio. Trabalhava com o pessoal da noite, do supletivo. Então era uma outra população. De dia havia todo aquele alunado que procurava uma escola tradicional, enquanto à noite a busca era pelos cursos profissionalizantes de secretariado e contabilidade. Trabalhava com organização, empréstimo e devolução de livros. Consegui juntar aí o estudo e o trabalho para me manter dignamente.

Além disso, a Cidade Universitária é um espaço diferenciado, uma coisa que me deslumbrou. Em que pese que a Psicologia já tinha seus problemas. Tínhamos o bloco de Aulas, o bloco 3, de tijolo, mas havia a Clínica e outros blocos que eram provisórios, onde aconteciam os atendimentos, os serviços e tudo mais. Com alguns anos eu fui descobrindo que esse “provisório” era algo permanente... Eu vim aqui, vi o espaço na Universidade, que é diferente daquilo que a gente conhece na cidade de São Paulo, onde a gente vê carros, confusão, dificuldade de acesso... Quando eu cheguei aqui no primeiro dia de aula, me perdi. A Psicologia já era dividida; havia algumas coisas nesse espaço. Isso também foi uma coisa diferente, o fato do IPUSP ser muito separado. Eu ia para a aula-trote e cheguei atrasado, me perdi.

Lembro também das pessoas que encontrei. Nos momentos de intervalo, de conversa, fui descobrindo que as pessoas eram bem diferentes de mim. Os assuntos que circulavam eram outros, as preocupações eram outras... Senti isso como não tinha sentido ainda. No primeiro colegial eu tinha uma identificação grande com as pessoas com quem estudava; eram pessoas que compartilhavam de um cotidiano muito parecido; eram pessoas que trabalhavam, que tinham uma história para contar durante as aulas; ou tinham as aulas como um espaço de uma certa descontração, encontro... Mesmo no cursinho, como eu estava te falando, num lugar onde isso poderia ser quebrado pela competição, havia um clima de solidariedade... Eu senti a quebra disso no primeiro ano de faculdade... Encontrei outras pessoas, outras preocupações, outras visões de mundo... Pessoas de colégios tradicionais como o Bandeirantes, como o Porto Seguro. Eram pessoas que haviam passado férias na Europa... Eu era completamente alheio a isso. Não encontrei pessoas que trabalhassem, que tinham uma realidade parecida com a minha. Isso era praticamente inexistente aqui no IPUSP, na turma em que entrei.

Então eu senti muito isso. Mesmo que, sendo poucos os homens que entraram, acabava acontecendo uma coisa engraçada. No primeiro ano de faculdade as meninas acabaram formando grupos de acordo com o homem que estivesse perto delas: tinha um grupo de um cidadão, tinha outro de outro... Tinha um grupo que andava comigo também.

Não era planejado, mas acabava acontecendo. Não me pergunte o porquê. A gente brincava que tinha o harém de fulano... Acabavam se formando certas afinidades. Acabei me aproximando de certas pessoas. Não que os grupos fossem opostos, mas havia uma certa composição que a gente não tinha nem consciência do que estava acontecendo...

Mas eu não me sentia identificado com as posições das pessoas. A gente brincava sobre as coisas da aula, mas havia meus conflitos. Chegava em casa e pensava aquelas questões: “gente, eu não conheço ninguém; o que as pessoas acham de mim?”. Aquela preocupação típica de adolescente, com a imagem que as pessoa têm de você, e em compreender isso para poder se inserir nos grupos. Essa ambivalência esteve presente no primeiro ano. Ao mesmo tempo em que tentava compreender e encontrar meu espaço dentro dessa nova realidade, também consegui imprimir algo meu nessa história toda, o que era difícil.

Quando digo isso não quer dizer que eu estava aqui e as pessoas lá longe, mas eu via essas diferenças de uma maneira radical. Não é que as pessoas não fossem simpáticas, e algumas receptivas. Lembro de um exemplo claro disso. Uma colega minha nos convidou para sua festa de aniversário. Ela morava no Paraíso com os pais. Isso foi no primeiro ano de faculdade se eu não estou enganado... Foi um choque a festa, porque chegamos naquele apartamento enorme, numa festa de queijos e vinhos, com uma mesa posta com tudo o que você possa imaginar... Eu e meu irmão fomos dos primeiros a chegar. Aí a gente olhou para tudo aquilo, olhou um para o outro... Ela era de família árabe. O pai dela foi super simpático com a gente, perguntou se a gente queria vinho... E a gente olhava para a mesa... “Como a gente vai fazer?”. A gente não fazia a mínima idéia! Tinham vários talheres, várias coisas, e aquilo para mim era completamente desconhecido. Eu virei para o meu irmão e falei: “espera alguém manusear esses bichos aí e a gente vê o que faz, ou então a gente come do nosso jeito e acabou!”. E foi engraçado, porque ficamos observando algumas pessoas mexerem, depois pegamos do nosso jeito, vendo o que dava para fazer... Não sei se chamou a atenção. Acho que nem chamou. Eu fiquei um pouco assim... Foi como uma festa de quinze anos. Acho que ela estava fazendo dezoito. Tinha uma conotação de debutante, tanto que lá num certo momento ela começou a tocar piano numa sala, fazendo uma exibição. Pensei: “gente, onde é que eu estou?”. Isso é uma coisa típica da formação da mulher numa certa faixa social. Francês, piano, essas coisas...

Então não tinha muito trânsito ali, entre visões de mundo, entre experiências cotidianas; as pessoas falavam coisas aqui no instituto, nas conversas, para mim, que chegava assim como voltava. Eu não tinha o que dizer... Não tinha muito o que falar a respeito. As minhas experiências não cabiam muito ali. Quem iria entender o cotidiano de uma pessoa que estava estudando e estava em busca de trabalho, que já tinha trabalhado? Como entra essa experiência dentro de um grupo? Não dava liga.

Samir – Nesse primeiro ano você já começou a participar da política estudantil?

Nesse primeiro ano ainda não participava do movimento estudantil diretamente... As eleições para o CA aconteciam perto do mês de maio. Estava acontecendo um momento novo aqui, na época... Tem um monte de coisa aí, tem história que não acaba mais...

Estando no primeiro ano a gente é convidado a participar de todas as lutas que acontecem na instituição, mesmo sem saber da história. A gente acaba sendo arrebanhado... Nós participamos de uma série de assembléias na época, e a discussão central era a constituição do Centro Acadêmico enquanto entidade jurídica. O CA já existia, desde a origem do Instituto ele tinha presença nas lutas, nas bandeiras do movimento estudantil. Só que a preocupação era legalizar o Centro Acadêmico. Foi trazido o estatuto do CA de Direito como texto base, sobre o qual a assembléia discutia. O grupo que estava no CA preocupava-se com esse trabalho. Eram várias assembléias para discutir isso, que acabavam resvalando na Clínica. Já era dessa época a discussão sobre a supervisão da disciplina Métodos, coisa que a gente não sabia muito bem o que era, mas já ouvia.

A Psicologia tinha um grupo político que já estava há muito no Centro Acadêmico sem que houvesse disputa entre chapas. Entramos aqui e encontramos esse grupo, que era herdeiro de um outro grupo, herdeiro de um outro... Não sei precisar por quantos anos isso já tinha acontecido, mas poderia dizer que mais ou menos desde uns quatro ou cinco anos anteriores o que aconteceu foi uma composição ampla que dava numa chapa única. Então a Psicologia havia muito não tinha uma eleição de CA com disputa. Falava-se de um período aqui quando aconteceu uma disputa entre duas chapas, uma disputa bem grande, ferrenha, mas isso já tinha sido há muito tempo, era quase que mítico. E a referência a essa disputa era algo sempre negativo. Havia uma valorização em se formar um grupo único. Viam com muito maus olhos a existência de duas ou três correntes disputando.

Sabia-se que nem todos os alunos que compunham a gestão pensavam da mesma maneira, tinham a mesma tendência política, mas havia essa tradição de compor o chapão. Isso, na minha opinião, tinha relação com o grupo pequeno de alunos do IPUSP. São setenta ingressantes por ano e vai diminuindo ao longo do curso. Fora isso, a gente se divide em disciplinas; pode estar fazendo disciplinas de um ano e de anos anteriores ou posteriores. Já na época que eu peguei você não conseguia dizer de que ano era. Até conseguia, mas não era uma coisa que noventa por cento dizia. Havia um grupo que se mantinha. Eu fiz parte até desse grupo, mas levei DPs comigo; era uma coisa que tendia a se diluir. Já não foi um grupo coeso desde o primeiro ano, mas nos anos seguintes dividiu-se ainda mais. Depois a gente discutiu isso, debateu com o CA sobre a dificuldade de arregimentar os alunos, trouxe-os para o debate, levá-los à participação. Havia um certo marasmo, uma certa apatia, que já era detectada nos alunos, e em particular nos alunos da Psicologia.

Então quando a gente chegou já havia um grupo que herdou o Centro Acadêmico de outros grupos únicos, já há alguns anos. Eles localizavam o ano da disputa uns cinco, seis anos atrás. Era 86, então a disputa deve ter sido entre 80 e 81, quando havia dois alunos aqui muito representativos de certas posições políticas, e disputaram o Centro Acadêmico, provocando uma divisão e um debate muito grande. Uma dessas pessoas tinha inclusive ligação com essa gestão; não fazia parte dela, mas era um de seus mentores. O nome dele era Armando, e ele tinha participado daquela disputa, a disputa “mítica” com o outro, que era o Rubens. Esse Rubens não estava mais aqui; quando eu o vi foi num debate ou noutro, quando me apontaram: “esse é o Rubens, daquela época”... O Armando não; acho que estava no quinto ano. Teve anos de atuação no CA. Era uma espécie de referência para todo esse período anterior. As pessoas o reconheciam, e ele assumia também o Centro Acadêmico como algo dele, nesse sentido de se reconhecer nas questões do CA... O Armando não era da gestão, mas estava embrenhado nessas questões, acompanhando com muito interesse a legalização do Centro Acadêmico.

Eu lembro de alguns elementos desse debate. Era trabalho político contra trabalho institucional: “a formalização não era um trabalho político; a entidade deveria ser reconhecida pelo trabalho político e não deveria buscar a formalização”. Todo esse debate que aconteceu ao longo desses anos era justamente o formato empresa do Centro Acadêmico, que ele acabou adquirindo. Naquele primeiro momento era importante ser uma entidade jurídica, até para levar certos projetos.

Começava a ver as coisas, conhecer a faculdade, a Universidade. Participava de todas as assembléias e discussões, mas como não conhecia as pessoas, as formas como as coisas eram encaminhadas, resolvi só acompanhar. Até porque, como eu falei, estava num terreno muito novo e adverso. Adverso nesse sentido das relações; um cotidiano dos alunos diferente do meu...

Chegamos no segundo ano e parte da minha sala se organizou através de uma aluna, que veio a exercer depois forte presença não só na Psicologia como no DCE. Chamava Mariana. Ela levantou algumas questões em relação à gestão que estava no poder. Discutindo com outros colegas, foi formando uma chapa de contestação. Eu fui convidado para essa chapa, composta predominantemente de pessoas da minha turma. A Mariana dizia que a forma de decisão de muitas coisas por parte do CA se dava às expensas das outras salas. Havia um grupo que pensava e decidia e outros que acompanhavam; não se atingia o cotidiano de todos os alunos; certas questões que deviam ser tocadas pelo Centro Acadêmico não eram tocadas; o CA era muito local; quando a gente queria saber o que estava acontecendo na Universidade eles não sabiam dizer, porque não iam, por exemplo, nos Conselhos de Centros Acadêmicos. Eles se recusavam a ir; defendiam que toda a atuação devia ser dentro do Instituto. Se concentravam nas coisas do próprio IPUSP, mais particularmente ligadas aos últimos anos.

É uma coisa ambígua para mim, porque essas pessoas nos receberam bem. Eu tinha amizade com algumas delas, que eram ligadas ao Armando e às pessoas dos últimos anos. Naquela época isso existia, mas eu não sei se está presente hoje. Os alunos de quarto e quinto exercem poder sobre os de primeiro e segundo. O lugar que ocupam em relação aos que entram é assimétrico.

Então tudo isso foi sendo discutido e, em que pese a minha relação de amizade com algumas pessoas, eu ingressei nisso que levou à formação de uma chapa e provocou uma celeuma, porque a Mariana estabeleceu um programa muito claro de oposição. As pessoas que estavam no Centro Acadêmico estavam cansadas; não queriam mais esse trabalho. Já tinham tocado coisas nos anos anteriores e queriam passar adiante. Só que aconteceu um conflito na cabeça de todo mundo. Eles queriam passar adiante, num chapão de novo, numa composição única; queriam alguém que fosse filho, e não alguém que fosse... intruso. Quem se afigurava ali para ocupar esse espaço? Um grupo de oposição... Isso provocou uma reação terrível por parte deles. As pessoas de terceiro, quarto e quinto anos se arregimentaram para formar uma chapa. Eles não queriam um grupo com esse discurso. Antes esgotaram todas as vias de negociação. Vieram e chamaram a gente, um por um. As pessoas da gestão e próximas a ela, inclusive o Armando. Eu conversei com ele e mais alguém.

A Mariana tinha uma personalidade difícil; ela exercia uma liderança, sem dúvida. Mas, apesar das idéias estarem corretas, a forma dela expressar isso acabava desencadeando uma reação. Não estou defendendo uma transição harmoniosa; havia ali um debate de idéias. Mas acredito que a Mariana polarizou isso pela maneira dela fazer a crítica. Então as pessoas vinham e jogavam muito nela: “Você não acha que a Mariana está sendo expressão de algo estranho dentro do Instituto? Ela exerce uma influência complicada; vocês não acham que estão sendo manipulados por ela? As pessoas do Instituto nunca foram assim; nós sempre discutimos, chegamos a uma plataforma única. Faz muito tempo que a gente não tem uma disputa em chapas, o que é bem desgastante”. Eles vieram conversar com cada uma das pessoas da chapa nesse sentido, interpelando a Mariana como se ela tivesse manipulado todo mundo. E recolocando a maneira contida de fazer as coisas em termos de gestão, que era fazer uma chapa única, um consenso fabricado para tocar as coisas adiante.

E as pessoas disseram não a essa idéia de fazer chapão. Todo mundo do grupo disse não a isso. Até porque isso soou muito ruim; nós fomos chamados um por um. O Armando não era da gestão, mas a gente viu que ele era uma espécie de pai daquilo; ele tomava aquilo como se fosse coisa dele, coisa que ele tinha responsabilidade e que deveria cuidar para a posteridade.

Essa gestão teve realizações; ninguém deixou de reconhecer. É que as pessoas fazem as coisas e acham que isso é motivo de reconhecimento eterno. Não é por aí que a crítica se faz; é em cima de planos, de formas de encaminhar as ações políticas. Mas as pessoas se

sentiam muito ofendidas pelo fato de ter oposição. Trabalho existia, mas faltava organizar os estudantes para questões maiores, que diziam respeito ao Instituto mas que estavam ligadas a coisas fora daqui; e existem coisas cotidianas que afetam os estudantes dos primeiros anos.

Depois que eles esgotaram essas vias de “negociação” conosco, e que viram que não íamos abandonar o discurso de oposição, finalmente montaram uma chapa de situação. Mesmo a desgosto de muitos que queriam deixar porque já estavam desgastados. Então foi um momento de debate intenso, de campanha política. Imagina, era uma coisa que, segundo as pessoas da época, nunca tinha acontecido. Disputa entre duas chapas havia acontecido cinco, seis anos antes... Na visão deles era uma coisa ruim. Localizaram no nosso grupo toda a situação de desgaste... Que houve desgaste houve, mas acho que se revelou também toda essa forja de sempre criar um chapão. Isso tudo movimentou o Instituto como não se tinha visto nos anos anteriores. Segundo as pessoas dos anos anteriores, provocou uma revolução aqui dentro, de você discutir no corredor. Teve debates com duas chapas... Num primeiro só tínhamos nós, e fizemos reuniões abertas para discutir propostas; vieram várias pessoas, inclusive dessas gestões anteriores, recolocando suas bandeiras. Depois a outra chapa se formou e houve debate com as duas. Havia campanha, cartazes, panfletagem, disputa voto a voto... No final das contas eles ganharam com uma margem pequena, coisa de vinte votos... Foi desgastante. Eles sentiram isso. Já se colocou um discurso de oposição, um debate.

Por um lado eu queria participar, e por outro ficava avaliando: será que é muito precoce no primeiro ano, no segundo? Concordava com várias posições da Mariana, mas não totalmente. Em sua essência, sim. Talvez com o colorido e a forma, não. A Mariana foi uma liderança, tinha uma legitimidade muito grande em relação às idéias que defendia. Muitas pessoas desse grupo que formou a chapa tinham uma visão obreira do Centro Acadêmico. Como eu te falei, havia pessoas muito diferentes do meu percurso. Essas pessoas não tinham um trabalho político, uma experiência política anterior; não tinham preocupação em relação a essas questões gerais da Universidade. Depois que acabou a eleição, essas pessoas debandaram. Não havia um reconhecimento delas daquilo que foi a plataforma de gestão, as propostas dessa chapa. Tinha muito mais uma coisa prática, obreira, em termos de centro acadêmico, do que propriamente reflexiva. Isso a Mariana tinha, mas o resto não. Eu tinha por conta de conhecer essas coisas no colegial.

A Mariana fez parte depois da primeira gestão que rompeu com anos e anos de domínio do PC do B na universidade. A gestão ligada ao Partido dos trabalhadores ganhou a eleição para o DCE em 87 se eu não estou enganado. A Mariana fez parte desse grupo

Eu cheguei a ir em algumas coisas do DCE na época. Esse grupo que ganhou as eleições no DCE, ligado ao PT, era muito bom. Cheguei a ir em um CCA e conheci o Gilberto da Física, que era diretor do DCE. Um quadro, uma pessoa que conduzia as assembléias de maneira muito boa; uma pessoa com qualidade de discussão. Uma pessoa inteligente; eu fiquei muito espantado com isso. Uma pessoa fantástica. E ali no meio dos

abutres... Nem lembro os termos do debate. Era época de eleição, então estava se discutindo justamente composição de comissão eleitoral... Cada absurdo, cada coisa absurda em termos de disputa de poder! E ele mostrando uma qualidade muito grande.

A Mariana ingressou na segunda gestão que esse grupo se manteve. O Gilberto como diretor geral e ela como uma das diretoras. E essa eleição do DCE foi muito boa; eu acompanhei o trabalho dessa gestão na época. Eles fizeram um monte de coisas aqui dentro; a Mariana trabalhou no DCE como ninguém. Ela tocava, entre outras coisas, o boletim do DCE; havia um boletim periódico e de qualidade, coisa que não havia antes. Os Conselhos de Centros Acadêmicos, todos eles foram chamados para debater tudo que fosse importante para a universidade. As outras gestões nem sempre chamavam o CCA. Às vezes os centros acadêmicos é que tinham de chamar. O DCE assumiu um trabalho político com os centros acadêmicos, investindo nos CCAs. Nessa época, foram realizados festivais de música universitária, e a gestão esteve presente nisso. Aconteceu um monte de coisas aqui. O DCE trabalhou muito. Coisa que não tinha acontecido na gestão anterior. Inclusive havia denúncias de corrupção, de roubo na entidade. Havia uma figura já nefasta na época, que estava há anos no DCE, ligado ao PC do B, e que teri a dilapidado e acabado com a entidade. Esse grupo, vencendo a eleição, deu uma virada.

A Mariana estava mais para o DCE do que para outra coisa; vinha no Instituto algumas vezes. Fez um belíssimo trabalho lá. Depois a gente foi ver outras gestões ligadas ao PT, de colegas nossos, que não tiveram a mesma implicação. Ela vivia por aquilo ali. Eu não estou dizendo que todo mundo tenha que viver por isso, mas ela fez um trabalho muito sério. Isso foi importante até para convidar o Centro Acadêmico da Psicologia a participar das atividades gerais.

*

Tem uma coisa importante aí, no final de 87, comecinho de 88. Recebi um toque de colegas, com quem eu havia trabalhado, para organizar uma livraria durante as férias. Fiquei apenas um mês porque o projeto não foi até o final. Nesse período surgiu a possibilidade de ir ao ENEP⁸¹. Algumas colegas de turma iam e me chamaram. Já tinha havido um ENEP em 86, em Olinda, mas eu não fui. Não sabia nem o que era ENEP direito... Peguei e fui. Fui para espairer, para curtir as férias. Eu vi os debates acontecendo, vi pessoas. Meu primeiro ENEP. Fantástico!

Nós conhecemos pessoas de todo o Brasil. Foi aquela festa! Conheci a realidade de outros cursos. E uma acolhida entre as pessoas como eu nunca tinha visto. Em relação àquilo que eu vi no primeiro ano de faculdade e continuei vendo no segundo, encontrei uma coisa completamente diferente. Uma acolhida, uma coesão... É claro que você tem todos esses

⁸¹ Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia.

elementos de grupo, que você está ali achando tudo lindo, tudo maravilhoso. Mas a experiência foi importante. É um lugar onde se estabelece um contato, um reconhecimento, uma identificação com o outro, que é muito rápido. Ali eu senti assim... amizade. Conheci pessoas de todo lugar do Brasil, fiz amizades que até hoje tenho. Fizemos um grupo com pessoas de Recife, de Olinda, João Pessoa. O pessoal do Rio Grande do Sul, muito gente boa...

Achei a experiência de ter ido no ENEP muito boa. Acompanhei os debates, assembleias; participei também de alguns eventos. Para mim era muito mais um momento de férias do que de atuação política; não participei tanto como poderia.

Depois do ENEP eu passei a ver as coisas de maneira nova. Isso tinha se quebrado para mim no primeiro ano de faculdade, ao ver pessoas de um universo bem diferente. Com o segundo ano, através dessa discussão em torno do CA, vi uma outra possibilidade; já estava no segundo ano, recebi os calouros; já tinha uma outra posição dentro do Instituto, em que pesem essas adversidades. Mesmo não me reconhecendo ainda com os meus colegas, havia pelo menos uma identidade mínima em relação às idéias de Centro Acadêmico. Tinha algumas ressalvas em relação à Mariana pela forma com que ela se dirigia às pessoas, mas as idéias eram pertinentes. Certas pessoas que estavam conosco na chapa não eram ligadas a uma intenção política. Tanto é assim que elas se diluíram aí no processo de formação.

Quando fui para o ENEP vi a possibilidade de sair da apatia, do marasmo com que os alunos interagiam entre si e com o cotidiano da formação; vi que dava para fazer uma série de coisas, arregimentar as pessoas em torno das questões, sem que elas tivessem sacrifícios ou perdas de algo que poderiam fazer e não faziam por causa do movimento estudantil. No ENEP ficou muito para mim esse sentimento de solidariedade, de fraternidade. Isso mexeu muito comigo. Eu trouxe coisas boas desse ENEP em todos os sentidos. Para mim, enquanto pessoa, das questões que eu tinha aqui, dos primeiros anos; uma esperança em relação à psicologia, uma esperança em relação aos estudantes de psicologia. Eu vim revigorado. Aí comecei a ver claramente que certos ranços, certas coisas que a gente via aqui nos estudantes de psicologia eram particulares do Instituto. Foi muito importante ver esse contraponto.

*

Voltando para cá, com o início do terceiro ano, aconteceu uma outra coisa nova. Já tinha isso tudo: a campanha acirrada pelo CA e a retomada de atividades políticas ligadas ao CA. Somando-se a isso teve a entrada de um grupo diferente de alunos em 88, quando eu já estava começando o meu terceiro ano de faculdade.

Ah, estou esquecendo uma coisa importante! O Mário fez parte dessa chapa com a Mariana... Ele entrou em 87, quando eu estava no meu segundo ano; ele já trazia uma experiência e uma história política da participação dele no movimento sindical dos bancários. Ele e a Mariana participaram comigo dessa chapa. Eu ia acabar esquecendo isso, que é fundamental.

Ele também tinha um discurso que contestava as formas de tocar as coisas aqui no CA, baseadas numa relação de apatia. Eles diziam o seguinte: “não adianta fazer nada disso que vocês estão falando, porque as pessoas não vêm, não participam; isso não mobiliza o estudante de psicologia; o que mobiliza os estudantes de psicologia são as questões da psicologia; nesse movimento geral as pessoas não estão interessadas”. Havia uma avaliação de que os estudantes de psicologia não estavam interessados nessas questões gerais, e que se interessavam apenas por questões locais. É claro que havia aí a produção, na própria maneira de fazer as coisas, disso mesmo. Já se fazia todo um encaminhamento para que o estudante de psicologia se restringisse à psicologia e não se voltasse às questões gerais. Aquilo que eles apontavam, na verdade, já era o reflexo daquilo que faziam. O que é muito comum em qualquer coisa. Você inverte, e essa inversão fica naturalizada. Esse discurso de apatia não pode ser a referência; precisamos criar espaços novos. O Mário entrou nesse debate, participou dessa campanha sendo uma referência.

Assim como a Mariana, o Mário também fez parte das gestões do DCE.

Nessa época eu tinha um ideário político fortemente marcado pelo anarquismo. Olha só... Na livraria já tinha lido bastante sobre o assunto, e muito do que a chapa propunha ia nessa vertente. A idéia era criar espaços de discussão, incentivar outras iniciativas que os alunos tivessem, fomentar essa autogestão. Tudo isso ia na linha do anarquismo, dessa idéia de ter formas próprias de organização, de criar e fomentar isso, de ir contra qualquer forma de poder instituída. Isso era meu ideário político na época. Questionar o poder seja de onde ele viesse: qualquer coisa que for mais enquadrada, que se quebre. Coisa bem típica do anarquismo.

Tudo isso ficou posto: a campanha dessa chapa, a minha ida ao ENEP e a entrada de um novo grupo em 88.

Talvez outras pessoas não concordem com o que eu vou dizer. O grupo de 88 deu um fôlego novo à vida do Instituto. Aquilo que estava sendo debatido em 88 com a organização dos estudantes de psicologia, a partir da campanha do CA do ano anterior, mais todo esse momento político novo de DCE e tudo o mais, fez com que esses alunos tivessem um convite à criação de novos espaços que eles pudessem ocupar. E eles ocuparam. A gente começou a chamar os alunos para poderem participar; tivemos reuniões com os alunos, eu falei do ENEP, da importância e do espaço de encontro que se desenrolava ali. Houve investimento

nos alunos que entraram. Na época o Mário era aluno do segundo e chamou as pessoas do ano dele. Eu chamei as pessoas do terceiro. Já tínhamos um trânsito. Com as pessoas do quarto e quinto ano era difícil, pois havia predominância do grupo anterior.

Nos aproximamos dos alunos propondo atividades, ações que não eram propostas. Ir para o ENEP, por exemplo, não recebia a atenção devida do CA. Isso e a participação do CA no DCE, nas questões gerais da Universidade. Discuti com os alunos a possibilidade de irmos para o ENEP. Ele ia acontecer em julho de 88, em Belo Horizonte. Nós nos organizamos para levar as pessoas. Não foi só o ENEP. Várias coisas foram sendo discutidas, inclusive o Centro Acadêmico.

Acho que esse grupo que entrou em 88 tinha uma história particular. Boa parte de seus membros tinha a preocupação de participar mais ativamente da vida acadêmica, da Universidade. Não era uma coisa tão segmentada, elitista, como senti na minha turma. Era um grupo mais participativo, que discutia também as coisas da Universidade, além das coisas pessoais. Ou que não tomava o cotidiano da Universidade como coisa pessoal, particular, mas como algo ligado a um movimento mais amplo. Daí surgiu um grupo para ir ao ENEP e de composição de uma nova chapa para o CA.

Eu estava trabalhando, então nem sempre podia participar das reuniões. Inclusive essas reuniões com pessoas que queriam discutir o CA era o Mário quem estava chamando mais.

Daquele grupo da outra chapa quem ficou foi eu e o Mário. A Mariana foi para o DCE. Na nova chapa que surgiu então estavam: eu, o Mário, e as pessoas do primeiro ano: Marcelão, Luís Santista, Ernesto, Sandro, Patrícia Villas Boas... Tinha alguma pessoa do quarto ou quinto ano que entrou... O Fábio Salgado. No total eram dezesseis pessoas para você ter idéia... O nome da chapa acabou ficando aquele que o Fábio Salgado sugeriu, apesar de eu achar... Foi “Ponto de Mutação”, por causa do livro do Capra, por causa da mudança...

Só que nesse momento, em meados de 88, nós tivemos, além de toda essa discussão sendo feita, a gestão anterior já não agüentava mais das pernas. Eles se aproximaram da gente, discutiram algumas coisas, mas disseram: “vai ficar com vocês”. Não fizeram mais objeção a isso; não fizeram mais outra chapa. O debate que vinha acontecendo para uma nova gestão de Centro Acadêmico não teve mais um discurso de oposição tão contundente quanto antes, já que não havia mais o outro grupo. Mas fazia clara oposição àquilo que existia. E o grupo anterior resolveu se retirar. Parte da sustentação desse grupo, que era o pessoal que me recebeu, que estava no quarto ano, também não quis mais saber de CA. Há essa separação mesmo dentro do curso. É difícil quarto, quinto ano tocarem coisas do Centro Acadêmico. As coisas foram caminhando para uma chapa única novamente, já que a situação resolveu passar as coisas adiante.

Houve então a eleição. Fiquei sendo o diretor geral. Fizemos aquela divisão prevista no estatuto: imprensa, secretaria geral, finanças... A gente procurou seguir isso. Nós defendemos em nossa carta programa uma série de propostas, discutidas e tudo mais, que a gente buscou implementar. A criação de um jornalzinho que pudesse ser um canal efetivo de comunicação com os alunos. O jornal passou a existir, coisa que não havia antes. Ele foi o protótipo do BOCA(Boletim do Centro Acadêmico). Buscamos transformar esse instrumento num canal de organização dos estudantes. Era dessa época uma seção do jornalzinho que era o Malho, onde as pessoas colocavam coisas do cotidiano do Instituto: uma coisa que alguém disse de besteira aqui, uma coisa que alguém fez de besteira ali... Isso ia para a seção Malho, que fazia um sucesso danado. O jornalzinho era um fórum de debate, nem que fosse também pela brincadeira, pelo deboche.

Algumas coisas passaram efetivamente a acontecer. Nós procuramos o Instituto para que ele ajudasse a bancar a ida ao ENEP. Depois que a gente assumiu o CA é que vimos o tamanho da encrenca. Não é à toa que o grupo anterior queria passar a bola. Existia, e existe até hoje, uma carga burocrática terrível, grande, e extremamente penosa de ser feita. A gente procurava encaminhar as decisões, aí conversava com as instâncias do Instituto e eles falavam: “queremos ofício”. Tudo aqui tem que ser por ofício. Isso foi um aprendizado para mim: “ofício? O que é ofício? Nós não estamos combinando?”. Tudo que era solicitação ou conversa tinha que ser colocado por escrito através de ofícios. Olha, nunca escrevi tanto ofício como nessa época. Era muito chato: “viemos, por meio desta, solicitar ao Instituto de Psicologia...”. Mandava lá e ficava esperando a resposta... A gente teve vigor e energia para isso; ia lá: “E aí? E o nosso ofício? E a resposta?”. Eles nos cansavam. Pediam ofício e ficavam enrolando...

Toda discussão feita antes derivou em propostas para a gestão: jornalzinho, ENEP, ampliação do espaço físico do CA... Pedíamos um outro espaço para ter cursos, atividades, festas... Trazer pessoas para falar de temas, de conteúdos que nós não tínhamos na formação, como psicologia hospitalar, como acontecia nas gestões anteriores. Uma pessoa para falar de psicologia organizacional. Queríamos também um espaço à tarde para que alguns professores pudessem falar de sua história. Nós tínhamos essa proposta, de trazer professores numa espécie de café acadêmico para falarem um pouco de suas histórias de vida. Mas era preciso ampliar o espaço. Nós lutamos, porque havia um bloco ali, do lado da Clínica, que estava abandonado, o chamado Centrão. Estava cheio de entulho; um galpão ligado à Clínica. Pedimos esse espaço e foi uma luta, porque para tudo aquilo que reivindicamos o Instituto pediu um projeto. Para você ter idéia, quem tinha acabado de assumir como diretora era a Zélia. Quando a gente começou, era o Arrigo, que estava terminando a gestão.

Era um momento importante. Com a passagem do Arrigo para a Zélia, voltou a discussão sobre a escolha direta para diretor. A forma de escolha era a votação na

Congregação, onde nós tínhamos um representante. Inclusive uma coisa que a gente debateu muito com a outra gestão era a ampliação da representação discente. Era uma bandeira do movimento estudantil dentro da Universidade: a paridade nos órgãos colegiados. Eles diziam que tínhamos que investir na qualidade do representante e não na quantidade; queriam investir naquele que está lá, não em ampliar. Ninguém discorda disso, mas queríamos a ampliação dessa representação.

Lembrei de mais uma coisa que aconteceu em 88.

Além de tudo isso, acontecia nesse ano a estatuinte da USP. Eu não lembro a data, mas antes dela tivemos um Congresso da USP. Se não estou enganado foi o III Congresso da USP, organizado pelo sindicato dos funcionários - que ainda não era SINTUSP⁸² -, pela ADUSP e pelo DCE. Nesse Congresso, todas as discussões se deram em comissões paritárias. O objetivo dele era debater o estatuto da USP, já que haveria estatuinte. Ele tirou um projeto de estatuto. Ali o debate foi esse da paridade. Alguns defendiam a paridade. Ou seja, que em cada um dos órgãos de decisão da Universidade você teria um terço de alunos, um terço de funcionários e um terço de professores. Alguns defendiam ter cinquenta por cento de professores, vinte e cinco por cento de alunos e vinte e cinco de funcionários, com o argumento de que os professores eram, desses três segmentos, aquele que mantinha o trabalho acadêmico, a vida universitária. Você reconhecia aí que o professor deveria estar incumbido das questões administrativas. Havia uma ligação muito grande entre mérito acadêmico e poder. Essa visão era tão forte entre os próprios professores que a maioria defendia isso. Como é até hoje. Essa proposta passou, ainda que pese que muitos defenderam a paridade. Então esse processo de sucessão de reitores e diretores ficou nos órgãos colegiados, com base nessa proporcionalidade. Diretor do Instituto só poderia ser quem fosse professor titular. Isso prevaleceu. Chefes de departamento tinham que ter a titulação de livre-docente ou de titular. Dentro desse documento defendeu-se a idéia de que pudessem ser doutores ou mesmo mestres. Isso prevaleceu na USP. Então tem toda essa ligação entre mérito e poder. Dentro dessa proposta de estatuto, defendeu-se a mudança dessas coisas.

A bandeira que se tinha na estatuinte era a defesa do voto aberto e nominal para garantir que o projeto de estatuto gerado no Congresso fosse aprovado. Ele seria defendido pelos representantes dos alunos, dos funcionários e pelos professores ligados à ADUSP, dentro da estatuinte, formada basicamente pelo CO⁸³. Com voto secreto, essas propostas dificilmente seriam aprovadas. Foi nessa época que houve uma invasão do CO. Foram chamados os centros acadêmicos através do DCE para um ato na Reitoria, no dia de abertura dos trabalhos da estatuinte, em que se votaria o voto aberto e nominal. Ali ficamos durante quase todo o dia. Nós, pessoas de outros cursos, o pessoal que veio do CAASO, de

⁸² Sindicato dos Trabalhadores da USP.

⁸³ Conselho Universitário da USP.

São Carlos, de outros campi da USP, do interior. Fizeram manifestação aqui maciça, principalmente de manhã. De manhã essa questão não foi votada. Mas logo no início da tarde foi. Os representantes discentes que lá estavam ficavam dando informações para nós; avisaram que o voto aberto e nominal não passou. Isso foi um duro golpe, porque a gente sabia que com isso todo aquele esforço, aquele trabalho do Congresso da USP, iria ficar comprometido. Resultado: as pessoas decidiram pela invasão; criou-se todo um clima de “vamos invadir”. Uns defenderam que não, outros que sim... Nós invadimos o CO, forçamos as portas e entramos. Foi um acontecimento.

Eu participei da invasão. A gente entrou lá, foi um mal-estar. Parecia o senado romano... A gente leu inclusive antes que - pasmem - havia no CO um representante dos empresários da cidade de São Paulo e um representante dos empresários do comércio... Aquelas coisas que você não consegue imaginar que possam fazer parte de um CO. Como essa pessoa é escolhida para estar lá? Então eu vi senhores velhinhos lá na frente do CO... Era um auditório grande... Fiquei sabendo depois que a Zélia até passou mal com a invasão, se retirou. Soube disso porque procurei o nome das pessoas nas cadeirinhas e vi que ela não estava mais lá. Aí os alunos foram, ocuparam a mesa. Os membros do CO foram se retirando. Aí o Gilberto da Física foi lá, tomou a palavra, disse que os estudantes estavam ocupando por entenderem que não se estava considerando toda uma discussão democrática levada pela universidade. As pessoas ficaram ali por um bom tempo. Depois houve uma retirada; não se chegou a ficar lá. Foi uma invasão simbólica. Eu peguei a plaquinha da Zélia - era diretora do Instituto, coitada - e levei comigo.

A estatuinte seguiu depois disso. Tiveram propostas do Congresso da USP que foram acatadas, mas a parte mais transformadora, que seria esse reequacionamento da porcentagem com que cada segmento ocupava os órgãos, não mudou.

Essa plaquinha que peguei, do diretor do Instituto no Conselho Universitário, disse para as pessoas que seria um símbolo da luta pelas eleições diretas para diretor na Psicologia. Já estávamos eleitos como gestão; colocamos a plaquinha dentro de um armário do Centro Acadêmico: “o dia em que nós conseguirmos eleger um diretor do instituto pela via direta, nós entregaremos essa placa”. Mas assim como acontecia com várias coisas dentro do CA, levaram. A gente tinha suspeitas do que poderia estar acontecendo, mas não tinha fatos para dizer nada. As coisas sumiam facilmente. Roubo. Poucas pessoas tinham acesso à chave. Acho que caiu no ouvido de alguém, daí pegaram a placa. Eu fiquei muito louco da vida por isso.

Estou localizando as coisas no tempo. A estatuinte foi na virada do segundo semestre de 88. Nós já tínhamos levado as pessoas para o ENEP em Belo Horizonte. Fomos em 33 pessoas. Conseguimos que o Instituto pagasse as inscrições e as passagens, mas eles nos

enrolaram até o último momento. Participamos do ENEP, dos debates; o Mário participou, eu participei. No final do ENEP se formou a chapa para a Executiva Nacional, e aí eu vi um debate político acirrado: a disputa de poder dentro do movimento estudantil, dentro da psicologia. Foi defendido o meu nome; o Mário falou, defendeu que a gente ocupasse aquele espaço.

Eu conhecia pouco esses grupos políticos; fiquei conhecendo mais nessa época. Eram pequenos partidos dentro do PT. Aquilo que hoje se chama tendência. Mas eram partidos mesmo. Havia o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), que tinha ali alguns expoentes; tinham outras siglas que eu não me recordo agora, mas que tinham também um debate sobre o marxismo. Esse debate acontecia em algumas instâncias... Esses grupos tinham seus representantes e havia disputa de espaço nessas entidades.

Conversando com o Mário, decidimos ter alguém na Executiva Nacional da Psicologia da USP, pela sua importância nacional. E fomos numa caravana grande. Meu nome foi aceito, pois todos reconheciam esses argumentos. O resto dos nomes ficou sendo debatido. Foi formado um chapão em uma discussão com grupos ligados ao PT. Houve polêmica em torno de uma pessoa indicada pela futura diretora geral; disseram que havia sido escolhido apenas porque fazia parte do grupo dela. Depois do debate, no final das contas, ele acabou ingressando. Era essa chapa contra a do PC do B. O voto era por delegado, não universal. Havia delegados em função do número de alunos da escola; a entidade organiza uma eleição de delegados para o ENEP, levando a ata... Fomos eleitos, e desde então comecei a fazer parte da Executiva Nacional como segundo tesoureiro. Havia predominantemente pessoas de Belo Horizonte, grupo mais forte na época, além de ter sido lá o próprio ENEP.

Estou me localizando no tempo agora. A Zélia já tinha sido escolhida diretora. Isso foi no primeiro semestre. Participamos até de um barulhão na Congregação para que não acontecesse a eleição. Uma das vezes nós conseguimos. A gente queria que houvesse respeito à consulta que fizemos no Instituto; queríamos que houvesse um debate, uma escolha direta. Conseguimos isso uma vez, mas na segunda não teve jeito. Nosso representante foi lá, fez declaração de voto em prol da eleição direta, mas o que passou foi a escolha da Zélia como diretora.

Então nossa gestão teve como interlocutora - como interlocutora... -, como diretora a Zélia. Foi um período tenso, de muitas disputas, de muitas brigas... Mas nós conseguimos muitas coisas. Tínhamos projetos para tudo: pra usar computador, linha telefônica... Nós fizemos projetos justificando tudo. Passamos para eles e ficamos cobrando. Aos poucos a gente foi sendo atendido.

É que tem muita coisa em 88... É difícil localizar no tempo a sucessão exata: entrada de um novo grupo, sucessão da diretoria da Psicologia, ENEP, ingresso no CA, Congresso da USP, estatuinte, invasão da Reitoria... Isso tudo em 88. No segundo semestre aconteceu a greve das universidades públicas paulistas, que durou 70, 80 dias, de meados de setembro a início de dezembro. É outro acontecimento desse ano que tomou todas as nossas preocupações, nosso cotidiano. Tínhamos também as eleições para prefeito de São Paulo.

Na época, o governador era o Quéricia. Todo o movimento grevista discutia a mudança do gatilho salarial. Essa porcentagem para acionar o gatilho era lá na frente, e o movimento queria a reposição das perdas salariais a partir de um patamar mais baixo. Fora o sucateamento do salário. Havia um arrocho salarial intenso, e esse gatilho só fazia a coisa piorar. Nós tínhamos o Quéricia como governador e o Sarney como presidente. O José Goldenberg como reitor da Universidade, e o diretor da COSEAS era o Wanderley Messias da Costa. Nas manifestações, a palavra de ordem era: “fora Sarney, Goldenberg e Wanderley”. Eram os três asseclas na época, que acabavam com a universidade.

Então tinha todo esse contexto. O Quéricia com uma política salarial dura, a proximidade das eleições... E ele tinha um candidato, o João Osvaldo Leiva. Estava colocando toda a máquina do Estado a serviço dele. A Erundina era a candidata do PT, que já tinha sido vice do Lula ou do Suplicy numa das eleições anteriores. Elogiaram muito o discurso dela: um discurso coerente, forte, de transformação social. Se eu não estou enganado, o Maluf também era candidato.

Tudo isso em 88. Só o mundo aconteceu. É difícil localizar os acontecimentos, a sucessão deles. É muita coisa.

*

Samir – Você fez parte de algum grupo político?

Não cheguei a fazer parte de nenhum grupo político. Na época em que comecei o curso tomei contato com os grupos que existiam; eram verdadeiros partidos dentro do nascente PT. Fora o PC do B, porque ele tem uma característica interessante; era um partido unificado, onde não existem várias linhas de pensamento – ou pelo menos a gente não reconhece isso. Tanto é assim que quando tinha debate no movimento estudantil tinham as várias tendências do PT e o PC do B, que não era uma coisa estratificada. Era o PC do B, a chamada Viração na época, o braço político do PC do B no movimento estudantil. Esse nome era o que provocava as reações mais avessas, porque tinha uma linha política diferente da do PT. E havia uma briga muito grande em relação à disputa dos espaços políticos no movimento estudantil. Era o PT com seus vários grupos e a Viração, do PC do B.

Tinha, dentro do PT: a Convergência Socialista, a LIBELU⁸⁴ que virou O Trabalho, outra corrente dentro do PT... Tinha a Articulação, um grupo mais ligado ao Lula... Tinha mais grupos; eu estou tentando lembrar os nomes... O trabalho era trotskista. Tinha o PCBR, oriundo daqueles grupos lá de trás, até da época do Lamarca... Eram vários grupos. É difícil te dizer.

Tomei contato com esses grupos, mas não tinha identidade com nenhum. O grupo que se formou para as eleições do CA não tinha ligação com grupos políticos. O Mário tinha ligação com a Articulação e a Mariana era mais ligada à corrente O Trabalho. Isso eu fui localizando no decorrer do tempo, não sabia de antemão. Éramos um grupo que estava discutindo movimento estudantil dentro do Instituto, dentro da Universidade. Eu não tinha conhecimento dessas coisas. Na continuidade disso, quando disputamos a eleição em 88 para o CA, tivemos mais proximidade com esses grupos. O DCE já tinha pessoas da Psicologia, então comecei a participar mais das reuniões lá, ir nos CCAs e ter uma ligação maior com outras pessoas dentro da Universidade, com nossos vizinhos, como a Odonto e a ECA. Tínhamos uma amizade forte com as pessoas que eram do mesmo grupo político.

A partir de 88, quando entramos no CA e passamos a participar desses fóruns mais amplos do movimento estudantil na Universidade, tivemos grande afinidade com a Articulação. O Mário e o Roberto da Física, do DCE, já tinham ligação com essa tendência. A gente se afinou muito em termos de visão política, de movimento estudantil, com a idéia de sair desse discurso mais carrancudo, que pregava a participação pela participação. Tínhamos em comum a idéia de chegar mais no cotidiano dos alunos, na formação. Era um discurso que procurava trazer também o aluno que não tinha preocupação tão direta com política. Era estabelecer uma ligação entre o movimento estudantil organizado e o cotidiano do aluno, coisa que não era considerada por várias tendências, cuja idéia era arrebanhar quadros que seriam a vanguarda do movimento e puxariam o restante das pessoas. Queríamos aproximar os alunos das questões políticas dentro do Instituto, da Universidade e do movimento social mais amplo, mas resgatando o cotidiano, tocando as questões mais diretas dele. Os outros grupos eram muitas vezes fechados; a discussão era feita sobre os teóricos, por incrível que pareça. Tem o seu lugar. Tinham uma leitura própria do marxismo: o grupo trotskista, o grupo stalinista... Eram grupos que pressupunham uma certa iniciação das pessoas. Era uma coisa muito mais segmentada e iniciática mesmo, vanguardista, do que algo que aproximasse os alunos do movimento estudantil. E a nossa idéia era justamente aproximar, ter um discurso que falasse ao cotidiano dos alunos, que trouxesse propostas concretas a respeito da formação, e que não ficasse simplesmente no “vamos derrubar o governo x, vamos levantar uma moção de repúdio ao imperialismo norte-americano na América Latina”. Tem o seu lugar, não desmereço a importância disso. Queríamos um discurso que fizesse isso, mas que retomasse toda a política que está ligada ao cotidiano do

⁸⁴ Liberdade e Luta.

aluno para que ele pudesse chegar lá na frente e entender que a política federal em relação à educação tem influência no seu cotidiano. Então a idéia era trazer mais as chamadas bases para o movimento estudantil organizado. Outros grupos tinham uma visão diferente, de que a vanguarda puxava a massa.

Lembrei de mais uma coisa de 88. Teve o Congresso do DCE; já era de 88 para 89. Foi uma briga, porque ele tinha como um dos principais objetivos discutir a estrutura, o estatuto do DCE. Você imagina o forrobodó! A idéia era fazer uma discussão ampla da entidade, discutir uma nova estrutura. Esse grupo com o qual o CA estava mais afinado pregava uma reestruturação da entidade para ampliar seu espectro de ação junto aos alunos, dentro de todo esse debate que falei.

Já éramos a diretoria eleita e o DCE estava organizando seu Congresso. Sempre houve esforço do DCE para se aproximar dos alunos, dos CAs. Vinha sempre, em todo CCA, uma pessoa do DCE em cada centro acadêmico entregar a convocatória. E não era só quando tinha uma crise. Era uma coisa séria, para de fato envolver; havia um trabalho político nos CCAs, que era um espaço abandonado, porque lá a gente via justamente as tendências. A entidade procurava compartilhar, não centralizar as decisões. Isso implicava fazer com que os CAs participassem.

Estávamos numa época terrível, muito próxima à greve de 88, e tocando várias coisas. Estavam acontecendo paralisações, atos, assembléias... Por outro lado, nós tínhamos feito aquele conjunto de propostas que falei. O Instituto solicitou aqueles projetos; havia uma grande quantidade de ofícios a serem feitos, coisa que para mim foi muito adversa fazer. Na época ainda era máquina de escrever. Era um saco isso! Você tem que reservar um tempo muito grande para uma série de coisas: reunião da diretoria, com o diretor do Instituto, com professores, com a reitoria, com Deus e o mundo! E ficar em cima. Enfim, tinha de tudo. Eleição para representantes discentes... Era um monte de coisas. Teve várias aulas no terceiro ano maravilhosas, disciplinas ótimas, que eu perdi por conta do CA.

Cada unidade precisava tirar um número delegados para o Congresso. Nós tínhamos direito a quatro. Ora, não estava sendo fácil fazer essa eleição! Tinha um monte de coisas, e a gente acabou não tendo o devido tempo para organizar isso. O Mário veio aqui um dia, conversando conosco lá no Centro Acadêmico. Estava eu, o Sandro e mais duas ou três pessoas, que ocuparam de fato o CA, entre aqueles dezesseis. A gente gastou um belo tempo discutindo se ia ou não expulsar as pessoas. Perdemos um tempo grande com essas coisas. Hoje fico vendo quanto foi absurdo; podia ter feito uma discussão, duas no máximo, e acabou. A gente ficava sempre lamentando quem não estava. De fato ficaram cinco, que sempre estiveram ali no Centro Acadêmico, topando perder aula, topando perder coisas, para poder fazer o CA avançar, construir alguma coisa.

O Mário, junto com o pessoal do DCE, estava organizando o Congresso. Ele veio discutir conosco: “você são um centro acadêmico obreiro; um trabalho político não é isso...”. Aí eu me mordi! Fiquei muito irritado com ele! Muito irritado! Falei: “Você não está aqui para ver o que acontece! Você faz parte da diretoria e deveria assumir isso como nós! Estamos votando uma série de coisas, acompanhando as preocupações dos alunos do Instituto. A gente não pode ficar se detendo numa coisa extemporânea, que se determina de lá para cá, como isso que é tirar esses delegados para o Congresso do DCE. Tenho clara a importância disso, mas as coisas não podem ser feitas assim.” Fiquei louco! Discutimos lá. O pessoal botou panos quentes... No final fizemos lá a eleição para os representantes.

Fomos eu, o Sandro, o Luís santista e o Roberto Macfaden. O Congresso era sexta, sábado e domingo. Meu caro, aquilo ali foi uma festa dos horrores! O pessoal à frente do DCE estava preocupado com aquelas coisas que já falei. Agora, boa parte dos grupos que ali estavam foram com um objetivo maior, o que ficou bem claro. Queriam transformar a eleição do DCE. A eleição era por uma chapa majoritária. Ou seja, uma chapa concorria com outras e quem tivesse maior votação ocupava inteiramente o DCE. No meu entendimento e no das outras pessoas ali isso deveria ser mantido, porque permite um trabalho político de um grupo consistente, que fale a mesma linguagem, que seja reconhecido pelas pessoas que o elegem. Mas crescia dentro do movimento estudantil a defesa da proporcionalidade. Então cada chapa, de acordo com a porcentagem de votos que obtivesse, colocaria um número proporcional de diretores no DCE. E esses grupos queriam isso a qualquer custo. Então o grande debate que houve ali foi esse: sacanagem em cima de sacanagem. No começo estava na mesa o pessoal que a gente conhecia, do DCE, colocando em pauta a votação do regimento do Congresso. Vendo quem seriam os delegados, conferindo as atas de votação... A gente foi vendo manobras desses grupos que queriam discutir só a proporcionalidade, colocando delegados em situação irregular. Casos mais absurdos; pessoas que tinham irregularidades crassas foram aprovadas em votação pelo Congresso. Foi combinado!

Começamos a ver o tamanho do conchavo, da sacanagem. Ganhar poder por ganhar poder. A gente estava ali, nós quatro, para discutir qualquer coisa que fosse colocada. Nos pontos de pauta, a gente discutia, discordava. No final das contas, votavam dois em cada proposta. A gente não tinha esse voto de bancada; discutia e cada um tinha a liberdade de votar. Era engraçado. Isso porque a gente estava naquela coisa “ingênua” de querer discutir mesmo. Só que fomos vendo que, de votação em votação, estávamos sendo manobrados totalmente. As pessoas do outro grupo votavam fechadas; era um lado inteiro votando junto. Havia outros colegas nossos também votando separadamente, naquilo que entendiam ser o mais correto. A gente teve que avaliar com o pessoal do DCE, porque eles estavam tratorando qualquer discussão, pois estavam em maior número. Depois do primeiro dia a gente chegou a conclusão de que não adiantava ficar votando daquele jeito.

O regimento foi votado. Foi ruim, porque deu maior poder para aquele grupo. Uma coisa é você ganhar discutindo, debatendo. Outra é ganhar através de conchavo, impor a vontade sobre os demais. Aí você vê claramente a diferença de visão de movimento estudantil. Um grupo que se coloca como vanguarda e que tratora qualquer outra visão como sendo reacionária. Viam tudo igual: quem não era daquele lado era reacionário. Desse lado a gente queria discutir de fato as coisas; a gente não era reacionário. Longe disso. Foi esse o grande embate, um dos primeiros rounds dessa briga aí que durou anos. Já durava anos antes de nós, e durou anos depois de nós. Entramos nela a partir daí.

Nos retiramos do Congresso para barrar as votações. Fomos obrigados a isso. Se a gente votasse, só ia referendar aquilo que eles queriam. Vimos naquela atitude algo legítimo para poder barrar esse absurdo. Uma coisa é você debater, discutir, e na eleição ganhar. Outra é fazer o que eles fizeram, que era simplesmente fazer valer aquela visão acima de tudo e de todos, do jeito mais sacana possível. Com nossa retirada não tinha mais o número mínimo para as votações. Foi uma briga. No primeiro dia foi a abertura; no segundo aprovou-se o regimento daquele jeito absurdo; no terceiro seria votado o estatuto. A gente se retirou e eles ficaram putos. Nós entramos e fizemos uma manifestação dizendo que não íamos participar daquele jeito, que nós queríamos discussão. Quase saiu porrada! Eles ficaram revoltados. A gente se retirou do Congresso e então não chegou a ser aprovada essa proporcionalidade.

Além disso tinha o Congresso da UNE, que começamos a ir em 88. O primeiro foi em São José dos Campos. Eu já era da Executiva Nacional. Na UNE houve algo semelhante ao que tinha ocorrido no DCE. Depois de anos de PC do B no poder, o PT chegou à frente na UNE. O presidente na época era o Valmir dos Santos. Um cara muito bom, que conduzia bem as discussões; um líder importante. Ali houve nova briga, novo palco de lutas. Não chegou a ter porrada, mas houve um confronto grande. Era a velha briga entre PC do B e PT, e as tendências do PT entre si. Eles queriam porque queriam votar a proporcionalidade também. Havia aquela briga para ver quem era reconhecido como delegado: a votação de alguns estava irregular, não havia ata de eleição... Aí o grupo político que estava na comissão, se interessasse, fazia força para reconhecer o cara, mesmo se estivesse fora das normas. Uma briga. O PC do B se reunia de um jeito que parecia uma seita. Alguns falavam e todos ouviam. Posso estar exagerando na hora de descrever, mas era assim mesmo que acontecia. Ele era uma coisa mais unificada; não eram facções. Era uma linha só de pensamento. A gente ficou sabendo que numa assembléia deles, como viram que vários de seus delegados não foram reconhecidos porque estavam irregulares, tiraram que iam invadir as mesas e rasgar os papéis. Tiraram isso em assembléia! Olha o absurdo! Nós tivemos que descer até as mesas e fazer uma corrente humana para evitar que essas pessoas invadissem as mesas! E eles quase fizeram isso; chegou um certo momento e eles tentaram invadir. Depois a gente fechou a corrente e não deixou entrar. Olha só! Alguns conseguiram rasgar uma coisa ou

outra, mas foram poucos. Então eles tiveram um número menor de delegados do que esperavam, e o Congresso prosseguiu. Eles chegavam, votavam, perdiam. Mas olha só que doideira!

No Congresso do DCE, no Congresso da UNE e nos CCAs que vimos como esses grupos políticos atuavam. E a gente foi se afinando com essa política de tentar aproximar o cotidiano do aluno das questões gerais, defendida na época pela Articulação. Mesmo assim não cheguei a participar da Articulação, das reuniões do PT; participei quando isso estava ligado ao movimento estudantil, mas não cheguei a ir em outros fóruns. Não tinha condições estudando, trabalhando e no CA.

Fui em vários Congressos da UNE. Esse foi o primeiro, onde foi eleita uma outra diretoria do PT e passou ainda a majoritariedade.

Depois que o PC do B se viu em minoria, eles se retiraram do Congresso. Eles saíram e ficou só o pessoal ligado às tendências do PT, mais os anarquistas. O famoso grupo anarquista, que eu conheci nessa época... Figuras. Debates várias coisas, e muitas estranhas: moção de repúdio contra a morte de não sei quem, contra a morte dos estudantes na China... Sabe essas coisas? Tinham sido tiradas várias propostas nos grupos e elas eram lidas e votadas na plenária final. Uma plenária enorme! Foi das onze da manhã até a meia noite. Moções de repúdio das mais diversas ordens, questões relativas à estrutura da entidade... No final, uma das coisas mais importantes: a eleição da nova diretoria da UNE. Com o PC do B retirado do processo e a majoritariedade aprovada, olha só o que aconteceu. Quando se aproximou essa discussão, parte da mesa se retirou, deixando outras pessoas ali. E muita gente que estava no ginásio se retirou também...

Ao mesmo tempo que acontecia a plenária final do Congresso, acontecia também uma plenária do PT, discutindo a chapa a ser apresentada. Gente, pelo amor de Deus! Estavam abertas as inscrições de chapas e a mesa estava aguardando. Os anarquistas fizeram uma. Foi uma festa! As pessoas do PT estavam fora, e os anarquistas apresentando plataformas. Demoraram, demoraram... O pessoal da mesa enrolou o máximo que pôde, porque havia um tempo máximo de apresentação das chapas, e havia apenas a dos anarquistas. Eles se apresentaram, cada um falou suas propostas: aquelas coisas debochadas e escrachadas, umas séria outras não; muito mais uma crítica sarcástica àquilo tudo do que uma proposta concreta. Eles até fizeram elogios àquela gestão da UNE. Falaram publicamente, depois que o PC do B se retirou: “queríamos registrar aqui que, diferente do PC do B que nos agrediu nos congressos anteriores, nós pudemos falar, discutir nossas idéias, e não fomos atacados”. Eu achei fantástico, porque foi o reconhecimento de uma diferença.

Os anarquistas apresentaram a chapa e a outra não vinha, porque estava sendo gestada lá fora pela plenária do PT. As pessoas da mesa ficaram ali numa ginástica terrível, tentando alargar ao máximo o tempo de apresentação das chapas. Só que lá fora estava na

maior briga, porque os grupos estavam disputando pela participação na diretoria. Imagina essa loucura! Os anarquistas ficaram sabendo disso e denunciaram ao plenário. A mesa tentou contornar: “eles vão chegar; vamos aumentar o prazo para mais cinco minutos”. Eles fizeram isso até onde pôde, até um ponto em que o cara dos anarquistas falou: “Nós somos a chapa eleita! Ganhamos! Vamos votar Já!”. E eles falavam as propostas: “Nós queremos uma reforma agrária ampla; queremos espaço de terra para plantar maconha!”. As propostas mais estranhas possíveis. Tiraram um sarro. Engraçado o próprio nome da chapa: Biodegradável. Eles falavam: “diferente das outras chapas, nós nos diluiremos, como algo biodegradável, que não vai incomodar ninguém”. Rigorosamente falando, eles ganharam a eleição. A outra chapa chegou depois de um certo tempo. Aí houve a votação, que foi simplesmente a transposição da plenária lá de fora para a plenária aqui de dentro. Foi um negócio muito ruim. Uma boa parte das pessoas reconheceu isso. Foi gente lá do próprio PT que tomou a palavra e falou que se sentia envergonhada pelo que estava acontecendo. Muita gente falou a respeito disso, e foi a opinião que eu também tive. Não é possível uma coisa dessas. Tudo bem ter grupos que pensem diferente dentro do partido. Isso é legítimo, mas fazer uma coisa na linha de disputa do poder pelo poder como estava sendo feita era complicadíssimo. Se a majoritariedade passou... É o princípio que eu até hoje defendo; hoje me parece que a eleição é proporcional. Isso foi ganhando corpo até por conta desse Congresso, que mostrou que a coisa estava complicada. Como defender a majoritariedade fora, no Congresso da UNE, e dentro do partido defender uma proporcionalidade entre as tendências? Era isso. Cada grupo tinha seu expoente máximo na chapa: a CS⁸⁵, a Articulação, O trabalho, o PCBR....

E foi dessa maneira que a nova diretoria foi eleita. De uma maneira complicada. Essa avaliação também foi feita pelas pessoas da USP que estavam ali no Congresso: o Mário, o Roberto...

Chequei a conhecer o presidente da UNE que foi eleito nesse Congresso. A diretora geral da Executiva, na chapa em que eu estava, namorava ele, o Juliano. O Valmir era muito melhor na minha opinião. Conduziu muito bem o Congresso. O desenlace foi lamentável, mas ele era muito bom.

Então meu conhecimento dos grupos políticos do movimento estudantil deu-se aos poucos, quando participei desses eventos, principalmente dos Congressos da UNE. Você vê bem claramente quem é quem. Vi um pouco disso também nas reuniões da Executiva Nacional, onde tivemos um grande debate, depois do ENEP.

Nossa, tinha muita coisa. 88 foi um ano impressionante: Congresso do DCE, Congresso da UNE, Congresso da ADUSP, estatuinte, a escolha do novo diretor do Instituto,

⁸⁵ Convergência Socialista.

o ENEP, a greve que aconteceu no segundo semestre... Que mais? A nossa eleição para o CA... Um monte de coisa!

*

Achávamos que o grupo que assumisse a Executiva deveria ser mais do que uma comissão organizadora do ENEP seguinte. No final de cada ENEP você escolhe, ou pelo menos indica, onde será o próximo. O lugar que se tirou o indicativo foi Mato Grosso. As pessoas de Campo Grande, ligadas à próxima sede do ENEP, tinham que fazer parte da Executiva para garantir justamente esse trabalho conjunto. Três pessoas dessa chapa eram de lá e encaminhariam a realização do encontro. Discutíamos nas reuniões que a Executiva devia ter um trabalho político em cima das propostas aprovadas no encontro anterior.

A primeira coisa que decidimos foi não gastar o dinheiro da entidade pagando viagens e auxílio de custo para as reuniões. Foi uma briga isso. Tinha uma pessoa dentro do grupo, o Rubens, de São Paulo. Um cara tido como o chato. Ele tinha sua importância, trazia questões pertinentes, mas estava com a lógica de ocupar o poder pelo poder, de se apresentar de forma personalística nas entidades e nos fóruns de discussão. Mas tinha uma boa reflexão para várias coisas, independente disso. Disse que não tinha condições porque era de universidade privada, onde é difícil conseguir que paguem a participação nas reuniões. Mas decidimos não pagar. Quando eu ia, pedia dinheiro aqui para o Instituto. Quando isso não acontecia, a discussão ia para o CA. Mas eu fui mais pelo Instituto, até porque em boa parte das reuniões a gente aproveitou a estrutura dos eventos, como no caso dos Congressos da UNE. Mas a proposta foi trabalhar as decisões do encontro, que seriam o arcabouço político para aquela gestão de Executiva, e não ficar restrito à preparação do próximo ENEP.

Mas uma das coisas que a gente teve que fazer foi justamente preparar o outro encontro: levantar a programação, o que seria debatido, um tema, discutir a infra-estrutura... Nessa discussão, ficou clara a visão que as pessoas tinham de psicologia e de tudo mais. Quando a gente formou a programação do encontro, tinha esse reflexo da visão desses grupos políticos. Não me lembro exatamente dos temas, mas era uma coisa mais à esquerda. Eu era muito afinado com isso, mas queria trazer também as nossas preocupações aqui, de se aproximar do cotidiano dos alunos. Isso não vingava muito com eles.

Em termos de Executiva então, o debate era fazer com que ela tivesse uma gestão política e não obreira; que ela pudesse encaminhar as decisões tiradas no ENEP anterior. Organizar um jornalzinho, fomentar a organização dos estudantes nas unidades onde não havia CA, uma aproximação maior com as universidades privadas, que tinham pouquíssima participação em termos políticos.

Mas o pessoal do Mato Grosso veio na primeira e na segunda reuniões, depois não vieram mais. Soubemos que eles não poderiam arcar com a organização do ENEP, e que

tentaram se juntar com uma universidade privada lá para ter a estrutura necessária para o evento, só que não conseguiram. Aí ficamos num dilema.

A Executiva tem suas reuniões e convoca também o Conselho Nacional de Entidades de Psicologia (CONEP), chamando os centros acadêmicos do país para discutirem o movimento estudantil de psicologia nacional. A Executiva tinha obrigação de convocar os CONEPs, pois ela tem um âmbito circunscrito de ações, que estão condicionadas pelas deliberações da plenária final. Como vimos que não ia acontecer ENEP lá em Mato Grosso, chamamos o CONEP para discutir o assunto. Mas não se conseguia tirar um lugar para o ENEP. Sem o ENEP, a coisa se dilui, fica difícil; não dava para cada diretor ir para muitas unidades, para além do seu estado. Já era difícil bancar a participação nas reuniões, imagina bancar a ida às entidades. Passamos 88 e entramos em 89 sem o problema do local do ENEP resolvido. A idéia era fazer em meados de 89, para ter um ano de tempo para organizar, que era o melhor prazo. Só que não aconteceu.

Além da dificuldade de organizar o ENEP teve um incidente complicadíssimo com o grupo de Minas. Era um grupo que tinha uma força política grande no movimento estudantil de psicologia da época. Trouxeram para ser discutido um fato grave. O primeiro tesoureiro, de Minas, desviou dinheiro da Executiva. Ele teria passado parte do dinheiro para uma menina para aplicar num fundo, só que ela desapareceu. Quando o primeiro tesoureiro foi interpelado a esse respeito, lá em Minas mesmo, não veio. O Roberval. Ele desapareceu. Olha a minha situação. Fiquei eu, segundo tesoureiro da Executiva, praticamente um suplente. Caiu também sobre mim a responsabilidade do que tinha acontecido. Tanto a diretora geral como a secretária geral não tinham mais contato com ele. O grupo da Executiva, no final das contas, ficou reduzido. Como no CA, que eram dezesseis e ficaram cinco. O grupo de doze pessoas ficou restrito a eu, a diretora geral – a Tânia, de Minas -, o Rubens - que era de Bragança - e a secretária, que foi se desligando. Resultado: o caos. O dinheiro sumiu e não podíamos fazer nada. Imagina o tamanho dessa encrência.

Nos CONEPs seguintes foi colocada a situação. Isso dificultou muito a atuação política dos membros da Executiva. Como segundo tesoureiro acompanhei isso dentro dos meus limites; estava no Centro Acadêmico, na Universidade, com um monte de coisas acontecendo. Tinha contato com a Executiva nas reuniões, mas não tinha lá um trabalho tão forte, pois queria ficar próximo às entidades. Procurei fazer o máximo que pude aqui, divulgando coisas em São Paulo, tentando organizar o EREP (Encontro Regional) que não acontecia há tempos; organizamos um EREP em Ribeirão Preto. Teve a adesão de várias escolas; a gente visitou várias escolas procurando levar coisas a respeito. Foi feito esforço para aproximar as pessoas de São Paulo. É o maior estado, não só em termos de estudantes como de entidades de psicologia; a nossa força era potencialmente grande, mas pequena na prática, e a Executiva era ocupada por outros grupos. A gente tinha que ter uma participação maior nisso. São Paulo era completamente desmobilizado, sem uma discussão representativa

para o ENEP ou o CONEP. Tivemos então contato com a PUC... Não sei se foi nessa época que houve um seminário de currículo aqui. Era uma das deliberações do ENEP de Belo Horizonte. Tentamos fazer isso aqui, mas não conseguimos a divulgação e a infra-estrutura que gostaríamos. Aconteceu, mas de maneira precária. Foi feito um debate que derivou numa proposta curricular apresentada no ENEP seguinte. Já tinha acontecido uma discussão em Belo Horizonte, que teve algumas emendas e voltou para o outro ENEP.

Ficamos com a gestão mais um tempo, já que não teve ENEP. Tivemos outro Congresso da UNE, em Brasília, e lá nos reunimos. Isso foi no segundo semestre de 89. Aí as velhas coisas da UNE, como eu já contei. Havia uma pessoa dentro do movimento, inclusive lá de Brasília mesmo, do PC do B. A Fernanda. Ela tinha uma história no movimento estudantil de psicologia. Estava em Brasília, nesse CONEP. Quando foi exposta a situação do ENEP, um grupo do Rio de Janeiro se apresentou. Não conhecíamos eles, mas estávamos com esse abacaxi na mão... Acho que a questão da grana ainda não tinha acontecido.

Como passamos um bom tempo na Executiva, por não acontecer o ENEP, as pessoas que conhecíamos das entidades foram mudando. Durante o tempo em que você passa numa entidade nacional como a Executiva, tem umas pessoas que você conhece, só que com mais de um ano você perde essas referências, porque a pessoa não está mais na entidade. O próprio grupo Executiva foi se diluindo. Esse grupo do Rio apareceu e quis organizar o ENEP. Não tinham participado de outras reuniões, nem tinham participado de outros ENEPs ou CONEPs. Discutimos com eles a situação. Eles se dispuseram e foram escolhidos para sediar o ENEP. Discutimos com eles também a necessidade de seguir as deliberações já discutidas no ENEP anterior. Deveria ter espaço no Encontro para o currículo, para uma série de coisas que já haviam sido decididas. Havia todo um debate para que o encontro não ficasse reduzido a vivências e cursos. Deveria ter debates políticos. O ENEP não é algo apenas político, mas também não pode ser um encontro só científico. Deve haver ali uma composição dessas duas coisas. Reprimir o tom político das coisas relativas ao aluno, mas falar do cotidiano do aluno, como aconteceu em Belo Horizonte. Falou-se em algumas mesas de estágio, estrutura curricular, atendimento na clínica, supervisão: um debate político a respeito de coisas relativas ao aluno. A idéia era manter isso. Nós procuramos sentar com essas pessoas e levar tudo isso, porque a gente era o fio da história; acompanhamos o ENEP de Belo Horizonte, de Porto Alegre, e levamos isso para esse grupo novo.

Eles pediram então dinheiro, mas sumiu a grana... Esse ENEP aconteceu no campus da UERJ, em janeiro de 1990. Com a coisa da grana, com as dificuldades de infra-estrutura, houve uma crise entre a comissão organizadora e a Executiva. Eles fizeram uma programação que não contemplava a discussão do CONEP; fizeram ali uma salada mista de vivências, de cursos das mais variadas linhas de pensamento em psicologia. Pouco espaço foi reservado para o debate político. Ficou dois terços de um encontro científico – se é que podemos chamar assim – e um terço de discussões políticas, oriundas dos outros ENEPs. Eu,

a Tânia e o Rubens estivemos lá em todo momento levantando isso para as pessoas do Rio de Janeiro. Foi levantado também pelas pessoas que estavam indo lá com uma preocupação política. O ENEP não cumpriu a função que vinha tendo, de organização política. Eles ficaram com muita raiva dessas reclamações. Acirrou-se ainda mais a cisão, a briga.

Fora o fato de que o dinheiro havia sumido. Uma crise. Foi aberta uma comissão de inquérito para apurar isso. Foram escutados a Tânia, eu, o Rubens... Era uma queimação. A gente foi lá para passar adiante aquilo que foi o ENEP anterior, as deliberações do CONEP, levar aquilo que estava sendo discutido no movimento estudantil de psicologia, passar o que foi o nosso trabalho. Só que encontramos um ENEP que não correspondeu a essa discussão, e ainda tivemos que responder sobre essa questão. Eu vivi uma crise muito grande na época. Era o segundo tesoureiro, mas não acompanhei muito isso porque e a coisa aconteceu lá em Minas. Pouco pude falar a respeito dessa questão. Mas como eu fazia parte da gestão ficou um clima de suspeita muito ruim. Eu falei pouco nas plenárias, pois não tinha o que dizer. O que eu podia dizer? Foi uma situação muito ruim...

Foi uma coisa boa e ruim ao mesmo tempo. No final do ENEP, chegou-se à formação da nova Executiva. Esse ENEP teve uma participação maciça; foram novecentas pessoas inscritas, que ficaram em três andares da UERJ, um prédio enorme que fica lá no bairro do Maracanã. Muita gente. Só que era janeiro de 90, no Rio de Janeiro, então as pessoas estavam lá muito também pelo turismo. Então, perto do final do ENEP, se discute o próprio regimento do ENEP e a formação da nova Executiva, com as deliberações tiradas na plenária final. A Tânia e o Rubens saíram, e eles indicaram o meu nome para fazer parte da nova chapa, até porque isso referendava que a gente não teve nada a ver com aquilo. A comissão de inquérito terminou seu trabalho durante o ENEP, ouviu a todos nós, tentou levantar todos os dados, e apontou no relatório que não tivemos participação no sumiço da grana. Foi uma coisa terrível. Fomos julgados. Eu sei que tem de ser porque a gente era a gestão, mas foi horrível. Esse relatório foi apresentado na plenária final, e no momento de escolha da próxima gestão as pessoas indicaram o meu nome. Pensei: “Como eu vou fazer? Tem um monte de coisa para resolver na minha vida pessoal; tem um monte de coisa acontecendo na USP”. Mas propuseram meu nome e acabei aceitando. Eu e mais um grupo de pessoas novas que estavam lá. Só que, no momento de apresentação da chapa, fizeram objeções ao meu nome. Aí umas tantas pessoas me defenderam, disseram que já havia sido feita uma sindicância e já haviam apurado que não havia nada que me comprometesse. Foi a fala da Tânia, do Rubens e de outras pessoas ali. Eu também me defendi. A chapa então foi eleita e eu tive mais um período de Executiva Nacional. Mais foi um desgaste grande; foi um aprendizado para a minha vida. As pessoas comemoraram que a chapa foi eleita, mas eu não tinha nada para comemorar, porque é uma situação muito ruim essa exposição toda, responder pelo roubo de dinheiro de uma entidade.

O contraditório disso tudo é que quando foi o momento do Rio de Janeiro passar o dinheiro para nós, o dinheiro desapareceu. O dinheiro que sobrou do ENEP ficou nas mãos do Douglas, e ele sumiu do mapa. Fomos várias vezes na casa dele, no Rio de Janeiro; teve um monte de gente tentando localizá-lo. Desapareceu.

Olha minha memória como fica daquele tempo; lembro mais das pessoas da gestão anterior do que dessa. Nessa a gente teve alguns momentos de reunião, discutimos justamente o sumiço da grana, a dificuldade de tocar as coisas assim... Esse grupo se esfacelou mais rapidamente do que o outro...

No ENEP do Rio também foram tirados alguns indicativos para o próximo. Qual foi mesmo o indicativo? Não me lembro... Mas o indicativo não foi viável, aí nós ficamos um tempão como Executiva, no ano de 90, 91... Em 90 eu estava me formando, no quinto ano. Olha que encrenca eu fui arrumar. Estava no quinto ano de faculdade e com a Executiva na minha cabeça. Olha que abacaxi... Não fiquei com a tesouraria dessa vez. Nos reunimos poucas vezes... Eram os mesmos problemas de antes, só que num nível maior, tanto que eu não me recordo. Eu não me recordo! Olha só! Não me recordo de como ficaram as coisa aí nesse tempo.

Ficou, se eu não estou enganado, Recife, 91. Meados de 91. Só que esse tempo passou e nós não conseguimos tocar as coisas que foram deliberadas. Isso é um reflexo também do ENEP do Rio de Janeiro, que foi muito fraco de discussão, ficando nesse debate sobre a sindicância do dinheiro perdido, e mais a má organização em termos políticos. Essa gestão, na verdade, teve pouco a avançar. Mas só que já tinha ali uma crise forte das entidades e dos movimentos sociais.

*

Samir – Você lembra do momento da época? Lembra do que estava acontecendo, dessa crise, em termos mais gerais?

89 foi o ano das eleições para presidente, da campanha do Lula, onde trabalhei ativamente. Nessa época eu morava no Jardim João XXIII. Participei de um comitê para a campanha; participei de panfletagem, da fiscalização da votação. Era um momento rico. A Erundina foi eleita no final de 88; uma gestão nova já estava acontecendo. Havia todo um calor, um fervor político; um clima muito forte, uma esperança de mudança e um clima propício para isso. As pessoas estavam entusiasmadas e foi uma campanha política muito intensa. Talvez isso tenha se refletido na entidade, porque todo mundo acabou participando disso nas suas regiões. Eu participei ativamente. Em meados de 89 saí do Centro Acadêmico. Me retirei do CA, mas continuei participando das assembléias, das discussões...

Era a época também do grande debate a respeito dos prédios do Instituto. Foi no segundo semestre de 89. Muito engraçado. Nós estávamos no B. 3 e chegou a informação para nós, no meio da aula, de que deveríamos nos retirar do prédio, que estava sobre risco de desabamento. Imagina isso. Tinha o B. 3 e o Bloco da Biblioteca. Em ambos havia estacas segurando uns pedaços do prédio. Ninguém se incomodava com isso; reparava, mas já era algo comum. Ninguém imaginava que aquilo fosse desabar. Até que, num belo dia, numa sexta à tarde, recebemos a notícia de que o prédio poderia desabar. Um laudo concluiu que os prédios estavam sob risco, tanto o bloco de Aulas como o da Biblioteca. Depois foram feitos laudos de outros blocos e ficou comprovada a mesma coisa. Já havia um debate de anos a respeito das condições da Clínica aqui do Instituto, que ficava num bloco feito daquelas chapa de zinco... Sei lá, algo bem precário. Aquilo que era provisório, herança de um tempo em que esses blocos eram parte de um estábulo da veterinária, segundo o que nos contavam. Depois eles adaptaram. Os blocos de tijolo, que seriam os mais seguros, eram o B. 3 e a Biblioteca, que foram os primeiros a serem interditados. Imagina o resto...

Há tempos a gente discutia as condições precárias da Clínica. Desde meu primeiro ano, os alunos denunciavam as condições da Clínica, muito descuidada. Alguns defendiam que deveria haver uma paralisação dos atendimentos em função disso. A Clínica era muito cindida do primeiro, segundo e terceiro anos. Isso eu acho que ainda deve ser. Talvez menos. A gente sabia da Clínica, mas era um negócio muito etéreo para nós. Mas desde os primeiros anos o pessoal falava que, por ser um prédio provisório, por serem divisórias feitas com um material precário, se ouvia os atendimentos nas salas. Não havia privacidade. O famoso sigilo do atendimento não era garantido. Um negócio muito complicado. Além disso, as chapas estavam afundando, porque esse é um terreno pantanoso e se você não tem um alicerce firme, uma construção bem feita, o negócio afunda. As chapas estavam afundando e entrava mato nas salas. Não havia condições para um atendimento.

A Clínica já era discutida há tempos. A maneira como eram dadas as supervisões por parte dos professores... Quando se levantava essa questão relativa aos atendimentos, os professores rechaçavam isso dizendo que a Clínica não deveria parar em hipótese nenhuma, porque “a relação com o paciente é a coisa mais importante!”. Eles colocavam uma série de barreiras, desde aquela época... Isso se estendeu por anos, desde quando comecei o curso até quando saí. E ficou acirrado no momento da interdição do bloco de Aulas e da Biblioteca. Mas ouvíamos isso desde o primeiro ano. O laudo que foi feito interditou o B. 3 e a Biblioteca. Depois interditaram tudo, ou quase tudo no IPUSP.

Daí pude ver que a engenharia não é uma ciência exata. Depois dos laudos que interditaram esses blocos, foi feita uma outra vistoria logo depois apontando que bastava reformar os prédios.

Lembro disso porque eu fiquei irritado com minha turma. Estávamos discutindo se aceitaríamos atender na Clínica naquelas condições. Se o B. 3 e a Biblioteca vão ser

demolidos, como vão ficar os blocos em piores condições? Havia também um laudo interditando a Clínica. Não dizia que havia risco de desabamento. O debate então foi: atendemos nessas condições ou vamos fazer um movimento que garanta um espaço digno de atendimento? Foi uma briga. Eu defendi, com algumas pessoas, que a gente parasse os atendimentos; que a gente criasse um movimento. Isso atingia diretamente o nosso ano, o quinto, pois estaríamos optando por adiar nossa formação. Aceitava-se que para qualquer assunto da Clínica o primeiro grupo a se ouvido era o quinto ano, porque, além de ser o ano em que mais se atende, depende também dos atendimentos para se formar. As condições já eram péssimas antes, mas nos anos anteriores ninguém se dispôs a uma ação efetiva, que implicasse em renunciar a um certo tempo de atendimento, e portanto em adiar a conclusão do curso. Entendia-se que o quinto ano deveria ser respeitado na sua deliberação.

Tem também o poder que os supervisores ocupam nessa estrutura de formação; eles nunca se posicionaram a favor da paralisação. Fosse do jeito que fosse. Estou dizendo isso de maneira geral, respeitando um ou outro que discutia e defendia a paralisação. Mas a maioria não era a favor.

Os supervisores, na sua maioria, eram contratados em regime parcial, onde o docente está o menor número de horas na Universidade. Não era RDIDP (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa), nem o RDP (Regime de Dedicação Parcial), e sim o RTC (Regime de Tempo Contínuo). No RTC o professor dava só algumas aulas e não precisava fazer pesquisa ou qualquer outra coisa. Era um vínculo muito restrito. Davam supervisão e iam embora. Isso sempre dava problema; o departamento de Psicologia Clínica sempre teve problemas em relação à exigência de produtividade, de produção de pesquisas. A grande maioria de seus professores eram só supervisores. Nessa estrutura, eles coíbiavam a paralisação dos atendimentos. Vejo nisso também a participação restrita nas questões do Instituto e da Universidade. Eles não aderiam às greves. Eram os últimos a aderir, quando aderiam.

Parar ou não os atendimentos na greve sempre foi um debate aqui na Psicologia. Quais os critérios para parar um atendimento? Só mais tarde os supervisores passaram a discutir casos em que se poderia parar. No começo, isso era inquestionável: nada pode parar o atendimento. E eles mantinham as supervisões em suas clínicas próprias. Mas discutíamos que a Clínica estava numa instituição pública, sujeita a todas as suas injunções, inclusa naquilo que foi aprovado na Constituição de 88, que é o direito à greve. Isso sempre se discutia, mas nunca foi devidamente considerado. Deveria haver um capítulo para as greves nos regimentos do Instituto e da Universidade. Se há possibilidade de greve enquanto direito assegurado em lei, isso deve ser previsto dentro da Universidade. Deve haver um capítulo: “Da greve: em relação ao IPUSP deve haver tais procedimentos...”. Mas a greve era uma situação de exceção; era como se fosse um crime. Aliás até hoje é assim. O que é direito vira crime, e a pessoa de fato não tem direito de greve.

Em 89 e 90 a conjuntura era outra com a condenação dos melhores blocos. Aquele debate histórico que já acontecia se acirrou. Entre os professores, a Marlene Guirado também defendia a paralisação dos atendimentos. Eu defendi isso na minha turma, junto com o Mineiro, com toda força. Depois de vários debates, depois de muita discussão, meu ano chamou o pessoal do primeiro para discutir. Eu fiquei irritado com isso, pois era trabalho do CA, que tem obrigação de chamar assembléia para discutir o assunto. E chamou, mas minha sala não pôde participar. Daí eu vi pessoas da minha sala chamando os outros alunos para conversarem a respeito da Clínica, e tomando decisões. Eu e o meu quinto ano brigamos muito nessa época; fui uma posição minoritária... Falei das dificuldades no primeiro ano... No quinto eu já tinha uma ligação com as pessoas, mas fiquei irritado com a maioria delas, porque no final das contas o meu quinto ano decidiu da maneira mais... - não egoísta... - triste possível. Resolveu atender naquelas condições porque queria terminar o curso. Mesmo com todas as condições apontando, naquele momento, para uma paralisação dos atendimentos. Mas o meu e o quarto ano votaram em massa pela continuidade do atendimento. Eu fiquei passado com essa decisão. Isso mostrou para mim que as pessoas estavam realmente olhando para o próprio umbigo, decidindo em nome de questões pessoais. Então vinha aquelas coisas: “gente, eu já planejei que vou casar no final do ano; não podemos nos prejudicar por causa da Clínica, que sempre teve problemas...”. Foram várias falas nesse sentido. As pessoas assumiram claramente que não queriam abdicar de um ano de curso. Para mim era isso: abdicar de um ano em prol da construção de algo maior. Meu caro, isso foi um terror!

A Clínica continuou. Estranho. O laudo feito lá apontou que, com algumas alterações, poderiam ser feitos os atendimentos. O bloco 3 foi demolido, a Biblioteca foi demolida... Nós fizemos os atendimentos lá, cumprimos os estágios obrigatórios, as disciplinas, e nos formamos. Nos formamos em janeiro de 91... Mas eu fiquei muito contrariado... Muito. Me sentia amargurado durante todo o ano. Atendia e ouvia tudo o que acontecia na sala do lado. Atendia uma menininha e passavam pessoas do lado de fora, escutavam a sessão. Às vezes aconteciam coisas absurdas de ocupação do espaço, de barulho em volta... Aí via os colegas na Clínica reclamando. Eu ficava louco da vida! A pessoa achava aquilo ruim, mas na hora de agir a respeito da Clínica optou por isso! Então não deveria falar nada! Na hora de discutir quis terminar o ano, então deveria ficar quieto!

*

Último ano, várias coisas acontecendo... Eu tinha passado por aquelas coisas todas lá no Rio de Janeiro e estava na Executiva; nessa época tinha saído da Biblioteca onde eu trabalhava e conseguido um estágio na TELESP. Fui ver algumas aulas no terceiro ano, aproveitar melhor algumas coisas que não aproveitei... Pensei que fazer um sexto ano seria

interessante. Discuti isso com várias pessoas, inclusive na terapia que eu fazia na época. Com meus pais, com meus amigos... Eu estava no limite. Havia várias disciplinas que eu não concluía o trabalho; com toda aquela coisa na Executiva, no CA, levei uma DP... Acabou prevalecendo a idéia de terminar mesmo... Mas minha cabeça estava dando uma volta por todo o planeta.

Samir – Antes de você prosseguir, Luís, gostaria que você voltasse às suas lembranças sobre a Executiva.

Voltando. Sobre a Executiva. A partir de 90 fui eleito numa outra gestão, que sofreu todas essas dificuldades que falei: a campanha presidencial de 89, que ocupou as mentes e corações de todo mundo. Nos reunimos poucas vezes.

Isso até 90, depois que acabou a eleição... Acho que um pouco disso que aconteceu; isso que eu queria localizar...

Depois que teve a eleição, com todas as sacanagens que aconteceram, com todas as manobras, a sujeira que foi feita naquela eleição... Estou falando pelas pessoas com quem eu tinha maior contato, e também pelo geral depois, que a gente podia sentir... Foi uma depressão geral, um banho de água fria... Foi duro... O ano de 90 foi um ano triste, porque foi o ano em que poderia ter havido uma mudança radical, mas não aconteceu... Poderia ser tão diferente... Foi o ano que poderia ter sido e que não estava sendo. A gente estava assim, naquele banho de água fria, naquela tristeza geral... Havia uma aceleração crescente dos movimentos sociais, uma atividade intensa, de greves, de atividades do movimento sindical, estudantil... Era uma coisa efervescente... Com a derrota do Lula nas eleições, e particularmente em São Paulo...

Trabalhei bastante nessa campanha. Com todo o esforço que nós fizemos de divulgação, de discussão com as pessoas, no bairro onde morávamos, nas regiões da cidade, aqui mesmo na Universidade, o Lula ficou em quarto lugar na cidade de São Paulo... Cheguei a acompanhar as urnas no Morumbi, onde foi feita a apuração; havia colegas lá que estavam fiscalizando, e aí tínhamos um quadro que indicava os resultados. A gente via aquilo e ficava mal. O Lula foi para o segundo turno, mas na votação em São Paulo deu Collor em primeiro lugar deu estourado. Depois Covas, pau a pau com o Maluf. E em quarto lugar o Lula. No resto do país o Lula ali; em alguns lugares ele ganhou. Aqui em São Paulo, quarto lugar... O que é isso? Trabalhamos bastante, ficamos ali... A gente se esforça e nem sempre consegue, mas é deprimente ver um candidato como o Lula em quarto, perdendo para Maluf! Covas ainda vai, mas Collor e Maluf... Fiquei passado com as pessoas. A gente via a reação na boca de urna, e muitas pessoas tinham aquele medo ancestral do Lula, como se ele fosse aquele comunista comedor de criancinhas mesmo. Mesmo! E lá na região onde eu morava, na periferia da cidade, no Jardim João XXIII! Não era nos Jardins, era junto às camadas

populares! Quanto é forte, quanto penetra fundo essa visão ideológica a respeito da participação dos trabalhadores na política! Muitos infelizmente tomam o trabalhador - é do próprio trabalhador que estou falando também - como incapaz. O igual não é capaz. O doutor é, o trabalhador não. Uma pessoa como o Lula concentrava em cima dele, como concentra até hoje infelizmente, todo o tipo de preconceito possível. É o fato dele ser nordestino... O nordestino muitas vezes toma o outro nordestino como alguém que não tem condições. É impressionante isso. São Paulo está cheio de nordestinos, e eles votaram pouco no Lula. O fato dele ser um metalúrgico, do movimento sindical, tomado como o baderneiro, o bagunceiro; o fato dele ser uma pessoa com pouca instrução: “Como uma pessoa semi-analfabeta vai ser presidente do país?”. Isso ouvi de colegas do Instituto; colegas do grupo do Sandro, das pessoas mais presentes da gestão em que participei. Daquele momento em diante cortei relação com a pessoa. Quem diz isso não merece o menor tipo de contato! Diziam: “Como você quer ter como presidente do país alguém que não nos represente condignamente? O Lula é um analfabeto barbudo, nordestino. Ele vai representar o país?”. Isso me deixou passado! Tem um lado de razão e um lado de paixão nessa história toda. Falar mal do Lula é como se falasse mal de um amigo ou de um parente meu. Um parente próximo! É a mesma coisa. E havia um debate muito grande sobre essas coisas; não tinha como ficar em cima do muro. Ainda mais aqui na Universidade.

Acho que em 90, depois do ENEP, houve uma espécie de refluxo, uma decaída, um desânimo a partir da derrota do Lula... Eu não sei te dizer quanto isso se espelhou nos movimentos sociais, e mais precisamente na Executiva, mas espelhou. Imagina, juntando as peças agora, pensando: derrota do Lula, sumiço de dinheiro na Executiva... De um grupo de doze pessoas sobraram três. Um ENEP que não aconteceu no prazo previsto, e que estava acontecendo em janeiro de 90 por um grupo desconhecido que fez algo completamente avesso àquilo que foi discutido... Tudo isso junto acho que levou a um desânimo geral... A gente teve forças para brigar, porque... a gente sempre encontra... Mas eu acho que havia um desânimo...

Depois de eleito, começamos a trabalhar para que o ENEP acontecesse e para efetivar as deliberações que foram tiradas ali, que não eram muitas, porque a gente ficou mais concentrado na sindicância, na discussão sobre a estrutura do encontro, do que em debater grandes questões. E com novecentos alunos ali... É lógico que você pensava em novecentos e olhava as plenárias ali com tão poucas pessoas... Isso me faz pensar que a Executiva no ano de 90 ficou separada das minhas preocupações mais diretas, que eram o quinto ano, a preocupação em relação aos blocos de Atendimento e de Aulas que foram interditados. Isso tomou todo nosso cotidiano. E eu estava estagiando na TELESP, preocupado em garantir também alguma inserção profissional. Acho que tudo isso fez com que eu me separasse da Executiva. Talvez por isso eu não tenha lembrado dessa época... E o

grupo de fato foi se dividindo, se esfacelando... Eu ainda mantive contato com as pessoas e participei de CONEPs, depois do Congresso de São José dos Campos.

Desde janeiro de 90 nós ficamos ali sem alternativa de local para o ENEP. O indicativo anterior, de Recife, naufragou. Ficamos o ano de 90 e o ano de 91 sem ENEP. Só viemos a ter o encontro novamente aqui em São Paulo, em meados de 92.

*

A UNE não via com bons olhos as Executivas. Não sei se isso corresponde à realidade que me precedeu, mas algumas pessoas, até ligadas à UNE e ao DCE, diziam que o movimento de área era complicado, porque na verdade é muito mais de cunho científico do que político. Reconhecia-se que os DCEs, as UEEs e a UNE eram os órgãos representativos dos estudantes. Era o CA, o DCE, as UEEs e a UNE: essa era a estrutura por excelência do movimento estudantil. O movimento de área tinha uma participação marginal nisso; era entendido como um movimento científico e despolitizado. A UNE não se preocupava com ele. Entra naquela discussão do grupo político mais fechado, mais vanguardista, e de uma base meio perdida em relação a essas questões. Mas eu via o movimento de área como algo fundamental; como um espaço de organização dos estudantes, um espaço político e não científico. Muitas pessoas estavam ali para garantirem esse caráter, lutando por isso, não deixando que o ENEP virasse um local exclusivamente de vivências e cursos. A idéia era discutir a formação do estudante de psicologia, discutir o currículo, discutir os estágios, discutir o atendimento e as supervisões. Era uma ligação do conhecimento com a dimensão política mais ampla. Sempre vi o movimento de área como um espaço riquíssimo de troca e de organização política dos estudantes. Dentro do curso de psicologia isso era muito interessante, porque você vai lá no encontro, conhece pessoas... Quem já foi ao ENEP sabe disso, que as coisas acontecem no encontro, e que ele é político em si, pela própria reunião das pessoas, pela própria integração. Se houver preocupação em aproximar o estudante dessas questões políticas mais gerais no ENEP, isso é fantástico; se torna um marco na vida das pessoas. Para mim foi assim. Para muitos acho que também. Minha própria inserção no movimento mais geral de psicologia surgiu e se consolidou no ENEP. Eu via no movimento de área algo muito importante. Só que quando eu participei do meu primeiro Congresso da UNE, em São José dos Campos, a visão que se tinha dele era de um espaço estanque, isolado, que não recebia a devida atenção da UNE. De vez em quando aparecia no ENEP um diretor da UNE, mas era uma coisa estranha; vinha acompanhar, trazer alguma discussão, mas não era algo diretamente ligado à UNE. Investiu-se, naquele ano, para que houvesse uma aproximação com a UNE. A SEPUNE (Secretaria de Psicologia da UNE) seria a ligação orgânica entre o movimento de área de psicologia e a UNE.

Houve um Seminário Nacional de Currículo promovido pela UNE, em São Paulo. Aproveitamos ele também para fazer reunião da Executiva e do CONEP. Ali ficou mais claro que a UNE passou então a se preocupar com temas que eram discutidos no movimento de área, como o currículo. Agora, eles não convidaram o movimento de área, não nos convidaram para participar. Mas nós participamos. Essa ligação entre o movimento de área e a UNE estava sendo discutida; era um debate muito difícil. Defendia-se que deveria haver um representante das secretarias de curso com direito de voz e voto nas deliberações da UNE, mas a UNE queria a participação sem voto. Se na minha primeira gestão isso já era algo complicado, na segunda a UNE passou a ser uma coisa ainda muito mais isolada da gente. Aos poucos a UNE ela percebeu a importância do movimento de área e tentou incorporá-lo. Mas desse jeito. De um jeito consultivo, não deliberativo. Foi uma briga.

A UNE era uma referência, mas era um grupo muito cúpula em relação aos CAs, aos DCEs... Em relação aos DCEs talvez não; aí havia um diálogo, onde se reconhecia a importância de um e de outro. Era uma coisa maior... Até havia as brincadeiras nossas. Muita gente granjeava aí todo tipo de prestígio e de poder em relação a esses lugares. Isso em relação a tudo. Tudo. Até em relação à mulherada. O quanto isso representa status, o quanto isso era símbolo de poder. E daí a disputa pela UNE, pela UEE e pelo DCE.

A SEPUNE era uma instância dentro da UNE que existia figurativamente. A UNE procurou incorporar esse movimento de área sem que isso representasse uma transformação mais decisiva em termos de voto dentro da entidade.

*

A greve foi o que tomou a maior parte da nossa gestão no CA. Teve grande importância, porque promoveu uma inserção nossa, um crescimento nosso junto com os professores e funcionários. Vejo isso até hoje, que promoveu uma ligação muito forte entre nós. Tenho uma relação com pessoas do Instituto que se construiu principalmente naquele momento da greve. Dentro de tudo isso que foi discutido, a greve encheu boa parte de nossas preocupações. Também as conquistas que tivemos junto à direção do Instituto para nossos projetos: a ampliação do espaço físico, a forma autônoma de obter financiamento para a entidade...

Depois de formado continuei participando indiretamente, pelos amigos que ficaram aqui no curso, e por outros amigos, outras relações que construí, mesmo depois de formado. Continuei tendo contato. Isso derivou da minha continuidade na Executiva, mesmo ela esfacelada, diluída. Fiquei só eu praticamente. Minha participação na Executiva teve a sustentação dos amigos que se mantiveram aqui no Instituto. A proposta de se fazer o ENEP em 92 aqui foi fruto dessa nossa proximidade. Imagina, me formei no final de 90 e o ENEP

aconteceu em julho de 92. Foi um ano e meio depois. Eu participei das reuniões preparativas do ENEP. Ainda tive uma certa extensão da minha vida aqui dentro do Instituto.

Executiva e greve foram acontecimentos simultâneos e de alguma maneira relacionados. Me ocorre agora, quando estou falando, qual foi a articulação ou a influência de um no outro. Agora estou tentando me centrar na greve...

No início do segundo semestre de 88 era o governo Quéricia. Existe há algum tempo, só que em cada governo de forma diferente - agora no contexto do plano Real -, um arrocho salarial grande. Havia um gatilho salarial que era disparado quando a inflação atingisse certo patamar. Os salários eram reajustados quando esse índice chegava. Mas o Quéricia não acionou o gatilho quando a inflação chegou a esse índice. Isso levou à deflagração de um movimento grevista no mês de setembro. Como a maioria dos movimentos, começou com paralisações, assembléias... Isso tudo num contexto em que muita coisa estava acontecendo na Universidade. Era a estatuinte e a luta dos segmentos por maior participação nas esferas de decisão; o Congresso da USP... Já tinha um fôlego dentro da Universidade para acontecer um movimento de peso; já estava acontecendo discussão. Havia também o Congresso do DCE, então todo movimento estudantil dentro da USP estava discutindo sua estrutura... Todo esse caldo de cultura chegou até o momento da greve. Acho até que a greve refletiu toda essa discussão, essa mobilização dentro da Universidade. No Instituto, tinha ocorrido toda aquela discussão sobre chapas do ano anterior. Tinha toda uma história também de efervescência política. Eu estava no Instituto, na Universidade, respirando isso o tempo todo.

Esse movimento grevista foi assumindo um caráter bem contestador. Era também um ano de campanha para a prefeitura de São Paulo. A Erundina disputava com o João Osvaldo Leiva, indicado pelo Quéricia. Na época o secretário de segurança pública era o Fleury. E esse movimento grevista foi crescendo... Tem alguns indicadores para você ver se o movimento vai pegar ou não. A Poli e a Medicina estão parando... São unidades onde é difícil o movimento pegar. Mas foi pegando. Dentro do Instituto, a greve não foi simplesmente a paralisação das atividades; os funcionários, professores e alunos que estavam acompanhando mais de perto a greve fazíamos assembléias diárias; foi feita uma comissão de greve com participação de todos os segmentos. Em cima da reivindicação salarial, discutiu-se a universidade pública, a qualidade de ensino...

Nós discutíamos que o CA deveria organizar as assembléias, propor a pauta, levar uma posição. Participamos de tudo. Tiramos calendário de greve dentro do Instituto, com a Universidade. Parte da diretoria do CA e um grupo de alunos que não era do CA, atendendo a nossa proposta, ia nas atividades. Discutindo com essas pessoas chegou-se à proposta de uma greve dos alunos, fundamentada no comprometimento da universidade pública, da qualidade de ensino, em cheque pelo baixo salário de professores e funcionários. Começamos

a pensar nisso, no que era apoio. Eram as discussões que a gente tinha na época e que ainda ficaram: O que é apoiar a greve? É não ir na aula e ficar em casa? A quem essa greve afeta?

Então fizemos a proposta de greve de alunos. Foi apresentada numa três assembleias e perdeu em todas, a ponto da gente avaliar que não havia sentido em seguir com ela. Em parte os colegas, de uma maneira que entendo pertinente hoje, reconheciam que não havia como o aluno fazer greve, porque ele não está num trabalho produtivo, não é um trabalhador. Outros viam a greve dos alunos como uma ameaça de comprometimento do semestre, do movimento se radicalizar. Havia quem a idéia de que os alunos não deveriam ter participação política, até porque muita gente ficou de fato em casa. Sabia da greve telefonando, pelos jornais, pela televisão.

Nós ficamos todo o tempo da greve dentro da Universidade. Tínhamos reuniões, assembleias; tínhamos todos os dias algo a fazer: passeatas, festas, uma aula-greve... Coisas muito interessantes. Teve uma vez, na FAU, que o Florestan Fernandes, deputado federal na época, veio falar. Foi uma atividade chamada “café acadêmico”. Foi fantástico. Falou das discussões, da universidade pública... Ele formulou, junto com as entidades, um projeto de LDB. Depois não vingou, foi substituído por um do Darci Ribeiro. O projeto do Florestan vinha sendo discutido há anos com as entidades ligadas à educação, só que aí o Darci Ribeiro achou isso retrógrado, porque no mundo não se estava fazendo assim, e apresentou um substitutivo que foi aprovado. Deu nessa coisa que está aí...

Havia uma série de coisas dentro da Universidade, que nós acompanhávamos cotidianamente. Os funcionários fizeram do local de trabalho um espaço de discussão. Parte dos professores também participou. Mas nas passeatas, nos atos públicos, raramente estavam. A grande massa do movimento foram funcionários e alunos.

Um dos principais episódios dessa greve foi um ato no Palácio dos Bandeirantes, que teve uma ampla divulgação na imprensa. Vários ônibus saíram da USP e de outros campi. Foi um dos raros momentos em que os professores apareceram. Apareceram em massa perto do que era... Devo dizer que o Florestan Fernandes era exceção. Sempre ia nesses atos, mesmo sendo deputado. Acompanhava os funcionários e estudantes na maior parte das vezes... Só que aquela região do Palácio dos Bandeirantes foi cercada. O secretário de segurança era o Fleury, e ordenou que ninguém se aproximasse daquele pedaço. Quando a gente chegou, já tinha gente que estava correndo da cavalaria, que partia para cima dos manifestantes com espadim, com bomba de gás lacrimogêneo e tudo o que tinha direito. Baixaram espadim nos manifestantes! Teve um colega nosso que foi atingido por um estilhaço de bomba de gás lacrimogêneo e foi hospitalizado. A gente chegou e soubemos que um funcionário havia sido atingido com espadim e cortado na orelha. Era um clima de guerra civil. Foi horrível! O acesso ao Palácio foi fechado por um cordão de cavalos. A gente estava possesso! Muito revoltado! A gente estava querendo confronto; estava completamente louco! A gente queria briga, partir para cima! Os funcionários também! Só

que os professores que ali estavam ficaram muito mal impressionados com aquela situação, inclusive alguns mais antigos, que participaram da resistência à Ditadura Militar. Os funcionários queriam que a gente peitasse para fazer o ato em frente ao palácio; queriam o enfrentamento. Os alunos, a maioria queria. Os professores não. O que me fica na lembrança é que se acabou dando espaço para que os professores tomassem a decisão final; houve uma espécie de manobra para que nós não entrássemos nesse confronto. A gente ficou louco! Nas outras manifestações que a gente estava programando pensamos em levar - olha as idéias - bolinhas de gude para enfrentar os cavalos, levar alguma coisa para enfrentar a polícia... Um clima de guerra mesmo. A gente estava querendo confronto depois que vimos colegas, amigos feridos daquela maneira... Depois de tudo foi tirada uma comissão que foi recebida. A gente sabia que ia ser uma enrolação, que iam ouvir as propostas e acabou. Dali a gente foi embora...

No dia seguinte, todos os jornais estamparam aquela muralha da tropa de choque impedindo a passagem. Pegou muito mal. Talvez o fato da gente não ter partido para o confronto tenha sido bom nesse sentido, porque a violência ficou do lado deles: eles atacaram as pessoas, eles é que estabeleceram aquele gesto de força. Ficou muito claro para mim que, sem ter enfrentado, houve um impacto grande na opinião pública contra o que foi feito pelo Fleury e pelo Quércia.

Isso só fez crescer mais ainda o movimento. A gente foi atravessando o tempo: um mês, um mês e meio... Tinha manifestações em vários lugares. Teve essa que foi no Palácio dos Bandeirantes, teve uma cuja concentração foi na Medicina, na Doutor Arnaldo, onde aconteceu um episódio também terrível. A gente estava se concentrando para seguir em passeata até a Praça da República, na Secretaria da Educação. Ali tinha basicamente alunos e funcionários. Os alunos foram chegando e ocupando parte da Medicina, a calçada, e começaram a tomar também a primeira faixa da avenida. Chegaram PMs e intimaram algumas pessoas que estavam ocupando um pedaço daquela faixa a sair. Houve uma discussão entre um PM e um estudante. Não deu exatamente para saber o que era, mas a gente viu um cara correndo e o PM atrás com o cassetete. O rapaz caiu no chão e o PM começou a dar com o cassetete nele. Essa cena eu não esqueço; ficou nítida na minha lembrança. Um funcionário, o Miranda, do sindicato, um negão fortão, pegou uma faixa que estava enrolada num pedaço de pau e deu no PM. Deu! Mas deu no PM! Aí ele parou de bater no estudante, ficou atordoado. Começou a esboçar pegar na arma, mas chegou o comandante dele e parou a confusão. Nisso todo mundo fechou em volta... Aí começaram as palavras de ordem: “violência não, saúde e educação”. Um repúdio à violência. Mas ficou aquele clima de tensão. A gente de novo com um ódio da PM! Nossa, naquela época o nosso ódio desse povo era... Eles estavam seguindo ordens, mas era impressionante! Em que pese o funcionário também ter batido, achei aquilo ótimo, porque pelo menos segurou um pouco a situação do estudante que estava no chão, apanhando de maneira covarde. Foi alguém lá e

tomou uma atitude. Só que ficou essa coisa no ar, aquele clima de tensão. A PM nos acompanhou e não nos deixou mais do que uma faixa de trânsito para a passeata. Saímos com um número grande de pessoas em uma ou duas faixas. Fomos pela Consolação até a Praça da República, e depois para a Sé. Só que marcaram o Miranda, e lá na Sé prenderam ele. E a gente já tinha se retirado. Aí foi aquele alvoroço...

Teve passeata que foi daqui da USP, seguindo pela Eusébio Matoso, Rebouças, até chegar na Paulista. Foi uma época que a gente andou muito. Discutimos também aqui dentro; professores trouxeram discussões em relação aos alunos. Eu assisti uma aula-greve aqui no B. 3. Discutimos um pouco a Clínica, a paralisação dos atendimentos... Aquela velha discussão... Se as pessoas de Métodos não param de atender, como fazer se o funcionário que abre o bloco aderiu à greve? Coisas desse tipo, que sempre voltavam à tona quando se falava de greve. Os professores de Métodos na maior parte das vezes não vinham às discussões. Era como se a Clínica estivesse isenta de tudo. Mas era uma clínica-escola de uma universidade pública!

As questões da pós-graduação, que envolviam atividades específicas, o problema da biblioteca, da administração... Isso tudo foi alvo de discussão. Como seria feito o pagamento dos funcionários? Algumas coisas precisavam funcionar. Isso era discutido nas assembleias. Então foi muito rico; do ponto de vista de um aprendizado político todo mundo saiu ganhando. Para nós alunos foi ótimo conhecer e participar de tudo isso. Os funcionários estão aqui a mais tempo, mas eles conseguiram uma união, que foi difícil de se manter. No caso do Instituto você tem funcionários da biblioteca, dos departamentos, do bloco administrativo, do almoxarifado... Depois eu vi que aquela união que houve foi se diluindo. Talvez isso tenha acontecido também em outros lugares, mas no Instituto, como há espaços muito separados fisicamente, isso favorece picuinhas, desunião. Isso aí é normal, acontece também entre os alunos. Essa questão do espaço físico pode ser um mero detalhe administrativo, mas faz toda a diferença. Eu vi isso quando entrei na pós-graduação e participei da tentativa de formar um núcleo de alunos. O fato das pessoas não estarem aqui, ou estarem em diferentes momentos de suas pesquisas, influenciava na organização dos alunos, como é até hoje.

Em algumas assembleias nós convocamos todo mundo por telefone... Gente, o que é isso! As pessoas têm que ter minimamente um movimento de discutir a formação, o lugar onde estão se formando! Naquele momento eu entendia pertinente, mas depois... As pessoas, na maioria, estavam comodamente de férias, sem participar de nada, acompanhando pelos jornais. Achei isso um absurdo! Achei e acho. Não tem cabimento não participar num momento de greve.

A greve foi passando, chegou a três meses... A gente já estava chegando no finalzinho de novembro, início de dezembro. O movimento foi se desgastando porque não conseguiu o reajuste salarial. Houve pelo menos uma grande vitória do movimento grevista: a prefeitura

de São Paulo foi ganha pela Luiza Erundina. Era num turno só e ela venceu. O movimento provocou um desgaste na candidatura do Leiva. Isso foi fantástico; foi uma das primeiras vitórias eleitorais expressivas do PT, e a greve contribuiu para isso. Nós tomamos as ruas em vários momentos; estivemos em atos e manifestações na Rebouças, na Paulista, na Consolação, no Palácio dos Bandeirantes. Acho que isso foi somando para uma mudança política importante.

Depois da vitória eleitoral, ainda nada de reajuste salarial... O movimento foi se desgastando. Começava a pesar o final do semestre. Mais um pouco e fica inevitável uma espécie de cancelamento ou passar por decreto. Essas coisas já começaram a ser cogitadas; começamos a discutir o que seria feito. Para essa assembléia, convocamos as pessoas por telefone... Eu fico com um ódio tão grande!

Já tínhamos abandonado a idéia de greve dos alunos... Em relação a isso, um parêntese. Aconteciam CCAs na época para discutir a greve; discutiu-se ali também a proposta de greve de alunos. Foram favoráveis a isso num primeiro momento da greve, só que nas assembléias de estudantes da USP a greve também não vingava. Até que num belo dia, lá pelo segundo mês da greve, uma assembléia na FAU... Teve uma assembléia com mais gente de manhã, onde não vingou a proposta, mas em outra assembléia, à noite, com 36 participantes, ela passou. Os diretores do DCE que ali estavam, partidários da greve, entenderam que com aquele quorum poderiam sair dizendo que os alunos da USP estavam em greve. E foi isso que apareceu nos jornais no dia seguinte. Todo mundo ficou possesso; estávamos fazendo essa discussão nas unidades há muito tempo. A gente tentou levar essa discussão também nas assembléias gerais, só que não dá para forçar a barra; não dá para passar o carro na frente dos bois. E aí começou a discussão, bem do meio, do movimento estudantil no nível de DCE. Parte da diretoria começou a dizer que nós, por não quisermos reconhecer aquela assembléia e sua decisão, éramos basistas; disseram que a gente não estava assumindo que tinha de ser vanguarda e estar de fato liderando o movimento. Fala de representantes desse grupo. Respondemos que não se tratava disso, que havia um quorum muito baixo, e que de manhã isso não havia sido aprovado. Como íamos sair por aí dizendo que estávamos em greve? Depois foi feita uma nova assembléia e isso foi revogado. Mas a partir daí a diretoria do DCE foi rachando, foi se dividindo. Essa gestão era uma composição de forças, não era homogênea. Havia pessoas da Convergência Socialista, pessoas da Articulação...

Aí o racha foi se estabelecendo. Quando a Erundina assumiu a prefeitura, parte das pessoas que assumiram certos cargos, ligadas a certas tendências, foram sabotando as propostas dela e do PT. O exemplo mais clássico disso foi a Convergência Socialista, que fazia críticas públicas. Para desgastar mesmo. Diferenciava-se enquanto grupo dentro do PT, não aceitando as deliberações do partido. Por exemplo, não passou a proposta da tarifa zero

na época. Era a idéia de não cobrar ônibus na cidade de São Paulo, por se entender que era um serviço público. As empresas, através de impostos, deveriam bancar o transporte. Pensar nisso hoje em dia, pelo amor de Deus... Mas na época chegou-se a isso. A proposta foi apresentada, votada e não passou. Só que não passou, bola para frente; vamos pensar em outras maneiras de discutir o transporte. Ele foi municipalizado na época e recebeu um subsídio grande da prefeitura. Havia bons ônibus nas linhas; o contrato com as empresas foi feito não pelo número de passageiros, mas pelo quilômetro rodado. Se a empresa colocasse mais ônibus, ela recebia mais. Não era uma coisa de ter gente se espremendo. Melhorou muito. Sempre tomei ônibus e lembro que na época estava morando na divisa de Diadema com São Paulo, e a condução ficou excelente. Mas a Convergência Socialista fazia críticas públicas à gestão.

Começou a haver um contraste grande dentro do PT, onde esse grupo foi se diferenciando e se isolando. Isso aconteceu também dentro do DCE. Foi esse grupo que foi se diferenciando. Eles achavam que o DCE deveria ser uma liderança vanguardista e absoluta para conduzir as massas; defendiam um movimento de massas, e para isso enfatizavam a questão dos quadros, das lideranças. Dá para ver onde a coisa vai. É isso justamente o que mostra essa situação da greve decidida apenas por 36 pessoas numa assembléia à noite. Ficou clara essa primeira divisão: pessoas da Articulação e de outras correntes de um lado e Convergência de outro.

Já havia acabado a greve quando surgiu essa decisão absurda de greve dos alunos. Lembrei disso porque essa idéia surgiu totalmente descontextualizada. Aqui no Instituto e também no resto da Universidade já estava se pensando na reposição de aulas. A gente foi pego de surpresa; isso não passava na cabeça de ninguém naquele momento. A gente já estava pensando mais no fim do semestre, no que iria ser feito, no desgaste do movimento. Aí nós começamos a marcar com os alunos assembléias para discutir essa questão. Já se sabia que não havia mais fôlego para tocar as coisas, e que a greve estava chegando ao seu final.

Foi duro, porque mesmo havendo uma vitória política na prefeitura, em termos salariais não foi obtido nada. Isso é muito ruim. As pessoas saíram muito mal dessa história toda.

Nossa bronca era porque havia muitas pessoas que estavam fora, de férias praticamente, e a gente fez uma discussão no CA, com outras pessoas, e defendemos o cancelamento do semestre. Isso implicava numa coisa muito difícil, em mudar todos os horários da Universidade. Não haveria o vestibular; ia se colocar em xeque toda uma estrutura. E nós queríamos justamente isso. Produzir pelo menos esse efeito: que a greve pudesse suscitar uma preocupação maior com o ensino público. O cancelamento do semestre também se justificava porque tivemos um mês e pouco de aula. Uma outra alternativa era repor as aulas, ou então haver uma aprovação por decreto. Essas eram as propostas.

Eu sempre defendi que o CA organizasse a assembléia, os pontos de pauta. Podia ser que os alunos mudassem isso, mas a gente tinha que levar uma proposta. Deveria haver também uma posição do CA em relação às coisas; não cabia apenas a organização. Pegamos um traquejo cada vez maior disso, porque assembléias não faltaram... Então nós fomos para a assembléia levando essa proposta. Foi terrível, porque a maioria dos alunos que estava de férias e veio disposta a discutir reposição. Falei da questão da Clínica, que era pertinente ao quinto. Aqui os alunos, em sua maioria, não queriam perder o semestre de forma nenhuma. Também não queriam passar por decreto, porque isso me parece que fica registrado. Também ninguém queria cancelar o semestre. Do ponto de vista prático já estávamos com o semestre comprometido. Por que não começar do começo e fazer direito? Aí começou aquela velha discussão: “Tem disciplina que nem vale a pena; a gente não está interessado mesmo. Mas tem outras disciplinas que valem, então não dá para cancelar o semestre”. Coisas nessa linha. Se você não está contente com a disciplina, vamos discutir, mas por que agora e não em condições normais? A assembléia pegou fogo!

A gente também tem que destacar que alguns professores vieram a essas assembléias e participaram, levaram propostas de reposição. Lembro claramente disso; localizo claramente os professores.

Um grupo não queria perder o semestre de maneira nenhuma. Só que para eles é fácil: ficou em casa, não fez nada, acompanhou pelos jornais... Nós ficamos aqui durante toda a greve; ficamos todo tempo trabalhando. O grupo dos cinco e das pessoas que estavam participando diretamente. Estava exausto, não agüentava mais. Tanto era assim que propusemos o cancelamento do semestre também em função disso. Os funcionários também estavam cansados. Como a gente ia repor aula nessas condições? Mas as pessoas que vieram para a assembléia vieram fresquinhas, novinhas em folha, e não acompanharam toda discussão; vieram com a idéia forte da reposição, justificando isso das maneiras mais tortuosas possíveis. Tínhamos algumas assembléias desgastantes em torno disso, enquanto também acompanhávamos assembléias gerais na Universidade. Havia um indicativo, tirado na assembléia geral da USP, dos professores, de fazer um calendário de reposição. Os professores Yves, Tânia Tsu, defenderam a reposição. Um dos únicos professores que defendeu o cancelamento foi o Leon. A gente começou a perceber que o cancelamento do semestre ia mexer com a vida de muita gente; os alunos não queriam perder um semestre sequer na sua sequência programada de formação, nem que fosse desse jeito. Com jeitinho, desse jeito chinfrim de fazer as coisas. Faz do jeito que dá... Entendíamos que deveria haver cancelamento para que o semestre de fato acontecesse, para que se discutisse o teor das disciplinas se fosse o caso, para que essa greve levasse à discussão da universidade...

De um primeiro para um segundo semestre, os professores e os alunos já tinham um ritual programado. Então, a maioria não quis mesmo o cancelamento, optando pela reposição. A maioria dos professores que estavam aqui defendeu a reposição. Depois

entendemos também que eles não queriam dar as disciplinas nos horários do semestre anterior. Isso ia remodelar toda a vida deles. Ficamos pensando até que ponto cada professor se dispunha a bancar uma coisa dessas. Foi uma assembléia profundamente desgastante, onde passou a reposição, para nossa irritação geral, dentro do CA e das pessoas que participaram da greve conosco. O pessoal não agüentava mais! Estava no limite. Cansadíssimo!

Então fizemos um calendário de reposição que ia do início de dezembro até 21 de janeiro. Já era uma reposição tacanha, uma farsa; não ia acontecer de fato. Depois, a gente ia ter que ficar aqui em dezembro e em janeiro. Já estava trabalhando para caramba e ia ter que ficar nas férias. Fiquei muito puto da vida com isso! Viemos para a sala de aula com todo o desgaste; fui muito a contragosto. Decidi ir apenas nas aulas que justificassem esse esforço. Uma delas foi a do Leon, Personalidade e Ajustamento. Começa daí uma certa discussão em relação à minha turma, como eu falei em relação à Clínica. A assembléia decidiu reposição até 21 de janeiro. Na prática, os professores começaram a propor, e os alunos a aceitar, que essa reposição durasse até 22 de dezembro, que ela ficasse condensada e que se fizessem trabalhos ou provas, e que acabasse o semestre nessa data, um mês antes do término previsto. Boa parte das disciplinas acabaram, como se dizia na época, acochambradas. Eu já estava no meu limite de cansaço. Fiquei desgostoso da vida e não acompanhei a discussão que as pessoas da sala faziam combinando isso. Fiquei sabendo que parte da sala, que inclusive defendeu a reposição, interpelou os professores para que dessem reposição até a data decidida na assembléia. Mas os outros alunos decidiram votar na sala de aula, e a maioria decidiu pelo acochambramento. Na semana seguinte me contaram o que havia acontecido. Eu tinha noção de que as coisas fossem terminar assim. Na aula do Leon foi interessante. Olha só a baixaria sem fim. Esse grupo de alunos que não tinha aparecido para nada propôs isso para ele. O Leon falou: “olha, eu estava na assembléia e lá foi decidida a reposição até o dia 21 de janeiro, e então as aulas vão até 21 de janeiro”. O Leon bateu o pé nisso, e esse grupo não conseguiu, nessa e em algumas outras aulas, fazer isso. Em outros anos também houve o mesmo tipo de polêmica, mas enfrentaram resistência por alguns professores e alunos.

*

A gente viveu intensamente esse momento da greve. Ela dominou um semestre inteiro nosso de CA. Não nos reduzimos a isso; conseguimos um espaço para atividades do CA; conseguimos fazer duas festas enormes aqui; esse estacionamento encheu de carros de pessoas de outras unidades. A linha de atuação política das outras gestões isolou muito a Psicologia do resto da USP. Quando fizemos as festas e divulgamos para todo o campus, um monte de gente veio. Pedimos um palco, teve três bandas tocando; dividimos o trabalho

dentro do bar; teve venda de comidas que o pessoal levava... Teve muito trabalho, mas a gente se divertiu. A Psicologia passou a ter um contato mais amplo com as outras unidades. A gente se aproximou dos CAs vizinhos, que se tornaram aliados políticos. O CA da ECA, da Odonto, da Veterinária. Agora a gente nunca teve muito contato era com FAU⁸⁶ e FEA⁸⁷; nunca tivemos essa interlocução com eles, até porque eram de outras tendências do movimento estudantil.

Samir – Você lembra de alguém dessa época?

Tinha uma figura chamado Alemão, do CA da FEA, o CAVC⁸⁸. Quando se falava de Alemão, falava-se de PC do B; quando se falava de PC do B, falava-se em Alemão... Não era uma pessoa ruim. São diferentes formas de pensar o movimento, de encaminhar os problemas... Perto de outras pessoas que a gente conhecia ele era bom demais até. Pelo menos a pessoa era dialogável. Tinha umas pessoas que eram impossíveis. Truculentas, autoritárias.

Procuramos também conseguir tudo que a gente necessitava para a estrutura do CA. Conseguimos uma linha telefônica; estávamos conseguindo o direito de usar um computador; conseguimos o Centrão, que era esse espaço no outro bloco, para poder fazer cursos, festas e tudo o mais. Na sala do CA que a gente tinha, não poderíamos fazer uma série de coisas. Pedimos uma série de coisas... Arquivos para poder ter documentos, tanto do CA como do movimento estudantil de área, pois estávamos acumulando cargos na Executiva.

Prossegui então na Executiva. Saí do CA em maio de 89. Disse para as pessoas que não ia continuar, pois estava no quarto ano, havia saído da biblioteca e precisava arrumar um trabalho na psicologia. O trabalho era sempre uma coisa premente para mim. Consegui um estágio na TELESP. Com tudo isso, mais minha participação na Executiva, mais o desgaste do ano anterior, fui tocando as coisas que precisavam ser tocadas até a eleição. Ficaram algumas pessoas com as quais eu trabalhei. O Sandro se tornou diretor geral do CA, o Edu Iamauti fez parte dessa gestão... Tentamos manter uma linha de continuidade. Continuei participando, mas não como parte da diretoria.

Nesse tempo, até maio de 89, a gente se concentrou mais nos projetinhos para conseguir as coisas. Fizemos essas solicitações para o Instituto. A Zélia designou o Lino como negociador. Ele era o vice-diretor na época. Nós passamos a pauta de reivindicações do CA e ele nos pediu projetos específicos para cada uma das coisas. Ficamos aqui num

⁸⁶ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

⁸⁷ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

⁸⁸ Centro Acadêmico Visconde de Cairu.

trabalho intenso. A gente não se fez de rogado. Fizemos projetos para tudo. Eles deram uma canseira na gente; tínhamos que ficar em cima, cobrando. Dia após dia estávamos lá em cima. Uns chatos. A maior parte das coisas a gente conseguiu: a ampliação do espaço físico... Ficou pouco tempo, porque o bloco foi demolido. Eles nos deram uma canseira, mas nós também demos uma canseira neles.

Na época houve um desgaste grande com a Zélia. Com a greve, com a invasão da estatuinte, quando ela passou mal, e com o movimento que aconteceu na eleição para diretor, ela tinha um ódio grande da gente. Tivemos episódios de discussão brava. Um deles envolveu o Centrão. Nós tínhamos solicitado o espaço e estávamos negociando; fizemos um trabalho fotográfico lá dentro e colocamos no mural do bloco 3, falando que nós queríamos aquele espaço e estávamos em processo de negociação. A Zélia viu aquilo e ficou furiosa; entendeu como pressão dos alunos para obter o espaço a qualquer custo. Ela nos chamou para conversar e fomos os cinco do CA. Além de mim tinha o Sandro, a Pati Villas Boas, o Luís santista e o Fábio Salgado. Ele era dos anos finais, diferentemente da maioria do grupo. Era engraçado, porque ele era a figura mais zen do grupo. Eu, Sandro, Patrícia Villas Boas e Luís santista, a gente era mais agitado, mais bocudo... Fomos nós para a reunião com a Zélia, que estava uma fera: “Vocês estão me pressionando pelo espaço físico! Eu não cedo à pressões! Vocês feriram nosso acordo! Essa negociação não pode se tornar pública!”. Ela falou isso aos berros conosco. Babava em cima da gente. Aí pegamos e respondemos no mesmo tom, principalmente o Fábio Salgado: “Não é assim! A senhora não vai falar com a gente desse jeito!”. Ele também levantou a voz num grau máximo! A gente nunca viu ele daquele jeito; foi o mais nervoso de todos: “A senhora não levante o tom de voz com a gente! A gente não é criança!”. Foi uma discussão daquelas. No final das contas ela baixou a bola e entendeu que aquilo não era pressão, mas uma forma de passar para os alunos o que era o espaço e o que estávamos fazendo. Pressão seria outra coisa, como levar os alunos lá, fazer uma manifestação. Só que as pessoas conhecem a Zélia. Se ela toma algo como ataque pessoal fica completamente fora de si. E ela ficou. Mas a gente respondeu à altura, porque ninguém estava ali para levar bronca como se fosse moleque. Foi fantástico. Não houve ofensas, mas deixamos claro que ninguém estava ali de bobeira. Nós conseguimos o espaço. Ela passou para o Lino e fechamos o acordo. Foi uma grande vitória! Saímos fortalecidos.

Samir – Você começou a se afastar do movimento estudantil no final do curso, ou você continuou acompanhando?

Terminando a graduação, fiquei mais concentrado na Executiva. Só que ela estava se diluindo...

Isso eu estava tentando localizar. Deixa eu fazer minhas contas... Em 89 aconteceu o ENEP do Rio, depois fui me desligando do CA, em maio; em seguida consegui o estágio da

TELESP. Fiquei com o tempo dividido entre curso, estágio e reuniões da Executiva... No ENEP do Rio tirou-se que o próximo seria... em Recife, só que novamente esse indicativo não foi efetivado. Ficamos então 89 e 90 sem ENEP. Nesse período eu saí do CA, mas acompanhava as discussões; fui representante discente no conselho de departamento e na Congregação. Durante o CA a gente acumulava também essas coisas. Não que a gente quisesse, mas precisava; a gente queria ocupar esses espaços, e defendia uma ligação orgânica entre representação discente e CA. Era um debate forte, porque a representação discente em muitos casos – acho que a concepção dela é essa – se separava da organização política dos estudantes. Tanto no DCE como no CA defendeu-se que a chapa de RDs⁸⁹ discutisse com as entidades. Pelo estatuto da Universidade, o RD não precisa fazer isso; ele não tem outra obrigação a não ser a de se candidatar. Atuava muitas vezes sem qualquer discussão com seus representados. A idéia era fazer uma chapa para RDs afinada com o CA.

Fui representante na Congregação. Eu era o titular e o Luís santista o suplente. Até aconteceu um episódio nessa época que foi bem polêmico, sobre o atendimento a pacientes aidéticos aqui no Instituto. Eram atendidos num projeto de intervenção e pesquisa do professor Esdras, do PST. Eles utilizavam as dependências do IPUSP. Na época, com os pacientes aidéticos atendidos aqui, utilizando o banheiro, havia o temor de que isso pudesse trazer conseqüências para as pessoas do Instituto. Isso foi discutido numa das reuniões da Congregação.

A gente fazia reuniões entre RDs e CA, aberta aos alunos, para discutir a pauta dos conselhos, departamentos e Congregação. Mas essa reunião acontecia, na maioria das vezes, entre o CA, os RDs e mais uma ou duas pessoas. Eu não poderia ir na reunião da Congregação onde seria discutido isso. Decidimos nessa reunião que seria melhor pedir mais informações, debater com outras pessoas a respeito. Fizemos essa reunião e daí o Luís santista foi para a Congregação, onde o assunto foi discutido e a maioria dos membros decidiu proibir o atendimento a esses pacientes aidéticos. O representante dos funcionários, na época o Claudiel, foi o único que defendeu que se procurasse discutir mais a respeito. Isso chegou na imprensa com força total no fim-de-semana. Saíram algumas páginas nos principais jornais dizendo que o IPUSP proibiu o atendimento a pacientes aidéticos. Daí falava-se da questão do preconceito... Ficou péssimo. Os professores ficaram em polvorosa. E os colegas vieram conversar conosco: “Como? O que aconteceu?”. Chegamos para o Luís e perguntamos para ele o que havia acontecido, uma vez que decidimos na reunião seguir a proposta de discutir mais o assunto. Ele falou: “olha, houve uma discussão lá e eu entendi que o mais pertinente, de fato, era paralisar o atendimento”.

Aí ficou que os alunos votaram a favor da paralisação. O pessoal veio com dez pedras em cima. Mas eu já estava puto da vida com os alunos, com a postura deles. Todo mundo fala, mas na hora de vir discutir, de pensar junto, de participar, não vem. Houve um

⁸⁹ Representantes Discentes.

equivoco sim. Nós discutimos e tiramos uma posição, mas o Luís ouviu outras considerações e achou por bem votar naquilo que votou. Não concordamos. Só que isso foi tirado numa reunião onde todos foram convidados, então ninguém pode chegar e jogar pedras dessa maneira.

Tivemos um debate com o Caio Rosenthal sobre AIDS. Na época estava sendo discutido havia algum tempo, mas para muita gente... Imagina, se para as pessoas do Instituto, para professores, não era claro se o paciente aidético representava perigo, imagine o resto da população. Os professores deviam ter um mínimo de conhecimento a respeito. Imagina a cara deles quando tiveram que admitir que erraram. Foi uma coisa horrível. Foi muito engraçado. Nessa Congregação a Zélia não estava. Inclusive ela interpelou as pessoas que estavam. Eu não sei se de fato ela se contraporia a isso ou não, mas uma coisa sou obrigado a reconhecer, conhecendo a Zélia como professora, como diretora. Ela é uma pessoa explícita, que diz o que pensa. Pode ter uma forma complicada de discutir com as pessoas, mas é transparente, você sabe com quem está conversando. Ela assume posições que a gente discorda ou concorda, mas deixa tudo muito claro. E ela considerou a decisão de paralisar os atendimentos equivocada.

Aconteceram debates, assembléias; houve todo um movimento em prol da volta do atendimento aos pacientes aidéticos. Ele se deu num certo nível, depois não lembro como ficou. Esse espaço de intervenção voltou a acontecer, mas com mudanças. Lembro que o Esdras ficou bem abatido; lançou-se uma série de suspeitas sobre as pessoas; ficou um clima persecutório. A Congregação decide e aparece a imprensa? Quem passou para a imprensa? Você sendo representante da Congregação, essa instância se torna uma entidade a parte. Olha como isso foi dito: “Há um traidor entre nós!”. A idéia que se tinha era que alguém da Congregação saiu para falar a respeito do que havia sido decidido, como se aquilo ali fosse uma coisa desvinculada das outras. Mas eu sou representante dos alunos, não sou um membro da Congregação. Eu tenho compromisso com quem represento.

*

No final de 89 começamos a pensar o ENEP. A pessoa que era de Recife da Executiva viu que não daria para ser lá. Voltamos então àquele velho desgaste. Passou 89 sem lugar para o ENEP; fizemos novas reuniões; nos reunimos aqui com pessoas que conhecemos de outros encontros, principalmente com pessoas do sul do país, com quem tivemos grande proximidade. De Curitiba, de Florianópolis e principalmente do Rio Grande do Sul. Esse grupo era representante dos CAs que vinham para os CONEPs. Nesse ano de 89 consolidou-se um grupo forte de militantes do país; consolidou-se um laço forte de amizade entre todos.

No Congresso da UNE, em Campinas, nós chegamos num CONEP para decidir um local para o ENEP. Conversei um pouco com o Roberto MacFaden e pensamos em fazer na USP. O Beto estava no CA e disse que já tinha discutido, e que poderia arcar com isso. Um amigo nosso, o Tatsuo, junto com outras pessoas da Federal do Paraná, propôs Curitiba. Outro colega de Goiás propôs sua cidade. Foi interessante, porque a gente estava num vazio, sem propostas, sem idéia de onde ia acontecer, e surgiram três alternativas. Tinha um número considerável de pessoas de várias entidades. Cada um defendeu sua proposta. Foi engraçado, porque o Tatsuo foi muito sacana na defesa dele [risos]. O jeito dele: “Olha, eu falei Curitiba, mas tenho que dizer para vocês que dependendo da época - e deve ser no mês de julho - quando em Curitiba é muito frio. Fica difícil. É no sul do país, não é numa região tão central...”. Ele propôs Curitiba e acabou fazendo uma defesa que remetia a nós! Foi muito sacana! Propôs Curitiba só para ter uma outra opção, mas queria São Paulo. Havia outra pessoa, que a gente não conhecia, que propôs o ENEP em Goiás num intervalo curto. Mas sabíamos que não dava, e já conhecíamos o Tatsuo, o Manuel e a Livia dos encontros e reuniões.

A gente também fazia reuniões num outro espaço importante, que era a SBPC. Também encontrava essas pessoas do sul ali. Fomos estreitando laços, se conhecendo.

No ENEP do Rio aconteceu uma decisão muito importante na plenária final. Poucas pessoas puderam participar e ter o real sentido disso. Toda votação nas plenárias dos ENEPS eram por delegado: uma escola com número X de alunos tinha direito de eleger tantos delegados. No Rio foi aprovado que o voto seria universal: todo o estudante de psicologia, indo na plenária final, teria direito a voto. Eu defendia, como defendo até hoje, que o voto seja por delegado, porque senão a sede do evento fica beneficiada. A idéia também é que se garanta que aquelas pessoas que votam estejam implicadas discutirem com a escola da qual faz parte; tem muita gente que vem como paraquedista e vota em alguma coisa sem o menor compromisso. No ENEP do Rio foi tudo tão conturbado que essa proposta passou. Quem a defendeu foi um amigo meu anarquista. Já tive meu período anarquista, depois mudei. Mas tinha muito contato com esse amigo, um mineiro, o Juninho, que defendia cabalmente que as entidades deviam ser desmontadas para que os estudantes pudessem ocupá-las livremente, de acordo com seus desejos. Não via as coisas bem assim, ainda mais estando no CA. Ele dizia que lá em Minas eles estavam implementando isso com algum resultado. Ele foi um dos principais defensores dessa idéia. Considero isso complicado. Uma desgraça. O ENEP do Rio de Janeiro foi complicado, sintoma de um momento de muita desagregação, de muita desorganização.

Então foi discutido nesse CONEP de Campinas onde seria o XIII ENEP, e São Paulo ganhou. Nossos amigos de Curitiba e Porto Alegre montaram uma comissão organizadora conjunta, dividindo tarefas; mantivemos reuniões em São Paulo e eles no Sul, e nos reuníamos de acordo com os eventos que acontecessem, ou se necessário viajávamos para

conversar e divulgar isso junto às escolas. No final de 90 estou quase me formando e tenho que tocar o próximo ENEP. Tivemos um ano e meio para organizar. Seria em julho de 92... No ano seguinte ao CONEP, eu, Beto, Sandro, Xandó, Fabiano, Marcelão... Um monte de gente; pessoas com quem a gente construiu uma forte amizade, que participavam ativamente dos ENEPs, formamos a comissão organizadora. No ano seguinte essa proposta foi levada aos alunos dos primeiros anos, e quem quisesse participar da organização estava convidado. Assim foi, com reuniões periódicas, 91 e 92. Fomos atrás da infra-estrutura, do patrocínio... A infra-estrutura era mais fácil, porque já sabíamos os caminhos graças à participação no CA; fizemos uma proposta de tema, de atividades dentro do evento... Fizemos isso com muito prazer, pelos laços de amizade que a gente criou. Conseguimos envolver muita gente; teve reuniões que participaram vinte, trinta pessoas. Foi um negócio fantástico! Trabalhamos como doidos, mas valeu.

Eu já estava formado em 91, trabalhando numa escolinha de educação especial como auxiliar de coordenação. Nesse meio tempo, reuniões para organizar o ENEP, reuniões da Executiva... Não deixei de manter laços com o Instituto, com as pessoas. Até porque os meus principais amigos, que entraram em 88, ainda estavam aqui. Eram meus amigos – e são meus amigos – e a gente se encontrava aqui. Eu estava organizando recepção a calouros, festas. Estava tendo ainda contato muito intenso com o Instituto naquela época. Em 91 diminuí minha participação aqui dentro, mas mantive contato através dos meus amigos, que me contavam o que acontecia no CA, na RD e dentro da Universidade. E principalmente através das reuniões da comissão organizadora do ENEP. Mas aí de outra maneira, pois eu era membro da Executiva. Bem ou mal eu tinha esse vínculo. Já estava formado, mas continuava vinculado a isso. Eu pensei, decidi que deveria assumir isso até o final, pois já havia acontecido uma série de coisas; já havia um grande tempo sem ENEP. Se a gente não assumisse isso de fato seria possível que não tivéssemos mais ENEP por um longo tempo. Havia risco de não ter mais. Eu pelo menos conseguia ver essa possibilidade. Podia ser que não chegasse a isso, mas já tínhamos vivido aquela experiência de um ano e meio sem ENEP. Foi por aí, pela necessidade do ENEP e pelas reuniões para a sua realização que continuei ligado ao movimento estudantil em psicologia. O Beto conversou comigo lá em Campinas e gostei da idéia, mas era uma encrenca... Estava terminando o curso. O Beto me convenceu. Mas foi um trabalho que não foi sacrificante, mas sim prazeroso; foi bom propor isso para as pessoas que estavam entrando e discutir com elas...

Em 92 aconteceu o XIII ENEP, cujo tema foi “Psicologia: Reflexões críticas sobre a prática instituída”. O objetivo era discutir a identidade da psicologia, uma questão que surgiu nos ENEPs anteriores. Surgiu depois de acirrados debates. As primeiras reuniões foram marcadas no bar mesmo; a gente ia na esfirreria Grajaú, na alameda Santos, perto da Paulista. Foi lá a reunião para discutir o tema. Começamos a pensar tomando cerveja e comendo... Foi o começo. Depois a gente fez reuniões mais formais, mas no começo era

assim, até para garantir o nosso prazer nessa história toda. É um trabalhão, mas uma coisa não exclui a outra.

Trabalhamos de monte. Montamos uma secretaria para informar sobre o ENEP; fizemos escalas. Tinha uma salinha aqui, mais ou menos como essa onde fica o bedel; cada um ficava ali um certo horário recebendo os telefonemas. Fizemos um esqueminha com os telefones para quaisquer informações. Muito bem organizado. Foi fantástico. Não era uma empresa contratada. Nós fizemos. Tudo isso envolveu ofícios, gente que fizesse folder, cartazes, entrar em contato com profissionais, conseguir verba para pagá-los. Conseguimos tudo com o dinheiro das inscrições e com ajuda do Instituto. Foi um trabalho todo planejado, e todos trabalharam intensamente. O pessoal do Sul veio com antecedência para ajudar. Foi aqui nesse bloco de aulas mesmo, que já estava construído. Inclusive a comissão organizadora ficou alojada onde agora é o CA. Preparamos com o pessoal do Sul o espaço; eles foram de fato também da comissão organizadora; já tinham nos ajudado antes contatando profissionais. Com as coisas acontecendo, as pessoas foram dando retorno, e vimos que estava tudo muito bem organizado mesmo. As atividades aconteceram, as festas... Sem uma boa infra-estrutura começa a minar a coisa; é fundamental para que aconteça a discussão. Conseguimos retomar a organização dos estudantes de psicologia, discutimos sobre as dificuldades desse tempo de organização do ENEP; pudemos avançar na discussão do formato dos encontros, nas discussões da Executiva. Percebemos em que momento político estávamos: precisávamos sair da denúncia e produzir conhecimento sobre nossos problemas. Isso derivou depois, com muita participação do pessoal do sul, em discutir as bases epistemológicas da psicologia e a nossa posição como alunos frente a esse conhecimento. Uma coisa nova: decidimos na plenária final do ENEP de São Paulo que a regional Sul organizaria o próximo Encontro, e no COREP-SUL⁹⁰ escolheriam onde seria. Esse lugar depois foi Porto Alegre, em janeiro de 94, um ano e meio depois. A idéia era que fosse em um ano, mas acabou não dando.

Acho que retomamos o fio da meada, partindo da discussão que acontecia dentro da Executiva. Trouxe isso nos debates do ENEP, já que era remanescente do grupo de 88. Aprovou-se então uma nova Executiva; retomou-se também a história dos ENEPs. Havia várias pessoas ali que já passaram por ENEPs: o Marcelão, o Xandó... Todas elas contribuíram para manter isso vivo. Decidiu-se que no próximo haveria um formato menos professoral; os estudantes vinham para palestras com grandes profissionais. Tinha sua importância; o ENEP trouxe pessoas de peso, mas nesse formato de exposição o aluno pouco podia trocar com quem estava na mesa. Decidiu-se, para o próximo ENEP, aumentar a participação dos estudantes; colocar na mesa estudantes que estão pensando em temas, numa relação mais igual.

⁹⁰ Conselho Regional de Estudantes de Psicologia da Região Sul.

Com o ENEP concluído em 92, finalizei minha participação no movimento estudantil de psicologia. Eu nem estudante mais era...

Eu voltei ao Instituto como aluno da pós no final de 93, quando retomei minha participação discutindo a formação de um núcleo de estudantes da pós-graduação... Voltei de novo à tona [risos]. Mas em outro contexto, em outra situação.

*

Samir – Bem, agora eu gostaria de retomar alguns pontos pelos quais passamos. Mas eu queria que você se detivesse um pouco mais. Em relação à graduação, você identifica algo do seu curso que teve relação com a participação política? Você lembra de algum conteúdo, de alguma disciplina, que se relaciona com a militância estudantil? Você falou um pouco do Leon, de algo crítico. Isso teve alguma relação na forma de discutir o ENEP, algo assim?

A graduação teve participação na minha militância, mas não diretamente. Algumas disciplinas mexeram comigo por me fazerem encarar certas coisas sob uma perspectiva crítica, sob a perspectiva de que deveria haver uma ação. A disciplina da Maria Helena Patto, na qual se discutia a psicologia escolar. Uma disciplina muito apaixonante; você começa a tomar pé das reais condições da educação no país, do acesso da criança, do sujeito, ao conhecimento, de como isso é discutido dentro da psicologia. Isso a gente discutia com os colegas: “A gente precisa fazer alguma coisa! Precisamos intervir. Isso que nós vemos na sala de aula pede uma ação!”

Ah, aí tem uma ligação interessante... Uma outra disciplina me fez pensar uma série de coisas. Não foi pela disciplina em si, nem pela pessoa que ministra e nem exatamente pelo conteúdo, mas pelo universo com que a gente acaba tomando contato. É Psicopatologia Geral. Tomar contato com o paciente psiquiátrico, com a sua história, ver a maneira como é tratado, a intervenção sobre ele, fez com que eu pensasse muito na minha ação dentro da saúde mental, um tema muito caro para mim até hoje. Estudei no mestrado a respeito disso. Minha atenção se voltou para crianças psicóticas. Era uma maneira de manter contato com o tema, que me é muito caro e que antes da graduação me fez pensar em escolher psicologia. Quando eu vi em Psicopatologia Geral esse mundo, senti necessidade de agir e questionar, pensar as bases de intervenção do psicólogo no hospital psiquiátrico. Mais ou menos nessa época começava o trabalho de intervenção no hospital Anchieta em Santos; a Telma de Souza ganhou a prefeitura e interditou esse hospital particular; interveio com uma pessoa que fez estágio em Triest. Essa instituição passou por uma grande reformulação, e nós conhecemos esse processo através de uma psicóloga que trabalhava lá, conhecida do Sandro. Eu tinha a experiência de ter ido no Hospital Anhembi, onde a gente fazia “estágio”. Na realidade não era estágio, mas uma entrevista num grupo de quinze alunos com um monitor, que iam fazer

uma série de perguntas e chegar a uma avaliação diagnóstica de um paciente. O diagnóstico não éramos nós que fazíamos, era a psicóloga que assessorava a Tânia, professora à frente da disciplina. Esse era o estágio... Não havia uma visão crítica. Mas o campo de problemas já me era tão caro, eu já tinha tanto interesse pelo assunto, e via o sofrimento das pessoas naquela situação, que isso me impelia a uma ação, a puxar os colegas para discutir. É um tema que me é caro até hoje; sou ainda fascinado por pensar esses problemas. Hoje é uma realidade completamente diferente, porque a idéia de outras práticas de saúde mental já se estabeleceu.

Foi uma disciplina que me fez pensar em ações, mas isso não derivou diretamente na minha participação no movimento estudantil; não cheguei a estabelecer uma proposta específica relacionada a essa área dentro do CA. O máximo que conseguimos fazer foi levar pessoas interessadas ao Anchieta. Conhecíamos um pouco através do Anhembí como era o tratamento num hospital; vimos as dependências do Anchieta e soubemos da história. O Hospital era gerido da pior maneira possível: as pessoas não eram atendidas nas condições mínimas de saúde; os funcionários ganhavam muito pouco; espancavam e matavam internos; as pessoas eram assassinadas e enterradas ali. O dono do hospital recebia repasse do governo de acordo com o número de leitos ocupados. Pelo que puderam analisar, ele retirava oitenta por cento como pró-labore e destinava o resto para pagamento de funcionários, remédios, contas, comida, higiene... Ou seja, estava assassinando pessoas; estava retirando, como lucro, as condições mínimas do hospital... Vimos a situação dramática da saúde mental no Brasil... Terrível.

Mais ou menos na mesma época, através do contato que eu tinha com pessoas de outros centros acadêmicos, surgiu um trabalho de um aluno da medicina que estava fazendo uma articulação com a administração municipal de Itapeverica da Serra e montando um grupo de profissionais das mais diversas áreas para poder trabalhar como estagiários numa unidade de saúde. Participamos de reuniões, conhecemos a unidade de saúde. Foi interessante, mas não vingou. Vimos sala, vimos tudo. Depois acabou não dando certo.

São coisas que não estão diretamente ligadas com minha atuação no CA; não tive contato com o Anchieta fora, tive de dentro do CA, mas isso foi aberto para todos os alunos. Fui como qualquer outro aluno. Nesse trabalho de Itapeverica da Serra também. Inclusive na época foram alunas que estavam mais à frente do curso. Não era uma coisa que eu tive por estar no CA; qualquer aluno poderia ter tido.

No caso de Psicologia Escolar, da Maria Helena, é diferente. A forma de propor os temas, a visão que se tem, foram marcantes. Quando fiz os trabalhos dela, do Leon, de Social II, fiz com todo o carinho. Aquela coisa de ir para a biblioteca, buscar os livros, ler os textos, elaborar uma reflexão... Trazendo nos dedos. Também a disciplina do João Augusto é interessantíssima. Os textos que ele tratou, a discussão que ele trouxe em aula, foram

fantásticos para pensar esse tema da loucura. Infelizmente, pelo meu envolvimento no CA naquela época, não pude participar de algumas aulas.

Mas nenhuma dessas matérias reverteram diretamente para a militância, e sim fizeram pensar coisas da psicologia que eram mais caras para mim, coisas com as quais eu me identificava no curso.

Atuando no CA eu fiquei tão... tomado pelas questões de mobilização, de organização dos alunos, a partir de problemas que foram surgindo... Quando você está no CA vem a greve e você fica em função dela. Ela faz parte, mas é algo que talvez você não discutisse de cara; talvez você não começasse por aí. Talvez eu começasse discutindo saúde mental. Mas os temas que foram surgindo foram outros. O tema que surgiu foi a ampliação do espaço físico do CA para propiciar atividades que levassem à maior mobilização dos alunos. Então a mobilização, que foi aquilo que surgiu, falou mais alto do que idéias que eu tinha a respeito de psicologia. No caso do ENEP, a gente ficou muito mais correndo atrás de ter sede, essas coisas. Isso acabou ocupando um bom tempo. O ENEP se concentra muito na discussão sobre currículo. Uma eterna discussão. Discutimos muito mais a estrutura geral do currículo do que a ciência psicológica dentro dele; a gente não consegue chegar aí. Até esboçamos, mas quando íamos chegando já havia se completado um ciclo para que outra discussão acontecesse. Esse eu acho que também era um problema em movimento político de qualquer ordem, e vi bem isso no movimento estudantil. Aquilo que uma gestão faz, realiza, pensa, é muito difícil de ser passado adiante. Muito difícil. Talvez falte essa preocupação de garantir uma linha de continuidade. Então muitas vezes a discussão começa num ponto que já havia sido ultrapassado. Isso é um problema; é difícil tocar uma discussão se ela não tem continuidade... Você começa discutir currículo e é preciso que um grupo permaneça na discussão ou que passe as coisas adiante... Dá para ver isso pelos ENEPs. Com um ano de lacuna, ou mais do que isso, essa continuidade se perde; aquilo que foi discutido em 88 foi muito bom, mas para retomar no Rio de Janeiro foi uma desgraça. Eram outras pessoas. E sendo outras pessoas a discussão caminha por outros meandros. Nós ficamos nos atendo à sindicância do dinheiro que foi desviado e ao caráter do encontro. O currículo e uma série de coisas que estavam avançando ficaram estancadas. Assim também no CA, onde ficamos discutindo a greve, as conquistas, e na hora de transmitir isso para as gestões seguintes... Vi depois, quando estava saindo, que isso não se manteve. Quando novas gestões entraram, quanto mais isso se distanciava no tempo, eu via que aquilo que pensamos, discutimos, não ficou, não conseguimos passar adiante. Digo isso como autocrítica, e como crítica às pessoas que estavam comigo e que também não conseguiram passar isso adiante, o que faz com que uma qualidade de discussão não chegue mesmo; começamos a discutir novamente do mesmo lugar onde se estava. Talvez isso faça parte; talvez tenhamos que quebrar com essa noção e pensar que a cada momento cada grupo recria, segundo seu contexto, as questões. Pode ser

isso, mas a idéia não me parece interessante. Se é para ter história, isso pressupõe que você acumule uma discussão no tempo, que haja um desdobramento. Não sei. Talvez a história seja quebra de vez em quando...

Ao longo das nossas entrevistas fui me dando conta que tudo de fato compunha um conjunto de acontecimentos ligados. Eu não tinha tanta clareza assim. Estava tão mergulhado nisso na época que não tinha noção de que as coisas tinham tanta ligação... Tinha alguma noção, mas era de alguém que estava tão dentro que não percebe. Depois ficou claro para mim.

*

Samir – Bem, terminamos o nosso roteiro. Você gostaria de lembrar, de dizer mais alguma coisa do seu passado no movimento estudantil?

Eu falei pouco das SBPCs... Minha primeira experiência de conhecer outros lugares, outras pessoas, foi na SBPC que fui no segundo ano de faculdade, em 87. É um espaço interessante também, uma reunião científica que tem um caráter político forte. Vimos ali toda a discussão de política científica no país, eventos ligados à psicologia, eventos ligados à política tecnológica no país, e o quanto isso dizia respeito a nós também. A SBPC foi um espaço de encontro dos estudantes de psicologia. Já tendo participado dos ENEPs e estando na Executiva, utilizávamos das infra-estruturas dessas reuniões anuais para fazer nossos CONEPs. E a gente acompanhava o que acontecia dentro da SBPC. Havia uma forte ligação da SBPC com a política do ano que estava acontecendo. No ano do ENEP, aconteceu a SBPC em São Paulo. Teve a SBPC em Porto Alegre, onde fomos e estreitamos laços com o pessoal do sul do país... Era mais um espaço, um momento importante de encontro, de reflexão e discussão. Pode parecer algo menor ou secundário, mas não é. Não é fácil ter espaços com infra-estrutura para que as pessoas se encontrem e discutam. A SBPC possibilitou isso, seja por proporcionar a ida dos estudantes ao encontro, seja por haver discussões na própria reunião que alimentavam as nossas.

Pessoas na SBPC tinham críticas muito interessantes e eram referências para a gente se contrapor à política existente em relação à educação e à tecnologia. A própria Carolina Bori é muito envolvida com a política científica no país; uma figura importante, presidente da SBPC. O professor Azis Ab' Saber, que estava na mesa de abertura da SBPC aqui em São Paulo. A abertura foi no Teatro Municipal e houve uma invasão dos estudantes questionando a política de bolsas, uma série de coisas. Na época estava presente na mesa um representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, o professor Clodovaldo Pavan. Vaiadíssimo. As críticas eram principalmente voltadas a ele, o representante do governo. Estava o professor

Azis fazendo a crítica, e outro professor da SBPC muito bom. Fez uma análise contundente em relação à política do Governo Federal voltada para a ciência e a tecnologia. Fiquei muito satisfeito. Existem pessoas que têm compromisso, qualidade de discussão; são pesquisadores sérios e estão em busca de decisões fundadas num mínimo de razão. Do jeito que as coisas estão, você tem algo irracional, fora de qualquer lógica... Quer dizer, existe uma lógica, que se desvia de um progresso científico-tecnológico de soberania do país. Foram discursos e análises que chegaram até nós e serviram de referência. Foi excelente. Esse professor esclarecia as diferenças entre pesquisadores de fato empenhados numa séria preocupação com o país e outros que tinham um discurso de enrolação. O Clodovaldo Pavan enrolou, não disse nada; disse que as verbas estavam vindo aí. Uma coisa assim, sem um mínimo de elaboração na política realizada. Foi muito frágil.

As discussões da SBPC, alimentavam as nossas no ENEP. Também os eventos do SBPC foram importantes. Em Porto Alegre vimos numa mesa redonda o José Miguel Wisnik falando de música. Quem ia imaginar? Tinha também apresentações culturais dos lugares que sedavam as reuniões. Tivemos contato com tudo isso.

*

Eu pensei na relação entre as disciplinas e a participação no movimento estudantil. Me ficou o quanto foi tênue esse laço entre formação e movimento. Acredito que isso se dê porque as entidades se concentram mais na organização política, na contraposição à esfera ampla do governo federal, do governo estadual e municipal. Isso era o grande filão de toda a participação. Acabávamos não discutindo as questões específicas da formação. Isso está ligado até à concepção dos ENEPs. Essa discussão acompanhei principalmente nos primeiros que participei. Não sei, precisaria fazer uma busca aí nos anos anteriores, mas a preocupação que eu peguei era não esvaziar o caráter político do ENEP ancorando-se num cientificismo, e não ficar na mera denúncia do que estava acontecendo. Deveríamos propor uma alternativa a partir da própria discussão dos estudantes. Era difícil. Agora fica claro que buscamos isso ao longo dos ENEPs, nesses anos em que participei, o que em parte foi obtido. Em parte, porque é muito pregnante isso do aluno ir para o ENEP, escutar... É lógico que a relação é assimétrica; não é um debate de iguais; nós não podemos ter essa ilusão. Mas a idéia era buscar numa mesa redonda, numa palestra, um debate, não uma transmissão de conhecimento; não era para ser uma aula, mas um debate onde os grandes problemas dos alunos fossem pensados. Isso aconteceu no ENEP de Minas. Nas mesas redondas discutiu-se estágio, atendimentos, supervisão... Discutiu-se currículo de uma forma global. Mas essa retomada não foi fácil depois.

Era muito bom, mas a gente ficou discutindo a identidade do que era psicologia; pensando mais nos contornos da ciência psicológica, e talvez não tenhamos retomado o

debate do cotidiano da formação. Daí acho que dá para tirar muita coisa. O ENEP de Porto Alegre, em 94 - que eu fui como debatedor -, aprofundou um pouco aquilo que vimos aqui, porque era uma grande preocupação do grupo do sul, principalmente de Florianópolis. Era um grupo atuante e influente, com uma posição existencialista, no sentido militante da palavra. Eles iam nos debates e discutiam ciência mesmo. Estava numa mesa em Porto Alegre e havia também uma psicóloga transpessoal. Eles estavam organizadíssimos para o debate, batendo forte nessa psicóloga, questionando as bases epistemológicas daquele conhecimento. O encontro teve muito isso: a epistemologia das linhas de pensamento em psicologia. Em parte conseguiu sair um pouco do tom professoral, porque havia a preocupação de levar estudantes para falar nas mesas e apresentarem seus trabalhos, suas reflexões. Isso aconteceu em vários momentos do encontro. Eu estava numa mesa, o Marcelo já foi convidado a falar do movimento estudantil em psicologia... Havia também essa preocupação de retomar a história, de buscar uma linha de continuidade. 94 também foi um momento importante, tem que ser destacado.

Eu cheguei então a ir nesse encontro de 94, em janeiro. Foi ótimo, encontrei as pessoas... Cheguei com alguns dias de antecedência e o encontro já começou com as pessoas dinossauras. Para nós foi um encontro antes e o encontro mesmo depois, que era com um pessoal novo, diferente. Encontramos o pessoal do sul. Participei das coisas nessa qualidade profissional, o que me deixou muito feliz.

Dali para frente eu fui perdendo o contato com os ENEPs, com o movimento estudantil de psicologia. Já estava envolvido com as questões profissionais. Como não podia deixar de ser, fui me desligando, até porque as pessoas que eu conhecia já estavam se formando, ou já tinham se formado. O vínculo com o próprio Instituto estava realmente diminuindo.

*

Samir - ... Você sabe algo do movimento estudantil presente? Se souber, gostaria que você dissesse como vê isso, como julga...

Tive conhecimento que aconteceu um EREP em São Paulo, coisa que a gente investia muito, numa organização regional dos estudantes de psicologia em São Paulo, que tem o maior número de alunos, de faculdades e de psicólogos. Tentamos visitar as faculdades de psicologia, levar material, conversar com as pessoas, com os representantes dos CAs. Quando não havia CA, tentávamos conversar com um representante discente, com um representante de sala. Foi muito difícil; foi uma peregrinação inglória. Nós fomos em vários lugares: na São Marcos, na Paulistana... A gente conseguia mais contato na época com a PUC. Com o Mackenzie a gente também conseguiu algum contato. Hoje dando aula em

universidades privadas eu sei o quanto isso é complicado. Não existem entidades do movimento estudantil nesses lugares. Quando existe é muito mais um órgão burocrático praticamente ligado à estrutura da instituição, que então não vai estabelecer uma prática de acordo com as discussões dos próprios alunos. Chegamos a organizar um EREP em Ribeirão Preto, mas teve participação de poucas escolas. Foi o pessoal daqui, da PUC e de Itatiba. Fiquei sabendo então que houve um EREP em Bauru, e que foi interessante.

Mesmo não tendo ido a outros ENEPs, peguei folders de ENEPs posteriores a 94. O ENEP seguinte foi no Rio. Toda aquela discussão de não transformar o ENEP num encontro científico... No folder pediam sugestões de workshops, palestras, cursos... Como é isso? Tem que haver propostas ali. Havia algumas, mas muito soltas. Parecia algo científico - no pior sentido do termo - e não político.

Também tem que ser pensado aí que, se havia um grupo organizando, tocando coisas, os estudantes de psicologia como um todo não acompanhavam. Acredito que a tendência dos estudantes era discutir essas questões, e não entrar naquela discussão que vinha se acumulando ao longo dos ENEPs.

Falo dos ENEPs e do grupo que organizava a grande massa dos estudantes, vamos chamar assim. Mas creio que não diz respeito só aos Encontros; acho que diz respeito a qualquer entidade dentro do movimento estudantil: a existência de um grupo que tenta fazer os fios da história, que já participou de algumas coisas e tenta continuar suas discussões, mas que encontra outras pessoas, com outras preocupações, outros debates. Eu vivi bem isso na Executiva, porque ficar um ano e meio sem ENEP trazia uma série de dificuldades.

Se fosse possível os ENEPs seriam anuais; se você fica um ano e meio ou dois sem, já tem um estudante que passou dois anos desde a sua entrada até ir, e aquele que foi já está no quarto ou quinto ano, quase se formando, então não vem porque está tomado com a questão da clínica, da profissão. A discussão feita antes é difícil de retomar. Havia um grupo que permanecia, mas era pequeno. Tudo isso era muito difícil, porque envolvia relações de poder, grupos políticos dentro do movimento estudantil. Esses anos entre um ENEP e outro levaram à desagregação das Executivas, que foram vendo minadas as propostas do ENEP anterior. Os estudantes da Executiva também têm a formação para tocar. No começo havia condição de debater porque sabíamos quem eram as pessoas que vinham nas reuniões; havia um acúmulo de discussão. Mas com o tempo isso foi se perdendo, porque as pessoas dos CAs mudavam. É preciso constituir um grupo mesmo; ficava todo mundo muito isolado. Havia uma cisão que aumentou ao longo dos anos, entre Executiva e estudantes de psicologia, ENEPs e estudantes que participavam...

Todas essas descontinuidades estavam presentes. Quando peguei o folder pós 94 pensava no que tinha acontecido. Entendo que isso seja fruto de novas preocupações, novas mentalidades dos que ingressaram no movimento estudantil, da dificuldade de manter esse fio

com ENEPs anteriores. Fora as relações de poder: as concepções que os grupos políticos têm do que seja o ENEP, do que é a organização dos estudantes. É muito complexo; não dá para ver só de uma maneira.

Mas esse problema não é só do movimento estudantil da psicologia. Acredito, olhando os tempos atuais, que é em todo o movimento social. É difícil manter um grupo, manter uma discussão. A grande tendência e o grande fantasma para as pessoas que participam de um movimento é que as coisas se acabem. Nesses anos todos a gente viu muita coisa acabar. O ENEP sempre esteve na beira. Também senti isso nos grupos onde participei além do movimento estudantil. Constituímos um grupo de estudos para estudar Freud logo antes de me formar; mantivemos esse grupo por muito tempo, mas depois acabou. É difícil até você constituir um grupo de estudo, quanto mais o resto. Tentei criar um grupo com os amigos mais próximos para formar uma clínica. Também não conseguimos. Sendo amigos! Falei com as pessoas: “vamos aproveitar esse grupo de amigos que organizamos o ENEP em São Paulo e construir algo para nós profissionalmente”. Não aconteceu. Talvez eu seja um pouco nostálgico dessas coisas; talvez não fosse realmente o caso. Mas se utilizássemos essa capacidade toda profissionalmente talvez a gente estivesse numa condição melhor. Mas não aconteceu; cada um já tinha um caminho trilhado.

Acredito que haja essa descontinuidade acontecendo, esse fantasma da diluição. Parece que as pessoas têm receio de fazer algo coletivamente com medo que logo depois isso acabe. As experiências coletivas - eu vejo bem isso fazendo uma análise e até pensando nas entrevistas anteriores - estão cada vez mais raras. É algo que fico pensando nas aulas, com os alunos, que é a crise das utopias, esse marketing todo em cima do fim do socialismo, da queda do muro de Berlim. Se utopia já é algo ligado à uma sociedade ideal, ligado de alguma maneira ao impossível, nem essa idéia é possível mais. Até a idéia de pensar um mundo melhor, de lutar por um ideal, não está sendo possível. Você sabendo que é ideal! Nem isso! Eu vejo hoje as pessoas muito mais preocupadas com a própria pele, sem apostar em qualquer idéia coletiva; qualquer coisa coletiva é vista com certa aversão. Vejo isso nos lugares onde trabalho. Todo mundo está mais preocupado em se manter individualmente do que assumir coisas em grupo. Os valores estão muito complicados, muito mais para uma ética individual do que para uma ética coletiva. Isso é degradante para as relações cotidianas. O que vejo é as pessoas justificarem os maiores absurdos que fazem, seja em que nível for. Vejo isso em alunos, em colegas, em tudo quanto é lugar. Elas erguem argumentos delirantes para justificar os maiores absurdos! No ano passado eu dava aula no curso de pedagogia e falei do problema da cola em sala de aula, que era absurdo pessoas ligadas à área de pedagogia colarem. Um aluno disse: “Mas você não acha que se está havendo cola é porque algo de ruim está acontecendo?”. Ele queria dizer que a cola era uma contraposição a algo que era absurdo. E o absurdo era que elas não estavam dominando o conteúdo e, ao invés de perguntarem, ao invés de darem esse retorno ao professor, colaram. O fato de colar

se justificava porque não estavam entendendo o conteúdo. O argumento é louco! Como você vai justificar algo como a cola para discutir isso? É uma inversão. Se eu estou transmitindo um conteúdo e estou aberto a uma discussão, por que as pessoas resolvem utilizar o pior caminho?

As pessoas fazem os maiores absurdos e dizem: “isso que eu faço é legítimo, porque o mundo está louco mesmo”. Elas roubam o dinheiro público e lá no fundo devem pensar: “Ah, todo mundo mete a mão mesmo, por que eu não vou meter?”. A pessoa consegue criar uma nova ética, um novo mundo para si própria. Como uma pessoa pode chegar para os seus filhos, uma pessoa como esse Juiz aí, entre tantos outros que roubaram o dinheiro público? Isso está em toda parte; onde tem coisa pública tem gente roubando. Como uma pessoa como essa chega para o seu filho, depois que tudo se torna público? O que ele deve dizer? Que mundo louco é esse? A pessoa consegue justificar o que fez! Como é isso? A ética precisa ser maior do que as relações. Não que elas não sejam importantes, mas a ética deve ir além das relações de parentesco, de amizade. Não posso aceitar tudo porque o cara é meu amigo! Se ele toca fogo num mendigo essa amizade vai ficar em xeque.

Em todos os níveis as pessoas estão utilizando como “utopia” salvar sua própria pele. Essa é a utopia do mundo hoje. Ninguém quer pensar em algo maior: em Centro Acadêmico, em entidade estudantil, em movimento social, em sindicato... Parece que ninguém quer perder; ninguém quer deixar de ganhar de forma imediata. E é preciso ser perseverante, dar um tempo para as coisas. Em todos os níveis o que eu percebo é que ninguém quer perder, adiar, negociar. Todo mundo quer o melhor para si agora, e passa por cima de quem tiver que passar. As relações hoje estão muito degradadas e imagino que isso se reflita também no movimento estudantil.

Naquela época havia tantas coisas acontecendo que se a gente fosse sentar e programar teria tomado outros caminhos. Mas pegamos o CA num contexto de estatuinte, de mudanças globais nos chamando ativamente: problemas do Instituto, greve dentro das universidades, arrocho salarial de professores e funcionários... Tudo isso acabou fazendo com que seguissemos um rumo. Imagino eu, pensando hoje, que se não houvesse necessidade das greves, se a estrutura da Universidade fosse mais democrática... Estou falando uma coisa meio absurda, mas é um exercício de pensar que se isso estivesse razoavelmente encaminhado a gente talvez pudesse ter voltado uma atenção maior às outras questões. Mas quando falo isso tem que ver o lugar que a coisa estava. Não estava em primeiro plano. Deveria estar? Não sei, é uma coisa para pensar. Se tudo estivesse acertado, se o mundo estivesse melhor, a gente poderia enfatizar as questões da formação. É difícil colocar a psicologia hospitalar em discussão enquanto o estatuto estava mudando, quando a greve estava acontecendo, quando a Clínica estava sem condições de funcionamento. Não é que discutir a atuação do psicólogo no hospital não seja importante. É, mas não dá para abraçar

tudo com a mesma intensidade. E a gente chamava reuniões para discutir tudo e elas tinham participação limitada, como no caso dos aidéticos. As pessoas ficaram indignadas, quando poderiam ter falado com o representante. Ele inclusive se retratou sobre isso, o que foi muito nobre. Nenhum dos professores voltou atrás. Todo mundo é bom para atirar pedras, mas fazer uma autocrítica...

É aquilo que eu estava falando: a pessoa não é capaz de fazer a autocrítica, mas sim de justificar a atitude. Cadê a reflexão? Vamos fazer as coisas mais bárbaras e depois justificar? Até quando faremos coisas que sejam uma afronta à ética coletiva? Até quando vamos fazer essas coisas e justificar dizendo “olha, é o melhor que eu pude fazer”? Que mundo é esse? Ao invés de achar soluções coletivas, de procurar uma utopia possível para as ações, as pessoas montaram uma trincheirinha subjetiva. Não se expõem. Fico pensando naquele poema do Fernando Pessoa que diz que não há mais gente de carne e osso no mundo, não existe mais gente vil, gente que vai ao banheiro; só existem doutores em tudo. As pessoas estão nessa linha; no mundo profissional da psicologia isso é muito corrente. Vão, se encastelam em certos grupos e acabou. Cadê o debate? Cadê a discussão? Todo mundo está aí, bem fechadinho, bem guardadinho, encastelado... Os muros são frágeis, os argumentos são frágeis, mas como as relações de poder estão cada vez mais intensas, e nossas relações cotidianas mais degradadas, as pessoas fazem de conta que é assim mesmo e deve ser assim. Mas sabem que não pode ser assim. Numa reunião de professores nas universidades todo mundo sabe o que deve dizer e o que não deve: diz ou aceita coisas nas quais não acredita e se cala. É duro. A gente está em qualquer lugar pensando de outra maneira, levantando questões, ainda mais quem esteve embrenhado em um movimento social, ou está embrenhado ainda. A gente, em qualquer lugar, está buscando esse espaço coletivo. Mas ele hoje está realmente muito difícil. Tem lugares em que procuro e não acho; eu vou, chego sozinho, saio sozinho. Não tenho com quem discutir, e quando discuto vejo que a pessoa está hermeticamente fechada; parece que tem um campo de força e as palavras não chegam até ela... A palavra que a gente tenta levar não repercute no outro. Ela até considera, mas não vai adiante... É essa trincheirinha frágil, que todo mundo constrói para viver as relações cotidianas.

Não é a toa que os movimentos sociais estão em crise. Ninguém quer participar de um negócio para ver acabar. Isso me deixa entristecido; é ruim você participar de uma série de coisas e vê-las degradingolarem. Eu fico sabendo que os ENEPs estão assim... Olho isso com o desprendimento de quem não tem que se preocupar mais, porque participei e chegou o momento em que tinha que me retirar. Não sou eu nem ninguém que dá o rumo disso. Mas não deixo de ficar sabendo e ficar preocupado. Enfim, temos que recusar algumas responsabilidades nesse sentido, de ser meio paizão. Quando a gente estava formando a chapa de CA fomos chamados para reuniões com expoentes anteriores. Víamos essas pessoas... Tem que se desligar; tem que se desligar disso! Não pode querer dominar. Tudo

bem, ela quer estar presente, mas que fale por si própria e não queira orientar o grupo que diverge dela. Não existe um caminho certo, o que existe é debate, visões diferentes. Queriam acabar. Não sei se tive sucesso, mas sempre tentei evitar isso das pessoas seguirem o que penso. Não era com esse intuito que eu participava. Pelo rumo que fiz acabei sendo uma referência, mas procurei evitar assumir esse lugar, dar o tom.

*

Pensei durante a entrevista na relação entre participação no movimento estudantil e profissão. Enquanto psicólogo, reconheço em mim e em quem participou um diferencial em termos de discussão com os outros colegas; é algo que salta aos olhos. Todas as cabeçadas, todos os problemas, as conquistas que tive durante o movimento estudantil em psicologia foram fundamentais. Quando encontrei um problema no meu trabalho, muitas vezes não era novidade; envolvia relações, conflitos, decisões que vivi no movimento estudantil. A minha atuação profissional ganhou muito: a maneira de encarar as relações, de ouvir as pessoas, ter posicionamentos... Aquilo que penso em relação à saúde mental, à infância e à adolescência; aquilo que penso em relação às grandes bandeiras da psicologia, ganha graças ao percurso que fiz no movimento estudantil, ganha muito. Sem dúvida nenhuma seria outra coisa se tivesse apenas sentado na carteira dentro da sala de aula. A gente ganha muito ao discutir com as pessoas, organizar, compor, decidir, assumir decisões, trabalhar em grupo, ver as dificuldades desses movimentos. O movimento estudantil é uma escola também, um outro momento da formação. As pessoas entendem hoje, e eu vejo isso na universidade privada, que formação é assistir aula e ir para a supervisão. Formação é você discutir o que você viu em aula; é estar num espaço de discussão com outros estudantes, de outros lugares; é discutir ciência na SBPC; é participar. É ir na assembléia de estudantes; ouvir e falar nesses espaços. É inseparável uma boa formação em psicologia disso tudo. Não dá para separar psicólogo de assembléia; não dá para separar de uma conversa que surgiu no bar sobre psicologia. Eu fico um pouco compadecido com alguns alunos que tenho nas universidades, ávidos por isso, por movimento cultural, shows, festas... Tudo isso é importante. Os alunos que tenho são ávidos por um debate, um filme, um bom livro, um recital. Só que não têm nada disso; não há esse espaço nas universidades privadas. Se elas investissem nisso seria muito interessante, mas não investem. Então os alunos deixam de ter organização política, um monte de coisas, e ficam ali como passageiros, como consumidores. É uma visão de ensino enquanto consumo. Se fosse algo no qual o aluno se implicasse toda a organização seria diferente... Mas a organização dos estudantes é temida. Se já é temida na universidade pública, imagina na universidade privada. Talvez o que surgisse em primeiro plano para um aluno de universidade privada fosse a questão da mensalidade.

Pensei numa coisa que está ligada com a história, e com a continuidade, descontinuidade. Laços fortes com as pessoas nesses anos todos... Laços que infelizmente hoje estão meio em crise. Não sei que palavra usar, mas não acontece da mesma maneira que antes, até porque é outro momento mesmo; cada um foi estabelecendo um caminho diferente. Se no passado já tive perdas, esse ano com a perda do Tatsuo, que acompanhou toda essa história... Isso me faz lembrar da história do movimento estudantil, porque ele é feito das pessoas que o ocupam. Se você perguntar para quem viveu intensamente os anos sobre os quais conversamos, vai ver que o Tatsuo teve participação importante. Ele era muito sensível, estabelecia diálogos, debates, interlocuções com todos; era uma pessoa conhecida do movimento estudantil de psicologia de A a Z, da tendência mais à esquerda à tendência mais à direita... Sempre estava discutindo, sempre ali.

Vejo essa descontinuidade sobre a qual a gente conversou, que faz parte de um movimento. Penso nessa continuidade e descontinuidade materializada nas pessoas. O Tatsuo era uma linha de continuidade. Essa continuidade se mantém de uma certa maneira, mas é difícil... Não sei se estou tomado pela morte de uma pessoa, mas acho a perda é simbólica nesse sentido, de uma mudança nas coisas... Ele intensamente viveu tudo aquilo que vivemos. Nesse momento em que estou mais afastado do movimento estudantil, dos ENEPs, com o falecimento do Tatsuo eu vi tudo mais próximo, mais forte... Quanto uma certa época está indo embora... Não sei se estou na amargura, na nostalgia daquele momento...

Uma coisa que gostaria de falar é a importância de pensar o movimento, qualquer movimento, a partir das pessoas. Falei muitas coisas, mas o importantíssimo foi o coletivo que se formou. O coletivo é formado por pessoas, por singularidades que trouxeram questões que contribuíram de uma maneira inestimável. E o Tatsuo é uma referência. Se você perguntar para alguém épocas mais próximas, desde 90, 91 para cá, ninguém vai deixar de falar dele. Acho que ele é símbolo desse momento mais recente, não exatamente de agora, mas de alguns anos atrás. Se fossemos fazer uma homenagem, seria para ele...

*

Samir - Bem, Luís, agora eu queria que você falasse sobre a experiência de ter lembrado, de ter protagonizado essa entrevista.

Agora sobre as entrevistas... Para mim foi interessantíssimo, porque uma coisa que penso muito a partir da psicanálise é a palavra como libertação. Nessas entrevistas pensei coisas, lembrei épocas, fiz relações, retomei experiências que não visitava há muito tempo. Reconstituí uma história que estava lá guardada, mas não é a mesma coisa quando se coloca isso em palavras, tentamos organizar os acontecimentos. Para mim ficou a função até terapêutica de falar, de se situar e organizar a experiência. De reflexão mesmo. Pensar e

falar sobre o acontecido ressignifica o passado... O que eu teria para dizer há alguns anos atrás seria muito diferente do que disse hoje, que deve ser diferente quando daqui há alguns anos retornar a falar disso. Em cima do mesmo acontecimento você vê outras coisas, a partir das novas experiências e das novas posições que você ocupa. O fato pode ser o mesmo, mas a maneira de se remeter a ele é outra, o que faz com que ele tenha um novo colorido e que então já não seja o mesmo fato. É outro, apesar de ser o mesmo.

Teve coisas que formulei pela primeira vez aqui, falando; coisas sobre as quais não pensei; relações que estabeleci. E muita coisa que pensei nos intervalos entre as entrevistas não teria pensado fazendo a entrevista. Algumas coisas ficaram mais claras para mim; coisas que eu considerava sem importância. Você fica tão mergulhado, e fica tão naturalizado... Falando percebi como certas coisas que fizemos foram importantes. Tomávamos decisões e para nós acabava ali. Falando agora vejo a importância. Se tivéssemos feito diferente, mudava tudo.

Vi bem a importância de um certo distanciamento para pensar. Nesse caso foi o tempo. Se a gente conseguisse fazer isso quando as coisas estão acontecendo seria maravilhoso. Poder refletir sobre as situações e localizar a importância delas no contexto em que acontecem seria fantástico. Aquilo que pude pensar agora, se eu tivesse pensado na época... Mas não é assim... A gente faz o possível. Quem tem esse distanciamento, esse exercício de não se deixar mergulhar nos acontecimentos, por aquilo que é mais pregnante, está em melhor condição para agir. É difícil isso.

Teve uma função organizadora falar; uma função terapêutica. Fazendo uma analogia, se é possível falar de intervenção no sofrimento do outro, quanto isso é tomado inevitavelmente pela história. Quando vou dar aulas de psicologia do desenvolvimento, acabo falando primeiro da ligação entre psicologia e história. A psicologia tenta resgatar a história de um sujeito, seu percurso, o que fez com que algo se tornasse um nó a partir do qual ele não conseguisse progredir. Qualquer sofrimento, qualquer demanda ou solicitação que se faça ao psicólogo, implica uma história; uma história que encontrou um nó. O psicólogo vai se remeter à história desse sujeito. Se é feito na relação de fala, e o psicólogo intervém para fazer com que a pessoa encontre os caminhos possíveis para superar seu problema, o quanto que a história, num sentido mais amplo, envolve uma capacidade de reflexão nossa para poder superar certas questões que coletivamente se colocaram.

Fico pensando se a história, de alguma maneira, não é esse exercício de reflexão, de um pensar; se isso não seria - fazendo uma analogia talvez ruim - uma tentativa de superar no coletivo os nós, os encavalamentos que encontramos em um outro momento da história. O quanto que analisar o passado coletivamente não poderia levar com que tomássemos decisões melhores. Vejo hoje crescer o número de pesquisas em relação ao movimento estudantil em psicologia. Talvez alguns nós que se arrastam há algum tempo possam ser melhor apresentados. Não resolvidos, mas apresentados, porque de qualquer maneira isso

que a gente está discutindo, isso que eu estou falando e a pesquisa que se faz, não refletem diretamente. Tem as pessoas que aí estão, as preocupações delas, as relações de poder agora. Se há uma linha de continuidade a partir dessa reflexão, ela não é aproveitada hoje pelos espaços que a gente ocupava antes, ou que se ocupa.

Trocando em miúdos, foi importante e interessante falar. Teve essa função terapêutica; me ajudou a organizar uma série de coisas. Até quando falei coincidentemente parece que as coisas juntaram. Talvez eu esteja me reencontrando com algumas pessoas da minha época de segundo grau. Encontrei aqui, no ano passado, uma colega que está fazendo pós, e através dela estou encontrando algumas pessoas dessa época. Inclusive a gente lembrou do professor Rossi, de literatura... Esse professor Rossi era uma figura...:

Gente, as pessoas ainda estão aí...

O passado, de alguma maneira, está presente...

Análise da Entrevista

1. O nascimento da militância: trabalho, estudo e amizade

O depoimento de Luís deve ser compreendido a partir de três eixos fundamentais, que desde o princípio alimentam e orientam o seu engajamento político. São eles o trabalho, o estudo e a amizade. Nesse capítulo inicial, procuro caracterizar como esses aspectos se apresentam, se definem e se combinam no início do percurso do depoente.

No momento, começemos por identificar como o depoente se apoia e se reconhece na condição de trabalhador. E o tema do trabalho surge logo no início da entrevista, no momento em que pergunto sobre o nascimento do interesse pela política.

Eu localizo meu interesse direto pela política no momento que comecei a trabalhar, com catorze anos...

A seguir, o depoente esclarece que a busca de um emprego foi vivida como uma necessidade, tendo em vista a origem social de sua família.

Meu pai era porteiro no colégio São Luís. Eu morava lá desde quando eu tinha nascido ali próximo à Augusta, com meus pais sendo caseiros de uma casa por ali. A gente não morava numa casa própria, mas na casa de uma pessoa, e meus pais cuidavam dessa casa. Uma pessoa que mora no Rio e que visitava São Paulo para negócios. A casa é enorme, existe até hoje... Havia esses dois trabalhos do meu pai: porteiro nesse colégio e caseiro. Passava o dia inteiro praticamente trabalhando. E minha mãe assessorando ele nas coisas da casa; não era a caseira, mas acabava ajudando... Logo eu quis trabalhar; logo eu quis ter um dinheirinho... Queria trabalhar; queria fazer outras coisa... Acompanhava muito meu pai resolvendo as coisas dele, pagando os compromissos... Eu estudei alguns anos e sempre quis trabalhar, fazer outras coisas, não só estudar.

Luís identifica-se como um jovem de origem popular, o que notaremos também mais adiante, principalmente durante o ingresso no Instituto de Psicologia da USP. Ao descrever a rotina de trabalho dos pais, Luís dá pistas de como percebeu desde cedo os contrastes sociais e as diferenças entre patrões e empregados. Não é difícil supor que o depoente tenha presenciado e sentido a distância entre seu pai e o patrão, dono da casa na rua Augusta que

sua família cuidava; é possível que tenha visto e ouvido, por exemplo, episódios, conversas em que seu pai e sua mãe foram destratados por seu patrão. Luís sugere ter sido precocemente exposto às diferenças radicais entre ricos e pobres, patrões e empregados.

Vejamos uma passagem subsequente em que as contradições sociais e as tensões trabalhistas parecem identificadas pelo adolescente na esfera familiar. Trata-se do relato da perseguição feita pelos padres do Colégio São Luís aos alunos que não atingiram as notas necessárias para permanecerem na instituição. A tensão entre classes sociais é percebida aqui por duas vias: a primeira é a percepção da fragilidade da condição de estudante pobre, e a segunda diz respeito à sensibilidade do jovem em relação à situação proletária do pai, empregado do colégio.

Na época, quem não passasse estava fora. Eu também senti um pouco isso na medida em que tinha uma bolsa; senti um pouco dessa pressão. Tinha que, por um lado, ter as notas, mas isso não era problema, porque eu não tinha que fazer muito esforço; eu estudava e tirava notas boas. Mas de qualquer maneira era algo no qual eu deveria estar atento. E também essa discussão política podia se refletir no trabalho do meu pai. Não deixei de falar aquilo que eu pensava na época, mas tinha isso em mente também.

Adiante no depoimento, Luís protagonizará um conflito com os seus patrões para garantir os seus direitos trabalhistas e continuar os estudos no cursinho pré-vestibular. Comentarei o episódio quando nos debruçarmos sobre as relações entre a condição de estudante trabalhador e a militância universitária (Item 2-b deste capítulo). Para o momento, basta apontar que existem elementos no depoimento que confirmam a sensibilidade de Luís às questões e conflitos do mundo do trabalho.

Identificamos portanto que os temas, conflitos e contradições das relações de trabalho estão presentes para Luís desde a infância e perpassam sua juventude. Desde cedo trabalhar foi uma prioridade, e portanto sua inserção social secundária, sua passagem para o que designará como “mundo adulto”, será mediada por esta vivência.

É como trabalhador que Luís se posiciona, enfrenta e discute os problemas sociais. É a partir dessa condição que ele primeiramente reconhece a importância de refletir acerca das condições materiais de existência e de agir sobre elas, de transformá-las em favor dos oprimidos. Esse ponto de partida, essa aproximação decisiva que o depoente faz entre trabalho e política, será fundamental para compreendermos certas passagens de sua militância, seja no Centro Acadêmico ou na Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia (ENEP). Falaremos desse assunto adiante.

Mas o ingresso na esfera do trabalho, desde revelando as contradições sociais e conflitos trabalhistas, será suficiente para a adesão à política? Basta ser pobre e trabalhar para o engajamento? De certo que existiram outros disparadores para o convite à militância.

Cabe refletir sobre o ambiente de trabalho na Livraria Vozes, onde Luís encontrou pessoas e livros sem os quais talvez fosse difícil relacionar aquilo que sentia - suas angústias de trabalhador - com os acontecimentos sociais. O ofício de atender o público e cuidar dos livros combinava a interlocução com pessoas e pensamentos variados.

Então eu tinha ali contato com outras pessoas, contato com o mundo adulto, com outras formas de ver as coisas, com problemas do mundo do trabalho... E isso tudo foi mudando a minha cabeça. Eu reporto a isso meu interesse por essas questões [políticas]... Lá na livraria eu tinha acesso a livros, a pessoas das mais diversas procedências: eram universitários lá do São Luís, eram pessoas ligadas à igreja que freqüentavam a livraria, intelectuais que chegavam para procurar livros ou lançá-los... Tudo quanto é tipo de gente, discutindo sempre tudo. Eu ficava lendo os livros, vendo aquilo que chegava, acompanhando os fatos à luz daquela experiência que era o trabalho. Tudo isso me fez mudar muito a cabeça; me fez ver que existem condições materiais de existência, e que essas são as que pesam. É preciso que a gente tenha condições melhores de vida em cima disso que é um cotidiano de trabalho difícil.

Compreender a opressão que sentia em seu cotidiano de jovem trabalhador, compreender que existem “condições materiais de existência”, parece ter sido possível porque seu trabalho tinha características peculiares. Era possível compartilhar opiniões, era possível estar com “tudo quanto é tipo de gente, discutindo sempre tudo”.

Havia portanto um ambiente especial, sem o qual talvez Luís não aderisse à militância. O que aconteceria a ele sem a leitura dos livros e sem as conversas com as pessoas da livraria? Caso Luís trabalhasse em um lugar onde não pudesse estudar e discutir na companhia dos outros, talvez atribuisse suas angústias a uma condição particular; talvez as atribuisse a alguma característica sua e a explicasse de maneira individualizante. Em diversos casos observamos como os trabalhadores procedem assim.⁹¹

⁹¹ A esse respeito, uma pesquisa envolvendo o estudo de como as questões relativas ao desemprego são trazidas pelos usuários do Serviço de Aconselhamento Psicológico da USP (SAP-USP) está em andamento no CPAT (Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho, da USP), e começa a reconhecer como tais explicações individualizantes substituem por vezes um reconhecimento mais complexo, que leve em consideração condições econômicas e políticas mais abrangentes que determinam as situações de trabalho e o desemprego.

A adesão de Luís à política, para além do apoio na condição de pobre e trabalhador, parece ter-se beneficiado da possibilidade de estudar. O depoente recorre aos livros que lhe chegam para compreender os enigmas que enfrenta em seu cotidiano de trabalhador e de adolescente, investiga temas como a sexualidade e a religião; no campo político, conhece o pensamento anarquista e uma série de outras reflexões e teorias. As leituras socialistas aparecem em grande número no depoimento: Gramsci, Leonardo Boff, Lula, Wilhelm Reich, entre outros que chegavam ao adolescente, seja pela escola, seja pelo trabalho. O rigor científico aparece desde cedo como uma virtude relacionada à política. O pensamento bem fundamentado é respeitado, e o ponto-de-vista daquele que se debruçou cuidadosamente sobre um certo tema tem mais valor do que o senso comum. A lembrança de um livro de Leonardo Boff é um bom exemplo.

Conheci pessoalmente, quando trabalhava na livraria, o Leonardo Boff, que era membro do conselho editorial da Vozes. Li o seu livro Igreja, Carisma e Poder, que foi condenado pelo Vaticano. Lembro na época que a leitura foi maravilhosa. Quando eu li esse livro, entrou nesse momento de preocupações políticas. Vi toda uma discussão política sobre igreja, sobre os padres, sobre a ligação da igreja com o poder ao longo dos anos; o quanto que, para ela se manter, teve que fazer certos conluíus, certos conchavos que botaram em cheque aquele vigor revolucionário do cristianismo. Então o Boff discutia muito isso, de quanto no começo o cristianismo foi revolucionário, foi uma visão que transformava as relações, e quanto tudo isso foi apropriado pelo poder; quando a igreja fez acordos para se manter ao longo de todas essas viradas, ao longo daquilo que foram os grupos dominantes na sociedade, ao longo da história. Ele era contra isso com muita precisão, porque o livro é um elogio à inteligência. Ele não só afirma como traz dados históricos, documentos... Fantástico! Fala também do celibato dos padres; diz que existe o casamento ou a união entre padres e mulheres, a relação homossexual entre eles... Idéias que achincalham com os dogmas da igreja. Ele vê a possibilidade do padre ter uma vida sexual e tudo o mais... Foi muito para a igreja, mas ele é fantástico. Ouvi padres lá no São Luís que ficavam avessos. A gente conversava na livraria ou lá no colégio e diziam: “não gosto do Boff, esse Boff não sei o quê...”. Eu falava: “olha, padre, o senhor pode discordar, mas quero ver o senhor responder isso que está aqui; isso aqui é inteligentíssimo, tem apoio em documentos, tem apoio em uma série de coisas; ele não está dizendo algo por dizer, não está opinando; ele fez um estudo sério”. Precisava contestar em um nível muito elevado, não no nível que muitos tinham para contestar. Eu discutia isso com meu pai também. Ele dizia: “ah, mas eu não

gosto do Boff". Respondia: "olha, pai, você pode até não concordar, mas que ele tem dados para fundamentar aquilo que ele falou ele tem".

A leitura fundamenta suas impressões; a obra parece dar sentido para contradições ainda não suficientemente elaboradas. Luís se distanciava cada vez mais dos valores religiosos dos pais, e percebia frequentemente, no trabalho e na escola, contradições entre aquilo que era pregado pela Bíblia e a prática dos padres. Como interlocutor, encontra uma obra bem fundamentada, que o convence e que parece desmontar as opiniões de padres e do próprio pai.

No colegial, Luís lembra de textos e leituras que foram importantes para o seu engajamento.

... nós tínhamos no jornalzinho uma seção de resenhas, e uma delas foi sobre um livro novo na época, que eu li, chamado Comissões de fábrica, de dois autores italianos. Um era o Gramsci. Aí tinham duas visões diferentes sobre comissões de fábrica. Eu resenhei isso no jornalzinho. Imagina, comissões de fábrica. Coisa que para a época já era revolucionária... Isso circulou, as pessoas comentavam...

Parece evidente que o surgimento do interesse pela política, para Luís, veio acompanhado do interesse pelo *conhecimento da realidade*. Essa motivação impulsionou o jovem a estudar, e posteriormente se converterá no apreço que o depoente terá pela atividade de pesquisador. A motivação para o estudo aparece assim tanto na política como na ciência, constituindo-se em importante elo entre ambas. Essa conjunção acompanha sua incursão dentro do movimento estudantil; o estudo, e mais especificamente a ciência, aparecem com campos privilegiados nos ENEPs, onde Luís participou vivamente. Também o Congresso da SBPC é valorizado pelo depoente, testemunha de que as reflexões de certos intelectuais orientavam e incentivavam as ações do militante. A SBPC aparece como um encontro científico estreitamente relacionado às questões sociais da época.

É um espaço interessante também, uma reunião científica que tem um caráter político forte. Vimos ali toda a discussão de política científica no país, eventos ligados à psicologia, eventos ligados à política tecnológica no país, e o quanto isso dizia respeito a nós também... E a gente acompanhava o que acontecia dentro da SBPC. Havia uma forte ligação da SBPC com a

política do ano que estava acontecendo. No ano do ENEP, aconteceu a SBPC em São Paulo. Teve a SBPC em Porto Alegre, onde fomos e estreitamos laços com o pessoal do sul do país... Era mais um espaço, um momento importante de encontro, de reflexão e discussão... A SBPC possibilitou isso, seja por proporcionar a ida dos estudantes ao encontro, seja por haver discussões na própria reunião, que alimentavam as nossas.

O desejo incipiente de estudar é determinante na trajetória do depoente. Esse desejo, que emergiu associado ao desejo de participar da vida política, culminou posteriormente no apreço à ciência, e principalmente àquela ciência cujos conteúdos e preocupações levam em conta questões sociais.

Simone também identifica e discute relação entre o surgimento do interesse pela política e o apreço pelos estudos, especificamente aquele dedicado às ciências humanas. Ambos os depoentes, lembremos, seguem carreira acadêmica, e isso sugere talvez um percurso semelhante. Seria uma especificidade do grupo eleito pela pesquisa? É bem provável que não. Encontramos freqüentemente em militantes de quaisquer movimentos sociais, e principalmente em militantes jovens, o desejo de estudar, estreitamente relacionado ao interesse pela política. O que nos fascina é a coerência com que os militantes nos convencem que o interesse em participar é acompanhado pelo interesse em conhecer a realidade da qual faremos parte. Parece inevitável que o engajamento, o convite à participação na esfera pública, seja acompanhado pelo desejo de explicar a realidade, de compreender os acontecimentos sociais que nos cercam e que pedem nossa ação.

Definimos até o momento, apoiados na fase inicial do depoimento, dois eixos orientadores do engajamento de Luís: o trabalho e o estudo. Mas será suficiente integrar o cotidiano de trabalho e a possibilidade de estudar para formar um militante? Trabalho e estudo sem dúvida se combinam, consistindo eixos essenciais para a interpretação da militância de Luís. Mas isso basta para explicar seu interesse pela política?

Para o depoente, o trabalho e o estudo talvez pouco valessem sem as pessoas. E não é de uma relação superficial com as pessoas que falamos, mas sim de uma relação intensa, mais profunda, que dificilmente relacionamos hoje com a política: a amizade.

Além do ambiente de trabalho, outro campo precioso para o convite à política na trajetória de Luís foi a escola noturna, habitada preferencialmente por jovens e adultos trabalhadores.

Quando comecei a estudar à noite, vi pessoas que trabalhavam durante o dia, e que traziam questões do seu trabalho, seus problemas. Eram

peessoas adultas; uma mescla de adolescentes trabalhadores, como eu, com homens e mulheres buscando o segundo grau. Isso também compôs todo um universo na minha cabeça.

Para além das aulas e do estudo, a escola noturna é um espaço rico de sociabilidade secundária e de troca de experiências para os jovens trabalhadores, alargando perspectivas e convidando à militância.⁹²

Nas lembranças do depoente, o grupo do colegial tem destaque especial, vem na memória com uma intensidade e com uma importância que dão o que pensar.

O primeiro colegial foi dos melhores anos escolares da minha vida. Foi um momento riquíssimo, maravilhoso: o segundo grau, num curso de humanas... E pessoas com seu histórico de jovens trabalhadores ou de pessoas trabalhadoras de dia que estudavam a noite... E o grupo se integrou. Ao longo do tempo, nesse primeiro ano colegial, foram adquirindo uma união muito grande. Pela presença, pelas trocas, pelas festas. Foi nessa época que eu tomei meu primeiro porre. A gente ia sempre nos finais de semana a uma unidade da FEBEM que existia perto do metrô Ponte Pequena, que agora é Armênia. Fazíamos atividades, festas, conversávamos com as pessoas, levávamos coisas, passávamos o tempo. Era uma iniciativa nossa que começou a partir das atividades de alguns padres do colégio. Havia uma certa atividade religiosa, só que fazíamos isso de maneira autônoma. Nós nos organizávamos, realizávamos alguma coisa, conversávamos com a pessoa da instituição... Fizemos festa junina, fizemos coisas lá. Isso fazia o grupo ficar muito unido. Todo mundo queria saber das coisas; a gente ia no aniversário um do outro, fazíamos festas... Como se todo mundo estivesse descobrindo uma série de coisas juntos, e isso fazia com que todo mundo ficasse muito próximo... Fantástico! Tudo aconteceu naquele ano.

Segundo Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt⁹³, a juventude, localizada entre a dependência infantil e a autonomia adulta, é etapa da vida caracterizada por seu caráter limítrofe, consistindo em período de mudança intensa e generalizada nas diversas esferas da

⁹² A esse respeito, Cf. SILVEIRA MARQUES, M. O. *Escola noturna de jovens*. In: Revista Brasileira de Educação: Juventude e Contemporaneidade. ANPEd, n. 5/6, p. 63-75, Mai/Dez, 1997.

⁹³ Cf. LEVI, G. & SCHMIDT, J-C *Introdução*. In: A História dos Jovens. São Paulo: Companhia das letras, 1996. V. 1.

vida: passa-se da imaturidade à maturidade sexual, da vida sob tutela à aquisição de autoridade e poder... A juventude é matizada por uma série de ritos de passagem e de descobertas, caracterizando-se como etapa decisiva para a formação individual.

*Assim, no plano individual, a juventude deve ser considerada uma fase crucial para a formação e a transformação de cada um, quer se trate da maturação do corpo e do espírito, quer no que diz às escolhas decisivas que preludiam a inserção definitiva na vida da comunidade. Deste ponto de vista, a juventude é efetivamente o momento das tentativas sem futuro, das vocações ardentes mas mutáveis, da “busca” (a do cavaleiro medieval) e das aprendizagens (profissionais, militares, eróticas) incertas, sempre marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos. A investida do jovem cavaleiro, a noviça que toma o véu, o alistamento do futuro soldado, os ritos goliardescos da universidade são momentos de crise, individual e coletiva, mas também de compromisso entusiástico e sem reservas: e, no fundo, não vamos encontrar sempre os jovens na linha de frente das revoltas e das revoluções?*⁹⁴

É nesse momento que o grupo do colegial aparece na vida de Luís: vão nas mesmas festas, tomam seus primeiros “porres”, participam de atividades sociais, estudam... E todas essas experiências vividas em comum fazem com que compartilhem a condição de jovens que começam a compreender e a enfrentar o mundo. É nesse contexto que entrará também o convite à política.

O que parece sustentar o engajamento de Luís nessa época, quando se empenhava em escrever matérias no jornalzinho dos estudantes, ou articular a formação de um grêmio, é um sentimento de união e uma vontade de participação que se estabelecem em todo o grupo do colegial para além dos militantes. Quando lembra de sua motivação naqueles tempos, quando lembra das pessoas e também dos motivos pelos quais se desanima no final do colegial, parece que é o grupo todo que conta. Quando indagado acerca de quais colegas ele lembrava, Luís não evoca companheiros militantes entre os poucos que estavam de fato engajados no jornal ou na construção do grêmio, mas sim um descontraído amigo de festas.

Lembro de alguns colegas pelas coisas que a gente vivia na classe, pelas vezes que a gente saía. Lembro daqueles que tinham uma participação na classe, no grupo, não diretamente ligada à política, porque o grupo mais

⁹⁴ Op. Cit., p. 11-12.

político era menor, não era a sala toda... Eu lembro só de uma ou duas pessoas ligadas à produção do jornalzinho, à formação do grêmio... Lembro do Cândido, um negão altão, fortão... Ele era muito sarrista, muito brincalhão, um dos mais brincalhões da sala. Então, nossa senhora, era uma festa! Então era ele, o Cândido... As duas figuras...

Aí tinham outras pessoas da sala... É difícil localizar. Mas lembro de pessoas assim, pegando esses eventos, não diretamente ligado à política.

O grupo de militantes era restrito, pois eram poucos os alunos que se empenhavam na política estudantil secundarista entre os colegas de classe de Luís. E a participação política, para o depoente, fazia sentido quando havia um coletivo maior, estabelecido e consolidado para além dos poucos militantes engajados. Parece haver algo mais essencial, anterior à política, e que deve compor o horizonte dos militantes para que a militância faça sentido. Reconhecemos aqui, assim como no depoimento de Simone, como a participação política tem impulso indispensável quando nos sentimos participantes ativos de um ambiente, integrados em uma coletividade, e novamente com Simone Weil compreendemos que o enraizamento é marcante nos momentos de mais intenso engajamento e de mais efervescente atividade política.⁹⁵ Reforçando as vivências de Luís no colegial, recordemos a greve dos estudantes do IPUSP descrita anteriormente, tão destacada por Simone, e que foi caracterizada por um sentimento de proximidade entre os colegas e pertença ao Instituto nunca antes experimentado pela militante.

A comunidade formada pelos estudantes da escola noturna se configura como impulso decisivo para a militância de Luís. A participação de todos na coletividade é essencial, bem com as próprias festas e estudos em conjunto. Admitindo essa condição, não é de se estranhar o declínio, o esvaziamento que o engajamento do depoente sofre com o desmantelamento do grupo.

No terceiro ano colegial o apogeu que nós tivemos foi se desbancando. Desde o segundo, até um rebaixamento mesmo no terceiro. Nós tínhamos colegas muito caros para nós, amigos muitos importantes na sala, que saíram. Imagina, numa sala que tem vinte pessoas você vê que sete importantes foram embora. A sala fica meio vazia... O terceiro colegial foi um pouco isso, um momento mais triste, onde a gente ficou meio órfão das pessoas. Cada um foi

⁹⁵ *O enraizamento.* In: BOSI, E. (org.) A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

se localizando num grupo mais específico dentro da sala; ficou muito claro que já não era como no primeiro ano.

Depois da efervescência do primeiro colegial, a vontade de participar se dissipa, fica sem ambiente, levando o militante a uma atitude mais individualista.

No terceiro colegial não tinha nada disso. Cada um tinha mais o seu grupo mesmo. E eu passei a ver as coisas de uma outra maneira... Eu estudei para tentar compreender aquilo que era necessário para a aprovação nas disciplinas. Tendo meu controle de faltas e meu controle de notas, dispensava sexta-feira, saía com os amigos para jogar sinuca... Então foi um momento de... dispersão. Já não havia aquela preocupação de construir alguma coisa lá no São Luís. Eu já estava meio desiludido. Eu e as outras pessoas também... Uma série de coisas aconteceram, e eu também fui entrando nesse clima de salve-se quem puder: cada um que crie seu lugarzinho, seu espaço...

A atenção volta-se então para a vida privada, e Luís “passa a pensar de outra maneira”: passa a preocupar-se com *suas* notas, com *suas* sextas-feiras. Quando a relação com o grupo se enfraquece, uma espécie de individualismo toma o lugar da militância. Com o enfraquecimento, desaparece também o sentido de celebrar a formatura.

E foi assim que terminei o terceiro ano colegial. Eu até pensei - como também pensei depois, quando me formei em psicologia - em nem participar da colação de grau... É que eu não compartilhava com essa maneira de comemorar. Mas acho que é importante; não posso pensar só em mim; pensar que porque não concordo com aquela burocracia, com aquela coisa que não fazia o menor sentido, posso desconsiderar toda a expectativa dos meus pais... Aí eu fui. Mas nesse clima de... “não é mais a mesma coisa, os nossos amigos não estão aqui...”

Os amigos, para além do grupo restrito de militantes, constituíam uma comunidade dentro do colégio. Juntos, partilhavam dos espaços, das preocupações, dos interesses, das festas e da política. Sem essa aventura comum sustentada pela amizade, a militância definha no terceiro colegial e prevalecem para o depoente as opções individualistas. Tanto na escola

como na universidade, momentos de aproximação e afastamento dos colegas acompanham e mesmo determinam momentos de aquecimento e desaquecimento em sua participação.

Aproximar amizade e política não é tarefa fácil, ainda mais se temos como referencial aquilo que conhecemos dos dias atuais. No senso comum, nada mais privado do que a amizade, e nada mais propício do que a política para acentuar inimizades.

Contudo, se concordarmos com Hannah Arendt que para a política é necessário que os homens se reconheçam como iguais, que a política não pode prescindir de certo reconhecimento entre seus agentes, somos também forçados a admitir que a amizade não pode ser totalmente estranha à política.⁹⁶

Pensemos a partir do depoimento. Não parece razoável supor que entre amigos os jovens se dispusessem à ação com mais disposição? Ao falarem sobre o que têm entre si, sobre o mundo, o mundo se torna ainda mais comum aos homens, mais compartilhado. A amizade, nesse contexto, faz com que os jovens se tornem parceiros em um mundo comum. É certo que a política não é - e nem seria desejável que o fosse - possível apenas entre amigos, mas é verdade que, sendo amigos cada um pode melhor atinar sobre a opinião do outro, pode melhor compreendê-la e situá-la em um universo comum. Os amigos reconhecem o mundo como algo comum a todos, e este tipo de compreensão, em que alcançamos ver o mundo do ponto de vista do outro, está entre as mais importantes virtudes políticas.

Agora que a aproximação entre política e amizade faz mais sentido, farei o caminho inverso e voltarei para a política tal como a conhecemos em nossa época dentro do movimento estudantil. Estamos agora em condições de nos espantarmos com aquilo que Simone e Luís nos contam acerca da rotina dos Congressos da UNE, do DCE e dos CCAs. Não é de causar estranhamento que o movimento estudantil seja por vezes tão avesso à integração entre os estudantes? A organização de festas e outras atividades de integração freqüentemente são consideradas opostas ao engajamento político pelos militantes; os estudantes preocupados com a integração entre as pessoas são muitas vezes considerados por eles alienados, desprovidos de interesses mais voltados à universidade e à própria sociedade. As festas muitas vezes são vistas como futilidade: organizar uma festa significaria perder tempo precioso para a política. Por que freqüentemente o movimento estudantil, no sentido contrário de estabelecer alguma aproximação entre as pessoas, cria profundos antagonismos, severas inimizades? As festas, as amizades, o clima de integração, se nos orientássemos pela experiência do depoente, não deveriam ser constantes no cotidiano dos CAs, dos DCEs e da própria UNE?

Os severos antagonismos existentes no movimento estudantil, a forte hierarquização

⁹⁶ Cf. ARENDT, H. *Filosofia e Política*. In: A Dignidade de Política: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

em suas entidades, o distanciamento entre os militantes e os demais estudantes, são temas que já sugerimos e que dão pistas sobre a severa cisão e o clima inóspito que freqüentemente impera nos espaços do movimento estudantil. Contudo, além de nos revelarem essa conjuntura aterrorizante, os depoentes nos ensinam também que entre amigos sentimo-nos especialmente convidados a discutir e a participar do mundo que habitamos. A política - nos ensina Luís - parece incomparavelmente mais enriquecedora e gratificante quando se dá entre pessoas que também partilhem de festas, de “porres”, de namoros... O sentimento de proximidade ou de estranhamento, o estreitamento ou enfraquecimento dos laços afetivos que formavam um coletivo de militantes, freqüentemente aqueceram ou refrearam no depoente o ímpeto para a política. Levado ao extremo o depoimento, a militância talvez seja impossível sem um certo grau de amizade entre seus agentes: conclusão que talvez pareça irreal, fantasiosa ou mesmo ingênua aos ouvidos de grande parte dos militantes, mas que vale para instigar nossa imaginação. O papel fundamental da amizade no depoimento contrasta radicalmente com aquilo que vivenciamos em alguns espaços da política. Mas essa apologia da amizade, talvez radical, é parte essencial da vivência política de Luís. A partir da amizade talvez possamos atinar melhor sobre o mal-estar ou bem-estar que sentimos em determinados espaços da política. A aversão por certos fóruns de decisão e participação que encontramos tanto na trajetória de Luís como na de Simone guarda estreita relação com o isolamento e com o arrefecimento do vínculo entre as pessoas: são todos momentos em que o diálogo, a troca entre os agentes, ficou empobrecida, e nos quais também se esfriaram os laços afetivos. O efetivo diálogo e a ação conjunta não podem prescindir de certo reconhecimento entre os agentes. A amizade é a radicalização desse reconhecimento e dessa alteridade tão preciosas para a política.

Apresentamos nesta primeira parte da interpretação do depoimento os três eixos da militância de Luís - trabalho, estudo e amizade -, tal como se insinuam logo no início de sua trajetória. São temas que, como já afirmei, prosseguem durante todo o depoimento, e portanto perpassam e balizam minhas interpretações subsequentes. Trabalho, estudo e amizade também não são categorias estanques, indissociadas. Para compreender a militância estudantil do depoente, desde suas motivações iniciais até seu encerramento, é impossível considerá-las separadamente; compõem, todas elas, o campo complexo sobre o qual a ação política do militante se localiza. Até o momento vimos que, como jovem pobre e trabalhador, Luís é sensível às contradições sociais e aos conflitos entre patrões e empregados, primeiro através das experiências familiares, e posteriormente através de sua própria experiência. Para a adesão à política ou a mobilização de algum engajamento, foi também necessário refletir e estudar; foi preciso identificar que as angústias sofridas dentro da relação de trabalho dizem respeito a todos, dizem respeito a nossa sociedade, e que foram temas de estudo de diversos autores. Mas - e principalmente - sem o enraizamento em um grupo, e talvez sem a amizade, quem sabe se teríamos um militante? Para o disparo da militância, tanto Luís como Simone se

beneficiaram de pessoas, de amigos que possibilitaram partilhar experiências vividas em comum e relacioná-las às condições e contradições sociais, que configuraram um ambiente de participação real e ativa, substrato essencial para a política.

2. Marcos da militância estudantil

a. Conjuntura social e militância

É freqüente que as lembranças de Luís acerca do movimento estudantil apareçam integradas a recordações mais abrangentes acerca dos movimentos sociais ou da conjuntura política de sua época. Logo de início, o interesse pela política se relaciona com o fim da Ditadura e com o surgimento de um movimento sindical forte nos anos 80.

Era a construção do PT, os anos iniciais do partido. Eu acompanhava isso de forma intensa, muito entusiasmado, muito ligado àquilo tudo... Não votei na época porque não tinha idade para votar... Mas se eu votasse, votaria no Lula com toda certeza. Como sempre votei. E na época ele não conseguiu, enfim... Mas teve toda aquela discussão do movimento sindical, a construção do PT, os movimentos populares, a luta contra a Ditadura, que eu acompanhei.

A campanha pelas eleições diretas à Presidência da República na primeira metade da década de 80 mobilizou todo o país. O acontecimento aparece no depoimento de Luís como um fato marcante, mesmo sem tê-lo envolvido como militante.

A minha participação política nessa época era acompanhar esses fatos, ir às manifestações. Não estava em nenhuma agremiação política, nada do tipo.

Acho que teve aí um declínio na minha preocupação política. Acompanhei os fatos, procurei participar deles, mas enquanto movimento de massas, não como participante de algum movimento social organizado. A campanha das Diretas tomou muito a cena. Essa discussão congregou um monte de gente. Eu acompanhei tudo isso como observador, não como participante dos movimentos sociais.

Alguns anos depois haverá um acontecimento de envergadura semelhante, e que dessa vez o envolve como militante. As eleições presidenciais de 89 são marcantes tanto no

depoimento de Simone como no de Luís, e também aqui, na decepção com a derrota do candidato petista, o trauma é sentido. Depois das eleições presidenciais de 1989, parece ter havido uma perda de rumos, um esfriamento nos movimentos sociais, incluindo o movimento estudantil. Ao que parece, o impacto foi vivido por todos os militantes de esquerda da época. Simone também sofre intensamente em 1989, e depois se ressentiu desse mesmo desânimo do qual fala Luís.

Acho que em 90, depois do ENEP, houve uma espécie de refluxo, uma decaída, um desânimo a partir da derrota do Lula... Eu não sei te dizer quanto isso se espelhou nos movimentos sociais, e mais precisamente na Executiva, mas espelhou...

Aquecimentos e refluxos no movimento estudantil parecem, em certa medida, acompanhar aquecimentos e refluxos nas lutas sociais travadas em escala nacional. O contexto mais abrangente, mais ou menos aquecido pelos movimentos sociais na luta contra a desigualdade social e a exploração, pode incentivar ou desestimular a participação dos estudantes. No final da década de 80, quando existia um candidato popular à presidência, durante o período conclusivo de abertura democrática, parece que há um rumo a seguir, uma crença na democracia nascente e no poder do voto. Esse ânimo alimenta as iniciativas; o movimento estudantil bebe da efervescência sindical da época.

Quando as lutas sociais se aquecem, o movimento estudantil disso se beneficia para além de sua conjuntura interna. É chamado a habitar e agir em uma esfera pública mais ampla, e a participação dos militantes se reveste deste caráter. Luís se envolve nas discussões sobre as propostas dos candidatos, se mobiliza durante as votações, faz boca-de-urna e posteriormente acompanha a apuração dos votos. Sua militância é aquecida e suas forças se voltam quase que por completo para os acontecimentos políticos gerais, nesse caso a eleição presidencial. Mas quando as alternativas sociais à opressão se retraem, quando a esquerda é derrotada pelos setores conservadores, ou quando o socialismo parece ruir com a União Soviética e o Muro de Berlim, é como se o movimento estudantil perdesse o rumo, acompanhando alguma desorientação de todos os movimentos sociais.

Luís nos demonstra que progressos e regressos no âmbito do movimento estudantil, em grande medida, seguiram progressos e regressos das ações mais gerais contra o capitalismo. Mas como se dá essa influência? Como o movimento estudantil é tocado e envolvido pela conjuntura geral? Essa pergunta é complexa, e certamente nossa pesquisa não é suficiente para respondê-la satisfatoriamente. Vamos apontar um aspecto, um ponto de partida para pensarmos nessa questão sob a perspectiva do depoente.

É curioso notar que a derrota de Lula na eleição presidencial reverbera nos militantes sendo designada como “desânimo”. Desânimo que afeta movimentos e grupos sociais. Trata-se de algo vivido coletivamente, um sentimento compartilhado. Mas é também - como nos demonstra o depoimento - bem intimamente que o militante vive esses acontecimentos, como desânimo que arrefece sua participação. Trata-se de uma angústia cujas raízes são sociais, mas que é vivida e sentida também em cada pessoa, em cada militante dentro da Executiva Nacional ou de um Centro Acadêmico.

Outro elemento que nos faz pensar na estreita relação entre o ânimo subjetivo e os acontecimentos sociais é quando dizemos, nós militantes, que o movimento estudantil ficou “sem rumo”, ou que ele está “fraco”. São denominações imprecisas, insuficientes para uma análise sociológica. Parecem mais apropriadas quando falamos de militantes. E assim, quando dizemos que o movimento está “fraco” ou “sem rumo”, falamos sobretudo de seus militantes; falamos, sem exagero, que estão fracos e sem rumo. Ao entendermos que o movimento é composto por pessoas e ao pensarmos a partir delas, pensamos não em um “movimento” fraco e sem rumo. Pensar assim tornaria as coisas talvez abstratas. Pensamos, outrossim, em sentimentos concretos de pessoas concretas, que de fato sofrem desânimo, enfraquecimento, perda de um rumo compartilhado.

Para o militante, o arrefecimento dos movimentos sociais é de fato vivido como angústia. Quanto maior o envolvimento, quanto maior o engajamento, tanto maior parece o sofrimento do militante em momentos de crise política. Os golpes contra Lula, o reconhecimento prejudicado dos poderes dos trabalhadores, acertam Luís em cheio. Em certa medida, acerta-nos a todos: a união de trabalhadores, formada como um poder, se reconhecida com um poder, devolve-nos a todos ao sentimento do poder como algo diferente de uma força militar ou de um aparato burocrático, tecnocrático, oligárquico.

Cheguei a acompanhar as urnas no Morumbi, onde foi feita a apuração; havia colegas lá que estavam fiscalizando, e aí tínhamos um quadro que indicava os resultados. A gente via aquilo e ficava mal. O Lula foi para o segundo turno, mas na votação em São Paulo deu Collor em primeiro lugar deu estourado. Depois Covas, pau a pau com o Maluf. E em quarto lugar o Lula. No resto do país o Lula ali; em alguns lugares ele ganhou. Aqui em São Paulo, quarto lugar... O que é isso? Trabalhamos bastante, ficamos ali... A gente se esforça e nem sempre consegue, mas é deprimente ver um candidato como o Lula em quarto, perdendo para Maluf! Covas ainda vai, mas Collor e Maluf... Fiquei passado com as pessoas. A gente via a reação na boca de urna, e muitas pessoas tinham aquele medo ancestral do Lula, como se ele fosse aquele comunista comedor de

criancinhas mesmo. Mesmo! E lá na região onde eu morava, na periferia da cidade, no Jardim João XXIII! Não era nos Jardins, era junto às camadas populares! Quanto é forte, quanto penetra fundo essa visão ideológica a respeito da participação dos trabalhadores na política! Muitos infelizmente tomam o trabalhador - é do próprio trabalhador que estou falando também - como incapaz. O igual não é capaz. O doutor é, o trabalhador não. Uma pessoa como o Lula concentrava em cima dele, como concentra até hoje infelizmente, todo o tipo de preconceito possível. É o fato dele ser nordestino... O nordestino muitas vezes toma o outro nordestino como alguém que não tem condições. É impressionante isso. São Paulo está cheio de nordestinos, e eles votaram pouco no Lula. O fato dele ser um metalúrgico, do movimento sindical, tomado como o baderneiro, o bagunceiro; o fato dele ser uma pessoa com pouca instrução: “Como uma pessoa semi-analfabeta vai ser presidente do país?”. Isso ouvi de colegas do Instituto; colegas do grupo do Sandro, das pessoas mais presentes da gestão em que participei. Daquele momento em diante cortei relação com a pessoa. Quem diz isso não merece o menor tipo de contato! Diziam: “Como você quer ter como presidente do país alguém que não nos represente condignamente? O Lula é um analfabeto barbudo, nordestino. Ele vai representar o país?”. Isso me deixou passado! Tem um lado de razão e um lado de paixão nessa história toda. Falar mal do Lula é como se falasse mal de um amigo ou de um parente meu. Um parente próximo! É a mesma coisa. E havia um debate muito grande sobre essas coisas; não tinha como ficar em cima do muro. Ainda mais aqui na Universidade.

Quando refletimos acerca da experiência política de Luís durante o colegial, fomos levados a concluir que, para o militante, participar implica proximidade e comunidade entre pessoas. Nesse episódio da eleição presidencial, parece que o sentimento é semelhante àquele sentido quando o grupo de amigos se dispersa. Nesse caso, contudo, o gosto pela aproximação e comunidade entre pessoas está politicamente informado. É o gosto por uma candidatura que esperaríamos aproximar o Estado e os movimentos populares. A derrota de Lula provoca um desencanto de Luís em relação à sociedade, às pessoas das classes populares manipuladas pelo preconceito, e mais especificamente em relação aos seus colegas do Instituto de Psicologia. O baque é também vivido como uma espécie de desagregação, para além dos seus efeitos concretos na política geral. É vivido como estranhamento e antagonismo, como fenômeno que evidenciou a cisão, a barreira entre pessoas do Instituto.

A derrota eleitoral é claramente tomada em termos também psicológicos. Votando em

outros candidatos, seguindo “aquele medo ancestral” de trabalhadores, a maioria da população preteriu o árduo trabalho do militante, recusou seu esforço e suas idéias. Esforço e idéias que pretendiam fundar novo regime social, e especialmente um regime de participação dos trabalhadores, mesmo os menos “instruídos”. A derrota foi compreendida - principalmente - como atitude preconceituosa, alimentada não simplesmente por aparelhos econômicos ou militares da direita, mas por ideologia. No bairro popular e no Instituto, gente avessa a Lula deixava Luís “passado”, revelando o quão arraigada era a rejeição às classes pobres, aos sindicalistas e aos metalúrgicos. Tratava-se de uma recusa vivida *na pele*, e também vivida no cotidiano de Luís entre seus colegas ricos. A disputa eleitoral tem estreita relação com as conversas nos corredores da Psicologia; a derrota institui um abismo entre Luís e aqueles que partilhavam preconceitos em relação a Lula. A polêmica intensifica um mal-estar entre Luís e seus colegas, evidencia desigualdade e comunicação barrada que, como veremos, são tão angustiantes. O militante, reunido aos outros, zelando por isso, corta relações e contato com quem, desprezando e rejeitando o homem analfabeto, barbudo e nordestino, despreza e rejeita a relação e o grupo. O fenômeno manifesto na esfera política geral se comunica, confunde-se com o próprio cotidiano do depoente. O fenômeno geral representa, simboliza o dia-a-dia.

A metáfora do depoente é significativa: rejeitando Lula, as pessoas estavam negando um “amigo” ou “parente próximo”. A expressão é exata, vale pelo sentimento que revela. É dessa forma, à semelhança de uma desfeita a um amigo ou parente, que Luís vivencia a dor de uma derrota política efetivada na esfera geral. A derrota ou vitória do socialismo no Brasil e no mundo são acontecimentos gerais, aparentemente distantes do militante, mas afinal vividos pessoalmente, subjetivamente, como aqueles episódios dos quais tomamos parte na família ou no grupo restrito de amigos. A dedicação à militância parece trazer consigo esse ônus, ou esse prêmio, de partilhar o nosso destino e os nossos sentimentos com gente e acontecimentos distantes.

b. Contrastes sociais no IPUSP

Luís, como Simone, experimentou grande contraste e algum antagonismo na relação com seus colegas de Instituto de Psicologia. Estudante pobre e trabalhador, suas preocupações e dificuldades eram estranhas aos seus colegas de condição abastada. O militante sente as diferenças durante as conversas; sente diferenças entre ele e seus interlocutores como diferenças entre mundos e entre visões de mundo; sente os hábitos que lhe eram estranhos e uma série de pequenas atitudes cotidianas que denotavam um verdadeiro abismo.

Nos momentos de intervalo, de conversa, fui descobrindo que as pessoas eram bem diferentes de mim. Os assuntos que circulavam eram outros, as preocupações eram outras... Senti isso como não tinha sentido ainda. No primeiro colegial eu tinha uma identificação grande com as pessoas com quem estudava; eram pessoas que compartilhavam de um cotidiano muito parecido; eram pessoas que trabalhavam, que tinham uma história para contar durante as aulas; ou tinham as aulas como um espaço de uma certa descontração, encontro... Mesmo no cursinho, como eu estava te falando, num lugar onde isso poderia ser quebrado pela competição, havia um clima de solidariedade... Eu senti a quebra disso no primeiro ano de faculdade... Encontrei outras pessoas, outras preocupações, outras visões de mundo... Pessoas de colégios tradicionais como o Bandeirantes, como o Porto Seguro. Eram pessoas que haviam passado férias na Europa... Eu era completamente alheio a isso. Não encontrei pessoas que trabalhassem, que tinham uma realidade parecida com a minha.

As dificuldades encontradas por Luís relativas à desigualdade social, relativas à suspensão de uma comunidade de destino, vêm no depoimento misturadas com preocupações “típicas de adolescente”.

Mas eu não me sentia identificado com as posições das pessoas. A gente brincava sobre as coisas da aula, mas havia meus conflitos. Chegava em casa e pensava aquelas questões: “gente, eu não conheço ninguém; o que as pessoas acham de mim?”. Aquela preocupação típica de adolescente, com a imagem que as pessoa têm de você, e em compreender isso para poder se inserir nos grupos. Essa ambivalência esteve presente no primeiro ano.

A passagem revela uma época turbulenta para o depoente; o ingresso no Instituto é um período que combina conflitos e tensões da juventude e antagonismos sociais. Nessa passagem, a meta de integrar o grupo de colegas, a aceitação desejada por todos os jovens, encontra uma barreira social, um abismo que Luís não transpõe sem sofrimento.

O estranhamento que Luís sente não é vivido como uma atitude cujo sentido era humilhá-lo. O depoente não se ressentia de ações que objetivassem ressaltar diferenças econômicas ou culturais. Pelo contrário, enfatiza que as pessoas procuravam ser acolhedoras, receptivas. Eis um exemplo, um episódio lembrado por Luís.

Quando digo isso não quer dizer que eu estava aqui e as pessoas lá longe, mas eu via essas diferenças de uma maneira radical. Não é que as pessoas não fossem simpáticas, e algumas receptivas. Lembro de um exemplo claro disso. Uma colega minha nos convidou para sua festa de aniversário. Ela morava no Paraíso com os pais. Isso foi no primeiro ano de faculdade se eu não estou enganado... Foi um choque a festa, porque chegamos naquele apartamento enorme, numa festa de queijos e vinhos, com uma mesa posta com tudo o que você possa imaginar... Eu e meu irmão fomos dos primeiros a chegar. Aí a gente olhou para tudo aquilo, olhou um para o outro... Ela era de família árabe. O pai dela foi super simpático com a gente, perguntou se a gente queria vinho... E a gente olhava para a mesa... “Como a gente vai fazer?”. A gente não fazia a mínima idéia! Tinham vários talheres, várias coisas, e aquilo para mim era completamente desconhecido. Eu virei para o meu irmão e falei: “espera alguém manusear esses bichos aí e a gente vê o que faz, ou então a gente come do nosso jeito e acabou!”. E foi engraçado, porque ficamos observando algumas pessoas mexerem, depois pegamos do nosso jeito, vendo o que dava para fazer... Não sei se chamou a atenção. Acho que nem chamou. Eu fiquei um pouco assim... Foi como uma festa de quinze anos. Acho que ela estava fazendo dezoito. Tinha uma conotação de debutante, tanto que lá num certo momento ela começou a tocar piano numa sala, fazendo uma exibição. Pensei: “gente, onde é que eu estou?”. Isso é uma coisa típica da formação da mulher numa certa faixa social. Francês, piano, essas coisas...

O episódio lembra o relato de Simone acerca de sua visita a um amigo rico, quando estranha tudo: os talheres, o elevador que se abria dentro do apartamento único no andar... A diferença de origem social se manifesta nos ambientes de convívio, nas festas de aniversário, nas conversas informais. Enfim, as desigualdades se revelam para o adolescente nesses pequenos momentos do cotidiano.

A enorme distância entre Luís e seus colegas parece desestimulá-lo de participar do movimento estudantil nos primeiros anos de faculdade. O contraste por vezes parece dificultar a amizade, a cumplicidade, que para o depoente, como vimos, é tão cara à política.

Então não tinha muito trânsito ali, entre visões de mundo, entre experiências cotidianas; as pessoas falavam coisas aqui no instituto, nas conversas, para mim, que chegava assim como voltava. Eu não tinha o que dizer... Não tinha muito o que falar a respeito. As minhas experiências não

cabiam muito ali. Quem iria entender o cotidiano de uma pessoa que estava estudando e estava em busca de trabalho, que já tinha trabalhado? Como entra essa experiência dentro de um grupo? Não dava liga.

Aquele ambiente do colegial formado por jovens trabalhadores contrasta radicalmente com a experiência de Luís no início da graduação. Esse verdadeiro abismo social entre Luís e os demais estudantes se manifesta no movimento estudantil. É nesse sentido que Luís identifica em alguns companheiros de Centro Acadêmico aquilo que chama de “concepção obreira”.

Muitas pessoas desse grupo que formou a chapa tinham uma visão obreira do Centro Acadêmico. Como eu te falei, havia pessoas muito diferentes do meu percurso.

A expressão “visão obreira” é claramente pejorativa, denotando nos colegas falta de interesse pelas questões sociais. Eram estudantes, nas palavras do depoente, mais interessados em “fazer coisas”, a despeito das discussões. Para Luís, suas preocupações acerca das questões voltadas para além do Instituto, e assim para a universidade e para a sociedade, têm origem em seu passado de trabalhador.

Contrapostos ao “obreirismo”, Luís destaca os colegas ingressantes em 1988.

Acho que esse grupo que entrou em 88 tinha uma história particular. Boa parte de seus membros tinha a preocupação de participar mais ativamente da vida acadêmica, da Universidade. Não era uma coisa tão segmentada, elitista, como senti na minha turma. Era um grupo mais participativo, que discutia também as coisas da Universidade, além das coisas pessoais. Ou que não tomava o cotidiano da Universidade como coisa pessoal, particular, mas como algo ligado a um movimento mais amplo.

Seriam também os estudantes egressos em 1988 oriundos de famílias mais humildes? Haveria aqui um reconhecimento de companheiros da mesma classe social? Conhecendo alguns deles, sei que essa afirmação é verdadeira.

O grupo de 1988, assim como Luís, parece mais disposto a uma atitude conjunta e não particular; parece mais disposto a um engajamento coletivo e à militância universitária,

em detrimento dos outros estudantes descritos como mais “obreiros”. Tais características Luís parece relacionar diretamente à origem social mais humilde; sua hipótese é que os estudantes cuja realidade os aproxima das classes populares parecem contar com preocupações mais alargadas, mais voltados que estão para as iniciativas conjuntas e para os problemas sociais. Essas impressões são corroboradas por Simone, para quem seus colegas mais ricos, durante muito tempo, foram designados como “burgueses” e “alienados”, pouco afeitos à militância e demasiadamente preocupados com a própria formação.

Para Simone e Luís, oriundos de classes pobres, são notáveis as diferenças estabelecidas entre eles e seus colegas. Os militantes de “visão obreira” talvez pouco se interessassem por questões sociais, por não reconhecerem nelas temas pertinentes, por não reconhecerem em bandeiras com a democratização da universidade ou a eleição de um presidente operário assuntos que lhes dissessem respeito. Os estudantes mais pobres talvez estejam mais dispostos à vida universitária e mais sensíveis às desigualdades sociais. Em contrapartida, talvez os estudantes mais ricos estejam menos dispostos às iniciativas conjuntas, preferencialmente voltados às iniciativas privadas e portanto menos suscetíveis ao convite para a política estudantil.

É de certo notável minha escolha de dois depoentes de classes populares, tendo em vista que não tomei esta característica como critério. Balizei-me principalmente no envolvimento pessoal do depoente com o movimento estudantil e na importância dada à participação dos militantes por seus colegas contemporâneos. Talvez essa coincidência corrobore a hipótese que nos chega dos próprios depoentes: os estudantes mais pobres estariam mais afeitos ao engajamento, e principalmente àquele engajamento preocupado com as questões sociais, para além do próprio Instituto.

Longe de ser propriamente algo novo, a proposição de que os pobres são mais dispostos ao engajamento político do que os ricos encontra algum paralelo naquilo que Lucien Goldman escreve acerca da oposição radical entre solidariedade operária e o egoísmo burguês. Com ressalvas à distancia cronológica e contextual entre aquilo que pesquiso e o fenômeno sobre o qual o autor se debruçou, suas conclusões nos incentivam a insistir nesta hipótese:

Ele [o operário] não tem uma fortuna a fazer frutificar, situação social privilegiada a defender; para ele os objetos não são “mercadorias”, pois ele os vê unicamente pelo prisma do consumidor, pelo qual eles mantêm toda sua riqueza e sua verdade concretas; os homens não perdem, para ele, suas qualidades vivas na abstração geral de “compradores”, pois ele nada tem a vender-lhes e, o que é mais importante, ele pertence à única categoria social na qual os homens, mesmo para defender seus interesses mais

*imediatos, devem unir-se em vez de opor-se uns aos outros. A solidariedade tem, para a vida social e para o pensamento dos operários, importância tão grande quanto o egoísmo e a concorrência para os burgueses e para as camadas médias.*⁹⁷

Nesse sentido, o autor menciona o conceito de *consciência possível*: “o máximo de realidade que poderia conceber uma classe social sem chocar-se contra os interesses econômicos e sociais ligados a sua existência como classe”.⁹⁸ Em outras palavras, trata-se de reiterar a influência que as determinações econômicas exercem sobre os pontos-de-vista dos indivíduos, a depender da classe social que integram. No caso do operário, Goldman enfatiza a solidariedade, em detrimento das preocupações individualistas que marcam o pensamento do burguês. Essa diferenciação talvez encontre correspondência na comparação entre os militantes pobres e os demais estudantes. Para Luís e Simone assumir a militância representou uma forma de combater as desigualdades sociais, de negar uma estrutura social que impele para as iniciativas individuais, burguesas por excelência. O fenômeno da militância estudantil configurou, para ambos, um momento de superação da ideologia capitalista, na medida em que rompe o ideário dos interesses privados individuais em favor de um campo de ação comum.

Embora seja atraente a conclusão de que os jovens de classes populares estejam mais dispostos ao engajamento, seria necessário, para um estudo comparativo, entrevistar militantes de origem abastada. Apenas observando o cotidiano das universidades, já percebemos que nem todo estudante pobre se trona militante, e tampouco todo jovem rico é alheio à participação e se identifica com valores burgueses. Para o momento, fica dos depoentes o testemunho de que há diferenças notáveis entre estudantes ricos e pobres, percebidas e manifestas no cotidiano, e que tais diferenças matizam diferentes formas de envolvimento na universidade e no próprio movimento estudantil. Para Luís e Simone, identificados com as classes pobres, a assunção da militância se configurou, ora de maneira mais explícita, ora de forma mais indireta, em combate às desigualdades sociais e à reificação. O movimento estudantil, para ambos, foi um campo de ação com essa característica contestadora, eminentemente avessa aos interesses individuais e burgueses assumidos por seus colegas mais ricos.

*

⁹⁷ GOLDMAN, L. *A reificação*. In: *Dialética e Cultura*. Tradução de Luis Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 141

⁹⁸ Op. Cit. p. 146.

Há na trajetória de Luís um fator importante, e que se relaciona diretamente com sua origem nas classes populares. Desde cedo, notamos como a esfera do trabalho tem papel central em sua vida. É inevitável que perguntemos então como seu cotidiano de jovem trabalhador se relacionou com a vida universitária, e mais especificamente com sua militância.

Como já apontei, o trabalho insere Luís na esfera alargada das preocupações sociais. Tratava-se de uma livraria, freqüentada por “todo tipo de gente, discutindo sempre tudo”. Era um espaço de trabalho diferenciado, mas que não estava, por isso, livre das características de qualquer trabalho em nossa sociedade - com um rígido horário, com as pressões e a vigilância de um patrão, com a exploração da mão-de-obra... Nem sempre as condições de um estudante pobre e trabalhador favoreceram o engajamento na política e o estudo. Luís se vê muitas vezes sujeito às necessidades econômicas; o trabalho lhe é indispensável para ajudar seus pais e lhe garantir os estudos no cursinho. A rotina da livraria, embora instigante, quase o impossibilita de continuar estudando.

Era o cursinho das sete ao meio dia e de segunda a sábado, e o trabalho da uma às dez... Foi esse pique seis meses... Até um ponto que eu estava me estraçalhando. Não conseguia nem trabalhar nem estudar direito. Precisava decidir o que fazer: seguir de fato psicologia ou continuar trabalhando e de repente virar gerente ou coisa desse tipo?

Um ambiente diferenciado, peculiar de trabalho, mesmo assim não está livre das relações patronais, não liberta os trabalhador de sua condição de assalariada, dependente da empresa para a sobrevivência. Durante a trajetória do depoente, se estabelece verdadeira tensão entre trabalho e vida universitária. Em diversas passagens, Luís lamenta o cotidiano difícil durante a graduação, tentando conciliar estudo, militância e a necessidade de ter um emprego.

A estrutura do curso de psicologia da USP, em regime integral, constitui grave obstáculo para os alunos mais pobres e que precisam trabalhar.

No primeiro ano comecei a tomar contato com o estudo em período integral, sendo que precisava trabalhar. Com o término do cursinho, meu dinheiro havia acabado, e eu vi a necessidade batendo na minha porta. Precisava trabalhar, ter um dinheiro meu para me manter e ter alguma coisa,

não trazer despesas. No primeiro ano foi difícil, porque, apesar do curso não ser completamente integral, de haver janelas de manhã e de tarde, havia uma previsão de que elas deveriam ser ocupadas com estudo ou alguma atividade.

Conjugar formação e trabalho, desde o início, constituiu um desafio para Luís, agravado de certo pela estrutura do Instituto. As dificuldades do depoente nos sugerem, por vezes, que o estudante trabalhador pode ser alijado da vida universitária pela necessidade de trabalhar, e assim pode, como consequência, estar menos disposto à militância estudantil. Trata-se de uma idéia antiga, mas que talvez ainda encontre eco no presente. O estudante abastado, burguês moderno, estaria mais “livre” para os assuntos políticos, gozando de uma posição financeira confortável, sustentada pelos pais e desobrigada das relações de trabalho. Já o estudante trabalhador de hoje, como no caso de Luís, estaria submetido aos vínculos de dependência da sociedade capitalista, com a “necessidade batendo em sua porta”, e portanto sem tempo livre para a plena dedicação ao estudo e à militância. Estaria, portanto, restrito às necessidades pecuniárias, e assim, sem poder superá-las, estaria alijado da política.⁹⁹

São de certo colocações questionáveis. Aceitar que o estudante com necessidades econômicas está necessariamente menos disposto à militância consiste em largo equívoco, sem sustentação seja no depoimento de Luís, seja em autores preocupados com o movimento estudantil. Vejamos as reflexões de Marialice Foracchi acerca dos efeitos do trabalho sobre o jovem.

⁹⁹ Sobre essa questão, há uma interessante passagem lembrada por Artur José Poerner, que diz respeito à crise do movimento estudantil que ele identifica durante a Primeira República. Vejamos o que nos diz Renato Bahia, observador daqueles tempos preocupado com o assunto:

O estudante do período imperial, em regra, filho do grande proprietário agrícola, desfrutava, assim, de uma situação privilegiada: era, economicamente, um despreocupado de sua subsistência, com tempo bastante para os deveres escolares e inquietações extra-escolares e, além do mais, suficientemente livre, independente, para as mais audaciosas atitudes... com a extinção da escravatura, porém, a fidalguia do campo deixou de ser o viveiro ou afluente quase que exclusivo das academias. Abolidos com as novas instituições políticas e sociais os privilégios de títulos, e firmada a igualdade de raças, as classes médias tornaram-se um poderoso elemento na constituição do corpo discente das Faculdades. Desaparecia, desse modo, a primitiva figura do estudante abastado, de boas mesadas, apenas estudante, para surgir essa outra, que ainda hoje predomina no cenário acadêmico: a do estudante que alia às atividades escolares o exercício de uma profissão. O estudante teve a sua atenção desviada para outros mistérios que não os exclusivamente culturais, enquanto, se deixando manietar por uma visão mais utilitária da vida, perdeu aquela indisciplina e aquele arrebatamento que emprestam à história acadêmica uma coloração forte de civismo e de desprendimento... A difusão, cada vez mais generalizada, do ensino superior, pela criação das Faculdades livres, vulgarizando o diploma científico, tornando-o mais acessível e mais comum, arrebatou ao estudante aquela auréola de prestígio, com que a sociedade daquela época reverenciava, no acadêmico de hoje, o doutor de amanhã... E a grande imprensa diária, surgindo com feitiço moderno, dispoñdo de recursos mais ponderáveis, relegou a plano secundário o jornalismo acadêmico...”
(Op. Cit. p. 65)

... O trabalho amplia experiências, enseja novas relações e coloca o jovem em contato com setores sociais diversificados. Assim sendo, interfere indiretamente sobre o aproveitamento do curso, fazendo com que se ressaltem, inclusive, suas implicações formativas mais profundas.

(...)

O trabalho, além de promover uma emancipação parcial, representa para o jovem uma oportunidade para entrar em contato com outros setores da realidade, proporciona novas experiências, amplia, enfim, o universo de relações.

(...)

A situação de trabalho gera mecanismos sociais que estimulam a ampliação de contatos e desencadeiam sobre a personalidade do jovem uma cadeia de efeitos que são formativos, na proporção em que alimentam suas aspirações de maior participação social, como jovem.

(...)

... o trabalho, por intermédio dos seus efeitos secundários [não ligados diretamente às finalidades práticas de produção e de sustento pecuniário], mobiliza recursos de socialização que culminam não só na prematura diversificação de papéis, como também na intensificação dos mecanismos de aquisição de novos papéis.¹⁰⁰

A autora não nega que o jovem, quando absorvido em demasia pela esfera de trabalho, pode realmente ser impedido de estudar e de participar da vida pública. Restrito a um trabalho alienante e alheio ao que estuda, o estudante corre o risco de aprisionar-se aos vínculos e obrigações de sua ocupação, e assim se fragmenta em atividades dispersas e desprovidas de sentido. Isso significa que ele abandonará a construção de uma carreira a partir do curso universitário para abraçar um percurso profissional já iniciado, e assim abandonará a vida estudantil ou a deixará em segundo plano. Vimos que Luís quase segue por essa via quando, durante o cursinho, é forçado a optar entre os estudos e o emprego. Posteriormente, durante a graduação, divide com grande esforço seu tempo entre militância, estudo e trabalho.

Segundo Foracchi, o estudante vira “trabalhador que estuda” na medida em que opta preferencialmente pelo emprego e toma a universidade como um local de passagem: um

¹⁰⁰ FORACCHI, M. M. *Op. Cit.*, p. 129-131.

instrumento em função de outro espaço central, no caso o ambiente profissional. Deixa assim, em suas palavras, de ser parte de uma “categoria estudantil”, e se submete aos “vínculos de dependência” de nossa sociedade. Ou seja, o jovem abre mão da condição diferenciada, da relativa autonomia da qual goza o estudante, e se submete às necessidades financeiras de qualquer trabalhador.

Trata-se de um equívoco, contudo, concluir que é apenas o estudante que trabalha que está submetido a esses “vínculos de dependência” mencionados pela autora. Também o estudante abastado, sem a necessidade de trabalhar, estaria submetido às determinações sociais. Segundo Foracchi,

não se deve inferir... que o estudante totalmente mantido disponha de maior liberdade de ação ou que esteja menos comprometido com a situação que o produz. Na verdade, ele é tão vinculado quanto o jovem que trabalha, embora a natureza dos vínculos criados seja diversa. O universitário mantido pela família é desvinculado, formalmente, na sua ação mas comprometido pelas obrigações morais que assume, em virtude da sua condição de manutenção.¹⁰¹

A “condição de manutenção”, ou seja, depender financeiramente da família, significa também estar submetido a um sistema de compromissos e pressões. Se, para ser estudante, o jovem precisa estar despreocupado de seu sustento, submete-se à dependência paterna, e assim também coloca em xeque a relativa autonomia que a condição de estudante proporcionaria.

Para a autora, o estudante que trabalha não é mais ou menos estudante do que aquele dependente dos pais. Um não está mais ou menos “liberto” do que o outro, e portanto um não está necessariamente mais ou menos “apto” à militância que o outro. O que, para Foracchi, diferencia estudantes trabalhadores de estudantes abastados não é o grau de dependência ou submissão aos vínculos do sistema capitalista, mas sim o teor desses vínculos. As determinações imanentes à origem de classe e ao sistema estarão presentes tanto no jovem rico desocupado como no pobre trabalhador. A autora enfatiza que, seja através do trabalho ou da família, as determinações da sociedade de classes estão sempre presentes, exercendo papel crucial sobre a maneira pela qual o jovem irá assumir o curso e a própria militância. O estudante que necessita trabalhar está submetido às relações patronais, e o estudante de família rica está submetido aos desejos dos pais acerca de seu destino. Ambos estão submetidos, sob diferentes mediadores - trabalho e família - às pressões próprias de sua classe

¹⁰¹ Op. Cit., p. 26.

social de origem, e portanto estão submetidos às pressões de uma sociedade que os conduz à ratificarem as desigualdades sociais. Em outras palavras - expresso talvez de uma forma radical -, o jovem pobre segue a necessidade de trabalhar, abandona os estudos ou o considera em segundo plano, e se torna proletário como seus pais; o jovem rico segue, por sua vez, o percurso desejado pela família e confirma seu destino tornando-se proprietário ou patrão capitalista.

Seja o estudante rico ou pobre, trabalhador ou não, para compreender a maneira pela qual ele assumiu a militância é imprescindível levar em conta a origem de classe do militante e a própria conjuntura social na qual ela se desenvolve. Assim como são diferentes as formas pelas quais estudantes trabalhadores e abastados são submetidos às pressões de campos sociais distintos, são diferentes também as formas pelas quais eles reagem a essas pressões.

A autonomia estudantil, seguindo o pensamento de Marialice Foracchi, pode ser mais ou menos contestadora em relação ao sistema e às desigualdades sociais. É certo que a militância pode assumir contornos e formas variados; pode ser mais ou menos afinada com as lutas sociais. O jovem pode trilhar dentro de um centro acadêmico uma espécie de carreira administrativa. É certo que essa emancipação, como afirma Foracchi, pode significar simplesmente uma passagem do jovem a uma posição mais independente, sem significar qualquer tipo de contestação ou crítica social. Mas, mesmo nesse caso, sem equiparar evidentemente militantes engajados em causas sociais aos mais preocupados em trilharem caminhos afeitos ao *status quo*, o próprio fenômeno da formação de uma categoria estudantil supõe uma certa autonomia que necessariamente nega, em alguma medida, a dependência paterna ou patronal. A própria assunção da condição militante representa, por si, uma reação à lógica individualista, e portanto configura uma certa ruptura em relação à sociedade burguesa. O jovem rompe um referencial particular, espontaneísta, para assumir o movimento estudantil como campo de participação coletiva, articulada com outros jovens agentes, partícipes da mesma realidade, das mesmas discussões e reivindicações.

É fundamental compreender que a ação política estudantil, seja do jovem abastado, seja do jovem trabalhador, pode ser entendida como uma forma de emancipação. O ingresso na universidade, a assunção da condição de estudante, e especialmente a identificação com uma *categoria estudantil* através da militância, representam graus de autonomia progressivos, e portanto momentos privilegiados, seja para o jovem trabalhador, seja para o jovem rico, nos quais é possível resistir às fortes determinações de nossa sociedade, e portanto questionar, de uma forma ou de outra, suas desigualdades. Assumindo a militância, e assim se reconhecendo pertencente a uma categoria, o jovem conquista certa autonomia frente ao sistema, e assim vislumbra agir sobre ele. Expresso talvez de uma forma radical, pode-se dizer que militando o jovem trabalhador recusa o destino que lhe é sugerido pela família e pelo trabalho, e assim reage, na condição de estudante, à situação de classe oprimida. Por sua vez, também

combatendo, o jovem rico recusa a condição de patrão que lhe foi reservada.

c. O “conflito de gerações”

O tempo rápido de militância é uma característica do movimento estudantil. É constante a transição entre um grupo que permanece à frente do Centro Acadêmico para outro, de acordo com um intervalo de aproximadamente cinco ou seis anos. Luís, quando ingressa, vive essa “sucessão de gerações”, marcada pela disputa entre calouros e veteranos.

As pessoas que estavam no Centro Acadêmico estavam cansadas; não queriam mais esse trabalho. Já tinham tocado coisas nos anos anteriores e queriam passar adiante. Só que aconteceu um conflito na cabeça de todo mundo. Eles queriam passar adiante, num chapão de novo, numa composição única; queriam alguém que fosse filho, e não alguém que fosse... intruso. Quem se afigurava ali para ocupar esse espaço? Um grupo de oposição... Isso provocou uma reação terrível por parte deles. As pessoas de terceiro, quarto e quinto anos se arregimentaram para formar uma chapa. Eles não queriam um grupo com esse discurso.

Quando acompanhamos no depoimento as disputas entre calouros e veteranos, elas aparecem matizadas por três diferenças fundamentais: 1) o isolamento entre militantes veteranos e os demais estudantes; 2) a diferença entre formas diferentes de conceber a participação política estudantil e 3) a diferença entre os alunos dos primeiros anos e os alunos dos últimos anos.

Quanto à terceira diferença, parece correto supor certa transformação dos alunos no decorrer do curso. Entre os dezessete ou dezenove anos de um aluno primeiro-anista e os vinte e poucos de um aluno formando, notamos diferenças as mais diversas, e que podem efetivamente alargar a distância entre calouros e veteranos. Esse tema, contudo, excede meu foco de pesquisa. E talvez esse não seja sequer o melhor caminho para investigarmos a cisão, pelo menos se seguirmos a perspectiva do depoente.

Cabe prioritariamente analisar as outras duas diferenças. A segunda denota que a mudança de gerações de militantes pode eventualmente trazer o embate entre diferentes formas de assumir a participação, conforme preocupações matizadas em diferentes contextos históricos e sociais. Os novos militantes traziam novamente a atenção para as problemáticas gerais que orientaram a efervescência dos anos 60 e 70, destoando do tipo de participação dos militantes logo anteriores, voltados para as questões do próprio Instituto. Os militantes então

veteranos talvez estivessem fartos de um tipo de militância advinda das antigas tendências de esquerda do final da década de 70, e então voltaram-se para o próprio Instituto e para longe de onde as disputas partidárias se travavam. Mas a nova geração, nos finais de 80, advinda de um momento efervescente - a criação de uma nova alternativa de esquerda, sindical e partidária -, retomava a preocupação com a sociedade, as lutas mais gerais do movimento estudantil e o apreço pelas disputas eleitorais.

A Mariana dizia que a forma de decisão de muitas coisas por parte do CA se dava às expensas das outras salas. Havia um grupo que pensava e decidia e outros que acompanhavam; não se atingia o cotidiano de todos os alunos; certas questões que deviam ser tocadas pelo Centro Acadêmico não eram tocadas; o CA era muito local; quando a gente queria saber o que estava acontecendo na Universidade eles não sabiam dizer, porque não iam, por exemplo, nos Conselhos de Centros Acadêmicos. Eles se recusavam a ir; defendiam que toda a atuação devia ser dentro do Instituto. Se concentravam nas coisas do próprio IPUSP.

O grupo que antecedeu Luís talvez tivesse amargas recordações das grandes disputas entre tendências como Libelu, Caminhando e Viração, tanto na USP como no resto do país, que matizaram a reconstrução da UNE e dos DCEs no final dos anos 70.¹⁰² Reagiram fortemente ao grupo egresso talvez por identificarem algo a que se opuseram no passado; identificaram talvez, nos novos militantes, semelhanças com seus veteranos da década de 70 e início dos anos 80.

A Psicologia tinha um grupo político que já estava há muito no Centro Acadêmico sem que houvesse disputa entre chapas. Entramos aqui e encontramos esse grupo, que era herdeiro de um outro grupo, herdeiro de um outro... Não sei precisar por quantos anos isso já tinha acontecido, mas poderia dizer que mais ou menos desde uns quatro ou cinco anos anteriores o que aconteceu foi uma composição ampla que dava numa chapa única. Então a Psicologia havia muito não tinha uma eleição de CA com disputa. Falava-se de um período aqui quando aconteceu uma disputa entre duas chapas, uma disputa bem grande, ferrenha, mas isso já tinha sido há muito tempo, era quase que mítico. E a referência a essa disputa era algo sempre negativo.

¹⁰² Cf. ROMAGNOLI, L. H. & GONÇALVES, T. Revista História Imediata: a volta da UNE. N° 5, edição especial. São Paulo: Alfa-Ômega. 1979.

Havia uma valorização em se formar um grupo único. Viam com muito maus olhos a existência de duas ou três correntes disputando.

Luís vê no embate algo que fazia parte de uma efervescência política e que determinava multiplicação de posições contrastantes, que estabelecia contrapontos, oposições, e contribuía para o alargamento das discussões, ao contrário do consenso forjado através de um "chapão". A nova geração via com bons olhos um certo tipo de confronto, inserida que estava no contexto das novas eleições após anos de ditadura.

A primeira diferença entre o antigo grupo e os ingressantes talvez seja a mais difícil de analisar. Ao que parece, os veteranos de Luís constituíram um grupo fechado, pouco convidativo. Luís relata a forma como a militância antiga alimentava a apatia dos estudantes.

Eles diziam o seguinte: "não adianta fazer nada disso que vocês estão falando, porque as pessoas não vêm, não participam; isso não mobiliza o estudante de psicologia; o que mobiliza os estudantes de psicologia são as questões da psicologia; nesse movimento geral as pessoas não estão interessadas". Havia uma avaliação de que os estudantes de psicologia não estavam interessados nessas questões gerais, e que se interessavam apenas por questões locais. É claro que havia aí a produção, na própria maneira de fazer as coisas, disso mesmo. Já se fazia todo um encaminhamento para que o estudante de psicologia se restringisse à psicologia e não se voltasse às questões gerais. Aquilo que eles apontavam, na verdade, já era o reflexo daquilo que faziam. O que é muito comum em qualquer coisa. Você inverte, e essa inversão fica naturalizada. Esse discurso de apatia não pode ser a referência; precisamos criar espaços novos.

É interessante compararmos as críticas que o militante faz ao grupo antecessor com os apontamentos de Simone acerca do próprio grupo de Luís, caracterizado por ela como "antidemocrático". O próprio Luís se queixará em seu depoimento da apatia dos estudantes de psicologia adiante, à semelhança de seus veteranos. Parece que o grupo habitante da entidade tende a uma espécie de isolamento; segue em seu tempo, militando e distanciando-se dos demais estudantes. Os militantes antigos parecem assumir muitas vezes os espaços de participação como algo quase privado. Tentam conduzir o movimento estudantil - "dar a linha" como diria Simone, ou "acabrestar", segundo Luís. Desde então, parece que abandonar o enrijecimento e deixar o movimento estudantil seguir de acordo com ações inéditas de quem chega, militantes debutantes, não é tarefa fácil.

Quando a gente estava formando a chapa de CA fomos chamados para reuniões com expoentes anteriores. Víamos essas pessoas... Tem que se desligar; tem que se desligar disso! Não pode querer dominar. Tudo bem, [o militante veterano] quer estar presente, mas que fale por si próprio e não queira orientar o grupo que diverge dela. Não existe um caminho certo, o que existe é debate, visões diferentes. Queriam acabrestar. Não sei se tive sucesso, mas sempre tentei evitar isso das pessoas seguirem o que penso. Não era com esse intuito que eu participava. Pelo rumo que fiz acabei sendo uma referência, mas procurei evitar assumir esse lugar, dar o tom.

Antecipo desde já, como ressalva, que o depoente teve como preocupação fundamental o cuidado com os militantes calouros. Embora tanto ele como Simone tenham reproduzido em certa medida sectarismos que sofreram por parte dos veteranos quando chegaram, ambos tiveram também atitudes e posturas que apontaram no sentido contrário, procurando acolher quem chegava. No caso de Luís, como veremos adiante (Item h deste mesmo capítulo), a tentativa de estabelecer um elo entre sua geração e a sucessora fica evidente durante sua participação na organização do ENEP em São Paulo, já no final de sua militância estudantil.

Os militantes se envolvem intensamente com o espaço que habitam. Criam raízes, participam da história do Instituto e da universidade. O grupo engajado permanece e acumula certas discussões, cria vínculos intensos com os espaços de participação e com seus companheiros. Seu tempo e seu espaço são diferentes, e assim suas perspectivas se desencontram das perspectivas dos demais, sejam eles alunos ingressantes, sejam eles os demais estudantes.

O militante ingressa na universidade mais ou menos próximo aos seus colegas. A partir daí, parece seguir um rumo diferente, como que inserido em outro espaço, um espaço mais estreito de militância. Compartilhando com outros militantes das discussões acerca do Instituto, da universidade e da sociedade, gestadas nos espaços de participação do movimento estudantil, um outro mundo lhe é apresentado, alheio ao mundo dos demais estudantes. É outro mundo capturador, absorvente. Lembremos de Simone e do sofrimento que sentia ao perceber que as elaboradíssimas discussões com os “capas” não encontravam ressonância alguma nos demais estudantes. Para Luís a sensação é semelhante. São momentos de encapsulamento da militância e dos militantes. Uma ruptura é cavada entre eles e os demais estudantes, entre eles e os militantes novatos.

Falo dos ENEPs e do grupo que organizava a grande massa dos estudantes, vamos chamar assim. Mas creio que não diz respeito só aos Encontros; acho que diz respeito a qualquer entidade dentro do movimento estudantil: a existência de um grupo que tenta fazer os fios da história, que já participou de algumas coisas e tenta continuar suas discussões, mas que encontra outras pessoas, com outras preocupações, outros debates.

Os militantes, nestas horas, parecem pertencer a um espaço e a uma coletividade mais permanentes, comprometidas com um percurso comum, com uma história e um futuro compartilhados. Os demais aparecem como quem são alheios e estão de passagem. O militante é portador de um acúmulo de discussões dentro do movimento estudantil. Para quem milita, o tempo, em contraste com o tempo da graduação, parece mesmo não ser tão curto, tão transitório. Isso o percebemos em nossos depoentes, quando suas lembranças são tão ricas e demonstram quão significativa e ainda persistente é sua passagem pela militância. Esse enraizamento destoa da transitoriedade da graduação e distancia os militantes de seus colegas e daqueles que chegam, e que igualmente não pertencem ainda àquele espaço e grupo fechados.

Difícil julgar este sectarismo que como se apossa dos militantes no decorrer da militância; difícil atinar sobre suas causas. O fato é que quando os militantes tendem ao fechamento parece haver neles uma resistência ao caráter vivo, imprevisível e instável da política. Como compreendemos com Hannah Arendt, a política é fenômeno que não se deixa cristalizar, não se assegura de uma vez para sempre através de instituições. As fundações políticas exigem o seu exercício recomeçado, e recomeçado com novos agentes, muitas vezes ignorantes do sentido e necessidade do que foi fundado antes. Mas os militantes passam como que a temer e a resistir à indeterminação e instabilidade das fundações política: agarram-se a elas como se as desejassem para sempre, permanentes, intactas. É difícil para eles conceberem alguma forma de integrar os novatos e os não-militantes numa certa tradição, e custa-lhes também perceber que uma tradição, para permanecer fiel às suas causas e valores mais imprescindíveis, precisa mudar. Uma prática política consolidada precisa mudar se deseja permanecer a “mesma”, precisa haver-se com as novidades perturbadoras, com as iniciativas de outros ingressantes.

d. A cisão entre “base” e “vanguarda”

As lembranças de Luís acerca das esferas gerais de participação - DCE, UEEs e UNE - confirmam as impressões de Simone. Assim como a depoente, ele lembra de violentas disputas e de rígida hierarquia entre os militantes.

Durante o Congresso promovido pelo DCE, Luís afirma que não havia discussão, mas sim uma série de conchavos e armações de certos grupos políticos para garantir uma maioria congressual e vencer as votações a qualquer custo.

... o grande debate que houve ali foi esse: sacanagem em cima de sacanagem. No começo estava na mesa o pessoal que a gente conhecia, do DCE, colocando em pauta a votação do regimento do Congresso. Vendo quem seriam os delegados, conferindo as atas de votação... A gente foi vendo manobras desses grupos que queriam discutir só a proporcionalidade, colocando delegados em situação irregular. Casos mais absurdos; pessoas que tinham irregularidades crassas foram aprovadas em votação pelo Congresso. Foi combinado! Começamos a ver o tamanho do conchavo, da sacanagem. Ganhar poder por ganhar poder.

Em contrapartida, o militante “ingênuo” estava ali para discutir, colocar à prova suas idéias, transformá-las em favor de argumentos mais abrangentes:

A gente estava ali, nós quatro, para discutir qualquer coisa que fosse colocada. Nos pontos de pauta, a gente discutia, discordava. No final das contas, votavam dois em cada proposta. A gente não tinha esse voto de bancada; discutia e cada um tinha a liberdade de votar. Era engraçado. Isso porque a gente estava naquela coisa ingênua de querer discutir mesmo. Só que fomos vendo que, de votação em votação, estávamos sendo manobrados totalmente. As pessoas do outro grupo votavam fechadas; era um lado inteiro votando junto. Havia outros colegas nossos também votando separadamente, naquilo que entendiam ser o mais correto. A gente teve que avaliar com o pessoal do DCE, porque eles estavam tratorando qualquer discussão, pois estavam em maior número. Depois do primeiro dia a gente chegou a conclusão de que não adiantava ficar votando daquele jeito.

Os conchavos da maioria inviabilizam a intenção “ingênua”¹⁰³ de confrontar idéias, de debater opiniões. Para o grupo majoritário, já convencido de suas propostas, as falas e

¹⁰³ Lembremos da importância de refletir acerca da “ingenuidade” para além de um fenômeno que diz respeito à iniciação dentro do movimento estudantil ou de qualquer outro campo de participação. Como já procuramos refletir durante a análise do depoimento de Simone, a ingenuidade talvez revele menos algo próprio de quem é jovem e debutante na política do que um impasse para a prática política muito

votações valiam como uma espécie de formalidade, ou como disputa já previamente definida. De qualquer forma, pouco valiam os argumentos, a troca de opiniões. O episódio lembra Simone quando fala das “cartas marcadíssimas” no Congresso da UNE.

Luís lembra o PC do B, e o grupo é evocado como uma seita, várias vezes não hesitando ações truculentas. São impressões parecidas com as de Simone.

O PC do B se reunia de um jeito que parecia uma seita. Alguns falavam e todos ouviam. Posso estar exagerando na hora de descrever, mas era assim mesmo que acontecia. Ele era uma coisa mais unificada; não eram facções. Era uma linha só de pensamento. A gente ficou sabendo que numa assembléia deles, como viram que vários de seus delegados não foram reconhecidos porque estavam irregulares, tiraram que iam invadir as mesas e rasgar os papéis. Tiraram isso em assembléia! Olha o absurdo! Nós tivemos que descer até as mesas e fazer uma corrente humana para evitar que essas pessoas invadissem as mesas! E eles quase fizeram isso; chegou um certo momento e eles tentaram invadir. Depois a gente fechou a corrente e não deixou entrar. Olha só! Alguns conseguiram rasgar uma coisa ou outra, mas foram poucos. Então eles tiveram um número menor de delegados do que esperavam, e o Congresso prosseguiu. Eles chegavam, votavam, perdiam. Mas olha só que doideira!

Seja através dos conchavos e fraudes do Congresso do DCE, seja através da truculência organizada do PC do B, o que menos parece contar são os argumentos, as discussões sobre propostas e concepções acerca da sociedade e do movimento estudantil. De qualquer maneira, não há o diálogo; não há o encontro entre as pessoas, tão caro para Luís. Como haveria amizade em tal contexto? Como reproduzir um ambiente de participação pelo menos semelhante àquele vivido no colegial?

Em meio a uma série de tendências comprometidas quase que exclusivamente com as disputas surdas, o depoente se identifica com a Articulação do PT, e a distingue das demais. Parece identificá-la com uma proposta mais democrática e próxima aos alunos.

viciada, vivendo de reiteração do já sabido e já não mais ousando a interrogação aberta de novos contextos e novas perspectivas. Essa passagem de Luís nos faz lembrar da “santa ingenuidade” de Simone ao ingressar em seu partido para transforma-lo. O que aos olhos da psicóloga de hoje aparece como ingenuidade, no passado da jovem militante aparecia como uma possibilidade frutífera, um momento que talvez o próprio partido pudesse aproveitar para refletir acerca de seu funcionamento, melhor conjugando valores de fundação e os novos quadros conjunturais.

A partir de 88, quando entramos no CA e passamos a participar desses fóruns mais amplos do movimento estudantil na Universidade, tivemos grande afinidade com a Articulação. O Mário e o Roberto da Física, do DCE, já tinham ligação com essa tendência. A gente se afinou muito em termos de visão política, de movimento estudantil, com a idéia de sair desse discurso mais carrancudo, que pregava a participação pela participação. Tínhamos em comum a idéia de chegar mais no cotidiano dos alunos, na formação. Era um discurso que procurava trazer também o aluno que não tinha preocupação tão direta com política. Era estabelecer uma ligação entre o movimento estudantil organizado e o cotidiano do aluno, coisa que não era considerada por várias tendências, cuja idéia era arrebanhar quadros que seriam a vanguarda do movimento e puxariam o restante das pessoas. Queríamos aproximar os alunos das questões políticas dentro do Instituto, da Universidade e do movimento social mais amplo, mas resgatando o cotidiano, tocando as questões mais diretas dele. Os outros grupos eram muitas vezes fechados; a discussão era feita sobre os teóricos, por incrível que pareça. Tem o seu lugar. Tinham uma leitura própria do marxismo: o grupo trotskista, o grupo stalinista... Eram grupos que pressupunham uma certa iniciação das pessoas. Era uma coisa muito mais segmentada e iniciática mesmo, vanguardista, do que algo que aproximasse os alunos do movimento estudantil. E a nossa idéia era justamente aproximar, ter um discurso que falasse ao cotidiano dos alunos, que trouxesse propostas concretas a respeito da formação, e que não ficasse simplesmente no “vamos derrubar o governo x, vamos levantar uma moção de repúdio ao imperialismo norte-americano na América Latina”. Tem o seu lugar, não desmereço a importância disso. Queríamos um discurso que fizesse isso, mas que retomasse toda a política que está ligada ao cotidiano do aluno para que ele pudesse chegar lá na frente e entender que a política federal em relação à educação tem influência no seu cotidiano. Então a idéia era trazer mais as chamadas bases para o movimento estudantil organizado. Outros grupos tinham uma visão diferente, de que a vanguarda puxava a massa.

A tendência com a qual Luís se identifica também se envolve nas disputas estudantis, mas parece, naquela época, mais disposta a abrir espaços para quem não estava vinculado ao partido. Na visão do depoente, tratava-se de um grupo menos “iniciático” e “vanguardista”, tal como se apresentavam os demais. Procurava, ao que parece, gestar as discussões menos na esfera restrita dos militantes partidarizados e mais dentro da própria universidade.

Segundo testemunhos do presente, os militantes identificados com a Articulação hoje agem da mesma maneira tão criticada por Luís. A própria Simone critica o grupo, reconhecendo os mesmos elementos “vanguardistas” que Luís percebe nos opositores. Mas o que importa para a nossa pesquisa não é julgar grupos político, e sim as lembranças do depoente acerca dos poderes e impasses da militância estudantil de sua época. A distinção entre uma tendência escolhida e as demais serve menos para uma avaliação do presente do que para focalizar elementos que Luís valoriza ou deprecia em um grupo político.

Luís concorda com Simone em não desqualificar as discussões socialistas. As bandeiras de luta são respeitáveis. Trata-se, contudo, de aproximar a militância e estas mesmas questões bradadas nos congressos do cotidiano dos estudantes; trata-se de partilhar as preocupações sociais de escala nacional e mundial com os demais, e relacioná-las ao dia-a-dia dos alunos. Já consideramos durante as discussões sobre o depoimento de Simone os prejuízos para o movimento estudantil quando suas lideranças procuram sobrepor as discussões gestadas no âmbito partidário às suas “bases”.

A análise feita sobre as entidades gerais revela hierarquia por compartimentos estanques nos “grupos iniciáticos”, distância entre os quadros partidários e os demais militantes, palavras de ordem que caem pesadamente de cima para baixo e não encontram eco entre os estudantes, não alargam consciência ingênua e nem nutrem-se dela suficientemente. Os depoimentos apontam uma série de elementos dentro das entidades gerais que inviabilizam a troca de opiniões, e portanto a coesão da categoria estudantil. O movimento se esvazia, perde o sentido, fragmentado entre uma vanguarda pouco representativa e uma base alheia e despolitizada. Nessas circunstâncias, não é sem razão que por vezes o movimento estudantil se configura como experiência aversiva, que afasta o jovem da política. A participação em questões sociais mais largas é freqüentemente entendida e reduzida à essa forma adoecida, fragmentada e distorcida que os depoimentos revelam.

e. Burocracia e militância

Dentro das universidades e das próprias entidades estudantis, os militantes se deparam com uma carga de atividades como que valendo mais para inibir suas ações do que para torná-las frutíferas.

É significativo que durante o depoimento de Luís quase não haja menção de sua atuação como representante discente nos departamentos e na Congregação do Instituto. Quando mencionadas, revelam-se como atividades estanques e esporádicas, tomadas pela rotina burocrática. Por isso é que o depoente lembra com satisfação a invasão do Conselho

Universitário durante a Estatuinte¹⁰⁴; o episódio é trazido como um momento de quebra, ruptura de uma estrutura autoritária. Talvez os estudantes, ao invadirem o Conselho, tenham sentido que aquele espaço, a despeito de sua pompa e distância, e sendo área importante de poder no organograma da Universidade, poderia ser atingido por suas ações.

Eu participei da invasão. A gente entrou lá, foi um mal-estar. Parecia o senado romano... A gente leu inclusive antes que - pasmem - havia no CO um representante dos empresários da cidade de São Paulo e um representante dos empresários do comércio... Aquelas coisas que você não consegue imaginar que possam fazer parte de um CO. Como essa pessoa é escolhida para estar lá? Então eu vi senhores velhinhos lá na frente do CO... Era um auditório grande... Fiquei sabendo depois que a diretora do Instituto de Psicologia até passou mal com a invasão, se retirou. Soube disso porque procurei o nome das pessoas nas cadeirinhas e vi que ela não estava mais lá. Aí os alunos foram, ocuparam a mesa. Os membros do CO foram se retirando. Aí o Gilberto da Física foi lá, tomou a palavra, disse que os estudantes estavam ocupando por entenderem que não se estava considerando toda uma discussão democrática levada pela universidade. As pessoas ficaram ali por um bom tempo. Depois houve uma retirada; não se chegou a ficar lá. Foi uma invasão simbólica.

Pensadores marxistas há muito refletem sobre o tema da burocracia. As instâncias burocráticas, autodenominadas representantes da sociedade, atuariam e representariam as camadas dominantes, e se comportariam de acordo com interesses privados. Não é sem motivo a alegria com que Luís narra a invasão. Como afirma, foi uma “invasão simbólica”: uma invasão que simbolizava a rejeição a uma estrutura acimada e enrijecida, apenas capaz de manter as coisas como estão. Nos departamentos, diretorias e reitoria, a interlocução é morosa, requerendo ostensiva documentação mesmo sobre pequenos assuntos. As condutas de diretores e funcionários de gabinete, seguindo essa rígida formalização, parecem sobretudo pretender deter o militante, prendê-lo, ocupá-lo com assuntos secundários ou abstratos, que pouco ameaçam ou atingem os problemas concretos da instituição. A burocracia da universidade aparece como uma armadilha para o depoente e o próprio Centro Acadêmico.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Processo ocorrido em 1988, estabelecido pelo Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, tendo como objetivo reformular o estatuto vigente na Universidade.

¹⁰⁵ BOTTOMORE, T. *Burocracia*. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 40-41. No contexto desta pesquisa de mestrado, o estudo acerca da burocracia fora e dentro dos movimentos sociais carece de profundidade. Posteriormente, em regime de doutorado, dando prosseguimento à interpretação de depoimentos de militantes estudantis, pretendo progredir no

A burocracia dos órgãos e departamentos universitários arrasta as entidades estudantis, arrastando os jovens militantes na adequação a exigências formalíssimas e esterilizantes. Luís por vezes deixou-se levar pela rotina administrativa e desgastante imposta pela diretoria do Instituto.

Existia, e existe até hoje, uma carga burocrática terrível, grande, e extremamente penosa. A gente procurava encaminhar as decisões, aí conversava com as instâncias do Instituto e eles falavam: “queremos ofício”. Tudo aqui tem que ser por ofício. Isso foi um aprendizado para mim: “ofício? O que é ofício? Nós não estamos combinando?”. Tudo que era solicitação ou conversa tinha que ser colocado por escrito através de ofícios. Olha, nunca escrevi tanto ofício como nessa época. Era muito chato: “viemos, por meio desta, solicitar ao Instituto de Psicologia...”. Mandava lá e ficava esperando a resposta... A gente teve vigor e energia para isso; ia lá: “E aí? E o nosso ofício? E a resposta?”. Eles nos cansavam. Pediam ofício e ficavam enrolando...

Os cientistas sociais assiduamente advertem sobre o parentesco entre desigualdade política e burocracia. O fenômeno que contemporaneamente foi descrito como a multiplicação de procedimentos rígidos e inflexivelmente rotinizados, abusivamente compartimentados, a fragmentação dos esforços, a complicação ou a morosidade no trato de problemas públicos, a neutralização ou a inutilização das ações, caminha *pari passu* com o antagonismo de classes. Não é sem motivo que Luís resiste bravamente ao turbilhão ativista, rejeita o que denomina pejorativamente de participação “obreira” ou “tarefeira”.

Na Executiva Nacional, algumas preocupações se assemelham às de uma empresa ou de uma repartição pública. Vejamos, por exemplo, o desgaste sofrido pelo depoente graças a um mal-entendido referente às finanças da entidade.

O primeiro tesoureiro, de Minas, desviou dinheiro da Executiva. Ele teria passado parte do dinheiro para uma menina para aplicar num fundo, só que ela desapareceu. Quando o primeiro tesoureiro foi interpelado a esse respeito, lá em Minas mesmo, não veio. O Roberval. Ele desapareceu. Olha a minha situação. Fiquei eu, segundo tesoureiro da Executiva, praticamente um

estudo do tema; recorrerei à leitura de autores como Claude Lefort, Marilena Chauí, Eder Sader, e prosseguirei nas leituras das obras de Hannah Arendt, Celso Frederico e Marialice Foracchi, que podem contribuir acerca desta problemática.

suplente. Caiu também sobre mim a responsabilidade do que tinha acontecido. Tanto a diretora geral como a secretária geral não tinham mais contato com ele. O grupo da Executiva, no final das contas, ficou reduzido. Como no CA, que eram dezesseis e ficaram cinco. O grupo de doze pessoas ficou restrito a mim, a diretora geral – a Tânia, de Minas -, o Rubens - que era de Bragança - e a secretária, que foi se desligando. Resultado: o caos. O dinheiro sumiu e não podíamos fazer nada. Imagina o tamanho dessa encrenca.

São inegáveis os riscos que o depoente nos revela de cairmos em uma forma de militância quase equivalente a uma função técnica dentro de uma empresa capitalista. Hoje não são raros os militantes que não hesitam idealizar a estrutura de um Centro Acadêmico como a de uma micro-empresa bem sucedida, dirimindo qualquer dúvida sobre se slogans e práticas neoliberais alcançaram a política estudantil.

O depoimento de Luís aponta como a esfera pública da política foi sendo drasticamente envolvida e distorcida por valores e práticas importados das esferas do comércio privado ou da burocracia estatal. Os militantes correm o grave risco de se tornarem funcionários do CA, delegados dos outros estudantes, tudo agravando a experiência abstrata da política como de uma atividade técnica, sem interioridade e sentido, exercida por um coletivo especializado e distante da maioria. Essa distorção tem paralelo e está bem servida na hegemonia capitalista de nossos tempos. Sucumbindo à burocracia, o movimento estudantil perde seu caráter contestador e sua característica renovadora; fica restrito à repetição de tarefas maçantes e desprovidas de sentido. Torna-se espécie de esboço daquelas mesmas instituições que o oprimem. Vítima da burocracia, o movimento estudantil e o próprio militante se esgotam, empenhando a energia outrora dedicada à ação e à contestação para reproduzir aquela mesma desigualdade, alienação e opressão que desejavam combater.

f. O Encontro: amizade, estudo e política

O chamado movimento estudantil de área é aquele em que os estudantes se organizam em torno das temáticas e reivindicações concernentes ao curso que fazem. Em nosso caso, trata-se de organizar os militantes através dos ENEPs (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia), EREPs (Encontro Regional dos Estudantes de Psicologia), das reuniões dos CONEPs (Conselho Nacional das Entidades Estudantis de Psicologia) e dos COREPs (Conselho Regional das Entidades Estudantis de Psicologia) para reivindicarem e discutirem sobre reformas curriculares, melhorias nos cursos de graduação de psicologia, participação na luta antimanicomial, entre outros temas recorrentes entre nós, estudantes de psicologia. É

nesses fóruns da militância estudantil que Luís encontrou um espaço de acolhimento sem igual, semelhante àquele do colegial; prezando tanto a amizade, é no ENEP que encontra um mesmo ambiente favorável à militância e ao fazer amigos.

Nós conhecemos pessoas de todo o Brasil. Foi aquela festa! Conheci a realidade de outros cursos. E uma acolhida entre as pessoas como eu nunca tinha visto. Em relação àquilo que eu vi no primeiro ano de faculdade e continuei vendo no segundo, encontrei uma coisa completamente diferente. Uma acolhida, uma coesão... É claro que você tem todos esses elementos de grupo, que você está ali achando tudo lindo, tudo maravilhoso. Mas a experiência foi importante. É um lugar onde se estabelece um contato, um reconhecimento, uma identificação com o outro, que é muito rápido. Ali eu senti assim... amizade. Conheci pessoas de todo lugar do Brasil, fiz amizades que até hoje tenho. Fizemos um grupo com pessoas de Recife, de Olinda, João Pessoa. O pessoal do Rio Grande do Sul, muito gente boa...

(...)

Depois do ENEP eu passei a ver as coisas de maneira nova. Isso tinha se quebrado para mim no primeiro ano de faculdade, ao ver pessoas de um universo bem diferente.

Depois de sentir fortemente o estranhamento em relação à maioria dos alunos do IPUSP, parece que o Encontro configurou um resgate, um espaço de integração e acolhimento conjugado com atividades acadêmicas, festas e militância. No ENEP, todas essas esferas têm na amizade um elemento fundamental.

Quando fui para o ENEP vi a possibilidade de sair da apatia, do marasmo com que os alunos interagiam entre si e com o cotidiano da formação; vi que dava para fazer uma série de coisas, arregimentar as pessoas em torno das questões, sem que elas tivessem sacrifícios ou perdas de algo que poderiam fazer e não faziam por causa do movimento estudantil. No ENEP ficou muito para mim esse sentimento de solidariedade, de fraternidade. Isso mexeu muito comigo. Eu trouxe coisas boas desse ENEP em todos os sentidos. Para mim, enquanto pessoa, das questões que eu tinha aqui, dos primeiros anos; uma esperança em relação à psicologia, uma esperança em relação aos estudantes de psicologia.

É forte nos ENEPs o convite à militância, alimentado pelo forte clima de integração; as preocupações coletivas não são trazidas como tarefas penosas, que competem com a dedicação ao estudo e aos interesses pessoais. A militância se apresenta como algo indissociável da amizade e da própria psicologia.

No ENEP de São Paulo, o grande esforço empregado é compensado pelo sucesso do Encontro.

No final de 90 estou quase me formando e tenho que tocar o próximo ENEP. Tivemos um ano e meio para organizar. Seria em julho de 92... No ano seguinte ao CONEP, eu, Beto, Sandro, Xandó, Fabiano, Marcelão... Um monte de gente; pessoas com quem a gente construiu uma forte amizade, que participavam ativamente dos ENEPs, formamos a comissão organizadora. No ano seguinte essa proposta foi levada aos alunos dos primeiros anos, e quem quisesse participar da organização estava convidado. Assim foi, com reuniões periódicas, 91 e 92. Fomos atrás da infra-estrutura, do patrocínio... A infra-estrutura era mais fácil, porque já sabíamos os caminhos graças à participação no CA; fizemos uma proposta de tema, de atividades dentro do evento... Fizemos isso com muito prazer, pelos laços de amizade que a gente criou. Conseguimos envolver muita gente; teve reuniões que participaram vinte, trinta pessoas. Foi um negócio fantástico! Trabalhamos como doidos, mas valeu.

O ENEP parece ter acontecido graças à amizade entre os alunos, onde era possível discordar, brigar e depois trabalhar novamente. Militantes dessa época que participaram da organização do encontro afirmaram o mesmo que Luís. O trabalho aqui não é penoso; é trabalho entre amigos, num clima descontraído, que extrapola as instituições formais. O depoente fala com orgulho desse trabalho em contraste com as atividades burocráticas do Centro Acadêmico.

É inegável que a militância se configura também, em certos momentos, como espécie de trabalho, sem que isso decorra necessariamente no empobrecimento e na alienação de nossas ações. O ativismo, que defini na introdução desta pesquisa, e que aponte em certas passagens na trajetória de Simone (Item 2-b do capítulo III), guarda estreita ligação com o trabalho alienado, repetitivo, das fábricas e demais esferas produtivas da sociedade capitalista. Mas o trabalho humano, não-abstrato, provido de sentido, aparece como momento precioso da militância. As ações políticas, nos lembra Hannah Arendt, vivem nas falas e iniciativas de

seus agentes, e portanto precisam do trabalho para, *a posteriori*, gozarem de certa permanência. Para a lembrança dos grandes feitos, eis as obras e os monumentos.¹⁰⁶ É gratificante trabalhar em conjunto com os companheiros, tendo em vista as causas sociais e a congregação das pessoas. É essa dimensão revigorante do trabalho, da colaboração, que Luís reconhece durante a realização do ENEP.

Quando o ambiente não é propício à integração entre as pessoas, mas sim à disputa surda, à sagacidade oportunista e à indiferença, parece que o militante cai em mal-estar. Continua a participar, mas não com a mesma intensidade. Isso talvez aconteça com outros militantes quando se deparam com o DCE, os CCAs e os Congressos da UNE em circunstâncias em que, nestes espaços, sobre um fundo de companheirismo, haja campo para conjugação de trabalho e confraternização. Nesses espaços, Simone não faz referência a vínculos de amizade tão profundos; nos CCAs e no DCE tamanho clima de união seria impraticável quando a ouvimos considerar as entrópicas disputas entre tendências. A reunião é desperdiçada. O que dizer dos Congressos da UNE, fortemente marcados até pela violência física? O ENEP se caracteriza como um espaço menos marcado pela competição entre partidos e tendências de esquerda. Talvez assim a integração entre os estudantes, não segmentando festas e discussão acadêmica da atuação política, o movimento de área tenha sido mais convidativo aos alunos.

Ao estudarmos a história do movimento estudantil no Brasil, percebemos que essa tensão entre política, estudo e festa não é coisa recente. Voltemos então ao nosso passado, examinando algumas características do percurso desse movimento a partir dos anos 60, de acordo com alguns dos militantes que testemunharam aqueles dias.¹⁰⁷

Nessa época, tida por muitos como o ápice da organização e do poder estudantil, ideais revolucionários nasciam das acaloradas discussões no seio das universidades. As lideranças e grupos políticos nasciam das chamadas “bases”, nasciam do próprio meio

¹⁰⁶ ARENDT, H. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001:

... os homens que agem e falam precisam da ajuda do homo faber em sua mais alta capacidade, isto é, a ajuda do artista, de poetas e historiadores, de escritores e construtores de monumentos, pois, sem eles, o único produto de sua atividade, a história que eles vivem e encenam não poderia sobreviver. (p. 187)

¹⁰⁷ Baseamo-nos principalmente na obra de POERNER, A. J., op. cit., mas também em conversas informais com militantes daqueles tempos. Acerca do exame do movimento estudantil nos anos 60 não faltam referências para corroborarem ou contestarem o que examino a seguir. Entre elas, destacam-se: LOSCHIAVO DOS SANTOS, M. C. (org.) Maria Antonia: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988; MATOS, O. C. F. Paris 1968: as barricadas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981; MARTINS FILHO, J. R. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987; MORIN, E., LEFORT, C. e COUDRAY, JEAN-MARC Mai 68: inventário de uma rebelião. Rio de Janeiro: Moraes Editores, 1969; Rebeldes e Contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999; REIS FILHO, D. A. 1969: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988; REIS FILHO, D. A. A Revolução faltou ao encontro. São Paulo: Brasiliense, 1990; entre outros.

estudantil. As discussões sobre socialismo, as palavras de ordem, tinham eco entre os estudantes, pois nasciam deles, de sua autêntica mobilização. Embora houvesse forte relação entre os militantes estudantis e as organizações políticas nacionais e internacionais, era fundamentalmente a partir da realidade enfrentada no cotidiano que a categoria chegava às idéias revolucionárias e se engajava nas lutas políticas. Estava nessa coesão e nessa gestação conjunta de utopias boa parte da força que fez do movimento estudantil uma vanguarda importante da resistência contra a Ditadura Militar.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, a Ditadura Militar intensifica a Repressão contra os estudantes. Em contrapartida, o movimento reage e se transforma. É nesse contexto que as idéias de revolução armada e de movimentos de guerrilha começam a ganhar força. Esgotadas as vias de diálogo, restam de fato poucas alternativas para a militância da época. Em 1967, o intelectual francês Régis Debray publica o livro *Revolução na Revolução*, que influenciará uma série de movimentos na América Latina. O autor propõe uma revisão na constituição de um movimento socialista revolucionário, que só poderia ter êxito a partir de um grupo armado que se instalasse num ponto do país e daí se irradiasse com suas ações, alcançando o apoio das classes dominadas. Os grupos clandestinos de luta armada começam a ganhar força. Em 1967, Carlos Marighella rompe com o PCB e forma a Aliança de Libertação Nacional (ALN), uma das principais organizações clandestinas da guerrilha. Setores importantes do movimento estudantil também seguiram esse caminho. Entre eles, a Ação Popular (AP) já passara a considerar a luta armada como único meio de concretizar a revolução. Destacam-se também o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), também com forte presença de militantes estudantis. Surge também, do PCB, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).¹⁰⁸

O movimento estudantil se divide entre essa nova gama de organizações clandestinas, aspirantes à vanguarda do processo revolucionário brasileiro, e aqueles estudantes que não se identificavam com o confronto armado. Poerner descreve a conjuntura em uma breve passagem acerca do Congresso da UNE ocorrido em 1967.

De um lado, os que se preocupavam com a formação de minorias coesas e de grupos fechados, à base de um critério eminentemente qualitativo, com vistas a uma solução pela luta armada. De outro, os que enfatizavam, em termos quantitativos, o primado da conscientização popular, da ampliação dos limites da oposição, por acreditarem na

¹⁰⁸ Para compreender melhor as diversas organizações guerrilheiras e de grupos clandestinos, é imprescindível o estudo de GORENDER, J. O combate nas trevas. São Paulo: Ática. 5ª edição revista, ampliada e atualizada, 1998.

*originalidade do processo revolucionário brasileiro. A repressão ditatorial fortaleceria, sob a gestão de Costa e Silva, os argumentos e teses mais radicais, provocando o desencadeamento do processo de luta armada.*¹⁰⁹

Foi o que aconteceu. A repressão, através do AI-5, reforça a tese defendida pelos grupos de luta armada. Foi a radicalização total do conflito, uma ruptura a partir da qual o movimento nunca mais seria o mesmo¹¹⁰: Com o recrudescimento do Regime Militar, já não era mais tão seguro discutir política dentro das universidades. A academia deixou de ser um campo para a formação de uma categoria politizada e disposta às lutas sociais. Quem entre os estudantes insistia em lutar por seus ideais precisava fazê-lo fora do âmbito alargado das discussões francas e abertas a toda a comunidade discente. As idéias contestadoras precisavam circular, mas de forma comedida, cuidadosa e vigiada, para que não caíssem nos ouvidos dos informantes da repressão.¹¹¹ Os militantes não tiveram outra alternativa senão abandonar a esfera pública, abdicarem, em grande parte, da aparição em meio à ampla maioria estudantil. São poucas as manifestações ou assembleias nesse período; quando aconteciam eram cuidadosamente escondidas, e quando descobertas eram rigorosamente coibidas. Não houve alternativa para os líderes estudantis senão absterem-se do grande público e imergirem no círculo restrito dos grupos clandestinos, em sua grande maioria afastados de tudo e de todos, escondidos nos “aparelhos”¹¹².

A organização do movimento estudantil portanto, a partir do início dos anos 70, assume cada vez mais uma estrutura fortemente hierarquizada. Surge uma vanguarda altamente politizada e especializada, circunscrita dentro das siglas, a distanciar-se cada vez mais dos estudantes. Como já apontou Artur Ribeiro Neto, a categoria se transforma em “base” a ser cooptada e dirigida por essa nova espécie de *especialistas em política*. Entre os militantes partidários e os demais, passa a haver um verdadeiro abismo.

¹⁰⁹ POERNER, A. J. Op. Cit., p. 292-293.

¹¹⁰ Cf. POERNER A. J. Op. Cit. O autor reconhece a cisão dentro do movimento estudantil como um verdadeiro divisor de águas:

O Movimento Estudantil, tal como é entendido até aqui neste trabalho, foi interrompido no Brasil em 68, com o AI-5. Já sem condições sequer para se reunirem nos colégios e universidades, e muito menos para saírem às ruas em passeata, os estudantes começaram a se agrupar e a ser arregimentados em organizações de luta armada. E partiram para uma guerra adulta, única forma de participação política que o regime militar lhes deixara. É o único caminho que eles acreditavam poder conduzi-los à libertação do seu povo. (p. 306-307)

¹¹¹ Esse clima de insegurança é corroborado tanto pela literatura acerca dos mecanismos de repressão naqueles tempos, como através de relatos de professores e ex-alunos da USP que cursavam a graduação no início dos anos 70.

¹¹² Assim eram chamados os esconderijos utilizados pelos grupos clandestinos, onde os militantes se refugiavam da perseguição policial ou realizavam suas reuniões. Os “aparelhos” eram utilizados também como cativeiros durante os seqüestros políticos operados pelos militantes.

Esse abismo entre militantes e demais estudantes parece que, hora mais, hora menos, sempre existiu no movimento estudantil. Chega aos anos 80, contudo, alimentado pela conjuntura dos anos anteriores. Luís e Simone são testemunhas da herança daqueles tempos. Já revelamos suficientemente a severa dicotomia experimentada entre os “capas” e a “massa”.

E qual a relação desse mal-estar, desse abismo entre militantes e demais estudantes, com as divisões dentro dos ENEPs?

Marcelo Afonso Ribeiro aponta as transformações que ocorreram na dinâmica dos ENEPs em diferentes períodos histórico-sociais, e nos revela que o evento sempre transitou entre o “político”, o “acadêmico” e o “festivo”, ora privilegiando uma das três dimensões, ora a outra, e ora ainda equilibrando e harmonizando todas elas.¹¹³ Houve momentos em que os militantes tomaram a cena e pouco espaço deixaram no ENEP para aqueles que queriam o estudo e a festa; depois, houve momentos em que os estudantes negaram a militância e os militantes e fizeram do Encontro algo meramente acadêmico e festivo.

Durante a violência dirigida pela ditadura militar no início dos anos 70, os ENEPs eram o refúgio de muitos militantes que procuravam reconstruir os DCEs, as UEEs e a própria UNE, e por isso o evento assumiu muitas vezes um caráter congressual. É compreensível que dentro do ENEP o militante ocupado com cursos ou festas fosse visto pelos outros como um “alienado”, um pequeno-burguês ou coisa que o valha. Nessa verdadeira “torre de babel” entre militantes e “pessoas comuns”, tudo que não remetia à política geral, segundo Ribeiro, era visto com maus olhos. A dicotomia entre festa/estudo e política ficava cada vez mais acentuada.

Com a reorganização das entidades estudantis a partir de meados da década de 70, ressurgem os DCEs, as UEEs e a UNE; voltam à esfera pública as entidades gerais, renascidas no contexto da transição democrática que põe fim à Ditadura. Foi um momento raro de entusiasmo e mobilização dos estudantes, quando voltam as discussões acaloradas nos corredores, as assembléias abertas, as passeatas pela cidade...¹¹⁴

O reaquecimento estudantil do final dos anos 70 encontra outro contexto, uma época diferente dos anos 60. O movimento estudantil dos anos 80 não recobra o vigor daqueles tempos; pelo contrário, a estrutura vanguardista das tendências se apropria das recém instituídas UNE, UEEs e DCEs encolhendo-os. Então, temos tudo aquilo que foi revelado pelos depoentes e que já discutimos.

Em princípio, os ENEPs seguem essa tendência, limitados às rixas político-partidárias. Mas rapidamente eles se transformam e passam a assumir uma característica bem diferente daquela com a qual nasceram. Passam a abandonar gradativamente a estrutura

¹¹³ Cf. RIBEIRO, M. A. Op. Cit.

¹¹⁴ ROMAGNOLI, L. H. & GONÇALVES, T. Op. Cit.

congressual e comportam cada vez mais atividades acadêmicas e de integração. Passam, gradualmente, a serem ocupados por estudantes menos envolvidos com as tendências e partidos políticos e a serem preteridos por aqueles. Diferente das entidades gerais, as Executivas de curso procuraram se aproximar das “massas”, quebrando a idéia de “vanguarda”. Eis aí o motivo pelo qual mobilizaram e ainda mobilizam, cada vez mais, os alunos, e se constituem atualmente, a despeito de seus muitos problemas, em fóruns especiais da política estudantil.

No final dos anos 80 e durante a década de 90, contudo, a política estudantil dentro dos Encontros foi muitas vezes relegada, e o que importou foi estudar e principalmente festejar. De congresso estudantil nos anos 70, finalmente o movimento de área foi considerado muitas vezes pelos militantes como espaço alheio à política, reduto de estudantes desinteressados das questões sociais e unicamente interessados em viagens e festas pelo país. Os diretores das entidades gerais não reconhecem e freqüentemente se opõem às executivas de curso, atribuindo a elas um papel secundário, “alienado” ou “obreiro”, demasiadamente restrito aos cursos e às festas. Em contrapartida, as executivas passaram a ignorar as discussões e deliberações da UNE; parte delas deixou mesmo de reconhecer a entidade como instância máxima de deliberação da categoria.

Enfim, a disparidade ou afinidade, o antagonismo ou comunhão entre militância, estudo e festas dentro dos ENEPs e a afinidade ou antagonismo entre o movimento de área e a UNE, os DCEs e UEEs, variou e continua variando de acordo com diferentes momentos históricos e conjunturas políticas do movimento estudantil e da própria sociedade. Os militantes se encontram nesse campo de forças, ora integrando essas diferentes esferas, ora optando por uma em detrimento da outra.

Esse movimento de equilíbrio e desequilíbrio constantes entre política, estudo e festa nós o percebemos nos ENEPs, verdadeiros termômetros dessa tensão. As três dimensões, como revela Ribeiro, jamais deixaram de estar presentes nos eventos, comportando ora mais, ora menos antagonismo. Vejamos o que Luís nos diz.

Havia todo um debate para que o encontro não ficasse reduzido a vivências e cursos. Deveria ter debates políticos. O ENEP não é algo apenas político, mas também não pode ser um encontro só científico. Deve haver ali uma composição dessas duas coisas.

Luís confirma que o ENEP corre o risco de se tornar algo apenas acadêmico ou festivo, relegando a um segundo plano as discussões políticas acerca da sociedade e do próprio movimento estudantil. Se a UNE ou os DCEs não possibilitam a integração e a

amizade entre os militantes, ou o estudo acadêmico, é freqüentemente notável em seus membros devoção ao combate contra desigualdades sociais, posicionamentos frente questões políticas nacionais e internacionais. São assuntos reconhecidos como fundamentais pelos depoentes, e freqüentemente deixam de figurar nas pautas das reuniões do movimento de área, mais voltado para realização de cursos ou para a promoção de confraternização.

Embora o movimento de área corra o risco da alienação frente à política mais geral, o movimento geral, por sua vez, corre o risco de desligamento da comunicação concreta com estudantes comuns. Tanto Simone como Luís destacam os Congressos da UNE e as discussões do DCE como campos das mais severas brigas, de conflitos estéreis e inflamados entre os estudantes. Como festejar em tal ambiente? Simone lembra que a amizade com membros do PSDB era algo impossível nos tempos em que integrou o movimento estudantil na USP. Luís é menos radical, mas corrobora a rivalidade e mesmo a violência entre grupos. Risco de despolitização de um lado; de desenraizamento e impotência de outro. É como se o movimento estudantil, após sua retomada no final dos anos 70 e início dos anos 80, dividido em duas esferas, segmentado entre organização e reunião, impusesse aos militantes uma dolorosa opção, que incorre necessariamente em empobrecimento generalizado. Inserido nas esferas gerais de discussão, o militante abre mão da integração com os colegas, cai em uma rede de disputas sem arregimentação, distancia-se dos demais estudantes e por vezes deixa de estudar. Deixa de ser estudante para ser, paradoxalmente, militante estudantil, parte de uma vanguarda estanque, isolada de sua base de poder. Em contrapartida, assumindo o movimento de área, o estudante corre o risco de se abster das discussões políticas mais amplas e portanto restringir-se às demandas de cursos, ou mesmo à organização de festas e encontros.

A despeito dos riscos que o Encontro corre de se tornar algo apenas acadêmico ou festivo, parece inegável que o movimento de área tem cada vez mais atraído os estudantes, o que o confirmamos através do depoimento. Inserido no movimento estudantil, Luís procura um rumo, um percurso próprio. Se aproxima do DCE, participa dos Congressos da UNE... Enfim, experimenta os espaços do movimento que lhe são apresentados, e opta pelo movimento de área, mesmo reconhecendo suas limitações. Sua escolha nos parece coerente com tudo aquilo que analisamos até o momento. É no Encontro que identifica a possibilidade de integrar política, estudo e amizade. Essa integração entre esses campos, que por vezes infelizmente surgem como se fossem antagonistas no movimento estudantil, parece ser a principal forma de compreendermos a maneira pela qual Luís assume hoje a política. E talvez seja o signo de uma forma integral, hoje possível e indispensável, de militância estudantil.

g. O isolamento e a crise das utopias¹¹⁵

É extremamente angustiante para o militante perceber que seus colegas o deixaram sozinho, optando por saídas particulares em detrimento de uma participação conjunta. Lembremos Simone, que no final da greve de alunos lamenta ter ficado sem o respaldo dos demais estudantes que voltavam das férias e decidiram terminar o movimento. Luís também ressentia-se de uma greve na qual, temendo perder as férias, a maioria dos alunos quis interromper o movimento.

Os alunos, em sua maioria, não queriam perder o semestre de forma nenhuma... Só que para eles é fácil: ficou em casa, não fez nada, acompanhou pelos jornais... Nós ficamos aqui durante toda a greve; ficamos todo tempo trabalhando. O grupo dos cinco e das pessoas que estavam participando diretamente. Estava exausto, não agüentava mais. Tanto era assim que propusemos o cancelamento do semestre também em função disso. Os funcionários também estavam cansados. Como a gente ia repor aula nessas condições? Mas as pessoas que vieram para a assembléia vieram fresquinhas, novinhas em folha, e não acompanharam toda discussão; vieram com a idéia forte da reposição, justificando isso das maneiras mais tortuosas possíveis... A gente começou a perceber que o cancelamento do semestre ia mexer com a vida de muita gente; os alunos não queriam perder um semestre sequer na sua seqüência programada de formação, nem que fosse desse jeito. Com jeitinho, desse jeito chinfrim de fazer as coisas. Faz do jeito que dá... Entendíamos que deveria haver cancelamento para que o semestre de fato acontecesse, para que se discutisse o teor das disciplinas se fosse o caso, para que essa greve levasse à discussão da universidade...

Luís afirma que as razões calcadas em interesses individuais prevaleceram, a despeito de uma causa coletiva. Em detrimento da qualidade do curso e da defesa da universidade, as razões particulares triunfam.

No final da graduação, Luís entra em novo embate com seus colegas. A clínica, dessa vez, é o motivo. O prédio em péssimo estado sempre comprometeu a segurança dos alunos e

¹¹⁵ Luís e tampouco a análise que segue empregam o termo “utopia” em seu modo pejorativo. Ou seja, um “ideal político ou social sedutor, mas irrealizável, no qual não se levam em conta os fatos reais, a natureza do homem e as condições de vida” (LALANDE, A. *utopia* In: Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 1184). Noutro sentido, utopia aqui revela a presença de ideais de transformação social, através de iniciativas coletivas, compartilhadas.

do público atendido, mas nunca interrompeu seu funcionamento, mesmo em uma situação limite.

Em 89, 90 a conjuntura era outra com a condenação dos melhores Blocos¹¹⁶. Aquele debate histórico que já acontecia se acirrou. Entre os professores, a Marlene Guirado também defendia a paralisação dos atendimentos. Eu defendi isso na minha turma, junto com o Mineiro, com toda força... Eu e o meu quinto ano brigamos muito nessa época; fui uma posição minoritária... Falei das dificuldades no primeiro ano... No quinto eu já tinha uma ligação com as pessoas, mas fiquei irritado com a maioria delas, porque no final das contas o meu quinto ano decidiu da maneira mais... - não egoísta... - triste possível. Resolveu atender naquelas condições porque queria terminar o curso. Mesmo com todas as condições apontando, naquele momento, para uma paralisação dos atendimentos... Eu fiquei passado com essa decisão. Isso mostrou para mim que as pessoas estavam realmente olhando para o próprio umbigo, decidindo em nome de questões pessoais. Então vinha aquelas coisas: “gente, eu já planejei que vou casar no final do ano; não podemos nos prejudicar por causa da Clínica, que sempre teve problemas...”. Foram várias falas nesse sentido. As pessoas assumiram claramente que não queriam abdicar de um ano de curso. Para mim era isso: abdicar de um ano em prol da construção de algo maior. Meu caro, isso foi um terror. A Clínica continuou... Mas eu fiquei muito contrariado. Muito... Aí via os colegas na Clínica reclamando. Eu ficava louco da vida! A pessoa achava aquilo ruim, mas na hora de agir a respeito da Clínica optou por isso! Então não deveria falar nada! Na hora de discutir quis terminar o ano, então deveria ficar quieto!

No quinto ano, temendo atrasarem a formação, os alunos, futuros psicólogos, abandonaram uma luta em defesa de um espaço que era de todos. Em detrimento do que achavam justo, seguiram interesses imediatos e privados.

Para quem preza tanto a congregação entre as pessoas e a opção por saídas conjuntas, percebemos em diversos momentos da trajetória de Luís como as opções individualistas lhe causaram sofrimento. No colegial, a coesão do grupo é rompida com a saída de algumas

¹¹⁶ Tratam-se dos Blocos de caráter provisório aos quais fiz menção também no depoimento de Simone, que foram construídos no início dos anos 70, após a interdição do antigo prédio da Faculdade de Filosofia na Rua Maria Antônia, em 1968. Eram todavia, durante a graduação de Luís, as dependências do Instituto de Psicologia.

pessoas, e o que resta é um clima de “salve-se quem puder”, que carrega o militante para uma mudança de atitude frente ao mundo. A atenção ao interesse privado substitui a coesão e a própria militância. Na graduação, durante a greve e as discussões acerca da clínica, Luís experimenta novamente o isolamento. Mais do que a própria divergência em relação aos alunos, parece contar aqui, como motivo de angústia, a opção pelo interesse privado e imediato.

Podemos talvez, guiados pelas palavras de Luís, considerar a opção pelo particular, por não fazer qualquer sacrifício em benefício da coletividade, a própria contradição da participação política.

As experiências coletivas - eu vejo bem isso fazendo uma análise e até pensando nas entrevistas anteriores - estão cada vez mais raras. É algo que fico pensando nas aulas, com os alunos, que é a crise das utopias, esse marketing todo em cima do fim do socialismo, da queda do muro de Berlim. Se utopia já é algo ligado à uma sociedade ideal, ligado de alguma maneira ao impossível, nem essa idéia é possível mais. Até a idéia de pensar um mundo melhor, de lutar por um ideal, não está sendo possível. Nem isso! Eu vejo hoje as pessoas muito mais preocupadas com a própria pele; qualquer coisa coletiva é vista com certa aversão. Vejo isso nos lugares onde trabalho. Todo mundo está mais preocupado em se manter individualmente do que assumir coisas em grupo. Os valores estão muito complicados, muito mais para uma ética individual do que para uma ética coletiva. Isso é degradante para as relações cotidianas.

(...)

Em todos os níveis as pessoas estão utilizando como “utopia” salvar sua própria pele. Essa é a utopia do mundo hoje. Ninguém quer pensar em algo maior: em Centro Acadêmico, em entidade estudantil, em movimento social, em sindicato... Parece que ninguém quer perder; ninguém quer deixar de ganhar de forma imediata. E é preciso ser perseverante, dar um tempo para as coisas. Em todos os níveis o que eu percebo é que ninguém quer perder, adiar, negociar. Todo mundo quer o melhor para si agora, e passa por cima de quem tiver que passar. As relações hoje estão muito degradadas e imagino que isso se reflita também no movimento estudantil.

Uma angústia tremenda do militante contemporâneo parece ser essa “crise das utopias” tão fortemente enraizada em todos os níveis de relações pessoais. Tanto Luís como

Simone são bastante sensíveis a essa tensão entre o olhar privado dominante e o olhar militante, apontando para saídas coletivas. Nunca o individualismo burguês chegou a tal ponto e atingiu tantas pessoas com tanta força. O imediatismo da sociedade de consumo e o individualismo são as utopias modernas, configurando uma época adversa para os militantes de todos os tempos, aqueles e os do presente: tempos talvez mais antimilitância do que nunca. Resta a todos a reclusão, o fechamento à intimidade, e ao militante o vazio, a solidão.

Ao invés de achar soluções coletivas, de procurar uma utopia possível para as ações, as pessoas montaram uma trincheirinha subjetiva. Não se expõem. Fico pensando naquele poema do Fernando Pessoa que diz que não há mais gente de carne e osso no mundo, não existe mais gente vil, gente que vai ao banheiro; só existem doutores em tudo. As pessoas estão nessa linha; no mundo profissional da psicologia isso é muito corrente. Vão, se encastelam em certos grupos e acabou. Cadê o debate? Cadê a discussão? Todo mundo está aí, bem fechadinho, bem guardadinho, encastelado... Os muros são frágeis, os argumentos são frágeis, mas como as relações de poder estão cada vez mais intensas, e nossas relações cotidianas mais degradadas, as pessoas fazem de conta que é assim mesmo e deve ser assim. Mas sabem que não pode ser assim... É duro. A gente está em qualquer lugar pensando de outra maneira, levantando questões, ainda mais quem esteve embrenhado em um movimento social, ou está embrenhado ainda. A gente, em qualquer lugar, está buscando esse espaço coletivo. Mas ele hoje está realmente muito difícil. Tem lugares em que procuro e não acho; eu vou, chego sozinho, saio sozinho. Não tenho com quem discutir, e quando discuto vejo que a pessoa está hermeticamente fechada; parece que tem um campo de força e as palavras não chegam até ela... A palavra que a gente tenta levar não repercute no outro. Ela até considera, mas não vai adiante... É essa trincheirinha frágil, que todo mundo constrói para viver as relações cotidianas.

Luís “chega sozinho e sai sozinho” dos lugares, sem interlocutores. A “trincheira subjetiva” impede o diálogo. Nada mais desolador para o militante. A utopia está ligada, para Luís, à interlocução, ao diálogo comprometido com o pensamento, o pensamento de um mundo melhor, um mundo impossível, e não somente comprometido com os interesses individuais.

Para a psicologia, afirma Luís, os efeitos dessa “trincheirinha” individual são devastadores, coisa que observa com grande sofrimento em seu cotidiano. Os psicólogos se recolhem às suas corporações, às suas linhas teóricas cujos argumentos frágeis não resistiriam

ao pensamento cuidadoso feito coletivamente. Ninguém se coloca a pensar, ninguém se coloca e coloca seus referenciais em debate, temendo perder seu espaço, seu emprego, sua sobrevivência. Cada vez mais a estrutura corporativa, a competição, a hegemonia das razões financeiras e privadas tomaram espaço nas relações humanas.

O depoimento de Luís, por vezes, nos coloca a seguinte questão: Seria o militante dessa época um ser ressentido, padecendo dessa estranha sensação, quase irreversível, de “fim das utopias”? Como seu contemporâneo, e reconhecendo também as angústias vividas por Simone, é inegável que vivemos coletivamente uma espécie de trauma, seja matizado pelas derrotas da esquerda em nossa época, seja orientado pelo “fim do socialismo” tão alardeado pela mídia, regozijante da queda do muro de Berlim. Sofremos também frente às entidades gerais adoecidas, tomadas pela violência e pelo desencontro dos quais já tratamos. Nas palavras de Luís, fica fácil também compreender como sofremos no cotidiano, frente às posturas individualistas, calcadas em interesses privativas, que nortearam muitas vezes as ações de nossos colegas e nos deixaram sozinhos. Sofremos, enfim, por um sem número de determinações relacionadas, impossíveis de serem descritas e integradas adequadamente em um único trabalho. Embora sejam reconhecíveis também momentos efervescentes, de crença em uma utopia, em “uma aventura comum” com nossos colegas estudantes, reconhecemos também que o trauma destes tempos, confirmado e reconfirmado em diversas passagens. São traumas vividos por nós de maneira individual, isoladamente, mas que guardam estreita relação com acontecimentos e conjunturas de uma época, a nossa. Enfim, lutemos por dias melhores, voltemos a pensar juntos o impossível e colaborar.

h. O fim da militância estudantil

A militância estudantil, para os seus agentes, parece desdobrar-se em grande medida no presente. Concentrados no curto período da graduação universitária, todos os nossos feitos parecem condenados a desmancharem-se no ar, sem rastros, sem registros, esgotando-se aqui e agora. A militância estudantil é freqüentemente vivida como experiência efêmera, sem superar sua duração, sem deixar marcas que afetem o futuro. A sensação de que os atos, as iniciativas e os próprios espaços de participação não durarão por muito tempo é motivo de grande sofrimento para o depoente.

Aquilo que uma gestão faz, realiza, pensa, é muito difícil de ser passado adiante. Muito difícil. Talvez falte essa preocupação de garantir uma linha de continuidade. Então muitas vezes a discussão começa num ponto que já havia sido ultrapassado. Isso é um problema; é difícil tocar uma discussão se ela não tem continuidade... Você começa discutir currículo e é preciso que

um grupo permaneça na discussão ou que passe as coisas adiante... Dá para ver isso pelos ENEPs. Com um ano de lacuna, ou mais do que isso, essa continuidade se perde; aquilo que foi discutido em 88 foi muito bom, mas para retomar no Rio de Janeiro foi uma desgraça. Eram outras pessoas. E sendo outras pessoas a discussão caminha por outros meandros.

Sendo curto o tempo da militância, o grupo de companheiros é constantemente renovado; as discussões precisam ser retomadas, recomeçadas. Talvez então a militância universitária seja esse espaço preliminar, debutante da política; e assim talvez o movimento estudantil represente menos por suas causas, por suas bandeiras, do que pela própria característica de formar novos militantes para os demais movimentos sociais, ou mesmo para comporem o quadro da política nacional (os futuros vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores, presidentes...). O constante recomeço, portanto, seria inevitável, característico de uma dinâmica própria da categoria. Essa idéia não atrai Luís.

Talvez isso faça parte; talvez tenhamos que quebrar com essa noção e pensar que a cada momento cada grupo recria, segundo seu contexto, as questões. Pode ser isso, mas a idéia não me parece interessante. Se é para ter história, isso pressupõe que você acumule uma discussão no tempo, que haja um desdobramento. Não sei. Talvez a história seja quebra de vez em quando...

A militância estudantil, para os que somos seus agentes, desdobra-se em grande medida como um processo sem conservação do passado, uma experiência sem memória em que alimentamo-nos sobretudo do presente ou de influências pregressas muito imediatas. Para o militante universitário, toda organização e toda iniciativa parecem-nos geralmente recentes, sem tradições que as preparassem. Por outro lado, também não experimentamos formar uma herança: concentrados e aclimatados no curto período da graduação universitária, todos os nossos feitos parecem condenados a desmancharem-se no ar, sem rastros, sem registros, esgotando-se aqui e agora. A militância estudantil, eis como freqüentemente a vivemos: como uma experiência desamparada, desenvolvendo-se sem o benefício das mediações de uma história de longa duração que fosse conscientemente assumida pelo militante; e como experiência efêmera, sem superar sua duração, sem deixar marcas que afetem o futuro e que orientem ou influenciem nossos sucessores calouros.

Militantes veteranos parecemos muitas vezes ressentirmo-nos disso: um desgosto de agir toda vez que nos reconhecemos em atividades que parecem prolongar-se de maneira

dispersiva, sem lugar e sem direção – atividades sem posição e orientação no tempo, sem enraizamento.

A vivência de ações sem História e sem memória, ações que não são transubstanciadas em lembranças, em narrativas de seus agentes, envolve o militante no sentimento de um tempo esterilizado. Um tempo que não progride, não cresce porque não se transforma em histórias, não é narrativamente retomado, não deixa lembrança. O militante sente necessidade de compensar-se, necessidade de lembrar, resgatar o passado, resgatar a História.

Reconhecemos, com Hannah Arendt, que a ação (*praxis*) – ato vivo de fundação – é traço essencial da atividade política e implica ultrapassar o passado, transcorrendo sempre como inauguração, como atividade sempre viva, como fenômeno sempre em ato. Ao mesmo tempo, acompanhamos a pensadora alemã quando valoriza a memória de antigos feitos e antigas palavras como permanência, como conselho e como propulsão. Se reconhecemos que a única condição indispensável para a atividade política é a reunião dos homens, a reunião em modalidade que exclua a violência e afirme o exercício plural da ação e da palavra; se reconhecemos que a única condição para a provocação da experiência política é a convivência, o encontro vivo do homem com os outros homens; se reconhecemos que o homem que encontra os seus contemporâneos já se encontra em condição de ação, não deixamos de reconhecer que estará tanto mais estimulado quanto mais alcançar também o encontro com homens de um outro tempo.¹¹⁷

O fundamento da política é a convivência não com os mortos mas com os vivos. Heranças e memória políticas não são condições suficientes e sequer necessárias para o desencadeamento da política. A ação política não se deixa cristalizar em bens imóveis (um arquivo, uma sala de Centro Acadêmico): a experiência efetiva da política tem sua origem apenas na viva reunião dos homens. Entretanto, quando faltam memória e heranças, se este desamparo não impede a retomada e recriação das iniciativas públicas, agrava nosso isolamento e a volatilidade de nossas ações. Memória e heranças políticas desfeitas não impedem a renovação da política, mas podem desanimar e desorientar gravemente os seus agentes. Heranças e memória políticas prejudicadas parecem caracterizar o movimento estudantil.

Em Centros Acadêmicos, é o que temos testemunhado, os documentos que herdamos e os que transmitimos são incompletos ou imprecisos, sem indicações cronológicas, sem inteligibilidade histórica, textos sem contexto - documentos que perdem seus poderes de informação, vários deterioram ou desaparecem. As fotografias conservadas, geralmente sem datas ou textos explicativos, espalham-se em gavetas ou armários do Centro Acadêmico,

¹¹⁷ ARENDT, H. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

raramente um álbum que as reunisse, ordenasse e legendasse. Fitas de gravador sem transcrições. Atas e cadernos de assembléia ou reuniões, algumas vezes sem nenhum interesse, cobrindo de modo vago ou esquemático determinados períodos e deixando outros tantos sem nenhuma notação. Manuscritos ou textos datilografados - que fossem nutritivos e capazes de sustentar a atenção, traçando discussões conjunturais, observações e idéias importantes - nós os encontramos; mas em número tão pequeno, mais esboçados do que terminados, vários sem assinatura individual ou grupal. Alguma dúvida de que, num Centro Acadêmico, sejam precários os veículos materiais da memória?

A preocupação com o registro dos acontecimentos não costuma contar entre as prioridades de quem atua nos Centros Acadêmicos. O cuidado com documentos certamente não esperaríamos que se perfizesse de maneira exagerada ou profissional, tampouco lamentamos que uma “ordem de escritórios” não seja a característica de nossos Centros Acadêmicos. Ocorre apenas que o tempo da militância estudantil, assumindo uma aceleração ativista, em geral não comporta os ritmos calmos da memória e a provisão de seus apoios materiais. A militância estudantil é compreensivelmente impelida para o presente e para o futuro, para a transformação do presente. É sempre tardiamente que alertamo-nos sobre o passado e sobre o zelo que lhe devemos. São tantos os fatores que dificultam o crescimento da militância estudantil em várias frentes e direções, incluindo-se a organização material do Centro Acadêmico, seus arquivos e o registro da memória de seus atores. Responder prontamente, como no passado, a problemas públicos candentes exige ação organizada mas nem lenta e talvez nem minuciosa: nestas horas urgentes, como pensar em documentação?

Não é portanto sem motivos que no movimento estudantil sentimos a estranha sensação de que não fazemos parte de uma história. Quando ingressamos no Centro Acadêmico ou na Executiva, é como se tomássemos pela primeira vez aquelas entidades há muito constituídas e ocupadas por nossos antecessores. Não reconhecemos o passado como algo que nos diz respeito, e tampouco reconhecemos o futuro como algo que nos pertence, que será determinado, pelo menos em parte, por aquilo que fizemos.

Se a ação na acepção arendtiana constitui um início, e a instauração de um campo político pressupõe uma sucessão de iniciativas, de rupturas e reconstruções que atingem em cheio o passado, essa irrupção renovadora no movimento estudantil isso é exagerada. O ingresso de novos agentes impede que suas iniciativas e palavras acompanhem um percurso, ou seja, considerem as iniciativas daqueles que nos antecederam. Ingressando, o jovem militante talvez repita, sem o saber, começos já adiantados por antigos militantes, levando o movimento a uma espécie de trabalho de Sísifo. O movimento estudantil se repete, gira sobre o mesmo ponto, sem uma tradição, uma história que, dando alguma permanência para as ações e palavras dos antigos estudantes, permitisse progressão mais que reiteração. Sem esse fio condutor, as ações que surgem parecem eterno retorno sem desdobramento. O que parece

existir por vezes no movimento estudantil não é a constante inovação da história, mas sim o constante apelo por uma história que recomece e vá distendendo-se por novas participações. A história, ou seja, as ações que nos antecederam, não são sequer negadas, e sim ficam perdidas para cada nova geração.

Durante a organização do ENEP em São Paulo, Luís procura estabelecer uma transição entre o seu grupo e o grupo que o sucedeu. Permanece, depois de formado, empenhando-se nas tarefas do movimento estudantil, atuando como uma espécie de elo entre passado e presente para tentar superar a quebra que vivemos durante a chegada de cada nova geração de militantes.

Depois de formado, continuei participando indiretamente, pelos amigos que ficaram aqui no curso, e por outros amigos, outras relações que construí, mesmo depois de formado. Continuei tendo contato. Isso derivou da minha continuidade na Executiva, mesmo ela esfacelada, diluída. Fiquei só eu praticamente. Minha participação na Executiva teve a sustentação dos amigos que se mantiveram aqui no Instituto. A proposta de se fazer o ENEP em 92 aqui foi fruto dessa nossa proximidade. Imagina, me formei no final de 90 e o ENEP aconteceu em julho de 92. Foi um ano e meio depois. Eu participei das reuniões preparativas do ENEP. Ainda tive uma certa extensão da minha vida aqui dentro do Instituto.

A descontinuidade do movimento estudantil parece fundamentalmente relacionada com a ausência das pessoas, os agentes cujas ações não alcançaram os novatos. São elas que compõem um campo de tradição, e portanto, quando elas se afastam, esse campo se desfaz. Eis a principal causa dessa sensação de descontinuidade tão dolorosa para o depoente.

A discussão feita antes é difícil de retomar. Havia um grupo que permanecia, mas era pequeno. Tudo isso era muito difícil, porque envolvia relações de poder, grupos políticos dentro do movimento estudantil. Esses anos entre um ENEP e outro levaram à desagregação das Executivas, que foram vendo minadas as propostas do ENEP anterior. Os estudantes da Executiva também têm a formação para tocar. No começo havia condição de debater porque sabíamos quem eram as pessoas que vinham nas reuniões; havia um acúmulo de discussão. Mas com o tempo isso foi se perdendo, porque as pessoas dos CAs mudavam. Ficava todo mundo muito isolado.

Parece que os militantes, enquanto demoram-se juntos alguns anos, formam uma comunidade relativamente permanente. Essa organização entre os militantes, desprovida que é de sua base, entretanto, é continuamente exigida a se refazer com a ininterrupta entrada de novos estudantes. A continuidade e descontinuidade aqui parece depender da continuidade ou descontinuidade dos agentes que fazem parte do campo político; e a entrada inevitável e indispensável de novos agentes, entretanto, pode paradoxalmente gerar desânimo e não apenas esperança: um impasse é sentido e ressentido no movimento estudantil, sem nunca resolver-se: como ligar passado e presente? As entidades, as idéias, não andam sozinhas, não podem existir sem as pessoas. Sem um coletivo comum, relativamente amplo e permanente, as discussões e as ações se diluem, perdem seus efeitos e sua permanência para além de seus agentes. E uma transição, envolvendo suficiente convivência entre veteranos e calouros, é instituição desconhecida no processo do movimento estudantil: se há contato entre eles, isto é ocorrência casual, pessoalmente desejada, sem corresponder a uma necessidade bem consciente e formalizada pelo movimento estudantil.

O medo de que “as coisas acabem” acompanha Luís para além da graduação. Ainda hoje o militante lamenta o fim dos espaços de participação; aponta que as pessoas, na sociedade moderna, participam de ambientes, de grupos quaisquer, de forma passageira e sem que sedimentem-se memórias nos locais de participação. Os espaços da militância estudantil são espaços sem marcas que informem seus novos ocupantes, são espaços sem memória.

Mas esse problema não é só do movimento estudantil da psicologia. Acredito, olhando os tempos atuais, que é em todo o movimento social. É difícil manter um grupo, manter uma discussão. A grande tendência e o grande fantasma para as pessoas que participam de um movimento é que as coisas se acabem. Nesses anos todos a gente viu muita coisa acabar. O ENEP sempre esteve na beira. Também senti isso nos grupos onde participei além do movimento estudantil. Constituímos um grupo de estudos para estudar Freud logo antes de me formar; mantivemos esse grupo por muito tempo, mas depois acabou. É difícil até você constituir um grupo de estudo, quanto mais o resto. Tentei criar um grupo com os amigos mais próximos para formar uma clínica. Também não conseguimos. Sendo amigos! Falei com as pessoas: “vamos aproveitar esse grupo de amigos que organizamos o ENEP em São Paulo e construir algo para nós profissionalmente”. Não aconteceu. Talvez eu seja um pouco nostálgico dessas coisas; talvez não fosse realmente o caso. Mas se utilizássemos essa capacidade toda profissionalmente talvez a gente estivesse numa condição melhor. Mas não aconteceu; cada um já tinha um caminho trilhado.

Acredito que haja essa descontinuidade acontecendo, esse fantasma da diluição. Parece que as pessoas têm receio de fazer algo coletivamente com medo que logo depois isso acabe.

Essa crise que se manifesta na sensação de descontinuidade não é prerrogativa do movimento estudantil e de sua transitoriedade. Como o depoente nos revela, trata-se de fenômeno mais complexo e abrangente, próprio de nosso tempo. Nada parece mais angustiante para o militante do que essa ausência de um espaço, de um ambiente de trabalho ou estudo onde as pessoas possam estabelecer um campo duradouro para as iniciativas conjuntas e para a troca de opiniões. O movimento estudantil, a universidade, a empresa, ou qualquer outro lugar tomado como algo inerte, no qual as pessoas *passam* sem deixar traços, dificulta a formação de um campo duradouro. Luís aponta que o fenômeno está, com veremos, enraizado em nossa sociedade; a dificuldade de estabelecer um coletivo comum, relativamente permanente e portanto condutor de um fio histórico, advém do olhar individualista, do olhar voltado para os interesses pessoais e imediatos, independentes das demais pessoas e que se transmitisse, um destino a que os novatos fossem convidados, um passado a conquistá-los e a ser retomado e alterado por eles. Não se forma uma comunidade, e portanto um destino compartilhado entre as pessoas. São cada vez mais raros - Luís revela - as oportunidades e os lugares onde uma ação conjunta é persistente.

O elo entre passado e futuro, esse tão precioso liame de continuidade que o depoente vê frágil, por vezes ausente, parece depender essencialmente dos veteranos. É emocionado o relato acerca de um amigo falecido há pouco. O jeito do colega, a forma singular de falar, vêm cheios de sentimento. Luís lembra do companheiro, e lembrando dele resgata um tempo que se foi.

Pensei numa coisa que está ligada com a história, e com a continuidade, descontinuidade. Laços fortes com as pessoas nesses anos todos... Laços que infelizmente hoje estão meio em crise. Não sei que palavra usar, mas não acontece da mesma maneira que antes, até porque é outro momento mesmo; cada um foi estabelecendo um caminho diferente. Se no passado já tive perdas, esse ano com a perda do Tatsuo, que acompanhou toda essa história... Isso me faz lembrar da história do movimento estudantil, porque ele é feito das pessoas que o ocupam. Se você perguntar para quem viveu intensamente os anos sobre os quais conversamos, vai ver que o Tatsuo teve participação importante.

(...)

Vejo essa descontinuidade sobre a qual a gente conversou, que faz parte de um movimento. Penso nessa continuidade e descontinuidade materializada nas pessoas. O Tatsuo era uma linha de continuidade. Essa continuidade se mantém de uma certa maneira, mas é difícil... Não sei se estou tomado pela morte de uma pessoa, mas acho que a perda é simbólica nesse sentido, de uma mudança nas coisas... Ele intensamente viveu tudo aquilo que vivemos. Nesse momento em que estou mais afastado do movimento estudantil, dos ENEPs, com o falecimento do Tatsuo eu vi tudo mais próximo, mais forte... Quanto uma certa época está indo embora... Não sei se estou na amargura, na nostalgia daquele momento...

É revelador que a morte de um companheiro simbolize o fim de um período, uma quebra. Quando cada um dos amigos toma seu rumo, quando um companheiro falece, decai também o apoio tão caro à nossa lembrança. Não temos mais quem nos confirme aqueles tempos; não temos mais o testemunho de outrora. Então o passado corre o risco de ficar vago, etéreo, carente de gente que nos fale de antes, que nos ouça e agora que nos confirme ou infirme as nossas experiências. Perdemos definitivamente aquela comunidade que nos acompanhou, e com ela se vai também a permanência de nossas próprias ações.

Há uma passagem esperançosa no final da entrevista. Trata-se do relato de Luís acerca do reencontro de antigos companheiros do colegial. Com o reencontro, o passado reaparece para o militante.

Talvez eu esteja me reencontrando com algumas pessoas da minha época de segundo grau. Encontrei aqui, no ano passado, uma colega que está fazendo pós, e através dela estou encontrando algumas pessoas dessa época. Inclusive a gente lembrou do professor Rossi, de literatura... Esse professor Rossi era uma figura:

Gente, as pessoas ainda estão aí...

O passado, de alguma maneira, está presente...

Para uma certa sensação de continuidade parece necessário um coletivo comum, uma comunidade composta por agentes que nos acompanham em nosso presente e que serão as testemunhas de nosso passado. É necessária uma certa “aventura coletiva”, e é preciso que ela se mantenha durante algum tempo, em um espaço permanente de encontro entre veteranos e calouros e através de testemunhos cultivados da história que acabamos de herdar. Em nossos

tempos, como aponta o depoente, parece que isso é cada vez mais difícil; somos herdeiros sem herança e sem contato com nossos testamenteiros; parece que estabelecer iniciativas coletivas, e estabelecê-las de forma não transitória, em locais nos quais não estamos de passagem e que deixam memória, locais de reunião permanente entre mais velhos e mais moços, é algo que ainda não foi suficientemente e conscientemente reconhecido como tarefa essencial pelo movimento estudantil. Não há utopia que se sustente isoladamente: utopias são ideais compartilhados, são fenômenos de comunidade mas não apenas a comunidade dos agentes atuais; para sobreviverem, dependemos de uma comunidade no tempo, entre os que envelheceram e os que chegaram.

3. Psicologia e política

a. A Política na Psicologia

Desde o início do depoimento, é fácil perceber que para Luís psicologia e militância são campos muito próximos, talvez indissociáveis. Diferente de Simone, o depoente não estabelece oposições radicais entre a profissão e o movimento estudantil. Pelo contrário, a origem do interesse pela carreira vem conjugada com elementos comuns àqueles relacionados ao interesse pela política.

Meu interesse pela psicologia... É difícil localizar de forma exata no tempo... Estava na adolescência na época, e trabalhava numa livraria. Aí que desenvolvi grande afinidade com as idéias anarquistas de contestação da ordem, de criação de espaços desvinculados de uma autoridade, de um poder que congregasse isso em suas mãos... Então tive contato com livros, com tudo isso. E uma das coisas que me chamavam a atenção, justamente por estar na adolescência, era ler sobre a adolescência. Então lia sobre aquelas questões típicas de adolescente: sexualidade, etc... Li muita coisa sobre isso; coisas boas, coisas ruins, mas que me deram alguma luz. E fui cair nos livros de psicologia. Mas não só sobre a adolescência. Peguei coisas do Reich; foi um dos primeiros que chegou na minha mão. Li “O assassinato de Cristo”. Vi outros autores; comecei a ver Freud, Jung, que é quase totalmente editado pela Vozes. Fui me interessando por essas questões, principalmente naquilo que se referia à experiência da loucura. Sempre ficou essa pergunta na minha cabeça, então a partir dela eu começava a tentar entender o psiquismo. Fui me interessando. A ponto de eu dizer: “é isso que eu quero estudar”. O caminho é pensar as questões do psiquismo a partir daquilo que é a

experiência do enlouquecimento. Acho que deve ter tido também a participação dos textos que eu li sobre política.

Quando perguntado acerca do surgimento do interesse pela psicologia, vem à memória o trabalho na livraria, onde o adolescente procurava investigar tanto as questões e problemas sociais como os temas marcantes para sua idade, como por exemplo a sexualidade. Entra em contato com obras que procuravam aproximar as duas esferas. À semelhança de Simone, Luís também encontra em Reich um pensador tanto dos problemas psicológicos quanto das questões políticas. Podemos afirmar que o interesse pelas questões sociais veio acompanhado pelo interesse posto em questões psicológicas, todas juntas, aparecendo ao adolescente de forma integrada e o levando à leitura, e a perguntar-se acerca do sofrimento psíquico e de sua relação com a nossa sociedade.

Para Luís, a psicologia parece interessante, em grande medida, quando comporta um campo de convergência entre o sofrimento individual e as questões sociais. A tortura e a loucura, temas caros para Luís, são ambos fenômenos ao mesmo tempo sociais e psicológicos; para compreendê-los, é preciso o estudo de determinada época e conjuntura, mas também é necessário questionar como o torturador constitui sua subjetividade a ponto de protagonizar tais barbaridades com outros seres humanos.

Em seu percurso durante a graduação, Luís identifica disciplinas que, por vezes, o despertaram para os problemas sociais e o impeliram para a ação.

Algumas disciplinas mexeram comigo por me fazerem encarar certas coisas sob uma perspectiva crítica, sob a perspectiva de que deveria haver uma ação. A disciplina da Maria Helena Patto, na qual se discutia a psicologia escolar. Uma disciplina muito apaixonante, porque você começa a tomar pé das reais condições da educação no país, do acesso da criança, do sujeito, ao conhecimento, de como isso é discutido dentro da psicologia. Isso a gente discutia com os colegas: “A gente precisa fazer alguma coisa! Precisamos intervir. Isso que nós vemos na sala de aula pede uma ação!”

Luís lembra também de Psicopatologia Geral, relacionada com o enigma da loucura que tanto o cativara. Foi uma experiência que alargou os horizontes de participação, colocando os militantes em contato com a realidade social própria da futura profissão que viria a assumir.

Uma outra disciplina me fez pensar uma série de coisas foi Psicopatologia Geral. Tomar contato com o paciente psiquiátrico, com a sua história, ver a maneira como é tratado, a intervenção sobre ele, fez com que eu pensasse muito na minha ação dentro da saúde mental, um tema muito caro para mim até hoje... Quando eu vi em Psicopatologia Geral esse mundo, senti necessidade de agir e questionar, pensar as bases de intervenção do psicólogo no hospital psiquiátrico... O campo de problemas já me era tão caro, eu já tinha tanto interesse pelo assunto, e via o sofrimento das pessoas naquela situação, que isso me impelia a uma ação, a puxar os colegas para discutir.

Luís não estabelece relação direta entre os conteúdos das disciplinas e o ímpeto para a ação; parece claro que a formação e o próprio curso de psicologia não contrastavam radicalmente com as questões políticas. Pelo contrário, por vezes impeliram à ação, levavam os alunos em direção aos problemas sociais.

Para os depoentes, em comum, há elementos semelhantes que aproximam a psicologia da política. Reich foi um pensador que, para ambos, procurou aproximar as questões sociais do problema do sofrimento psíquico. A luta antimanicomial, posteriormente, apresentou um campo de ação extremamente implicado em problemas sociais e, ao mesmo tempo, próprio à psicologia.

Em comum, houve também para os depoentes campos da psicologia que contrastaram radicalmente com a participação política. Em sua participação como militante, Luís distingue a Clínica como espaço estanque, alheado dos demais problemas institucionais do IPUSP. Durante as greves, os supervisores nunca aderiam, e os atendimentos nunca eram interrompidos, à revelia dos problemas da universidade.

A Clínica já era discutida há tempos. A maneira como eram dadas as supervisões por parte dos professores... Quando se levantava essa questão relativa aos atendimentos, os professores rechaçavam isso dizendo que a Clínica não deveria parar em hipótese nenhuma, porque “a relação com o paciente é a coisa mais importante!”. Eles colocavam uma série de barreiras, desde aquela época... Isso se estendeu por anos, desde quando comecei o curso até quando saí.

(...)

Isso sempre dava problema; o departamento de Psicologia Clínica sempre teve problemas em relação à produção de pesquisas. A grande

maioria de seus professores eram só supervisores. Nessa estrutura, eles coíbiam a paralisação dos atendimentos. Vejo nisso também a participação restrita nas questões do Instituto e da Universidade. Eles não aderiam às greves. Eram os últimos a aderir, quando aderiam.

Quando se forma, Luís entra em confronto com seus colegas em torno da interrupção ou não dos atendimentos.

Em 89 e 90 a conjuntura era outra com a condenação dos melhores blocos. Aquele debate histórico que já acontecia se acirrou. Entre os professores, a Marlene Guirado também defendia a paralisação dos atendimentos. Eu defendi isso na minha turma, junto com o Mineiro, com toda força. Depois de vários debates, depois de muita discussão, meu ano chamou o pessoal do primeiro para discutir. Eu fiquei irritado com isso, pois era trabalho do CA, que tem obrigação de chamar assembléia para discutir o assunto. E chamou, mas minha sala não pôde participar. Daí eu vi pessoas da minha sala chamando os outros alunos para conversarem a respeito da Clínica, e tomando decisões. Eu e o meu quinto ano brigamos muito nessa época; fui uma posição minoritária... Falei das dificuldades no primeiro ano... No quinto eu já tinha uma ligação com as pessoas, mas fiquei irritado com a maioria delas, porque no final das contas o meu quinto ano decidiu da maneira mais... - não egoísta... - triste possível. Resolveu atender naquelas condições porque queria terminar o curso. Mesmo com todas as condições apontando, naquele momento, para uma paralisação dos atendimentos. Mas o meu e o quarto ano votaram em massa pela continuidade do atendimento. Eu fiquei passado com essa decisão. Isso mostrou para mim que as pessoas estavam realmente olhando para o próprio umbigo, decidindo em nome de questões pessoais. Então vinha aquelas coisas: “gente, eu já planejei que vou casar no final do ano; não podemos nos prejudicar por causa da Clínica, que sempre teve problemas...”. Foram várias falas nesse sentido. As pessoas assumiram claramente que não queriam abdicar de um ano de curso. Para mim era isso: abdicar de um ano em prol da construção de algo maior. Meu caro, isso foi um terror!

Não importam as condições do prédio, não importam as condições do atendimento e tampouco os alunos que sucederão o quinto ano. Importa continuar, custe o que custar, a

formação e a própria clínica: o interesse privado a despeito da sociedade na qual se insere aquele serviço. É como se a clínica, corroborando as impressões de Simone, fosse um espaço cercado de compreensão dos problemas subjetivos, habitado por gente motivada apenas por suas preocupações individuais: tudo como se o sofrimento psíquico nada devesse aos sofrimentos públicos. No presente, isso é por vezes confirmado. O departamento de psicologia clínica, afirma o depoente, é algo isolado dos demais nas faculdades de psicologia.

Temos a velha divisão que acontece nas universidades, nos cursos de psicologia, que é muito clara entre disciplinas que fazem parte do núcleo de clínica e as demais. Você vê que o pessoal da clínica está num lugar e o pessoal que não é da clínica está em outro.

Em diversas passagens nos depoimentos, há concordância em considerar a clínica um lugar *da e para a* burguesia, contrastante com o campo da militância estudantil. Não é sem grande esforço que os depoentes conseguem distinguir uma atuação em consultório que leve em consideração as questões sociais. Quando depois de formado Luís passa a investir na clínica, o faz apenas quando consegue vislumbrar uma possibilidade diferenciada de atuação.

No consultório, venho pensando em, além de oferecer a psicanálise como linha de intervenção individual, poder estender isso para atendimentos a psicóticos envolvendo famílias, envolvendo um circuito de relações maior. Isso já está inclusive na prática, no universo de conhecimentos dentro da própria psicanálise, que é trabalhar além daquilo que é uma relação dual com o paciente. A gente vai ampliar isso; pensamos também em oferecer espaços de discussão, grupos de estudo... Fazer o consultório ser mais do que um lugar de atendimento, ou ser um lugar de atendimento que não esse clássico.

Quando a psicologia se converte em atenção para o indivíduo isolado e em atenção para a privacidade estanque e para o enriquecimento profissional, então a comunhão com a política se desfaz, e o militante se afasta, nega a psicologia como área de atuação. Em medidas diferentes tanto Luís como Simone sentiram essa contradição entre psicologia e política. Essa angústia só é solucionada quando o curso de psicologia apresenta, aos poucos, pensamentos e ações que levam em consideração também a sociedade.

Segundo Luís, o movimento estudantil seria fundamental para a formação de um psicólogo, quebrando com a visão individualizante, burguesa e fragmentada que seria própria da clínica. O depoente identifica diferenças que “saltam aos olhos” entre os colegas que militaram e os demais.

Pensei durante a entrevista na relação entre participação no movimento estudantil e profissão. Enquanto psicólogo, reconheço em mim e em quem participou um diferencial em termos de discussão com os outros colegas; é algo que salta aos olhos. Todas as cabeçadas, todos os problemas, as conquistas que tive durante o movimento estudantil em psicologia foram fundamentais. Quando encontrei um problema no meu trabalho, muitas vezes não era novidade; envolvia relações, conflitos, decisões que vivi no movimento estudantil. A minha atuação profissional ganhou muito: a maneira de encarar as relações, de ouvir as pessoas, ter posicionamentos...

O trabalho de um psicólogo, para Luís, deve integrar os diferentes campos de convivência; deve integrar um olhar atento aos fenômenos subjetivos, mas sem perder de vista a relação deles com os acontecimentos sociais. Ter passado pelo movimento estudantil possibilitou outra visão profissional; possibilitou perceber a formação com outros olhos e permitiu enfrentar problemas que guardavam semelhanças com aqueles enfrentados durante a militância na graduação. E sem esse olhar próprio de um psicólogo-militante, a atuação profissional fica comprometida. Luís reconhece esse prejuízo em seus alunos das universidades privadas, carentes de tudo aquilo que ele vivenciou em seus tempos de graduação.

Eu fico um pouco compadecido com alguns alunos que tenho nas universidades, ávidos por isso, por movimento cultural, shows, festas... Tudo isso é importante. Só que não têm nada disso; não há esse espaço nas universidades privadas. Se elas investissem nisso seria muito interessante, mas não investem. Então os alunos deixam de ter organização política, um monte de coisas, e ficam ali como passageiros, como consumidores. É uma visão de ensino enquanto consumo. Se fosse algo no qual o aluno se implicasse, toda a organização seria diferente... Aquilo que penso em relação à saúde mental, à infância e à adolescência; aquilo que penso em relação às grandes bandeiras da psicologia, ganha graças ao percurso que fiz no movimento estudantil. Ganha muito. Sem dúvida nenhuma seria outra coisa se

tivesse apenas sentado na carteira dentro da sala de aula. A gente ganha muito ao discutir com as pessoas, organizar, compor, decidir, assumir decisões, trabalhar em grupo, ver as dificuldades desses movimentos. O movimento estudantil é uma escola também; um outro momento da formação. As pessoas entendem hoje, e eu vejo isso na universidade privada, que formação é assistir aula e ir para a supervisão. Formação é você discutir o que você viu em aula; é estar num espaço de discussão com outros estudantes, de outros lugares; é discutir ciência na SBPC; é participar... É ir na assembléia de estudantes; ouvir e falar nesses espaços. É inseparável uma boa formação em psicologia disso tudo. Não dá para separar psicólogo de assembléia; não dá para separar de uma conversa que surgiu no bar sobre psicologia.

Luís afirma que uma instituição de ensino deve, necessariamente, ser um espaço que possibilite troca de experiências, sem a qual a atuação do futuro psicólogo será prejudicada. Em comum, tanto a psicologia como a política não podem prescindir dos espaços informais e formais de convivência, integração, reconhecimento, amizade, espaços de conversa, de ouvir e falar, de discussão pública...

O depoimento sugere aproximações radicais entre psicologia e política. Para sua atuação profissional, o olhar do militante é elemento fundamental, imprescindível, sem o qual o trabalho perde o sentido e fica encapsulado. O depoente percebe desde o início, desde o surgimento do interesse pela psicologia até os dias de hoje, que a preocupação com o outro na atividade do psicólogo, a preocupação com a subjetividade, não pode prescindir da preocupação com o outro na esfera global da sociedade. Tomar o indivíduo em situação social é melhor atuar com o indivíduo ele mesmo. Isto não implica desconsiderar os processos últimos de seu sofrimento, mas melhor acompanhá-los, encontrando na intimidade individual sinais também do mundo do indivíduo. Um indivíduo é *ser-no-mundo*. As expressões escrevem-se com hífen para frisar que o mundo e os outros não contam externa mas internamente para o indivíduo, desenhando desejos, dores e destinos pessoais.

b. A Psicologia na Política

Através dos depoimentos, alcançamos discutir aquilo que *na psicologia* se relaciona com a política, e aquilo que, também dentro da psicologia, se distancia da militância. Reconhecemos com Luís e Simone que aquelas áreas, disciplinas e conteúdos dentro da psicologia que abrem um campo de preocupações acerca do indivíduo, e que contemplam também preocupações sociais, se relacionam com a militância, abrem um campo de ação e

reflexão aparentado ao experienciado durante a política estudantil. Reconhecemos também, nos depoimentos, que quando a psicologia se distancia desse caminho e se volta para o psicodiagnóstico, ou para a clínica em redoma e dissociada dos fenômenos sociais, psicologia e política comportam sérios antagonismos. Refletimos enfim sobre aquilo que, dentro da psicologia, se comunica ou se distancia da política, mas não nos debruçamos ainda sobre como a psicologia viria informar a militância de um psicólogo em formação. Em outras palavras, sabemos mais, até o momento, sobre o que os depoentes levaram *da militância para a atuação como psicólogos* do que sobre aquilo que eles levaram *da psicologia para a atuação política*.

Eis uma pista para enfrentarmos o problema, e para talvez vislumbrarmos o que haveria de singular nos militantes estudantes de psicologia. No final da entrevista, ele nos convoca a analisar os movimentos *a partir das pessoas*:

Uma coisa que gostaria de falar é a importância de pensar o movimento, qualquer movimento, a partir das pessoas. Falei muitas coisas, mas o importantíssimo foi o coletivo que se formou. O coletivo é formado por pessoas, por singularidades que trouxeram questões que contribuíram de uma maneira inestimável.

O que parece distintivo no percurso de Luís, como já o dissemos, é o apreço à amizade, aos ambientes de integração e às pessoas singulares que estiveram presentes em sua história. Vimos como a companhia dos outros foi fundamental em todo seu percurso; percebemos como Luís é sensível aos laços afetivos que se formam entre os militantes. A militância faz sentido para o depoente na medida em que é alimentada pela amizade, por um grupo coeso de pessoas em torno de ideais comuns, de descobertas que fazem em conjunto. Quando há cisão, quando os grupos se diluem, o fenômeno arrasta a militância e o impele para uma ação individual. No presente, vimos que seus sentimentos de continuidade e descontinuidade, e de impossibilidade cotidiana de um projeto coletivo, passam necessariamente pelo isolamento em relação aos seus companheiros, pela dificuldade de refletir e agir em comunidade. Para a militância, nos afirma Luís, é necessária certa comunidade constituída por *pessoas singulares* e que se reconheçam como iguais.

Mas em que medida essa atenção para as pessoas, para compreender e valorizar o movimento estudantil a partir delas, foi beneficiada pela condição de estudante de psicologia? Em que medida essa é uma característica singular de nossos depoentes psicólogos? Talvez, no caso do depoente, encarecendo disciplinas da psicologia que o convidavam para a ação, algum benefício assim tenha daí decorrido; talvez, em seu percurso no Instituto, sua

sensibilidade para as pessoas tenha sido alargada de alguma maneira na graduação de psicologia.

Nos limites desta pesquisa, parece difícil decidir até que ponto a formação de psicologia no Instituto - e portanto a condição de estudante de psicologia - informou a militância estudantil em ambos os casos. Parece mais razoável, para além de refletir acerca dessa hipótese, identificar nos militantes um certo olhar, precioso tanto para a política quanto para a psicologia. Essa percepção do lugar central das pessoas na militância talvez seja algo eminentemente psicológico. Mais especificamente, talvez isso seja tradição da psicologia social: uma atenção sobre *o trabalhador* no contexto da luta de classes, sobre *o estudante* no movimento estudantil. Talvez não seja possível comprová-lo a não ser por comparação com militantes de outros cursos. Talvez o mais provável seja que essa atenção para as pessoas tenha mediado tanto o interesse pela psicologia como a adesão à política em ambos os depoentes.

Essa atenção *para pessoas* durante a militância, isso que denominamos uma espécie de *olhar psicológico*, precioso e decisivo também para a política, nem sempre é reconhecível no movimento estudantil. Assim como nem sempre a psicologia abre espaço para a política, e assim para um olhar político sobre a coletividade, também nem sempre a política abriu espaço para a psicologia, e portanto para um olhar pessoal sobre o indivíduo. Isso o percebemos na experiência dos depoentes principalmente nos campos da UNE e do DCE. Parece que nessas esferas a perspectiva dos militantes é preferencialmente orientada pela identificação de grandes grupos - entidades, partidos, tendências... -, o que dificulta, ao que parece, o reconhecimento de *pessoas singulares*. Forma-se um campo político no qual impera uma atenção abstrata e generalizante, onde os agentes se reconhecem parcialmente, apenas como integrantes de um grupo aliado ou rival. A opinião singular de pessoas pode então ser substituída e arrastada pelo discurso pronto e homogêneo, gestado na pequena esfera das lideranças. Apenas a vanguarda estudantil merece ser ouvida; apenas e somente as opiniões dos quadros partidários merecem atenção; apenas essa minoria “esclarecida” é portadora de alguma iniciativa, destacada que está da “massa amorfa” que se forma nos congressos estudantis.

Sintoma de alguma singularidade dos depoentes talvez seja o fato de que, assim como rechaçaram a psicologia quando esta não comportou atenção psicológica, rechaçaram a política quando ela não comportou a psicologia. Luís pouco se envolve com as tendências e entidades gerais. Não desmerece tais espaços, mas é severo nas críticas ao pensamento de vanguardas soberbas e às ferrenhas disputas dentro da UNE. No caso de Simone, mais engajada nestes campos gerais do movimento estudantil e neles freqüentemente operando seguindo sua lógica geral, o sofrimento marca sua passagem no movimento estudantil. Ambos os depoentes, ao que parece, estavam sensíveis às contradições que experimentavam entre o

desejo de participar coletivamente e combater as desigualdades e a opressão que permeava as relações interpessoais nesses espaços. Como lutar contra a desigualdade social através de entidades dura e surdamente hierarquizadas? Como lutar pela igualdade social tratando o companheiro como alguém inferior, um “alienado” ou “burguês”? Como, enfim, lutar por uma sociedade mais justa quando não se faz justiça sequer entre os companheiros?

A pesquisa não nos pareceu suficiente para discussão deste ponto. O certo é que os depoentes empenharam motivações semelhantes na adesão à psicologia e à política; e e várias vezes sustentaram uma atenção eminentemente psicológica na discussão da militância. Parece imprescindível, entre militantes psicólogos ou não, uma atenção e uma sensibilidade voltada para pessoas; parece imprescindível um olhar mais atento à singularidade dos agentes, às relações afetivas, à integração, e portanto mais sensível e relutante à massificação, à desagregação e à opressão. Esse olhar especial parece desejoso de relações realmente interpessoais, desejoso da amizade tão indispensável para a interlocução consciente e não brutal entre os agentes políticos. Para além de um “inimigo”, para além de um “capa” e para além da “massa”, esse enfoque encontra afinidade com aquilo que se espera de um psicólogo.

V. Apontamentos Finais

Chegado o final de nosso percurso, espero que a leitura dos depoimentos e das análises que empreendi sobre eles tenha alargado as perspectivas do leitor acerca da experiência política na militância estudantil. Apresentarei aqui, de maneira simplificada e para fins didáticos, alguns temas que os depoentes em comum enfrentaram e discutiram, e que sugerem estudos mais profundos do que aqueles empreendidos neste trabalho.

O surgimento do interesse pela política talvez tenha sido o tema mais difícil que enfrentei. Para Simone, o convite à militância vem através de pessoas e acontecimentos sociais, e vem indissociado ao desejo de estudar. Para Luís, o convite vem pelo grupo de pessoas da Livraria Vozes e do colegial; vem conjugado também com o interesse pelo estudo. Ambos eram, desde o início, sensíveis às injustiças sociais e desejavam combatê-las. O convite à política, em ambos os casos, beneficiou-se de múltiplas determinações, que não se prestam a análises partitivas; as pessoas e grupos, os acontecimentos políticos da época, o interesse pelo estudo e o desejo de combater as desigualdades sociais não aparecem isoladamente, um após outro na vivência do militante, funcionando cada qual como disparador isolado do interesse pela política. O nascimento da militância comporta um sem número de elementos que o definem como um *fenômeno social completo*, impossível de ser compreendido de maneira partitiva, segmentada.

A relação entre conjunturas histórico-sociais e o ânimo ou desânimo das pessoas e grupos políticos para a militância é outra questão instigante. Embora complexa demais para a abrangência desta pesquisa, me parece fundamental enfrentá-la para compreendermos a dinâmica dos movimentos sociais e de seus agentes.

Exemplo de conjuntura a ser estudada tomando-se como foco de análise o ânimo e desânimo dos militantes é o período eleitoral de 1989. As eleições para a Presidência da República lembradas pelos depoentes marcaram a minha geração, convidaram os jovens, meus contemporâneos, à política. Convidaram e depois expulsaram, impondo a nós o trauma da derrota logo no início de nosso engajamento. Depois do início dos anos 90, apagados que estávamos pela falta de perspectivas da militância, creio que tanto eu como meus depoentes estamos hoje mais esperançosos, mais animados com as novas perspectivas. Como sempre - e isso é próprio dos militantes - estamos preocupados, mas esperançosos.

Aprendi com os depoentes e com o estudo de Marialice Foracchi que devemos compreender o movimento estudantil - assim como os demais movimentos sociais - levando em consideração a situação de classe dos seus agentes no quadro da sociedade global (se é pobre ou rico, trabalhador ou não). A perspectiva dos depoentes, ambos pertencentes às classes populares, matizou seus olhares e ações no percurso da militância na graduação. Foram marcantes, nesse sentido, o estranhamento em relação aos seus colegas abastados,

professores e à própria Universidade.¹¹⁸ Como estudante do IPUSP, me impressionou descobrir que nossos grupos de colegas, nossas convergências e divergências com as pessoas, nossas preocupações e ações políticas, tinham relação também com diferenças e convergências entre classes sociais.

Talvez nada tenha sido mais impactante neste trabalho do que as lembranças dos depoentes acerca da UNE, da UEE, do DCE e dos CCAs - as chamadas entidades gerais do movimento estudantil. A hierarquia rígida, a burocratização e as disputas partidárias perfazem um ambiente de intenso sofrimento que freqüentemente nós militantes designamos como política. Por vezes afirmamos sem titubear que na “política” existem mesmo os “capas” e a “base”, os que mandam e os que obedecem; ou que a “política” se compõe mesmo também desses entraves burocráticos; ou ainda que disputar sem escrúpulos e violentamente com os adversários é coisa que faz também parte da “política”.

O que é essa “política”? No que se transforma freqüentemente o sentido do termo para nós, militantes estudantis? Procurei, com base nos depoimentos, revelar e denunciar aquilo que na militância estudantil é compreensão deturpada da política; denunciar sectarismos e comunicação barrada entre os militantes e entre militantes e os demais estudantes. Essa denúncia tem sentido na medida em que há alguma esperança de transformação: que os DCEs, as UEEs e a própria UNE sejam revigorados!

Procurei identificar também o que os depoentes trouxeram como antídoto para isso que tanto nos aflige. Encontrei, em ambos, o apreço às pessoas, às coletividades que se formaram em torno de ideais, práticas e utopias comuns. Tanto Luís como Simone nos revelaram que para a política é imprescindível certa *comunidade de destino*, e que os momentos em que tal comunidade se formou foram aqueles de mais alegre recordação durante as entrevistas. A política aqui significou encontro, amizade, comunhão. Oxalá um dia essa compreensão possa inundar o movimento estudantil, suas entidades e militantes!

Ambos os depoentes, psicólogos, revelaram também como no percurso durante a graduação a psicologia foi assumida ou rejeitada pela militância. Simone trilha um caminho mais árduo nesse sentido. Primeiro, rompe com a psicologia radicalmente e assume a militância; depois, faz o inverso, rompe com a militância para ser psicóloga. Quando formada, opera uma síntese entre os campos e assume o exercício da psicologia matizado por seu olhar militante. Luís, desde o início, identifica elementos comuns entre psicologia e política, e assim prossegue durante todo seu percurso. Mas o depoente também identificou o que na psicologia é aversivo à política; identificou, como Simone, que um olhar partitivo, classificatório, individualizante e ideológico é radicalmente oposto à militância.

Os depoentes dão pistas também do que é, na política, avesso à psicologia. Carentes sempre de uma coletividade, de pessoas para agir em conjunto, quando não foi possível na

¹¹⁸ Uma pesquisa de mestrado que aborda o sofrimento enfrentado por estudantes de origem popular na Universidade de São Paulo acaba de ser iniciada por Maira Alves Barbosa no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

política enxergar pessoas, mas somente “capas”, “massa”, “opositores”, Luís e Simone a repeliram. Essa repulsa seria algo próprio de militantes estudantes de psicologia? Seriam os outros militantes, de outros cursos, indiferentes a esse empobrecimento? Acredito que não, mas me agrada considerar que esse olhar especial para as *pessoas*, partindo ou não de militantes psicólogos, é algo de *inspiração psicológica*.

As relações da política *na* psicologia ou da psicologia *na* política dão o que pensar, e são outro campo de investigação à parte, longamente explorado por uma série de autores - que já mencionei. O estudo das lembranças de militantes estudantes de psicologia foi, contudo, ponto de partida original, interessante na medida em que possibilitou identificar e discutir hipóteses acerca de como os antagonismos ou divergências entre os campos psicológico e político são subjetivamente assumidos pelas pessoas. Para esse tipo de investigação, é imprescindível entrevistar militantes psicólogos ou militantes estudantes de psicologia; é imprescindível o recurso à memória de quem habitou e habita tanto a psicologia como a política.

As questões que retomei aqui são apenas alguns dos temas que podem originar novas investigações; são aqueles que mais me instigaram durante o mestrado, e que de certo estarão presentes nos meus estudos para uma futura pesquisa de doutorado. Espero que possamos, nós militantes, atinarmos melhor sobre elas e sobre aquilo que representa a militância estudantil e a própria política.

VI. Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. *A Indústria Cultural*. In: COHN, G. (org.) Comunicação e Indústria Cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa nessa sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971. p. 287-295.
- ARENDT, H. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. A Dignidade de Política: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- _____. Entre o Passado e o Futuro. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. Perspectiva: São Paulo, 2000. Col. Debates, N. 64.
- ASCH, S. E. Psicologia Social. Tradução de Dante Moreira Leite e Mirian Moreira Leite. São Paulo: Nacional, 1966.
- BOSI, E. Cultura de massa e cultura popular. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. “*Entre a Opinião e o estereótipo*”, In: Novos Estudos, CEBRAP, Março de 1992, n. 32, pp. 111-118.
- _____. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- FORACCHI, M. M. A Participação Social dos Excluídos. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- FREDERICO, C. Consciência Operária no Brasil. São Paulo: Ática, 1978. Col. Ensaios, N. 39.
- GOLDMAN, L. Dialética e Cultura. Tradução de Luis Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Consciência possível e comunicação*. In: COHN, G. (org.) Comunicação e Indústria Cultural: leituras de análise dos meios de

comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa nessa sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971. p. 391-401.

- GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação e Memória: alguns elementos para o exame psicológico de um sofrimento político. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1999.
- GORENDER, J. O combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1998.
- HOLANDA FERREIRA, A. B de Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.
- LALANDE, A. Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- LAPLANCHE, J. Vida e Morte em Psicanálise. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fontes Santiago. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- LAPLANCHE, J e PONTALIS, J. -B. Vocabulário da psicanálise. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- LEVI, G. & SCHMIDT, J-C A Historia dos Jovens. São Paulo: Companhia das letras, 1996. V. 1.
- LEWIN, K. Teoria de Campo em Ciência Social. Org. de Dorwin Cartwright. Tradução de Carolina M. Bori. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1951.
- LOSCHIAVO DOS SANTOS, M. C. (org.) Maria Antonia: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- MARTINS FILHO, J. R. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos.* Tradução de T. B. BOTTOMORE, In FROMM, E. O conceito marxista do homem. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MATOS, O. C. F. Paris 1968: as barricadas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- MORIN, E., LEFORT, C. e COUDRAY, JEAN-MARC Maio 68: inventário de uma rebelião. Rio de Janeiro: Moraes Editores, 1969;
- PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- POERNER, A. J. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª Edição ilustrada, revisada e ampliada, 1979. p. 233-234.
- QUEIROZ, M. I. P. Variações sobre a Técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- Rebeldes e Contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- REIS FILHO, D. A. 1969: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988;
- REIS FILHO, D. A. A Revolução faltou ao encontro. São Paulo: Brasiliense, 1990; entre outros.
- RIBEIRO, M. A. ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia): história e memória de um movimento. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, 1998.
- RIBEIRO NETO, A. *Um laço que não une mais*. In: Desvios. São Paulo: n. 4, p. 58-71, 1985.
- ROMAGNOLI, L. H. & GONÇALVES, T. Revista História Imediata: a volta da UNE. N. 5, edição especial. São Paulo: Alfa-Ômega. 1979.
- SILVEIRA MARQUES, M. O. *Escola noturna de jovens*. In: Revista Brasileira de Educação: Juventude e Contemporaneidade. ANPEd, n. 5/6, p. 63-75, Mai/Dez, 1997.
- WEIL, S. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. BOSI, E. (org.). Tradução de Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.